

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, SOCIEDADE E HISTÓRIA DA
LITERATURA

HELOISA SOUSA PINTO NETTO

MAIS QUE JOÃO, JOÕES
A TRAJETÓRIA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916) EM SEU
CONTEXTO

Porto Alegre

2015

HELOISA SOUSA PINTO NETTO

MAIS QUE JOÃO, JOÕES

**A TRAJETÓRIA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO (1865-1916) EM SEU
CONTEXTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da UFRGS como parte dos requisitos para a
obtenção do título de mestre em Literatura Brasileira

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Fischer

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Sousa Pinto Netto, Heloisa
Mais que João, Joões. A trajetória de João Simões
Lope Neto (1865-1916) em seu contexto / Heloisa
Sousa Pinto Netto. -- 2015.
185 f.

Orientador: Luís Augusto Fischer.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Simões Lopes Neto. 2. Intelectual. I. Fischer,
Luís Augusto, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luís Augusto Fischer, orientador generoso e atencioso, referência para qualquer pesquisador da obra de Simões Lopes Neto, a quem declaro minha eterna gratidão e meu orgulho por ter sido sua orientanda. O convívio fraterno estabelecido permitiu que, para além da orientação valiosa, eu pudesse usufruir do conjunto de experiências acumuladas ao longo de sua trajetória intelectual e de vida. Estou certa de que a convivência acadêmica, fortalecida pelos interesses comuns, resultou em um mentor e um amigo para toda a vida.

Ao professor Homero Vizeu Araújo, pelo permanente diálogo, pelos comentários agudos e ideias geniais e, especialmente, por se dispor a assumir o papel de mestre de cerimônias no processo de defesa desta dissertação.

Ao conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, em especial aos professores Carlos Augusto Bonifácio Leite, Ian Alexander e Karina Lucena, pelo entusiasmo e pela conversa inteligente.

À professora Jane Tutikian, pela parceria e apoio incondicional, que resultou no sucesso do Projeto de Extensão UniVerso, ao qual me dediquei durante os dois anos de mestrado.

A CAPES, pela concessão da bolsa de estudo que propiciou que eu cursasse o mestrado em regime de dedicação exclusiva.

À Simone Ribeiro, amiga de toda a vida, pela leitura atenta deste trabalho.

Aos amigos que fiz dentre os colegas de todos os níveis do curso de Letras – UFRGS, a vida acadêmica não teria sido a mesma sem muitos de vocês.

Ao meu marido, Marcelo, por ter contribuído com meu retorno ao mundo acadêmico.

Por fim, agradeço aos meus filhos, Izabela e Tomaz, por me inspirarem sempre e por me encherem de orgulho. Espero servir de exemplo para vocês.

RESUMO

O presente estudo apresenta como eixo central o percurso do escritor João Simões Lopes Neto (1865-1916). Tendo por base um levantamento geral de sua trajetória, o exame adota por procedimento estabelecer ligações entre fatos de sua vida e aspectos de sua obra e o contexto histórico, social e cultural brasileiro, numa tentativa de estabelecer uma visada de conjunto sobre as várias facetas de sua atividade como escritor. A pluralidade de seu caráter leva a crer que, acompanhando a sua trajetória de vida e sua leitura de mundo, seja possível entender melhor algumas dimensões de sua obra. O contista talentoso e o profícuo dramaturgo foi também um inventivo empreendedor e um jornalista empenhado. Em virtude de sua vocação pública, não poupou esforços no sentido de viabilizar a modernização de sua cidade, Pelotas. Do mesmo modo, sua produção em periódicos locais foi permeada por opiniões firmes e por ações de ponta, o que fez com que ocupasse uma posição arrojada para a época em que viveu. Embora tratasse preponderantemente de assuntos locais, Simões Lopes Neto discutia temas universais com desenvoltura. A condição de grande distância em relação ao centro do país pode ser considerada como um entrave para que seu trabalho fosse reconhecido em toda sua grandeza. Mesmo isso, entretanto, não impediu que absorvesse ideais modernos e arejados, difundidos dentro e fora do país. Dono de grande capacidade assimiladora, acompanhou as transformações do país e do estado, apropriando-se de muitas delas e dando-lhes função local. O acompanhamento de sua trajetória no correr deste trabalho vem entremeado por análises comparativas que envolvem sua produção literária e por análises sobre a ambientação histórica.

Palavras-chave: Simões Lopes Neto, intelectual, *Terra gaúcha*, *Cuore*.

ABSTRACT

The central axis of this work is the trajectory of João Simões Lopes Neto (1865-1916). Based on a general survey of his trajectory, this analysis establishes connections between facts of his life and aspects of his work, and the Brazilian historical, social and cultural context, aiming at establishing an overview upon the various facets of his work as a writer. His plural personality leads us to believe that, by following his life trajectory and the way he would read the world, it is possible to better understand some dimensions of his work. The talented short-story teller and the fruitful playwright was also an ingenious entrepreneur and a committed journalist. Due to his vocation to public life, he spared no effort to modernize his hometown, Pelotas. Similarly, his work in local newspapers and magazines was filled with strong opinions and innovative actions, which led him to enjoy a high rank for his time. Even though Simões Lopes Neto would write mostly about local subjects, he discussed universal themes with great aplomb. The great distance that separated him from the center of the country can be considered an obstacle for his work to be acknowledged in its entire greatness. This distance, though, did not keep him from absorbing modern and fresh ideals that were widespread – within and outside the country. Endowed with a great assimilative capacity, he kept pace with the changes that Brazil and the state of Rio Grande do Sul went through, adopting many of them and applying them locally. The description of his trajectory throughout this work is interspersed with comparative analyses that encompass his literary work and with analyses of his historical setting.

Key words: Simões Lopes Neto, intellectual, *Terra gaúcha*, *Cuore*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 DO NASCIMENTO AO ANO DA ABOLIÇÃO	12
2.1 No tempo do Império.....	12
2.2 Uma década fervilhante.....	15
2.3 A vida do jovem João Simões na Corte	19
2.4 As Conferências da Freguesia da Glória e a Exposição Pedagógica	22
2.5 O pensamento abolicionista: Nabuco, Patrocínio e Romero	25
2.6 De volta ao Sul	29
2.7 A estreia em jornal.....	30
3 O SUCESSO DE <i>CUORE</i>	37
3.1 <i>Cuore</i> na Itália	38
3.2 O inquieto De Amicis.....	41
3.3 <i>Coração</i> , a recepção no Brasil	44
3.4 O jacobino Raul Pompeia	47
3.5 Da escola para o mundo ou vice-versa.....	49
4 O FINAL DO SÉCULO	61
4.1 A Abolição.....	61
4.2 A volta das <i>Balas de Estalo</i>	65
4.3 Enfim a República.....	67
4.4 Jornalista ativo e empreendedor desastrado	70
4.5 O Rio Grande do Sul dividido ao meio.....	75
4.6 A terceira fase das <i>Balas de Estalo</i> e a produção para teatro.....	77

5 O MOVIMENTO CÍVICO	83
5.1 A educação no Império	83
5.2 A educação na República.....	85
5.3 José Veríssimo e Silvio Romero	87
5.4 A Faculdade de Direito de São Paulo.....	92
5.5 Manuel Bonfim.....	96
5.6 Os 400 anos do Descobrimento do Brasil.....	97
5.7 Os dois <i>Terra gaúcha</i>	100
5.8 O projeto pedagógico: <i>Terra gaúcha</i> e <i>Artinha de leitura</i>	104
6 TERRA GAÚCHA – HISTÓRIAS DE INFÂNCIA	112
6.1 Uma descrição geral	113
6.2 <i>Cuore</i> e <i>Terra gaúcha</i> : uma aproximação	123
7 RUMO ÀS GRANDES OBRAS	144
7.1 Gauchismo e literatura.....	144
7.2 Modernização à brasileira	148
7.3 Abrindo o caminho	153
7.4 O guasca Blau Nunes.....	155
7.5 As lendas no papel	160
7.6 Um tal de Romualdo.....	162
7.7 O Jornalista afiado	164
7.8 Cidade e subúrbios.....	169
7.9 O final.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
BIBLIOGRAFIA	180

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como centro a trajetória do escritor João Simões Lopes Neto, um sujeito plural e de biografia instigante. Meu interesse pelo tema cumpriu um caminho aparentemente enviesado, mas que faz muito sentido se cotejado com minha vivência e memória afetiva. A leitura da obra *Contos gauchescos*, ainda na adolescência, teve para mim sabor doce e nostálgico. Talvez pareça estranho tal sentimento em tão ínfima idade, mas a sensação de melancolia em relação à distância e ao não pertencimento ao mundo campeiro, povoou minha infância e juventude. Aqui cabe uma explicação: meus pais são oriundos do meio estancieiro, mas dele abriram mão. Isso se deu mais por força de minha mãe e deixou marcas profundas em meu pai. Desde pequena eu vivi seu luto. Desde pequena eu absorvi sua melancolia.

Meu reencontro com Simões Lopes Neto se deu na graduação em Letras. A chama simoniana reacendeu, e desta feita com mais elaboração de sentimentos e de conhecimento da matéria literária em si. O caminho enviesado se deu pelo fato de que eu cursava literatura italiana, o que, aparentemente, me deixava a enorme distância da literatura do Rio Grande do Sul. Tentei por vários caminhos aproximar uma coisa e outra, mas nada parecia fazer muito sentido, ao menos para mim. A solução não veio a galope, mas num trote curto e seguro: já me dirigindo ao final do curso me deparo com a notícia de que *Terra gaúcha*, a obra inacabada de Simões Lopes que visava o uso escolar, estava em vias de edição. E o mais importante, ela tinha por inspiração maior uma obra italiana de similar feitio: o livro *Cuore*, de Edmondo De Amicis. Estava amarrado um laço improvável, dando origem à pesquisa que aqui é apresentada.

A grata surpresa da existência da obra e o inesquecível primeiro contato com ela, antes mesmo de sua edição, se deu por conta da generosidade daquele que seria a partir de então meu orientador: o dono da percepção mais aguda do valor de nosso autor, o mestre Luís Augusto Fischer. Minha monografia de conclusão do curso em Letras – Língua e Literatura Italiana apresentou uma breve comparação entre as duas obras. Dando sequência ao estudo, meu projeto para ingresso no mestrado em Literatura Brasileira previa um estudo sobre *Terra gaúcha*, em paralelo com outras obras voltadas para o leitor escolar, escritas no mesmo período.

No decorrer da pesquisa, o mundo simoniano se descortinou e o autor cresceu a cada leitura, a cada faceta descoberta. As disciplinas cursadas no mestrado serviram de porta de entrada para tópicos diversos dentre os abordados neste trabalho. A comparação entre *Cuore* e *Terra gaúcha* seguiu firme e é um capítulo importante desta dissertação. Para minha surpresa, relendo *O Ateneu*, identifiquei pontos convergentes entre a obra de Raul Pompeia e a italiana. Surgiu, então, por sugestão do professor Homero Vizeu Araújo, um capítulo tratando deste cotejo. A partir desta abordagem foi possível dimensionar o alcance de *Cuore* no período inicial da República e sua importância para a movimentação em favor de uma educação nacional laica e universal, com cujos ideais Simões Lopes se identificava. Tomando contato com uma das últimas colunas de Simões em jornal, a surpreendente *Inquéritos em contraste*, e seguindo o comentário sempre preciso de Luís Augusto Fisher¹, alinhei uma aproximação entre o seu trabalho e o de João do Rio. A relação realmente existe: assim como as publicações que mostram a realidade dos subúrbios cariocas do moderno jornalista nascido no Rio de Janeiro, os *Inquéritos* mesclam reportagem e ficção e tratam da pobreza escondida das periferias pelotenses. As publicações em jornal, a produção para teatro, assim como as obras maiores escritas em seus últimos anos de vida não são assunto central, mas, como não poderia deixar de ser, ocupam espaço importante neste trabalho.

Um dos pontos que mais tomou força durante os dois anos do mestrado foi o quanto o contexto brasileiro – fatos históricos, questões políticas, doutrinas vigentes, posição de intelectuais de expressão nacional, movimentação social e cultural – repercutiu no modo de agir, de pensar e de escrever de Simões Lopes. Isso quer dizer que, acompanhar a sua trajetória de vida e sua leitura de mundo ajuda a entender a dimensão de sua obra. Por este motivo, seu percurso – sua vida e carreira – se transformou no verdadeiro centro deste trabalho e todo ele vem modulado por trechos dedicados à ambientação histórica, dando ênfase às passagens mais relevantes para a construção de seu perfil. Não estou certa da natureza última deste procedimento adotado, mas meu empenho em desvendar algumas facetas da trajetória do escritor me levou, em combinação com meu orientador e com sua total aprovação, a encarar este estudo independente de preconceito, em busca, talvez, da forma mais adequada de compreensão de sua obra e do sentido desta. Este trabalho pretende ter avançado, um passo ou dois que seja, nessa direção, com suas precariedades e provisoriiedades, mas

¹ Cf FISCHER, in LOPES NETO, 2012, p.42

com a certeza de haver feito o mais genuíno esforço para fazer falar a obra deste grande escritor.

Neto de grande proprietário rural da região de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Simões Lopes Neto alcançou a maturidade em condições difíceis de sobrevivência. Idealista, ao longo da vida dedicou-se com ímpeto a projetos que diziam respeito ao desenvolvimento de seu município, sempre tendo em vista o que havia de mais moderno no centro do país e no exterior. Desde cedo contribuiu com jornais de Pelotas através de artigos e colunas de variado estilo e temas distintos, demonstrando toda sua versatilidade ao se deslocar da sátira à crítica severa com desprendimento e efetividade. Abordava assuntos de interesse científico com naturalidade e clareza, assim como participava de polêmicas públicas, defendendo seu ponto de vista com segurança. Foi dramaturgo reconhecido por seus concidadãos e ocupou cargos em entidades culturais e comerciais de forma abnegada. Exerceu a atividade de despachante, mas recusou o cargo de notário em cartório. Ocupou uma cadeira na Academia de Letras do Rio Grande do Sul, dirigiu um jornal e foi nomeado capitão da Guarda Nacional. Trabalhou como professor e, preocupado com os rumos da educação brasileira, ambicionou um plano pedagógico composto de cartilha escolar, livro de leitura e conjunto de cartões ilustrados para alcance nacional. Recolheu quadrinhas, lendas e contos de matriz popular. Escreveu muito e com alta qualidade, mas de forma um tanto desordenada.

Quando menino viveu na estância do avô. Depois de passagem rápida por Pelotas, seguiu para o Rio de Janeiro, em seguida do falecimento da mãe. Viveu na capital do Império por sete anos, voltando em circunstâncias até hoje não esclarecidas totalmente. A estada na metrópole foi definitiva para sua formação: ele certamente acompanhou de perto muito da movimentação na imprensa e nas ruas em favor da abolição da escravatura e da substituição do regime monárquico por republicano. Da mesma forma, deve ter tomado contato com as ideias europeias que encontravam em solo brasileiro ampla aceitação e com o pensamento dos intelectuais de maior evidência no país.

De volta a Pelotas, iniciou a exitosa carreira jornalística, atividade de vida longa e quase sempre exercida sem remuneração. Era um sujeito culto: lia muito e estava sempre muito bem informado, sendo referência cultural em sua cidade. O aprendizado constante se reflete no domínio do conteúdo de seus escritos e de suas propostas, tanto

as operadas em favor de sua comunidade, quanto as que atendiam a projeto próprio. Era anticlericalista convicto, abolicionista e republicano declarado. Defendia a liberdade de ideias e a igualdade de direitos. Louvava a mestiçagem e via na educação o caminho para o crescimento do país.

O bem intencionado e altamente criativo Simões, entretanto, não teve sucesso em grande parte de seus empreendimentos e não levou a cabo muitos de seus planos literários. Um conjunto de informações desconstruídas e de material disperso, de sumiços e recuperação de manuscritos, ainda povoa parte do imaginário simoniano. Gradativamente, contudo, este universo vai sendo reconstituído, graças aos esforços de interessados e pesquisadores. Todo ânimo empregado na direção de um olhar mais apurado sobre sua obra, incluindo aqui o material não publicado ou que circulou apenas em jornal, adquire importância no momento em que traz a possibilidade de evidenciar o valor de Simões Lopes Neto como escritor e como intelectual visionário que foi.

A bibliografia fundamental para a construção de sua trajetória pessoal passa, obrigatoriamente, pelas obras de seus dois principais biógrafos: Carlos Reverbel² e Carlos Francisco Sica Diniz³. Para a análise histórica e social brasileira foi tomado por base o trabalho de Thomas Skidmore, em especial a obra *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*⁴. Neste estudo o historiador americano aborda o tema das raças no Brasil, dando ênfase ao modo como a intelectualidade brasileira enfrentava as teorias científicas racistas na virada do século XIX para XX e de que forma as adaptavam à realidade brasileira. Foram consultados vários outros autores para a construção da base histórica, destaque entre estes: Boris Fausto⁵, Liliam Schwarcz⁶ e José Murilo de Carvalho⁷. No que tange à história do Rio Grande do Sul, foi consultada a obra *República Velha (1889-1930)*⁸, que faz parte da coleção *História Geral do Rio Grande do Sul* e conta com a organização de Nelson Boeira e Tau Golim. Sobre a

² REVERBEL, Carlos. **Um capitão da Guarda Nacional**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981

³ DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes Neto. Uma biografia**. POA: AGE-UCPEL, 2003

⁴ SP: Companhia das Letras, 2012.

⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. SP: EDUSP, 2006

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo. 1889-1930**. RJ: Ed. Objetiva, 2012

⁷ CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. SP: Companhia das Letras, 2007

⁸ Passo Fundo: Editora Méritos, 2007

produção literária de João Simões Lopes Neto, foram primordiais os ensaios de Luís Augusto Fischer que acompanham as obras *Contos gauchescos*⁹ e *Terra gaúcha*¹⁰.

Este trabalho visa contribuir com a asserção de João Simões Lopes Neto no rol dos grandes escritores brasileiros. Além disso, entendendo que intelectual é um indivíduo que para além de seu capital cultural cumpre também o papel de interlocutor da sociedade em que está inserido e busca através desta interlocução ser um canal propício às mudanças em favor desta mesma sociedade, este trabalho postula inseri-lo nesta categoria. A pesquisa até aqui desenvolvida, não tem pretensão de totalidade e nem de afirmações definitivas, visto que, do baú simoniano vez ou outra surge uma novidade. Este é um dos encantos de mergulhar em sua história.

⁹ FISCHER, Luís Augusto. *Vida e obra de Simões Lopes Neto*. In: LOPES NETO, Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. POA: L&PM, 2012

¹⁰ FISCHER, Luís Augusto. *Contexto e natureza de Terra gaúcha*. In: LOPES NETO, Simões. **Terra gaúcha – Histórias de infância**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013

2 DO NASCIMENTO AO ANO DA ABOLIÇÃO

Este capítulo vem dividido em sete subcapítulos que cobrem o período entre o nascimento de João Simões Lopes Neto, em 1865, e suas primeiras publicações em jornal, em 1888, um ano importante para a história brasileira. Na primeira subdivisão são dadas informações gerais sobre o contexto histórico brasileiro, seguidas de notícias sobre a infância do escritor. A segunda aborda a pulsante década de 1870, com a difusão do republicanismo, com a chegada da doutrina positivista, com a movimentação promovida pela Geração de 70 e com a crescente campanha abolicionista. Os dois primeiros subcapítulos são lastro para o terceiro, que procura pormenorizar os dados referentes ao período em que Simões Lopes Neto esteve no Rio de Janeiro para cumprir seus estudos. Uma das proposições deste trabalho é a de que a passagem pela capital do Império deixou marcas indeléveis no autor, refletindo de maneira significativa em sua produção jornalística e literária; o presente trabalho tenta acompanhar e descrever essas marcas. O quarto subcapítulo trata especificamente de dois eventos ligados à vida cultural da Corte e que devem ter sido prestigiados por Lopes Neto: as Conferências Populares da Freguesia da Glória e a Exposição Pedagógica de 1883. O quinto volta à questão abolicionista, trazendo o pensamento de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Sílvio Romero, sendo que a posição do pelotense é posta de forma a confrontar as dos três renomados intelectuais. Os subcapítulos seis e sete falam da volta de Simões Lopes à Pelotas e do início de sua carreira como colaborador de jornais de sua cidade.

2.1 No tempo do Império

Quando João Simões Lopes Neto nasceu, em 9 de março de 1865, o Brasil era um Império com uma monarquia hereditária, cujo monarca era descendente do antigo rei da corte portuguesa, diferentemente da América espanhola que se tornara independente e cortara seus laços com a Espanha. Além disso, a economia brasileira estava baseada na aberrante escravidão, embora já houvesse sido decretado o fim do tráfico negreiro em 1850, fato que coibia a entrada de escravos desde fora do país, mas

não evitava totalmente a comercialização de vidas humanas dentro das fronteiras nacionais.

Dois partidos dominavam a cena política, o Liberal e o Conservador, e a disputa pelas cadeiras parlamentares se dava aos moldes britânicos. Genericamente os liberais defendiam inicialmente os interesses brasileiros frente aos portugueses, enquanto os conservadores tinham laços mais profundos com o absolutismo, identificando-se com os lusitanos. Já na altura da década de 1860, contudo, não havia diferença entre os dois partidos, e o equilíbrio entre eles impedia qualquer distinção importante quanto à atuação política de ambos. Liberais e Conservadores alternavam-se no governo, sendo mediados pelo Poder Moderador, isto é, pelo monarca, que era quem realmente criava ou dissolvia os arranjos políticos.

A Igreja católica desempenhava papel importante no funcionamento do Império: a Constituição de 1824 estabeleceu que a educação pública elementar fosse sua função, o casamento era efetuado somente pelas leis da Igreja, os cemitérios eram de sua propriedade, qualquer pessoa que desejasse desempenhar papel político deveria ser obrigatoriamente católica, entre outras regras. Por outro lado, as finanças da Igreja eram dirigidas pelo Império, o que a mantinha sob seu domínio por meio do regime de padroado que dava ao imperador o poder de nomear bispos, controlando assim a hierarquia eclesiástica. O conjunto do clero, de modo geral, não mais participava da vida política de maneira relevante como o fizera na primeira metade do século XIX.

A Constituição de 1824 já apontara para um projeto de instrução primária gratuita para todos os cidadãos – sendo esta vinculada à Igreja como acima mencionado –, mas o que se via na década de 1860 era um ensino público ainda muito deficitário e carente de regulamentação de estabelecimentos de educação formal, que se estendia do ensino elementar ao secundário. Existiam diferentes práticas sócio-escolares, tanto em nível elementar, quanto complementar: aulas particulares (preceptores), educandários, colégios, escolas superiores, internatos masculinos e femininos, todos na esfera privada e, portanto, longe do alcance da população em geral. Os índices de analfabetismo eram muito altos já que as medidas em relação à instrução ficavam, preponderantemente, a cargo da família. As famílias mais abastadas tinham escolas e internatos à disposição, tanto nas províncias quanto na corte, e escolhiam para onde enviar seus filhos de acordo com seus interesses e possibilidades. Este foi o caso de Simões Lopes Neto.

O escritor nasceu na estância da Graça, propriedade de sua família e uma das tradicionais charqueadas dos arredores de Pelotas, Rio Grande do Sul. Seu avô, João Simões Lopes Filho, o Visconde da Graça, era homem influente e de muitas posses, chegando a emprestar boa quantia em dinheiro ao estado, sem juros, em 1876. Ocupou a vice-presidência da província por duas vezes e em 1874 foi convidado para presidi-la. Foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo e coronel comandante Superior da Guarda Nacional. Não poupou esforços nem recursos para o progresso de sua cidade. Entre as diferentes iniciativas, impediu que fechasse a Companhia Hidráulica Pelotense e que fosse suspensa a iluminação pública pela Companhia Inglesa – nos dois casos, investindo alta soma em dinheiro nos cofres das empresas em vias de falência. Foi fundador da Biblioteca Pública Pelotense e manteve o Asilo de Mendigos do município. Além disso, serviu como mediador em projetos de vulto relacionados ao transporte fluvial e à linha férrea da região. Do seu primeiro casamento, nasceu Catão Bonifácio Lopes, pai de nosso escritor, um homem do campo que também frequentava a cidade e, em razão disto, mesclava hábitos refinados a um comportamento de sujeito ligado à vida campeira.

Neste ambiente plural, decorrente das propícias condições econômicas de sua família, cresceu João, o primeiro neto varão do visconde. Até por volta de nove ou dez anos – os dados aqui não são muito precisos – viveu na estância da família afastado do ensino formal, passando, só a partir de então, a frequentar a vida escolar em Pelotas. Este era um hábito à época: as famílias de mais posses, proprietárias de extensões vastas de terras, por vezes passavam parte do ano na cidade, em função do estudo dos filhos, ou ainda, estes permaneciam como alunos internos dos colégios dos centros urbanos.

O ano do nascimento de nosso escritor foi também o ano em que irrompeu um importante conflito envolvendo o Brasil e alguns de seus vizinhos sul-americanos: a Guerra do Paraguai. Foi um evento bélico de grandes proporções, que deixou como herança um endividamento de difícil contenção. A condução do conflito, que durou cinco anos, se deu de forma arrastada e desnudou uma série de carências e atrasos sociais nos mais variados setores. A ausência de soldados voluntários implicou no recrutamento de escravos, que demonstraram, no mais das vezes, grande capacidade de luta, recebendo a alforria como retribuição e muitos deles inclusive sentando praça. Tal feito fez com que paulatinamente ideais abolicionistas se espalhassem entre os novos quadros do Exército, que vinham em substituição dos velhos oficiais que já estavam

aposentados ou mortos. O Exército se afirmava como instituição e começava a atrair cada vez mais jovens de classes menos abastadas interessados na carreira militar, caminho que acenava com a perspectiva de ascensão profissional por méritos próprios. Seus integrantes viam com desconfiança as elites civis, que em momento algum tomaram parte ativa no conflito, mas que em parte enriqueceram com seus negócios envolvendo fornecimento de suprimentos para as tropas. As divergências partidárias que surgiram em decorrência do confronto armado, assim como os altos empréstimos contraídos junto à Inglaterra a fim de financiar a guerra, contribuíram para que as bases estruturais do Império passassem a sofrer abalos.

2.2 Uma década fervilhante

A partir de 1870 uma nova geração da elite, que já não mantinha com o regime monárquico maior identificação e, ao contrário de seus pais, sentia desconforto pelo fato de, na maior parte dos casos, ser oriunda do meio escravocrata, passou a ocupar papel de destaque no cenário político nacional. Jovens intelectualizados e de retórica fluente passaram a protagonizar intensos debates fomentando ideias de modernização e atualização das estruturas arcaicas do Império. Já os intelectuais e políticos remanescentes da velha guarda, ainda imersos no mundo escravagista, olhavam com desconfiança para a efervescência que tomava conta da sociedade brasileira enquanto viam ganhar corpo duas correntes que haviam chegado ao país: o republicanismo e o positivismo¹¹. As conjunturas de crise tendem a incentivar movimentos coletivos e a visível desagregação da ordem política imperial, sem condições de efetivar uma modernização do país, resultou em uma congregação intelectual que facilmente apreendeu o que lhe parecia inovador dentre as novas doutrinas europeias.

¹¹O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. As ideias de Augusto Comte (1798-1857), líder do positivismo francês, eram admiradas pelos oficiais do Exército Brasileiro. Segundo Thomas. E. Skidmore, "Comte afirmava que o curso da história, como natureza da realidade social, estava sujeita a leis científicas. Desse modo ele rejeitava tanto a teologia como a metafísica defendendo no lugar destas uma "religião da humanidade". Embora Comte fosse um profeta da secularização e um dos pais espirituais da tecnocracia moderna, ele também defendia limites estritos ao papel do Estado, especialmente no que dizia respeito à educação superior e à religião." (2003, p.98)

Para Thomas E. Skidmore “a ruptura com as ideias tradicionais estava associada à propagação do positivismo”¹², e a doutrina de origem francesa, que gozava de grande prestígio entre os letrados brasileiros, adquiriu importância no país “por aparecer no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável.”¹³ O historiador ainda entende que “o espírito crítico dos jovens estava pronto para uma rejeição sistemática do catolicismo, do romantismo e do ecletismo associados à monarquia agrária.”¹⁴ A doutrina teve rápida penetração entre os jovens cadetes, em especial da Academia Militar da Praia Vermelha¹⁵, no Rio de Janeiro, e gozou de popularidade também junto aos estudantes da Escola Politécnica¹⁶. Skidmore avança:

O positivismo também atraía aqueles membros da elite que ansiavam por desenvolvimento econômico, mas sem mudança social. Considerando a massa da população “despreparada” para uma plena participação na sociedade (em virtude do analfabetismo, da origem racial inferior etc.), encontravam na face autoritária do positivismo um modelo de modernização que justificava a concentração de poder nas mãos da elite. A tônica dada por Comte à família como unidade básica da sociedade era outra ideia atraente para os brasileiros ansiosos por modernização, mas preocupados com a forte ênfase no indivíduo característica do pensamento liberal europeu (o que poderia corroer a família). (SKIDMORE, 2012, p.48)

Ainda para o historiador americano, e no sentido de reforçar o que já foi dito sobre a contradição existente, as ideias liberais eram utilizadas por brasileiros “num contexto social que não era radicalmente diferente do mundo de seus ancestrais”¹⁷, o que acarretava um descompasso, já que as transformações se davam em nível intelectual e não econômico ou social. Todas essas incongruências advindas de tamanho desajuste

¹² Ibidem, 2012, p 46

¹³ Ibidem p. 47

¹⁴ Idem p. 47

¹⁵ A Praia Vermelha começou a ser ocupada no século XVIII, quando nela foi construído um forte para a defesa da cidade. Em 1874 as instalações passaram a abrigar a Escola Militar, dedicada à formação de Engenheiros Militares. Em 1908, o prédio foi transformado em Pavilhão das Indústrias, durante a Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Em 1935, a construção foi bombardeada durante a Intentona Comunista, quando era ocupada pelo 3º Regimento de Infantaria, sendo em seguida demolido. Em seu lugar foi criada a Praça General Tibúrcio. Na Praia Vermelha atualmente funcionam o Instituto Militar de Engenharia e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército. **Botafogo – Praia Vermelha** disponível em: <<http://www.marcellio.com/rio/enboprve.html>> acesso em: 2 fev 2015

¹⁶ Em 4 de Dezembro de 1810, o Príncipe Regente - futuro Rei D. João VI - assinou uma lei criando a Academia Real Militar, que veio suceder e substituir a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, e de onde descendem, em linha direta, a famosa Escola Politécnica do Rio de Janeiro, posteriormente chamada de Escola Nacional de Engenharia, alterada em seguida para Escola de Engenharia da UFRJ e, hoje, voltando a ser a Escola Politécnica, agora da UFRJ. **História da Escola Politécnica** disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php> acesso em: 2 fev 2015

¹⁷ Op cit p.67

geravam situações de comoção que tomavam conta das tribunas, dos cafés e dos jornais, em embates célebres. O palco principal dos debates era a Corte, mas São Paulo, com sua pululante Faculdade de Direito, era também chão de diversas contendidas – valendo aqui lembrar que neste estado foi organizado o Partido Republicano Paulista, em 1873. Em São Paulo os partidários republicanos eram oriundos majoritariamente do ramo dos cafeicultores do oeste da província. O grupo era defensor do federalismo, isto é, da descentralização político-administrativa que daria maior poder às unidades provinciais. Outras províncias cumpriram papel importante na discussão de questões relativas ao processo social e político brasileiro, despontando entre estas as províncias de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. O Partido Republicano Rio-grandense, fundado em 1882, surgiu como uma alternativa menos vinculada à oligarquia pecuarista.

Em Pernambuco, a denominada Escola de Recife, também chamada Geração de 1870, que surgiu junto à Faculdade de Direito, contava com uma série de nomes que alcançaram prestígio nacional. Eram jovens pertencentes à elite nordestina com acesso à educação superior, que adquiriu reconhecimento por conta de suas manifestações culturais como forma de atuação política. O líder era o escritor sergipano Tobias Barreto (1839-1889), e a ele se juntaram nomes como Silvio Romero (1851-1914), Joaquim Nabuco (1849-1910), Capistrano de Abreu (1853-1927), entre outros. O movimento gestou correntes diversas, como observa Roberto Ventura:

Coexistiram, na Escola do Recife, perspectivas que seriam hoje vistas como antagônicas: liberalismo, autoritarismo, socialismo, positivismo, naturalismo, evolucionismo, materialismo, espiritualismo, racismo, etnografismo, sociologismo. E, mesmo na obra individual de Tobias Barreto ou Silvio Romero, forma-se uma contraditória síntese de opostos que representa o modo como eram assumidas, no nível do pensamento, as transformações sociais. (VENTURA, 1991, p.154)

O também sergipano Silvio Romero era conhecido por suas polêmicas muitas vezes nada cordiais. Romero foi deputado, professor, escritor, crítico literário, publicou livros a partir de recolha de matéria popular, enfim, um sujeito instigante e ao mesmo tempo controverso. O cearense Capistrano de Abreu foi um dos primeiros historiadores do Brasil. Em suas obras aplicou rigorosa investigação das fontes, o que era inovador à época, empregando uma visão crítica dos fatos históricos. Como funcionário público esteve sempre ligado à Biblioteca Nacional. Joaquim Nabuco nasceu em Recife e trilhou a carreira do Direito, foi jurista, diplomata, dedicou-se à política, ao jornalismo,

foi um dos expoentes do movimento abolicionista, sendo considerado seu principal teórico. Inserido em um período em que o caráter urbano passa a sobrepor a até então soberana mentalidade rural, o grupo apresenta ora feição progressista, ora conservadora, bem de acordo com a ambiguidade reinante naquele momento histórico. Para Roberto Ventura “A Escola do Recife apresentou desdobramentos heterodoxos no pensamento brasileiro. Foi o entroncamento de onde partiram diversas correntes(...)”¹⁸ E acrescenta que o movimento surgido em Pernambuco se filiou “à tradição liberal da elite brasileira, ao mesmo tempo que lançou as bases do pensamento autoritário, com a crítica ao sistema representativo e ao sufrágio universal.”¹⁹

A semente do pensamento republicano já vinha germinando desde a independência e acompanhava determinados setores da sociedade. O movimento tinha adeptos em diferentes regiões do Brasil, tendo ocasionado, inclusive, ao longo do século XIX, diversas revoltas regionais. Os republicanos almejavam maior representação política e a garantia de direitos individuais dos cidadãos em geral. Ainda que a movimentação política em torno das ideias republicanas não desse relevo ou tratasse diretamente da escravidão – no manifesto de fundação do Partido Republicano Paulista não há uma única palavra a respeito – as reivindicações abolicionistas passaram a tomar corpo ao longo da década de 1870, sendo que muitos dos brasileiros que adotavam uma postura crítica em relação à estrutura econômica brasileira pertenciam, como já vimos, à elite vinculada profundamente à oligarquia e ao governo imperial. O paradoxo capitalismo x escravismo (teoricamente excludentes e que na prática, no Brasil, não o eram) e o paradigma de trabalho-escravidão, que caracterizavam a estrutura econômica e social brasileira, produziram reflexões importantes por parte dessa nova geração de intelectuais que começava a desafiar a ordem política, econômica e cultural vigente.

Um fato importante contribuiu para a criação do momento efervescente vivido a partir de 1870: as reformas moderadas do gabinete conservador de Rio Branco²⁰ (1871-75), que habilmente se apropriou de bandeiras liberais sem, no entanto, tê-las hasteado verdadeiramente – as questões do escravismo e das reformas políticas foram ignoradas, o catolicismo se manteve como religião do Estado –, acabaram por esvaziar a discussão política preconizada pelos partidos Liberal e Conservador. Em contrapartida, o Partido

¹⁸Ibidem p.154

¹⁹Idem p.154

²⁰José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819-1880)

Republicano ganhou força em São Paulo, no Rio Grande do Sul e, mais ainda, na Corte. O movimento abolicionista começou a ganhar importância e as já citadas inquietações por parte do exército cresceram.

Republicanism e abolicionismo não foram movimentos uníssomos, vários abolicionistas permaneciam favoráveis à monarquia ou ao menos não desejavam contestá-la. Os novos liberais muitas vezes conciliavam crítica social afiada e defesa da monarquia, o que sugere a contradição como constituinte do pensamento brasileiro daquele momento. Parte da inserção que o ideal republicano conseguiu dentro da elite brasileira foi graças a uma ambiguidade explícita em relação à questão abolicionista que manteve até as vésperas da Lei Áurea. É importante lembrar que para compreender o paradoxo brasileiro é preciso atentar para o fato de que a formação de uma visão própria era decorrente da síntese dos modelos europeus em voga, como o positivismo, já citado, o evolucionismo, o determinismo e o darwinismo com a realidade nacional. Esse caldeirão fervilhante de ideias e processos de criação de novos paradigmas a partir de modelos externos tomava conta do país, e em especial da Corte, quando Simões Lopes saiu de Pelotas rumo ao Rio de Janeiro para lá dar continuidade a seus estudos.

2.3 A vida do jovem João Simões na Corte

Após a morte de sua mãe, em 1876, a família desintegrou-se: suas irmãs passaram a ser criadas por diferentes tias e o rapazinho, após permanecer algum tempo interno em Pelotas, tomou o rumo da casa de um tio-avô que gozava de posição influente na Corte. Corria o ano de 1877 quando o jovem Simões repetiu o que muitos jovens da periférica mas desenvolvida Pelotas tinham por costume: estudar na capital do Império. O mais recente biógrafo do escritor pelotense, Carlos Francisco Sica Diniz, não afirma peremptoriamente que sua ida tenha sido em 1877 e sugere 1878 como possibilidade, já que as informações sobre Simões Lopes Neto são, por vezes, desencontradas ou escassas, e muitas vezes giram em torno de testemunhos e de investigações fragmentadas. Notícias sempre apontaram para o famoso Colégio Abílio²¹

²¹Embora Carlos Reverbel, o primeiro biógrafo de Simões Lopes Neto, tenha afirmado que o jovem estudou no Colégio Abílio, não existe qualquer registro da passagem do pelotense por aquela escola, segundo seu mais recente biógrafo, Carlos Francisco Sica Diniz. Os registros de matrículas ainda

como tendo sido sua escola na capital do Império, fato, no entanto, nunca comprovado. Sinais em sua obra de caráter pedagógico, que mais adiante será abordada, sugerem o contato com o pensamento de Joaquim José de Menezes Vieira, educador de ideias avançadas e diretor da escola que levava seu nome, mas nada está ainda claro sobre a possibilidade de nosso escritor ter estudado no Colégio Menezes Vieira. O que parece ser de fato certo é que entre 1877 e 1884 (entre seus 12 e 19 anos de idade, aproximadamente) o jovem rapaz João Simões Lopes Neto esteve realmente na Corte e viveu a efervescência cultural e política dos anos que antecederam a Abolição e a Proclamação da República, o que certamente influenciou sua formação intelectual. Indícios sempre levaram a crer que Simões fez os então denominados estudos ‘preparatórios’, que o teriam conduzido a algum curso superior, provavelmente Medicina.

Os dois colégios citados, Abílio e Menezes Vieira, se notabilizavam por vários aspectos, especialmente em decorrência de seus fundadores serem homens modernos e privarem de ideias arejadas. O médico Abílio Cesar Borges (1824-1891) fundou o Colégio Abílio em 1871, tendo antes disso fundado e dirigido outra instituição de ensino em Salvador. Dono de temperamento forte e empreendedor, administrava seu internato tomando-o como modelo escolar ideal. Era uma organização atravessada por preceitos de moral e legitimada pela ordem médica, sendo representada como uma fortaleza, que atuava como uma verdadeira barreira contra os vícios. Desta forma, educar pressupunha clausura, para evitar, assim, tudo que pudesse ameaçar o projeto de investimento na moralização e na saúde das crianças. Borges adotava uma postura firme, disciplinadora, mas ao contrário do praticado pela maioria de seus pares de então abominava o castigo físico como meio capaz de alavancar a aprendizagem. Sua luta contra a violência física durante o processo de formação do aluno vinha ao encontro de sua posição contrária à escravidão claramente expressa em seus discursos à frente da instituição que comandava ou nos meios públicos com os quais contribuía, como jornais e revistas.

Cabe ainda apontar que se o Barão de Macaúbas recorreu à imprensa para defesa dos seus ideais pedagógicos, esta lhe serviu para manifestar seu posicionamento público relativo a outros pontos/temas. Por ocasião da Guerra do Paraguai, manifestou-se pela imprensa, conclamando ao povo à luta em defesa da soberania brasileira. Mas, não se restringiu a este tipo de atitude:

existentes comprovam, entretanto, que seus tios, filhos do segundo matrimônio de seu avô e seus contemporâneos, estudaram no famoso colégio do Rio de Janeiro.

chegou mesmo a patrocinar, com suas próprias rendas, o batalhão dos "Zuavos Baianos". Como já assinalado, foi um partidário do abolicionismo, tendo fundado a "Sociedade Libertadora 7 de Setembro", que publicava o jornal "abolicionista"; sinal complementar de sua preocupação com a condição de cidadania e da formação de homens livres, civil e intelectualmente. (GONDRA, SAMPAIO, 2010, p.80-81)

O posicionamento progressista de Abílio não deixa de ser surpreendente, visto que seu colégio acolhia justamente os filhos da elite escravocrata brasileira. Uma característica do colégio era o uso de material didático próprio, desenvolvido pelo mesmo Abílio Borges. Os livros por ele produzidos eram remetidos aos mais variados pontos do Brasil, acompanhados de intensa divulgação que auxiliava na adoção destes por parte de escolas provinciais. O médico baiano foi inovador neste sentido, pois estendeu seu trabalho Brasil a fora em uma época em que a educação era deficitária. No Rio Grande do Sul, na capital e em cidades do interior da província – entre elas Pelotas –, os compêndios de Abílio Borges eram utilizados lado a lado com os livros didáticos dos gaúchos Hilário Ribeiro (1847-1886) e Alfredo Clemente Pinto (1854-1938), este último o autor do sucesso *Seleto em prosa e verso*.

Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897), assim como Abílio, era médico e dedicou a vida à educação. Ou pelo menos grande parte dela, já que no auge de sua escola, dirigida a quatro mãos com a esposa, por ocasião de grave moléstia desta última, vendeu tudo o que tinha no Rio de Janeiro e seguiu para Paris em busca de cura e conforto para a companheira. Nos anos que antecederam tal percalço, Menezes Vieira desenvolveu um trabalho magnífico no setor da educação, não se restringindo à escola que levava seu nome. O médico e professor trabalhava ao lado de outro colega de igual formação, Tobias Rabelo Leite (1827-1896), no Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, instituição na qual o segundo foi diretor. O trabalho por ambos desenvolvido contribuiu de maneira definitiva para a consolidação do ensino de surdos no Brasil. Vieira era professor de Linguagem Articulada e preconizava o Método intuitivo de aprendizagem, procedimento que enfatizava o uso de objetos e materiais diversos como recursos pedagógicos. Este método esteve em voga por um grande período, e tanto Abílio quanto Menezes Vieira o utilizaram em seus estabelecimentos de ensino.

Menezes Vieira foi um sujeito inovador. O educador manteve contato direto com seus correspondentes europeus e norte-americanos, mantendo-se a par do que de mais moderno acontecia em termos educacionais. O primeiro jardim de infância – ou

kindergarten – brasileiro foi criado por ele e era comandado por sua esposa. Seu colégio, portanto, recebia meninos a partir de 4 anos, e estes podiam lá permanecer até o ensino secundário, incluindo os preparatórios. Além disso, o currículo oferecia três categorias de ensino profissional: tipografia, tornearia e marcenaria. E mais, aulas de ginástica, de canto, de teatro, de desenho, tanto para alunos internos quanto externos, pois, diferentemente do Colégio Abílio, o Menezes Vieira não funcionava somente em regime de internato. Os materiais didáticos também eram produzidos pelo próprio professor Joaquim de Menezes Vieira: manuais, gramáticas, cadernos de exercícios e livros de leitura na forma de compilações. Também mapas e atlas, aparelhos sofisticados para as aulas de geografia, brinquedos pedagógicos para os pequenos, cartões ilustrativos com informações sobre o Brasil e ainda móveis especialmente confeccionados para as diversas faixas etárias, faziam parte do acervo do colégio. A preocupação com o bem estar dos alunos era tônica da escola: higiene, ambientes arejados e iluminados, jardins espaçosos. O moderno educador Joaquim José de Menezes Vieira também defendia princípios baseados na afetividade e na tolerância como norteadores do aprendizado. O método intuitivo por ele adotado no Instituto Imperial de Surdos-Mudos era também seguido no colégio por ele fundado e batizado com seu nome.²²

2.4 As Conferências da Freguesia da Glória e a Exposição Pedagógica

A educação brasileira era pauta constante de debates públicos. Entre 1873 e 1881, nos Edifícios das Escolas Públicas da Freguesia da Glória, no Rio de Janeiro, tiveram lugar as Conferências Populares da Freguesia da Glória, eventos que tinham como patrocinadora a Associação Promotora da Instrução e buscavam tratar de assuntos concernentes à educação. Em alguns momentos chegaram a ocorrer dois encontros semanais, sempre com público numeroso – com muitos jovens e muitas senhoras presentes – e frequentemente contando com a presença do Imperador e sua família. Intelectuais de destaque na área das letras, políticos, educadores, foram protagonistas

²²Maria Helena Camara Bastos realizou ampla pesquisa sobre a trajetória de Menezes Vieira. Em seu livro **Pro Patria Laboremus: Joaquim José Menezes de Vieira (1848-1897)** é possível reconhecer o trabalho inovador desempenhado pelo educador.

das palestras, que em grande parte receberam publicação na íntegra em jornais da Corte. A realização de conferências populares no Brasil era habitual naquele período, copiando uma prática já disseminada na França. Também em Portugal, de março a junho de 1871, foram realizadas as Conferências do Casino, reuniões comandadas por escritores e intelectuais daquele país e que tiveram em Antero de Quental (1842-1891) seu artífice. A junção de intelectuais portugueses era denominada Cenáculo ou Geração de 70, tal qual o grupo brasileiro.

Conferências de todo tipo e em locais diversos ocorriam no Rio de Janeiro e no restante do Brasil, permitindo a discussão de ideias científicas, políticas e educacionais muitas vezes revolucionárias para a época. As Conferências da Glória foram alvo de críticas – procedentes, ao que tudo indica – por parte de três participantes e espectadores: Silvio Romero, Tobias Barreto e Miranda Azevedo. O grupo postulava que a partir de 1880 se iniciasse uma triagem dos convidados com o intuito de evitar que fossem tratados assuntos de desabonassem ou atingissem de alguma forma o governo imperial e as instituições religiosas. Apesar dessas denúncias, há que se reconhecer o importante papel desempenhado pelas Conferências Populares em relação à difusão da cultura em geral. Dentre as tantas personalidades que passaram pelas palestras realizadas na Glória temos Joaquim Nabuco, Afonso Celso (1845-1910) e Menezes Vieira, três nomes que de alguma forma influenciaram o trabalho futuro de Simões Lopes Neto.

Além de palestrante nos encontros da Glória, Menezes Vieira atingiu grande prestígio por sua participação na Primeira Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro, em 1883, evento descrito com apuro por Carl Von Koseritz (1830-1890), jornalista e político alemão residente no Rio Grande do Sul, nas páginas de seu livro *Imagens do Brasil*²³. O evento fazia parte do Congresso da Instrução, um grande acontecimento em que seriam tratadas questões relativas à administração do ensino dividida entre União e Províncias, à obrigatoriedade do ensino e aos aspectos de sua organização, à criação de jardins de infância e de uma universidade, à educação de surdos, de cegos, entre outros assuntos. Foram convidados educadores, políticos e escritores para que apresentassem trabalhos e pareceres dentro do tema.

²³Cf. COLLICHIO, 1987, p.6 (KOSERITZ, Carl Von. **Imagens do Brasil**. SP: Livraria Martins Editora, Biblioteca Histórica Brasileira, 1941)

Questões políticas se impuseram – a queda do gabinete e do ministro do Império –, e o Congresso foi suspenso pelo novo ocupante da cadeira do Ministério, o gaúcho Francisco Antunes Maciel (1844-1917). O Imperador interferiu no processo, afinal, convidados estavam se deslocando rumo ao Brasil, material pedagógico estava sendo descarregado no porto, a Exposição, ao menos, deveria ocorrer. Os colégios Menezes Vieira e Abílio foram premiados ao lado de outras instituições estrangeiras, sendo que o primeiro recebeu prêmio especial pelo fato de ter instituído o primeiro jardim de infância do Brasil. A Exposição Pedagógica alcançou um público notável entre estudantes, professores, gente do governo e da sociedade. Além de Menezes Vieira e Abílio Borges também estiveram presentes nomes como Benjamin Constant (1833-1891) e o já citado Sílvio Romero, cada qual em sua especialidade opinou sobre temas de interesse educacional.

Quando a última das Conferências da Glória aconteceu, Simões Lopes Neto vivia na Corte e estava com 16 anos. E tinha 18 quando ocorreu a Exposição Pedagógica. É possível que ele fizesse parte do contingente de jovens que assistia aos eventos da Glória e que frequentaram o pavilhão da exposição: um rapaz inteligente e de posição privilegiada, vivendo na casa de um tio-avô “de grande prestígio na corte”²⁴, certamente poderia participar de acontecimentos deste porte. E como já mencionado anteriormente, as ideias de Menezes Vieira estão presentes na obra pedagógica de Lopes Neto (como adiante veremos), o que corrobora com a ideia de que o pelotense de alguma forma teve contato com o trabalho do brilhante educador e integrante de destaque dos dois eventos.

Também no ano de 1883 tem início uma série de crônicas veiculadas no jornal carioca *Gazeta de notícias* chamada *Balas de estalo*. A coluna foi publicada até 1886 e teve como colaborador principal o escritor Machado de Assis (1839-1908). Com linguagem leve e acessível, a série misturava crítica social e humor na medida certa. Não é exagero afirmar que Simões Lopes Neto lia e admirava o trabalho realizado por Machado de Assis e seus pares da *Gazeta*: poucos anos após sua volta à Pelotas, o jovem João estreou nos jornais de sua cidade com uma coluna homônima e de teor semelhante. A estada no Rio de Janeiro, embora parcamente documentada, por certo deixou marcas indeléveis em nosso escritor.

²⁴ Cf DINIZ, 2003, p.57

A vida cultural na Corte era intensa e tudo indica que Lopes Neto participou dela vivamente, como, aliás, faziam todos os jovens bem situados socialmente. A efervescência se dava no âmbito cultural e político. Como vimos, a chegada de correntes científicas europeias agitava o pensamento local, que reagia de forma a sintetizar as novas ideias e as práticas nacionais, sendo que o maior paradoxo se dava em relação à escravidão. No período em que Simões viveu no Rio de Janeiro o movimento abolicionista tomou vulto e alguns nomes, em particular, tomaram a frente das discussões.

2.5 O pensamento abolicionista: Nabuco, Patrocínio e Romero

Joaquim Nabuco foi um dos principais articuladores da campanha pelo fim da escravidão. O pernambucano entendia que os abolicionistas estavam divididos em dois grupos: os propagandistas (oradores fervorosos capazes de levantar plateias) e moderados (que se dedicavam à discussão do assunto junto à classe política). Nabuco identificava-se com o segundo grupo e no primeiro temos em José do Patrocínio (1853-1905) o maior expoente. Ambos, contudo, concordavam que a escravidão fizera do Brasil um anacronismo no mundo moderno, o que o condenava aos olhos de europeus e norte-americanos. A pressão exercida em outros momentos por grandes nações (o fim do tráfico de escravos em 1850 se deu por pressão inglesa, por exemplo) eram lembradas pelos abolicionistas, que em seu entusiasmo por um desfecho a contento fizeram esforços de todo tipo no sentido de mobilizar a opinião pública estrangeira. Joaquim Nabuco, em 1880, solicitou a análise do processo brasileiro pelo ministro americano Henry Hilliard, que o atendeu afirmando sua adesão ao processo abolicionista. José do Patrocínio, em 1884, recorreu à figura do escritor Victor Hugo, certo de que a proximidade deste com D. Pedro II seria capaz de gerar alguma atitude impactante do imperador por conta de uma possível interferência do escritor francês. Tais pedidos de apoio não obtinham aceitação por parte de alguns adversários políticos e de setores intelectualizados, causando até mesmo contrariedade e acusações de tomada de atitudes antibrasileiras por parte dos abolicionistas. O fato, entretanto, é que o movimento abolicionista crescia em todo o Brasil, e o fim da escravidão – prática que já vinha sendo refreada paulatinamente através das leis Eusébio de Queirós (1850), do

Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885) – finalmente se efetuou em 1888 com a promulgação da Lei Áurea.

No entanto, para além da discussão sobre o fim da escravidão propriamente dita, existia outra questão: a racial. Para os abolicionistas, até onde se pode perceber em seus manifestos, era comum a ideia de inexistência de preconceito racial no Brasil. O caráter assimilador da colonização portuguesa era saudado, em contraste, por exemplo, com a realidade norte americana tida como muito mais discriminatória.²⁵ O contexto brasileiro afeito às teorias raciais previa que uma figura referencial dentro do processo abolicionista como Joaquim Nabuco postulasse por uma sociedade mais branca, e que José do Patrocínio, ele próprio fruto da miscigenação, adotasse uma posição favorável ao branqueamento, o que aos olhos de hoje assume caráter contraditório. O fato é que, ainda que as teorias de inferioridade racial fossem tratadas enviesadamente pela discussão abolicionista, o ideal evolucionista de que o branco triunfaria era praticamente consenso. O pensamento geral era o de que o ideal para o Brasil seria a imigração europeia, o branco do norte que protagonizaria, no decorrer de algumas décadas, o branqueamento da população brasileira, minimizando e diluindo seus traços africanos e indígenas.

A difusão da ideia de uma raça branca europeia superior vinha atrelada à questão econômica: a prosperidade e o fortalecimento das principais potências eram vistos como decorrentes da capacidade intelectual do europeu, resultado de condições favoráveis em termos de ambiente físico – o clima ideal – e de sua herança genética. As teorias sobre determinismo climático e sobre determinismo racial ganhavam força quando tinham por escopo o Brasil. Ao contrário da América do Norte, de colonização inglesa, que sempre operou socialmente a partir da segregação racial, a sociedade brasileira era tida, de modo geral, como um caldeamento generalizado de raças em vias de deterioração. A maior parte dos intelectuais brasileiros silenciou sobre as implicações das teorias raciais, ao menos naquele momento. Alguns procuraram apenas se ater às discussões sobre a abolição, sem tocar nos problemas que teorias excludentes criavam para a situação brasileira. Já os que se envolveram em debates sobre as teorias raciais deterministas

²⁵Skidmore (2012, p.118), analisando o contexto brasileiro em contraste com o americano afirma que “quaisquer que fossem as supostas diferenças nas atitudes raciais, os americanos haviam praticado a miscigenação livremente. (...)Nenhuma sociedade escravagista nas Américas deixou de produzir uma ampla população de mulatos. A diferença não estava no fato da miscigenação, e sim no reconhecimento ou não reconhecimento dos mestiços como grupo separado.(...)Na realidade, a sociedade branca americana havia simplesmente empurrado seus mestiços para a categoria inferior dos “negros””.

tendiam a naturalizar a ideia de purgação dos traços negativos através do branqueamento. É possível pensar que a adoção do viés biológico como paradigma de interpretação da sociedade brasileira deu-se de maneira a evitar uma análise mais profunda das implicações advindas da prática da escravidão, afinal, a lógica econômica sempre dependeu diretamente da mão-de-obra escrava e a classe intelectual, querendo ou não, majoritariamente era oriunda da elite proprietária. Segundo Roberto Schwarz:

Ao converter-se à visão cientificista, e sobretudo à terminologia correspondente, o escritor “modernizado” abria mão da inteligência das coisas depositada na linguagem comum, na lógica do cotidiano, na prática política e nas regras da inserção social dele mesmo. Ou melhor, ele relegava a plano secundário o que sabia por experiência própria e alheia a respeito do funcionamento do país. Em troca adquiria uma superioridade duvidosa, para a qual contribuía o culto à Ciência e ao Progresso, mas também a credulidade tradicional e a admiração primária pelo palavreado impronunciável. A descontinuidade mental introduzida por essa reforma do espírito, que não foi a última de sua espécie, merece reflexão. Ao menos em parte ela repunha, com fachada de teoria, a fratura social que em tese a Abolição devia superar. (SCHWARZ, 2006, p.113-114)

Silvio Romero foi peça-chave na formulação do pensamento crítico no Brasil. Romero entendia que as três raças reunidas deram origem a uma sub-raça mestiça e crioula que se distinguia da europeia, não interessando mais a discussão sobre o possível caráter positivo ou negativo deste fato, estava feita a fusão e pronto. Seu pensamento oscilava entre os possíveis efeitos benéficos da miscigenação e as características inferiores de cada uma das raças que compunham o brasileiro. Para ele, até mesmo a ideia de que o elemento branco português era inferior ao branco anglo-saxão fazia sentido. Desta forma, é possível compreender por que a vinda de europeus do norte era aclamada pela elite branca nacional em detrimento da imigração de chineses, por exemplo, recorrentemente rotulados como inferiores. Schwarz avança na análise do comportamento dado a incorporar o pensamento europeu por parte dos intelectuais brasileiros:

(...)a ala cientificista de nossos críticos, diante do autoexame social a que a dissolução da ordem escravista convidava, foi buscar autoridade e recursos intelectuais na miragem da ciência europeia, assimilada em variante degradada, quase supersticiosa. Não há dúvida quanto ao ímpeto de luta das convicções evolucionistas, que arremetiam contra o providencialismo católico e a idealização da ordem tradicional. Mas a sua virtualidade legitimadora num país que, levada a cabo a Abolição, não pensava trazer os seus pobres à cidadania, também é evidente. As teses fantasiosas mas sempre extra políticas sobre os fundamentos do atraso social engrenavam à perfeição com as novas desigualdades do Brasil oligárquico. (SCHWARZ, 2006, p.114)

Há outro fator lateral interessante para se considerar: o Brasil era regido por uma oligarquia agrária que muitas vezes era mestiça: não só brancos eram donos de terras, também mulatos claros compunham tal universo. A miscigenação, quando operada no estrato superior da sociedade, não redundava obrigatoriamente em marca significativa: a condição econômica e a posição social alcançada era muitas vezes o que determinava a percepção da cor da pele. Ou seja: quanto maior a presença de sangue branco, maior a possibilidade de ocupar uma posição de prestígio; e por outro lado, quanto mais alta a posição social, mais clara se tornava a pele. Segundo Skidmore²⁶ “o patrimônio e a posição social aparentes da pessoa observada, indicados por seus trajes ou por seu círculo social, também afetavam a reação do observador, como indicava um adágio popular brasileiro, segundo o qual o “dinheiro embranquece””.

Ao contrário de Silvio Romero, que em 1880 escrevera em tom pessimista que o povo brasileiro descendia “de um estragado e corrupto ramo da velha raça latina, a que juntara-se o concurso de duas raças mais degradadas do mundo, os negros da costa e os pele-vermelhas da América”²⁷, Simões Lopes Neto rejeitava as teorias sobre diferenças inatas entre as raças e marcou sua posição a favor da mestiçagem em passagens de suas obras. Para Romero o resultado do caldeamento das raças no Brasil ressaltava seus piores traços e “o servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação informe sem qualidades fecundas e originais.”²⁸ Na obra de Simões a presença de negros e índios ganha importância²⁹ e a mestiçagem é vista como caminho lógico para o futuro do país. O pelotense não sugere traços negativos e tampouco atribui superioridade a qualquer das raças formadoras do brasileiro, pelo contrário, chama a atenção para as qualidades de cada um dos povos que relacionou como constituintes de seus compatriotas. Nesta conta entram os portugueses, os índios e os negros, mas também os imigrantes espanhóis, franceses, italianos,

²⁶SKIDMORE, 2012, p.81-82

²⁷ROMERO apud SKIDMORE, 2012, p.77

²⁸Idem p.77

²⁹No ensaio *Contexto e natureza de Terra gaúcha* (in **Terra gaúcha**, 2013, p.246-250), Luís Augusto Fischer faz inspirada reconstituição do contexto em que Simões Lopes Neto escreveu a obra citada e aborda com perspicácia a posição do autor sobre a questão racial, sua filiação ao pensamento de Manuel Bonfim, assim como aponta os diversos personagens negros e índios presentes na produção simoniana.

ingleses e alemães, o que demonstra o olhar franco e aberto também às mudanças sociais em função do processo imigratório.³⁰

2.6 De volta ao Sul

O ano de 1884 estava chegando ao fim quando nosso escritor regressou para Pelotas de forma abrupta e intempestiva, ou pelo menos sem explicação aparente que convença. O jovem rapaz, com 19 anos, sem ter concluído um curso superior, provavelmente tendo somente realizado os preparatórios – nada disso confirmado de forma cabal até hoje –, retornou ao Rio Grande deixando para trás uma aura de suposições. Regressara adoentado, para alguns; sua volta foi impelida por conta de um episódio constrangedor familiar do qual uma tia teria sido pivô, para outros; enfim, nada se sabe ao certo. Entretanto, há um detalhe interessante que pode sugerir realmente seu envolvimento com uma prima, ou quem sabe uma tia (o escritor tinha tios na sua faixa etária, por conta do segundo casamento do avô): seu mais recente biógrafo, Sica Diniz, cita que dentre as poucas lembranças ainda hoje existentes de Simões Lopes Neto está um bilhete escrito de próprio punho em novembro de 1884 com o título “Despedida” e endereçado a Luiza de Queiroz. Olhando de longe todo o quadro, não é absurdo pensar numa alusão à personagem da obra *Primo Basílio*, de Eça de Queiroz, e em um possível envolvimento do jovem com alguma parenta próxima.

Durante sua estada no Rio de Janeiro seu pai se transferira para Uruguaiana, para lá tomar conta de uma propriedade da família. Em seu retorno, Simões Lopes Neto viveu algum tempo na estância da Graça, mas visitou o pai na fronteira com a Argentina mais de uma vez – uma viagem longa, de vários dias, para cobrir mais de 500 quilômetros –, ocasião em que deve ter conhecido o Cerro do Jarau e a lenda em torno da fumaça encantada, que vinte anos depois ganharia forma literária através de sua pena. O período deve ter sido de dedicação à leitura. Estava distante da agitação da Corte, é verdade, mas certamente mantinha-se conectado com o centro do Império através de jornais e revistas que chegavam através do porto da vizinha Rio Grande, ou mesmo através de notícias veiculadas por telégrafo, já que o sistema estava presente em Pelotas

³⁰O tema das raças na obra de Simões Lopes Neto será abordado novamente adiante, no capítulo 5, quando da comparação entre as obras **Terra gaúcha** e **Cuore**.

desde 1870. Ainda que a cidade não vivesse mais seu auge com as charqueadas e o comércio de seu produto – a economia baseada no charque inicia seu declínio neste período –, sua posição era de destaque dentro do universo provincial. A modernidade alcançava a cidade: a primeira linha telefônica da província rio-grandense, por exemplo, foi ativada em Pelotas no ano de 1885. Distante da Corte, mas perfeitamente integrada à economia brasileira ainda em função da atividade econômica preponderante na região, Pelotas mantinha vínculo direto com o complexo escravista imperial e com o modo de vida europeizado da elite carioca. Por outro lado, a cidade mantinha também intensa ligação com o mundo dos estancieiros sulinos, o qual se relacionava fortemente com o mercado do Prata. Desta forma, através do contato facilitado pela proximidade com o porto de Rio Grande, pela atividade econômica que colocava Pelotas no panorama geral do Império, pela proximidade com Uruguai e Argentina e muito por sua condição de membro da elite com acesso à cultura, Simões Lopes foi forjando sua visão de mundo, a qual subsidiaria sua trajetória de jornalista, escritor e homem público.

2.7 A estreia em jornal

1888 foi o ano da Abolição da escravatura e da estreia de Simões Lopes como colaborador de jornais de sua cidade. Com 23 anos, ele estreou no jornal pelotense *A Pátria* publicando dois poemas, para em seguida criar uma seção intitulada *Balas de Estalo*. Sempre escritas em versos e assinadas por algum João, de nome composto associado ao riso, Riforte, Ripouco, Risempre, Riduro e assim por diante, as publicações da seção eram divertidas, satíricas, sem maior compromisso. A primeira fase das *Balas de Estalo* – nome ao que tudo indica inspirado na série da carioca *Gazeta de notícias*, da qual Machado de Assis era um dos autores – é composta por um conjunto de 21 publicações esporádicas, obedecendo a forma de triolés³¹ e foram veiculadas entre 2 de julho de 1888 e 1º de outubro do mesmo ano. Segundo Carlos Reverbel “ele escrevia como quem se diverte, glosando, quase sempre de forma humorística, os acontecimentos do dia-a-dia e não raro, bulindo, de modo irreverente, com as pessoas neles envolvidos”³². É relevante aqui lembrar que o autor pelotense, ao

³¹Triolés: composição poética que utiliza estrofes de 8 versos com duas rimas e na qual o primeiro, o quarto e o sétimo verso são iguais, assim como o segundo e o oitavo.

³²REVERBEL, 1981, p. 44

contrário do carioca, escrevia sua coluna sozinho, enquanto a série publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, era escrita a várias mãos.

Também muito jovem, com apenas 20 anos, Machado de Assis estreara em jornal em *O Espelho*, do Rio de Janeiro, dando início à frutífera carreira de cronista, na qual atuou por longo tempo. No jornal *Gazeta de notícias* publicou a maior parte de suas colunas, em diferentes séries: *Balas de estalo*, *A+B*, *Gazeta de Holanda*, *Bons dias!* e *A semana*. Com características diversas, se moldavam às circunstâncias históricas e sociais e acompanharam o amadurecimento do próprio autor. “Há pessoas que não sabem, ou não se lembram de raspar a casca do riso para ver o que há dentro”³³, com esta frase Lélío, pseudônimo de Machado de Assis na série *Balas de estalo*, inicia uma de suas crônicas, em 26 de janeiro de 1885, alertando que as *Balas*, aparentemente doces, depois de desembrulhadas podiam guardar outras surpresas. As 125 crônicas de Machado escritas para a seção, textos que misturavam humor e crítica social em uma linguagem leve e acessível aos muitos leitores da *Gazeta*, compuseram um total de 940 crônicas. A série contava, além de Machado, com célebres intelectuais seus contemporâneos, como Capistrano de Abreu, Ferreira Araújo, proprietário do jornal, entre outros.

Tudo leva a crer que Simões Lopes fosse um leitor habitual da *Gazeta de notícias*. Além da coluna capitaneada por Machado de Assis, da qual o pelotense parece ter retirado o nome para batizar sua própria coluna, alguns colaboradores do jornal, de áreas diversas, de alguma maneira iluminaram seu trabalho futuro. Entre estes estão o acima citado historiador Capistrano de Abreu, o abolicionista José do Patrocínio e o escritor português Ramalho Ortigão (1836-1915). Ortigão cooperou com o jornal de 1877 a 1915, tendo inclusive vivido por alguns meses no Brasil em 1887 e aqui estabelecido relações de amizade no meio jornalístico e político. Entre as personalidades com quem travou laços de amizade está Eduardo Prado³⁴, com quem esteve, inclusive, visitando o sul do Brasil e o Uruguai. Quaisquer inferências em relação à tomada de seu trabalho como modelo por parte do jovem Simões parecem fazer sentido. Homem versátil, Ramalho Ortigão escreveu sobre temas variados e inspirou toda uma geração por praticar um jornalismo pautado pela crítica social e cultural e atravessado por ironia.

³³ Disponível em <http://www.cronicas.uerj.br/>

³⁴ Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), historiador, diplomata, monarquista convicto e amigo pessoal do Visconde de Rio Branco, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

A coluna mensal *As Farpas*³⁵ em parceria com Eça de Queiroz, por exemplo, inspirou José do Patrocínio e Demerval da Fonseca a criarem o periódico *Ferrões*, que circulou em 1875, e no qual costumes políticos, sociais e culturais da Corte foram objeto de sátiras e críticas afiadas.

Em temporada parisiense, em 1878, Ortigão escreveu sobre a Exposição Universal ocorrida naquela cidade, trazendo detalhes do encontro que abordou questões relativas à educação, como os jardins de infância e os museus pedagógicos. As informações divulgadas por Ortigão certamente estiveram presentes nas pautas das Conferências da Freguesia da Glória e durante a Exposição Pedagógica, onde educadores renomados, como Menezes Vieira e Abílio Borges, foram presenças assíduas. O escritor português colaborou também com o *Antônio Maria*, jornal português de expressão satírica que através de pinceladas humorísticas retratava a sociedade e a política portuguesas. Nenhuma ilação parece ser tão evidente até aqui, não fosse o pseudônimo adotado por Ramalho Ortigão e por seu parceiro de jornal Guilherme de Azevedo: João Ribaixo e João Rialto, respectivamente. O uso de pseudônimos era prática comum, e Simões Lopes Neto não só estava ciente disso como também se apropriou de alguns nomes supostos já consagrados com o provável sentido de afirmar sua filiação às ideias do titular. Seus “Joões” possivelmente devam sua existência à Ramalho Ortigão, assim como a personagem Zé Povinho, que aparece na segunda fase das *Balas*, deve ter tido origem na caricatura criada pelo português Raphael Bordallo Pinheiro (1846-1905) e difundida através do trabalho conjunto deste com o abolicionista José do Patrocínio nas páginas dos periódicos *O Mosquito* e *O Besouro*.³⁶

As *Balas* de Simões Lopes Neto giram sobre temas variados, de acontecimentos do cotidiano à crítica política e social. Segundo Lígia Chiappini, os pequenos triolés eram tratados inicialmente à maneira dos poemas parnasianos de Fontoura Xavier.

(...)com temática de circunstância, engraçados, mas de humor leve, cujo sentido muitas vezes nos escapa, justamente por terem envelhecido com os fatos imediatos a que aludem.” Ainda assim, assegura Lígia, “é possível perceber uma certa irreverência para com as autoridades políticas e religiosas, uma liberdade de espírito, uma certa identificação com o que chamava de ‘Zé Povinho’ e seus problemas. (CHIAPPINI, 1987, p.29)

³⁵Folhetim de publicação mensal, que circulou em Portugal, assinado por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão durante os anos de 1871 e 1872, e só pelo segundo até 1882, quando encerrou sua distribuição.

³⁶Publicações ilustradas de teor satírico que circularam na década de 1870, no Rio de Janeiro.

Nesta primeira fase das *Balas de Estalo*, Simões Lopes Neto usou um pseudônimo diferente em cada produção, eram os ‘Joões’ vinculados ao riso. João Riforte assina a primeira publicação, em que o humor dá o tom na abordagem sobre um concerto realizado na cidade.

Foi uma pena e teve graça \ A sorte da companhia: \ No tempo da carestia, \ Foi uma pena e teve graça... \ Queixam-se à hipocondria \ Certas figuras da praça... \ Foi uma pena e teve graça \ A sorte da companhia.

Salvou-se a arte de Liszt, \ As criações de Thalberg \ Co’a graciosa Schomberg, \ Salvou-se a arte de Liszt – \ - Co’a força dos metais Berg – \ O meu triolé insiste: \ Salvou-se a arte de Liszt \ As criações de Thalberg!

No concerto do concerto \ Com certo *aplomb* se destaca \ Muita fidalga casaca \ No concerto do concerto... \ E... uma comenda qu’estaca \ Torcendo a cara ao aperto, \ No concerto do concerto, \ Com certo *aplomb* se destaca...³⁷

Na terceira publicação da primeira fase, em 10 de julho, nosso autor, atendendo por João Riduro, faz troça de um episódio entre políticos, provavelmente ocorrido durante uma sessão de votação ou julgamento.

É o caso; um deputado: \ Chamou a outro confesso!... \ Valor prá palavra peço. \ É o caso: um deputado, \ Feito figura de gesso, \ Ouviu quase atoleimado... \ É o caso: um deputado \ Chamou a outro confesso.

Coraram as galerias, \ Os beleguins s’entr’olharam... \ Alguns se acotovelaram... \ Coraram as galerias! \ As palavras qu’escutaram \ Passaram por velharias... \ Coraram as galerias, \ Os beleguins s’entr’olharam!

Tremeu a Cadeia-Velha \ Desde a ripa té o solo: \ Por um triz não saiu rolo... \ Tremeu a Cadeia-Velha!... \ Custou mais que um seco bolo!... \ A mais duma ruça abelha... \ Tremeu a Cadeia-Velha, \ Desde a ripa té o solo!...³⁸

A coluna do dia 27 de setembro, poucos meses após a Abolição, traz Silva Jardim (1860-1891) e José do Patrocínio como personagens. O primeiro, abolicionista e, mais que tudo, um republicano convicto, e o segundo, o grande porta-voz do movimento, homem capaz de levantar as plateias mas que se escusava de atacar a monarquia, foram os protagonistas de um embate público por conta de suas

³⁷LOPES NETO apud MOREIRA, 1983, p. 9 (a grafia original das *Balas de Estalo* foi respeitada por Moreira e, da mesma forma, foi mantida neste trabalho)

³⁸Ibidem p.11

divergências políticas. A desavença entre os antigos companheiros não escapou da pena atilada do escritor pelotense. Assinava a crônica Job Runchado.

Já dança na corda bamba \ SÔ DOTÔ Silva Jardim; \ É isto: sempre é assim, \ Já dança na corda bamba: \ Não se chega nunca ao fim, \ Senão passando no samba; \ Já dança na corda bamba, \ SÔ DOTÔ Silva Jardim.

Senhor Zé do Patrocínio \ Deita...ENERGIA na frase: \ E quer que tudo se arrase, \ Senhor Zé do Patrocínio! \ Para tudo ele tem base; \ Ferro, fogo, morticínio \ Senhor Zé do Patrocínio \ Deita energia na frase.

Dá-se de prêmio um doce \ A quem decida a questão: \ De que lado está a razão? \ Dá-se de prêmio um doce. – \ Quem é RATA? – Votação! \ Vejamos quem é que tosse: \ Dá-se de prêmio um doce \ A quem decida a questão!...³⁹

Ainda em 1888 o pelotense adotou o pseudônimo Serafim Bemol, que o acompanhou por muito tempo. A série de crônicas em que estreia o suposto nome, *O Rio Grande à Vol d'Oiseau*, foi também veiculada no jornal *A Pátria* e discorria sobre suas viagens a Rio Grande e São José do Norte. Foram somente seis publicações, entre novembro e dezembro do referido ano e delas pouco tem sido falado. Sica Diniz somente as menciona rapidamente na biografia de sua autoria, assim como também só o faz João Cláudio Arendt.⁴⁰ Carlos Reverbel, em menção rápida, afirma que nestas crônicas “já se percebe a originalidade e o talento do futuro escritor.”⁴¹ O volume *Obra completa*⁴² do autor, organizado por Paulo Betancur, traz as seis crônicas na íntegra, assim como já havia feito anteriormente Ângelo Pires Moreira.⁴³ A série inaugura as publicações de Simões Lopes em prosa, até então tínhamos as *Balas de Estalo* na forma de triolés e também dois breves poemas, anteriores à série homônima à carioca que Machado de Assis contribuía, também no mesmo jornal de Pelotas.

Nas seis crônicas sobre a viagem às cidades vizinhas, Simões Lopes Neto já imprime realmente alguns traços do estilo literário que o caracterizará em suas produções futuras. A descrição das duas cidades, de seus habitantes e, principalmente dos hábitos destes, é rica e minuciosa. Aqui também vale evocar Ramalho Ortigão: além da já citada viagem a Paris que originou os relatos veiculados na *Gazeta de notícias*, sua ida à Holanda deu origem a uma série extensa de crônicas batizadas com o sugestivo

³⁹Ibidem p.21

⁴⁰**Histórias do bruxo velho. Ensaio sobre Simões Lopes Neto**, 2004, p.28

⁴¹REVERBEL, 1981, p.85

⁴²**Obra completa, Simões Lopes Neto**. 2003, p.1052-1060 (Completa parece ser um termo amplificado, já que nem toda a produção está presente na coletânea)

⁴³**A outra face de J. Simões Lopes Neto, 1º vol.** 1983, p.8 et seq

nome *Notas de viagem*, onde o autor português descrevia as paisagens, as cidades, os costumes, a arte, enfim, a cultura holandesa de modo geral. A série foi publicada entre 1883 e 1885, tempo em que Simões Lopes vivia na Corte.

Na primeira crônica em que Simões Lopes Neto fala de Rio Grande, o autor não poupa críticas a quem acha que as merece; mais adiante, ao falar sobre traquejo social, saúda a elegância de gestos e compara em muitos momentos os locais aos pelotenses. Não há como deixar de identificar no texto uma ponta de fina ironia na crítica aos modos europeizados que reinavam em grande parte do Brasil.

Cidade antiga – bem antiga – e sempre a excitar curiosidade. Berço de muitos homens ilustres – e como todos os berços de homens ilustres – berços também de famigerados patifes. Terra de jornalistas decididos: no talento, no trajar, nas maneiras, no critério – outros no desaforo e na virulência – sempre altaneiros(...)Aqui – em que pese aos pelotenses – em geral, há mais cortezia, mais desse verniz do exterior, a polidez desembraçada, que tinge logo de cor de rosa – a primeira saudação, uma apresentação vale um camarada – usa-se de luva de pelica até para oferecer um charuto(...)E um leve toque de estrangeirismo dá uma feição mais original aos antigos moldes das nossas medidas. (LOPES NETO apud MOREIRA, 1983, p. 27)

O tom das crônicas oscila entre crítica e elogio, e muitas das vezes Simões aproveita alguns temas locais para tratar de questões e demandas de sua própria cidade, como, por exemplo, quando descreve alguns prédios públicos de Rio Grande e serve-se disso para criticar a morosidade de um projeto de construção de um asilo de mendicidade em Pelotas. Trata-se de assunto que perpassa a história social brasileira, como podemos verificar no texto da segunda publicação, o que denota permanência da série *Rio Grande à vol d’oiseau*.

Pelotas quer um palácio, tem terreno e cinquenta contos; temos a procissão dos pobres às quintas-feiras e sábados, com suas placas e os seus aleijões – coitados – e no entanto, discute o senhor A com o senhor B, porque as escadarias do vestíbulo devem ser de mármore e não de reles tábuas de pinho, e discute o senhor C com o senhor D, porque os vidros da janela devem ser foscos e não canelados, discutem depois os senhores A, B, C, D, porque o pavilhão ou pavilhões devem ser assim e não assado. E enquanto se decide se o pavilhão ou os pavilhões devem ser – assados, cozidos -, continua o frio, a fome não para, a moléstia não dorme, as lamentações não se calam. Afinal, quem esperou tanto tempo, só pelo prazer de morar no pavilhão ou nos pavilhões...que espere outro tanto. (LOPES NETO apud MOREIRA, 1983, p. 30)

O motivo da ida às cidades vizinhas, apesar de não especificado, pode ser inferido: a visita a uma Exposição Municipal. A terceira crônica descreve com pormenores indústrias dos mais variados tipos: tecidos, couros, fundições, móveis, calçados, alimentos e bebidas, o que comprova o considerável desenvolvimento da cidade portuária. Na quarta o autor reflete sobre a própria exposição, sua organização e importância, conclamando ao final seus concidadãos a que compareçam às outras edições.

As duas últimas crônicas tratam de São José do Norte, a “continuação do Rio Grande” que “Velha e abatida, a testemunha da Guerra de 35, o teatro de façanhas do lendário Garibaldi, mostra na sua tristeza e nas suas casas arruinadas, toda a melancolia, mescla de saudade e de enfraquecimento”.⁴⁴ A descrição é singela e aqui e ali desponta um comentário sobre questões de ordem pública. O republicano Simões finaliza a penúltima crônica com referências à Câmara Municipal da cidade. Em uma descrição carregada de ironia o autor fala da presença impositiva de D. Pedro II na parede do prédio público: “Como de costume, o infalível retrato a óleo do Imperador e a coroa, o escudo, os ramos de fumo e de café e indefectível P. II, que acompanha tudo, desde os chanfalhos militares, até as iluminações a gás nos dias de festa.”⁴⁵

⁴⁴Ibidem p.35

⁴⁵Ibidem p.36

3 O SUCESSO DE *CUORE*

Este capítulo se subdivide em cinco partes. A primeira apresenta a obra *Cuore*, de Edmondo De Amicis, publicada em 1886 na Itália e tenta estabelecer alguns nexos entre o trabalho desenvolvido por seu autor e o processo histórico social italiano. A seguir são apontados alguns dados biográficos de De Amicis. O terceiro subcapítulo aborda a trajetória de *Cuore* no Brasil, enfatizando sua ampla difusão na rede escolar brasileira. O quarto apresenta uma breve biografia de Raul d'Ávila Pompeia (1863-1895), autor de *O Ateneu (Crônica de saudades)*. Por fim, encerrando o capítulo, as duas obras são cotejadas na busca de pontos comuns. A leitura atenta de *O Ateneu* permitiu identificar diversas passagens e referências que remetem à obra italiana. *Cuore* fez sucesso imediato em seu país de origem e rapidamente se tornou conhecida e foi traduzida em toda a Europa.

Mais uma vez a figura de Ramalho Ortigão como propagador de ideias e novidades pode ser ventilada: Ortigão traduziu alguns trechos de *Cuore* para o português, publicando-os em jornais de Portugal. A história italiana foi traduzida integralmente para o idioma lusitano por Miguel de Novais⁴⁶, antes de receber as primeiras versões brasileiras, isso já em 1891. O fato de Ramalho Ortigão publicar grande parte de seu trabalho no Brasil, aliado à troca cultural permanente entre os dois países, permite supor que Raul Pompeia leu a obra italiana em seguida de sua publicação, se não em alguma das versões portuguesas, na língua original da obra, o italiano, idioma que o autor dominava. Ainda que o paralelo entre estas duas obras não diga respeito ao trabalho desenvolvido por Simões Lopes Neto, o fato de *Cuore* circular com sucesso no meio letrado brasileiro e de seu uso nas escolas ter atingido a rede escolar como um todo, suscitou trabalhos do gênero em diversos cantos do Brasil. Inclusive na região mais ao sul, pelas mãos de Lopes Neto. Este assunto será tratado, entretanto, em capítulo mais à frente.

⁴⁶O português Miguel de Novais era cunhado de Machado de Assis. Miguel e Carolina vieram para o Brasil em 1866. Viveu em Paris entre 1878 e 1881, voltando a residir em Portugal a partir desta data. Machado e Novais correspondiam-se regularmente “o irmão de Carolina parece ter sido um dos poucos interlocutores com quem Machado se desfazia de suas reservas, comunicando-lhe seus projetos literários, o que não fazia com seus amigos mais íntimos.” **Correspondência de Machado de Assis : tomo II, 1870-1889** disponível em: www.academia.org.br acesso em: 4 fev 2015

3.1 *Cuore* na Itália

Publicado na Itália em 1886, *Cuore*, de Edmondo De Amicis (1846-1908), conheceu imediatamente enorme sucesso. Decorridos apenas dois meses e meio de sua publicação já alcançava o expressivo número de 40 Edições, em quatro anos atingia a 101ª e em dez anos somavam-se 197 edições. Ainda que as tiragens não costumassem ser tão expressivas numericamente, o fato foi um feito surpreendente para a época. Em 1920 o livro alcançou a impressionante marca de um milhão de exemplares vendidos em todo Itália, tendo sido sistematicamente editado até a década de 1960. De lá para cá vem recebendo edições esporádicas. *Cuore* fez sucesso surpreendente em toda a Europa e também se tornou conhecido em todo continente americano, com traduções no Brasil e na maioria dos países de língua espanhola. A obra foi traduzida, entre outras línguas, para o árabe, para o japonês, num total de vinte e cinco diferentes idiomas.

O livro de De Amicis veio à luz em um momento de renascimento social na Itália: a Unificação italiana se consolidara e a necessidade passava a ser a criação da nação e da pátria, o que obrigatoriamente implicava a formação do próprio homem italiano. A longa história de fragmentação da península impunha diferenças entre as regiões, sendo que a diversidade linguística era um real empecilho para que se efetivasse de fato a integração da jovem nação. O idioma italiano era falado por cerca apenas de 2,5% da população (em algumas regiões em que as línguas locais estavam mais próximas do italiano esse número crescia até 10%), ou seja, eram os dialetos e línguas regionais que dominavam no âmbito da língua falada. Além disso, o analfabetismo atingia os 78%, sendo que os restantes 22% não obrigatoriamente era composto por pessoas que liam e escreviam em italiano, o que predominava eram alfabetizados ou semialfabetizados nos dialetos regionais. A lei Coppino, de 1877, instituiu a obrigatoriedade escolar até os 9 anos de idade, medida que contribuiu para o aumento de unidades escolares. Outra medida tomada pelo governo foi estender a educação escolar aos adultos analfabetos. Com estas duas providências o cenário começou aos poucos a se alterar. A escola passou a ser o meio utilizado para a difusão de valores nacionais e homogeneização linguística, e o livro de leitura tornou-se um dos principais instrumentos utilizados na formação dos italianos.

Edmondo De Amicis foi um ativo jornalista e um dedicado escritor, que em toda a sua produção imprimiu traços das convicções ideológicas e políticas por ele professadas. O autor era filiado ao Partido Socialista, com o qual contribuiu através de seu trabalho como escritor advogando a favor da diminuição das diferenças e das injustiças que permeavam a sociedade italiana. O empenho de De Amicis com as mudanças sociais, ou ainda mais diretamente com a formação cívico-pedagógica, convergiu para a escritura de *Cuore*, um livro que de fato atendeu à demanda de livros de leitura para a escola italiana pós-unificação – ainda hoje é a sua obra de maior reconhecimento por parte dos leitores. Trata-se de uma narrativa que traz o dia a dia escolar, com professores, alunos e suas respectivas famílias em situações que possibilitam a criação de um enredo sensível para o público visado, tudo isso inserido em um contexto com pano de fundo socialista.

Cabe ressaltar que a obra foi publicada visando principalmente sua adoção como livro de leitura nas escolas primárias, mas, conforme Antonio Faeti,⁴⁷ o livro obteve maior sucesso primeiramente fora da escola, já que a obra traduziu em suas páginas a realidade social do país naquele instante; os leitores de modo amplo se percebiam representados legitimamente, se sentindo “atraídos pelos protagonistas operários, artífices, pedreiros, ofendidos do trabalho, pelas condições de vida das classes subalternas”. Talvez por isso, segue Faeti, a obra *Cuore* fosse de uso sucessivo “nas bibliotecas das seções socialistas em que sempre se achava em companhia de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo(...)”.⁴⁸

O advento das escolas públicas propiciou, até certo ponto, a integração entre as classes sociais, e esta se traduz no texto de De Amicis através da diversificada origem social dos alunos: lado a lado nos bancos escolares estão filhos de operários e de burgueses. Fica claro na obra do italiano que a solidariedade entre as classes – e, principalmente, a convivência pacífica entre elas – deve ser o suporte principal na construção de uma nação coesa em torno de uma única consciência. O que permeia a obra são valores familiares aliados a valores sociais, em senso majoritariamente laico, numa clara alusão ao pensamento socialista do qual Edmondo De Amicis retira seu material narrativo e pelo qual guia suas ações. O uso de *Cuore* no sistema escolar foi de

⁴⁷FAETI in MORETTI, 2009, p.143

⁴⁸Idem p.143

reconhecido valor formativo, sendo a obra considerada o produto mais notável da ação educativa pós-unificação.

Cuore compreende o diário de Enrico, um estudante que cursa a terceira série de uma escola municipal da cidade italiana de Turim nos anos de 1881 e 1882. A sugestão do diário partiu de seu pai, que é quem corrige as anotações do garoto. O sumário de *Cuore* é dividido pelos meses do calendário escolar, de outubro a julho, sendo, portanto, composto por dez partes. Cada uma destas divisões compreende vários capítulos sem que, entretanto, obedeçam a um número fixo: algumas partes são compostas por sete, outras por dez ou até por doze capítulos. Em cada uma destas partes que correspondem aos meses do ano escolar, à exceção de julho, encontramos pequenos enredos denominados “conto mensal”. São histórias apresentadas pelo professor, para posterior cópia por parte dos alunos, e que apresentam tramas portadoras de referências históricas e preceitos morais, trazendo as diferentes regiões da Itália como cenário. Alguns destes contos são introduzidos na narrativa pelo próprio Enrico, como é o caso do primeiro, do mês de outubro “Todo mês, disse, ele vai escrever um, vai nos entregar por escrito, e será sempre o relato de uma ação bonita e verdadeira, realizada por um garoto. O pequeno patriota de Pádua é o título deste. Eis os fatos.”⁴⁹ Outros contos compõem o conjunto dos capítulos sem que haja a interferência direta do narrador menino, a narração passa a ser feita em terceira pessoa. Já em “Mérito civil”, o conto do mês de abril, a narrativa gira em torno do feito heroico de um menino da região de Turim. A forma como o enredo é inserido na obra foge um pouco do padrão adotado no conjunto do livro. Professor e alunos participam da homenagem pública a tal garoto, a narração da comemoração é feita por Enrico, e mescla-se à do conto mensal propriamente dito que tem por narrador o prefeito da cidade.

Os contos tem o objetivo de fortalecer o espírito cívico ou as virtudes morais, apelando para o sentimentalismo do leitor e ressaltando pensamentos otimistas frente às dificuldades da vida. A intenção do autor é fazer com que o leitor sinta-se parte do texto, identificando-se com os personagens e com os eventos narrados e com eles aprendendo valores de conduta ética. Estes relatos que integram a narrativa maior são protagonizados também por meninos; além dos dois já citados encontramos outros sete – “O pequeno vigia lombardo”, “O pequeno escritor florentino”, “O tocador de tambor sardo”, “O enfermeiro de Tata”, “Sangue romanholo”, “Dos Apeninos aos Andes” e

⁴⁹DE AMICIS, 2011, p. 31

“Naufrágio” -, que compõem o vasto tecido narrativo que inclui personagens de vários pontos da Itália, o que traduz a vontade de De Amicis de contribuir com a unificação efetiva da Itália. Também estão presentes em cada mês cartas dos pais e da irmã, nas quais valores morais em forma de conselhos são direcionados ao menino Enrico. Tanto os contos quanto as cartas estão inseridos de forma coesa dentro da narrativa maior e servem de passagem ou ligação entre argumentos, sendo que as últimas funcionam como contraponto ao olhar infantil do menino.

Ao longo de todo o livro, os garotos são confrontados com situações em que é preciso escolher como se deve ou não ser, agir e pensar. Na prescrição das virtudes, a serem adotadas na vida pessoal e social, o autor se refere àquelas reprovadas pela sociedade. O recurso utilizado por De Amicis para que seus leitores aprovassem e aderissem a um projeto de formação de uma verdadeira nação italiana foi, sem dúvida, o forte componente emocional. Os jovens deveriam ser conquistados pelo “coração”, para que abraçassem a causa nacional. A obra, até os dias atuais, vem suscitando reações diversas, e muitos a renegam por considerá-la de forte apelo sentimental e carente de análise social mais profunda. Não há como negar, contudo, a importância histórica de *Cuore* como propagador de valores que apontavam para a necessidade de constituição de uma identidade nacional, de uma nação una, de princípios morais que norteassem o estado recém-unificado. O propósito do autor era realmente sensibilizar os leitores juvenis através de passagens de grande apelo emocional, despertando-lhes o ideal maior de amor à pátria, tomando por esteio a família, célula principal da sociedade. *Cuore*, além de ter sido um livro de leitura escolar, com função moralizadora e intenção educativa, cívica e patriótica, estava perfeitamente inserido em seu tempo e cumpriu efetivamente o papel social a ele destinado no que diz respeito à integração cultural e uniformização da língua falada no território italiano.

3.2 O inquieto De Amicis

A trajetória do autor foi singular. Edmondo De Amicis nasceu em Oneglia, província de Imperia, em 21 de outubro de 1846, e morreu em Bordighera, na mesma província, em 11 de março de 1908, as duas cidades situadas na Ligúria, região ao norte da atual Itália. Fez seus estudos elementares em Cuneo e posteriormente frequentou o

liceu em Turim. Mesmo que se interessasse por literatura, muito antes de iniciar sua carreira de escritor tornou-se militar. Ingressando na Academia Militar de Modena com apenas 16 anos, conquistou o posto de subtenente da infantaria combatendo com reconhecido heroísmo na batalha de Custoza, em 1866, durante a terceira Guerra da Independência. A experiência lhe trouxe inspiração para escrever diversos textos sobre a vida militar, publicados na revista *L'Italia militare*, da qual tornou-se editor em 1867. Tais textos foram reunidos e publicados em livro no ano seguinte e levando o nome *La vita militare*. Neste livro De Amicis descreve com pormenores batalhas e movimentos que fizeram parte da luta pela unificação italiana. Como muitos de seus compatriotas De Amicis considerava a ordem militar e o exército de modo geral um eficiente meio de formação da nova nação italiana, seja do ponto de vista linguístico quanto disciplinar. Um ano após a publicação de *La vita militare*, lançou seu segundo livro, uma compilação de contos chamada *Novelle*, segundo parte da crítica sua melhor produção literária.

Autor de muitos livros, em alguns escolheu por tema suas viagens – já por conta de sua atividade como jornalista do *La nazione*, de Florença – como, por exemplo, *Olanda*, publicado em 1874, *Marocco*, em 1876, *Costantinopoli*, em 1878 e *Sull'oceano*, sobre a vinda à América do Sul, mais especificamente à Argentina. Este último foi publicado em 1886 – o autor narra a travessia Itália-Argentina da qual participou, em 1884 – e não é exagero afirmar que é a única obra produzida à época que fala com rigor sobre o processo imigratório pós-unificação italiana. Aventurando-se pela poesia, publicou em 1880 um livro chamado *Poesie*. Em 1883 escreveu *Gli amici* alcançando a partir de então reconhecimento e sucesso. Quando em 17 de outubro de 1886, no primeiro dia de aulas daquele ano letivo, a editora Treves, da cidade de Milão, lançou *Cuore*, De Amicis já despontava como um jornalista e escritor de renome, um sujeito empenhado e preocupado com as questões de seu tempo, capaz de reconhecer na escola o meio ideal de coesão nacional.

Simpático à maçonaria, homem inquieto, estava sempre sintonizado com os acontecimentos a sua volta. Por volta de 1890 filiou-se ao Partido Socialista, passando a contribuir através de seu trabalho como escritor – já reconhecido nacionalmente – publicando ensaios que abordavam o trabalho infantil, a delinquência, a pobreza, os excluídos de toda sorte, enfim, as mazelas e iniquidades que transpassavam a sociedade italiana após o processo de unificação e que eram bandeiras socialistas. A obra

Sull'oceano, já citada, que trata das difíceis condições dos imigrantes, é um bom exemplo de como o autor imprimiu em suas obras questões que tencionavam a conjuntura política e social da Itália unificada. A sua obra mais reconhecida é sem dúvida *Cuore*, mas o autor ainda tratou do mundo da escola em outros dois livros: *Il romanzo d'un maestro* (1890) e *Amore e ginnastica* (1892). No primeiro temos a valorização da figura do professor, apresentado por De Amicis como fundamental para a união cultural da Itália, e no segundo a história gira em torno de uma professora autoritária e envolvente e a adoção da disciplina de ginástica. Por fim, em 1894, aparece *La questione sociale*, um conjunto de artigos de clara inspiração socialista e que, em parte, renega algumas das ideias dispostas em *Cuore*, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo impresso na obra e à falta de voz dos diversos estratos sociais, em especial das classes subalternas.

No mesmo ano de 1894 o escritor foi nomeado como membro do Conselho Superior de Instrução, o que denota a relevância de seu trabalho em prol da educação na Itália. Os anos que se seguiram, entretanto, não foram muito tranquilos para De Amicis que enfrentou diversas tragédias familiares, sendo a mais séria o suicídio de um filho, em 1898. Em 1903 foi eleito sócio da Accademia della Crusca⁵⁰ e em 1905 escreveu *L'idioma gentile*, obra em que discute a necessidade de uma língua única que favoreça a unificação cultural, social e política da Itália. À obra foi conferido, inclusive, o status de documento oficial da política ministerial no que tange às disposições linguísticas, sendo recomendado seu uso em todas as escolas. O texto deixa transparecer uma preocupação maior com a forma como deve se expressar a burguesia que tem as rédeas do país, do que propriamente com o modo de se expressar da maioria do povo italiano, já que se prende às normas cultas e elitistas do bem falar e ignora as inúmeras variantes linguísticas italianas. E cabe aqui reforçar que à época os dialetos eram, em muitos casos, praticados por comunidades inteiras. Ainda assim, deve-se reconhecer o grande esforço de De Amicis no sentido de tornar a Itália realmente uma unidade a partir da escola e da língua comum. Quando o escritor faleceu era reconhecido por seu valor como artífice da educação italiana.

⁵⁰Instituição Linguística de maior prestígio da Itália, fundada em Florença, em 1583.

3.3 *Coração*, a recepção no Brasil

Em 1891, apenas cinco anos após a publicação de *Cuore* na Itália, a Livraria e Editores Francisco Alves, do Rio de Janeiro, editou *Coração. Diário de um menino*, numa tradução do renomado escritor e filólogo João Ribeiro (1860-1934). Nesta edição a obra foi apresentada como um “notável livro de educação moral e cívica, uma verdadeira obra-prima dos livros de leitura infantil”. A tradução realizada por João Ribeiro foi considerada primorosa. O tradutor era considerado “conhecedor profundo das duas línguas e hoje o mais autorizado mestre da nossa língua no Brasil”, e sua tradução foi reconhecida como “incomparavelmente superior às que a precederam” sendo “a única autorizada pelo ilustre autor, tanto em Portugal como no Brasil”.⁵¹ Os direitos exclusivos de publicação fornecidos por Edmondo De Amicis foram obtidos pela editora em outubro de 1890. A versão de Ribeiro resultou em tiragens sistemáticas pela Francisco Alves até 1968, ano em que registrou sua 53ª edição, o que referenda o sucesso do livro italiano no Brasil.

Alguns meses antes outra edição havia sido realizada em solo brasileiro pela Livraria e Editora Teixeira & Irmão, de São Paulo, com tradução de Valentim Magalhães (1859-1903). Essa publicação teve posterior edição portuguesa, em 1938, realizada pela Empresa Literária Universal, de Lisboa. *Coração* alcançou todos os cantos do país: em Porto Alegre, o jornal *A Reforma*, em edição que circulou em 27 de julho de 1891, publicou anúncio referente à publicação da obra *Coração*, “livro de educação civil e moral”, pela Livraria Americana, da mesma cidade. Em Pelotas, a Livraria Universal, de Echenique Irmãos & C publicou o livro de De Amicis em 1906, a partir da edição da Francisco Alves. Em uma e outra edição não constava, entretanto, qualquer menção à autoria da tradução. É possível, ainda cabe mencionar, que outras traduções, ou mesmo cópias e adaptações de traduções já realizadas, tenham sido feitas naquele período, já que a regulamentação dos Direitos Autorais era praticamente inexistente no Brasil naquele tempo. Em 1968, Tecnoprint/Livro de Ouro passou a publicar o livro de De Amicis com tradução de Osmar Barbosa. A obra também conta com edições mais atuais: como a da Editora Hemus, com tradução de João Amêndola, de 1997, a da Editora Cosac Naify, a partir de tradução realizada por Nilson Moulin,

⁵¹ *Revista Pedagógica*, Tomo 3, n.16-17, fev.1982 apud BASTOS, 1998.

lançada em 2011 e, a mais recente de todas, a da Editora Autêntica, de 2012, com tradução de Maria Valéria Rezende.⁵²

As variantes brasileiras não inauguraram as publicações em língua portuguesa. Ainda que os dados encontrados não sejam definitivos em relação às datas das publicações, informações apontam para a circulação de *Cuore* em Portugal, em traduções anteriores às de Valentim Magalhães e João Ribeiro. Se levarmos em conta o estrondoso sucesso da obra de De Amicis no continente europeu, não há como estranhar tal ocorrência. Retomando aqui o que já foi visto anteriormente, notícias dão conta de que o escritor Ramalho Ortigão publicou em jornal lisboeta trechos do livro italiano por ele traduzidos e Miguel de Novais realizou sua tradução integral. O material publicado por Ortigão circulou também no Brasil: o jornal carioca *Gazeta de notícias*, do qual o português foi colaborador, apresentou trechos da tradução de *Cuore* aos leitores brasileiros. Ao longo de século XX, assim como ocorreu no Brasil, a obra de De Amicis recebeu diversas traduções em Portugal.

Coração fez parte do repertório de leituras de inúmeros letrados brasileiros, os quais se referiram à obra italiana através de depoimentos ou citações em momentos diversos. Manuel Bandeira (1886-1968) escreveu sobre sua experiência como leitor de *Cuore* em seu livro de memórias, *Itinerários de Pasárgada*:

Não posso deixar de evocar aqui as horas de intensa emoção, as primeiras provocadas por um livro lido por mim, e foi esse livro o *Cuore* De Amicis, na tradução de João Ribeiro. Era eu semi-interno no Colégio de Virgínio Marques Carneiro Leão, à Rua da Matriz. Depois de certa hora os alunos externos voltavam para as suas casas e eu ficava sozinho na grande sala dos fundos do edifício. O *Coração* era o livro de leitura adotado na minha classe. Para mim, porém, não era um livro de estudo. Era a porta de um mundo, não de evasão, como o da *Viagem à roda do mundo numa casquinha de noz*, mas de um sentimento misturado, com a intuição terrificante das tristezas e maldades da vida. (BANDEIRA, 2012, p. 29)

Famílias inteiras liam o livro de De Amicis, como atesta Humberto de Campos (1886-1934) em *Memórias 1886-1900*:

Depois de *Genoveva de Brabante*, não sei de outro que derramasse tanta lágrima em nossa casa e despertasse maior interesse, no círculo dos nossos

⁵² Cf BASTOS, *Coração, de Edmundo De Amicis (1886) Um sucesso editorial*. Disponível em: www.portcom.intercom.org.br Artigo originalmente publicado com o título “Educação do caráter nacional: leituras de formação”, na *Revista Educação & Filosofia*. Uberlândia, volume 12, nº23. Jan./Jun. 1998. Versão revista e ampliada.

íntimos. Os meus companheiros pediam-mo, para mostrar aos pais. As senhoras mandavam pedi-lo, por empréstimo, à minha mãe. (CAMPOS *apud* BASTOS, 1998, p.19)

Muitos autores brasileiros mencionaram o contato com *Cuore* na infância, entre eles Pedro Nava (1903-1984), Zélia Gattai (1916-2008) e Paulo Mendes Campos (1922-1991). E uma referência à obra italiana é feita por José Lins do Rego (1901-1957) em seu romance *Doidinho*, publicado em 1933, atestando sua valorização por parte do autor. O menino Carlinhos, protagonista da narrativa de Lins do Rego, sonha com uma escola como a retratada em *Coração*.

Mas o meu grande ideal de aluno estava no *Coração*. (...)Tudo me parecia passagens de um romance admirável. E como era diferente a escola de lá da do professor Maciel! Distribuía prêmios, os professores falavam manso, não existiam palmatórias. O nosso colégio não se parecia com as escolas da Itália. (...)Todo este livro delicioso me chamava para as suas páginas. (...)A *Seleção Clássica* era cheia de discursos, de versos. Mas o *Coração* estremecia a nossa sensibilidade de meninos, nos interessava naqueles conflitos que eram os nossos. Este livro de tanto amor à Itália me fez amar aos que eu não conhecia, aos estranhos, aos meninos sujos porque não tinham roupas limpas, aos heróis dos contos. A minha infância sem Júlio Verne e sem soldados de chumbo imaginou seus heróis como eram os do *Coração*, os seus grandes homens, os que morriam pela pátria e os que davam a vida pelos pais. (REGO *apud* BASTOS, 1998, p.20)

A rápida propagação de *Cuore* no Brasil em um momento de efervescência de valores nacionais fez com que o livro rapidamente passasse a ser alvo de reflexões por parte de intelectuais preocupados com o processo educacional da jovem república. A crítica mais contundente veio por parte de José Veríssimo (1857-1916). Profundamente empenhado com questões relativas à instrução pública brasileira, ele defendeu a função pedagógica do livro italiano em texto publicado na *Revista Pedagógica* de fevereiro de 1892. Ainda que Veríssimo reivindicasse em sua obra *A educação nacional*, de 1890, que os livros didáticos fossem essencialmente nacionais, no texto em questão ele postulava que se tomasse *Coração* como parâmetro para futuras produções visando o leitor escolar, sugerindo até mesmo uma adaptação brasileira do livro de De Amicis.

Isso de fato ocorreu: o *Coração* de De Amicis inspirou autores voltados para a produção de literatura cívico-pedagógica que almejavam a adoção de seus livros pela rede escolar, assunto que será tratado com mais relevo em capítulo adiante. De modo geral a história de Enrico foi referência por suas características de narração – o menino

que narra em primeira pessoa – e de mundo narrado – o mundo da escola ou infantil – gerando a partir daí obras adaptadas à realidade brasileira. O universo dos livros escolares – de ficção e compêndios – será abordado adiante, no capítulo 4. O foco agora recai sobre a obra *O Ateneu*.

3.4 O jacobino Raul Pompeia

O ano de 1888 foi de intensa circulação de ideias e de publicações de todo tipo, em especial no Rio de Janeiro por sua condição de capital do Império. A divulgação de *O Ateneu (Crônica de saudades)*, de Raul d'Avila Pompeia, em um primeiro momento sob a forma de folhetins na *Gazeta de notícias*, para em seguida ser apresentado em livro, foi um evento que despertou reações ambíguas, visto seu teor denunciatório e, até mesmo, agressivo. A obra de Pompeia realiza uma crítica ao Império que se desmantelava através da narrativa protagonizada por Sérgio, um menino de 11 anos interno no colégio que dá título ao livro. A experiência do próprio autor como interno no reconhecido Colégio Abílio é tida como inspiração definitiva para sua escritura, o que causou desconforto no meio educacional e principalmente para Abílio Borges.

A escola é dirigida por Aristarco Argolo de Ramos⁵³, cuja posição firme e conduta moralista e disciplinadora encobrem a rede de relacionamentos pautada por ambição, hipocrisia e injustiça que toma conta daquele mundo escolar. A experiência de socialização do menino o conduz ao amadurecimento, mas isso ocorre mediante vias de doloroso sofrimento. Evocando a imagem do Império em seus estertores, a obra se concentra no universo escolar reproduzindo o momento da transição do menino que amadurece e se transforma em homem, em clara alusão ao processo de mudança de regime, imperial para republicano, que logo se efetivaria.

A obra *O Ateneu* é frequentemente analisada como um romance autobiográfico, por vezes, até com certo rigor. Não há como discordar totalmente deste argumento, já que a biografia de Raul Pompeia realmente se aproxima do enredo do livro, o ambiente

⁵³Ao descrever Aristarco Argolo de Ramos e seu trabalho como pedagogo, Raul Pompeia traz informações que remetem à figura de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, do famoso Colégio Abílio. Assim como fazia o diretor do Colégio Ateneu, Abílio espalhou sua produção didática por todo o país, não havendo canto ou escola pública que não conhecesse seus livros escolares, e consequentemente, sua escola e seu nome.

retratado corresponde de maneira muito singular ao do Colégio Abílio, importante instituição do Rio de Janeiro para onde os jovens oriundos de famílias da oligarquia eram levados a fim de que tivessem uma formação adequada. Foi lá de fato que estudou o autor entre os anos de 1873 e 1878.

Uma das análises que exageraram na vinculação entre enredo e vida do autor é a de Mário de Andrade. O paulista entendia que se tratava de uma obra que representava uma espécie de vingança do autor em relação ao período, para ele sombrio, em que viveu interno no Colégio Abílio: “É curioso observar que fazendo da vida colegial do protagonista Sérgio uma tragédia sem remanso, Raul Pompeia não tenha sequer um momento de revolta contra o pai que o encafuou lá”.⁵⁴ Ainda que considerasse *O Ateneu* uma obra-prima, Mário de Andrade apontou muito mais aspectos negativos na obra do que qualidades, sendo os primeiros vinculados à aproximação por ele ventilada entre a vida do autor e a obra.

Raul Pompeia tinha um temperamento exaltado, agressivo, no entanto, sua impetuosidade relacionava-se à política, da qual participou efetivamente através de textos combativos de espírito altamente crítico. Republicano convicto, não poupava a figura de D. Pedro II, para o autor de *O Ateneu* o imperador esteve sempre obcecado pela preocupação em parecer bem à Europa e voltado de costas ao Brasil. Atacando principalmente o elemento português, Pompeia entendia que a presença de estrangeiros estava a serviço de interesses econômicos que corroíam o país. O sentimento antiportuguês repetiu-se em vários momentos da história brasileira, geralmente associado ao controle do comércio por parte dos lusitanos. Raul Pompeia, que compartilhava deste pensamento, acreditava que a comunidade comercial portuguesa era responsável pela enfermidade do civismo brasileiro.

Com o advento da República, tornou-se ferrenho admirador do presidente Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, o segundo presidente republicano, reconhecido pela historiografia como o primeiro grande líder político popular da história brasileira. Seus seguidores eram militares e civis, chamados de florianistas ou jacobinos, sendo que o que os distinguia era a opção, ou não, por ações violentas nas ruas. Afinado com o jacobinismo, Raul Pompeia participou de comícios e também protagonizou polêmicas - a mais famosa delas com o poeta Olavo Bilac, a quem desafiou para um duelo de

⁵⁴ANDRADE apud SILVA, 2011

espadas que não chegou a acontecer. Tendo sido nomeado diretor da Biblioteca Nacional, em 1894, foi demitido no ano seguinte, acusado de desacatar o novo Presidente da República Prudente de Moraes, fato ocorrido durante o enterro de Floriano Peixoto. A conduta de Pompeia foi duramente criticada por Luís Murat em artigo contundente no qual o jornalista apoiou sua demissão e insinuou covardia no desfecho do duelo com Bilac. Deprimido, no Natal de 1895, o autor de *O Ateneu* suicidou-se com um tiro.

3.5 Da escola para o mundo ou vice-versa

Em *Cuore* o protagonista da história, o menino Enrico, narra no momento presente; entretanto, no início da obra uma apresentação dá outro tom à narrativa: o menino é estimulado pelo pai a escrever sua experiência durante um ano escolar, mas ao final deste período seu pai corrigirá suas anotações e, posteriormente o próprio rapazinho acrescentará detalhes valendo-se da proximidade com os acontecimentos.

Este livro é dedicado em especial aos jovens do primeiro grau, aqueles entre nove e treze anos, e poderia ser intitulado: História de um ano escolar, escrita por um aluno da terceira série de uma escola municipal da Itália. E, ao dizer que foi escrita por um aluno da terceira série, não quer dizer que tenha sido escrita propriamente por ele, tal como está impressa. Ele ia anotando num caderno, do jeito que sabia, aquilo que havia visto, sentido, pensado, dentro e fora da escola. E, no fim do ano, seu pai corrigiu aquelas anotações, cuidando para não alterar as ideias, e conservar, tanto quanto possível, as palavras do filho. Então, quatro anos depois, já no Ensino Médio, o menino releu o caderno e acrescentou alguma coisa pessoal, valendo-se da lembrança ainda fresca das pessoas e das coisas. Agora, jovens, leiam este livro: espero que gostem dele e que lhes faça bem. (DE AMICIS, 2011, p.11)

De Amicis solucionou de forma hábil um possível problema de verossimilhança: a linguagem adotada é culta, exagerada para um menino por volta de onze anos, mas justifica-se já que seu pai efetuou a dita correção. Por sua vez, a linguagem empregada por Raul Pompeia é rebuscada, recheada de metáforas e inversões da construção sintática. A grandiloquência impressa em seu texto pode ser de certa forma relacionada com a posição em que se encontra o narrador, distante no tempo, e com sua condição social.

Em *O Ateneu – Crônica de saudades*, a história cumpre o tempo de dois anos e a sucessão de acontecimentos obedece ao ponto de vista do narrador moldado por sua memória. Como bem sugere o subtítulo, Sérgio narra suas lembranças escolares, mas o protagonista faz isso já depois de adulto, ou seja, o olhar posto é outro, não mais do menino, e vem com toda a carga emocional própria da maturidade. O narrador já afastado emprega sua visão de adulto ao refletir sobre a vivência do passado, é o entendimento do presente sobre lembranças para ele decepcionantes. O tempo transcorrido no espaço do internato, que representa a passagem do menino para a condição de homem e que também evoca a transição de regime, imperial para republicano, se encerra com o incêndio da escola, imagem alegórica da queda do Império. Não se trata, no entanto, do desenlace de um nó anteriormente dado, é o fim de um ciclo que vinha sendo apresentado em diversos quadros. E é também um começo: da nova condição de Sérgio, agora preparado para o mundo fora do internato, e da nação, dentro da nova ordem política ambicionada prestes a se efetivar.

Já nos capítulos iniciais da obra de Raul Pompeia é talvez se possa reconhecer uma referência enviesada ao *Cuore*. Um dado interessante é o tom irônico – marcado em itálico – usado pelo narrador para se referir às singelas histórias narradas por meninos, nas quais eram evitados registros de episódios que não servissem ao propósito formativo.

Se em pequeno, movido por um vislumbre de luminosa prudência, enquanto aplicavam-se os outros à peteca, eu me houvesse entregado ao manso labor de fabricar documentos autobiográficos, para a oportuna confecção de mais uma *infância célebre*, certo não registraria, entre os meus episódios de predestinado, o caso banal da natação, de consequências, entretanto, para mim, a origem de dissabores como jamais encontrei tão amargos. (POMPEIA, 1997, p. 32)

A ligação aqui também pode ser feita com *Le Tour de la France par deux enfants*, obra francesa de G. Bruno, pseudônimo de Augustine Fouillé, que fazia muito sucesso à época em toda a Europa. Em 1877, cinco anos antes da primeira tradução de *Cuore* para o francês, G. Bruno publicou as aventuras dos dois irmãos em busca dos parentes após a morte do pai, imediatamente após a anexação da Alsácia pelo prussianos ao fim da guerra franco-prussiana, em 1871. Os novos ares republicanos – com o final do confronto França-Prússia ocorrem as quedas de Napoleão III e do sistema monárquico, dando origem à Terceira República Francesa (1870-1940) – fazem

ressurgir ideais cívicos e de unidade nacional. O livro de Bruno atende à necessidade de formação através da leitura escolar. *La tour de la France par deux enfants* apresenta, por intermédio da narrativa dos dois meninos que percorrem a França, temas relativos à história, à geografia, às ciências, sempre em tom patriótico e cívico. O livro alcançou tamanho sucesso, que recebeu uma tiragem de 6 milhões de cópias somente no ano de 1900, sendo usado regularmente nas escolas francesas até a década de 1950.

A intenção do narrador de *O Ateneu* é distanciar sua narrativa de uma possível classificação do tipo “doce história juvenil”. E ele de fato consegue isso: o livro tem por ambiente a escola, mas seu enredo trata de questões essencialmente adultas, ou de amadurecimento – com todas as contradições advindas desta condição – dispostas sobre um pano de fundo alegórico que traz a junção das imagens do Ateneu e do Império brasileiro.

Os dois ambientes escolares são descritos com detalhes, mas em *O Ateneu* a estrutura física adquire maior importância que em *Cuore*; o colégio é parte integrante da narrativa e toma quase a feição de uma personagem, que fiscaliza, julga e recrimina.

O edifício fora caiado e pintado durante as férias, como os navios que aproveitam o descanso nos portos para uma reforma de apresentação. Das paredes pendiam cartas geográficas, que eu me comprazia de ver como um itinerário de grandes viagens planejadas. Havia estampas coloridas em molduras negras, assuntos de história santa e desenho grosseiro, ou exemplares zoológicos e botânicos, que me revelavam direções de aplicação estudiosa em que eu contava triunfar. Outros quadros vidraçados exibiam sonoramente regras morais e conselhos muito meus conhecidos de amor à verdade, aos pais, e temor a Deus, que estranhei como um código de redundância. Entre os quadros, muitos relativos ao mestre – os mais numerosos; e se esforçavam todos por arvorar o mestre em entidade incorpórea, argamassada de pura essência de amor e suspiros cortantes de sacrifício, ensinando-me a didascalotria que eu, de mim para mim, devotamente, jurava desempenhar à risca. Visitamos o refeitório, adornado de trabalhos à lápis dos alunos, a cozinha de azulejo, o grande pátio interno dos recreios, os dormitórios, a capela...(POMPEIA, 1997, p. 23)

A descrição dos professores e dos alunos – e no caso de *Cuore* também de muitos dos familiares dos meninos – é outro aspecto importante que serve, muitas vezes, como paradigma na construção das relações. Na obra de De Amicis é visível a simpatia pelos de baixo, sendo que o esforço despendido na obtenção do ganha-pão e a sobrevivência em condições adversas – verdadeiros triunfos da classe empobrecida – são frequentemente exaltados pela família de Enrico e por seus professores, transformando-

se em motivos para o estabelecimento de elos afetivos. Desta forma, as marcas físicas, os problemas de saúde, as vestimentas simples, aliados às condições de vida tem grande relevância no curso da história. E ainda que a família de Enrico tenha uma cômoda posição social, um colega apenas figura como oriundo da elite: é Nóbis, que age com soberba, sendo por isso criticado ao longo do diário de Enrico. Seu pai, entretanto, condena suas atitudes, forçando, inclusive, a retratação do filho após uma ofensa dirigida ao colega filho de um carvoeiro, ao qual chamara de esfarrapado “Peça desculpas a ele, repita minhas palavras: “Eu lhe peço desculpas pela palavra injuriosa, insensata, imoral que pronunciei contra seu pai, a quem o meu tem a honra de apertar a mão””⁵⁵ Os meninos, a pedido do pai de Nóbis, foram colocados lado a lado no banco da escola.

Em *O Ateneu*, a descrição inicial dos alunos feita pelo colega Rebelo está perfeitamente de acordo com o tom que vai adquirir a história: crítico e ácido, e vai servir de esteio para as futuras relações de Sérgio dentro do colégio. Os estudantes são adjetivados majoritariamente de forma negativa e de acordo com os papéis desempenhados dentro da estrutura viciada do Ateneu. A advertência do rapaz já experiente no internato é clara e preconiza a individualidade e a independência “Olhe; um conselho: faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se...(...)Não sou criança, nem idiota; vivo só e vejo de longe; mas vejo. Não pode imaginar. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista.”⁵⁶

Apesar dos avisos de Rebelo, Sérgio depois de certo tempo no internato sente-se acuado e não resiste à aproximação e à proteção de Sanches. A presença impositiva do colega transforma-se paulatinamente em repulsa “só a voz, o simples som covarde da voz, rastejante, colante, como se fosse cada sílaba uma lesma, horripilou-me, feito o contato de um suplício imundo”.⁵⁷ Ao se afastar de Sanches, Sérgio acaba por se aproximar do pobre Franco, aluno por todos hostilizado e refém da dura disciplina imposta aos estudantes, assunto tratado com acuidade mais à frente. Sérgio passa a ver o silencioso colega “como arreçado de todos, tristonho, de uma melancolia parente da imbecilidade; tinha acessos refreados de raiva, queixas que não sabia formular.”⁵⁸

⁵⁵DE AMICIS, 2012, p.42

⁵⁶POMPEIA, 1997, 28

⁵⁷Ibidem p.41

⁵⁸Ibidem p.51

Já para o diretor, Aristarco, é principalmente a condição econômica que determina as relações, e por isso ele se comporta diferentemente em relação aos alunos, sendo suas ações conduzidas conforme a posição social e financeira da família.

Sua diplomacia dividia-se por escaninhos numerados, segundo a categoria de recepção que queria dispensar. Ele tinha maneiras de todos os graus, segundo a condição social da pessoa. As simpatias verdadeiras eram raras. No âmago de cada sorriso morava-lhe um segredo de frieza que se percebia bem. E duramente se marcavam distinções políticas, distinções financeiras, distinções baseadas na crônica escolar do discípulo, baseadas na razão discretas das notas do guarda-livros. Às vezes, uma criança sentia a alfinetada no jeito da mão a beijar. Saía indagando consigo o motivo daquilo, que não achava em suas contas escolares... O pai estava dois semestres atrasado. (POMPEIA, 1997, p.23)

Enquanto o Ateneu é uma escola modelo, formadora de homens fortes e recebe em suas fileiras filhos da oligarquia que paga um alto custo pela educação da prole, a escola pública Baretto está aberta a todo estudante italiano, independente de sua origem social. Desta forma, o contingente de alunos da escola italiana é bastante diversificado, ali estudam filhos de operários, de trabalhadores informais, de empresários e profissionais liberais. Enrico descreve assim sua chegada à escola, no primeiro dia de aulas:

Hoje é o primeiro dia de aula. Passaram como um sonho aqueles três meses de férias no interior! Minha mãe me trouxe de manhã à Escola Baretto para me matricular na terceira série(...)Foi difícil entrar. Senhoras, senhores, mulheres do povo, operários, oficiais, avós, empregadas, todos segurando garotos numa das mãos e as cadernetas escolares na outra, atravancando o salão de entrada e as escadarias, fazendo um barulho parecido com o saguão de um teatro. Revi com prazer aquele grande vestíbulo no térreo, com as portas das sete salas, onde passei quase todos os dias durante três anos. (DE AMICIS, 2011, p. 15)

No Ateneu muitos dos alunos são oriundos de famílias proprietárias de terras nas províncias que seguem para a capital para lá estudarem em regime de internato, satisfazendo o diretor com “a afluência dos estudantes ricos para seu instituto”.

(...)não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do sul, que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do Ateneu. (POMPEIA, 1997, p. 13)

Na escola Baretto também se matriculam estudantes de outras regiões, mas este detalhe é inserido na trama com o intuito de fomentar a integração nacional, diminuindo diferenças culturais e marcas de classe social – como o menino da Calábria que vai estudar no norte, ou seja, sai da região empobrecida e tida como mais atrasada e vai para o norte desenvolvido e industrializado. Este fato é exaltado, mas não se trata de êxodo econômico puro e simples, é o intercâmbio possível e sugerido pelo autor com o sentido de valorização do país como um todo. A chegada do garoto calabrês é saudada pelo professor.

Ele nasceu numa terra gloriosa, que deu à Itália homens ilustres, e lhe dá trabalhadores fortes e soldados corajosos; ele chega de uma das mais lindas regiões de nossa pátria, onde existem grandes florestas e grandes montanhas, habitadas por um povo cheio de engenho e coragem. Aprendam a gostar dele, de modo que não se sinta longe da cidade onde nasceu; mostrem a ele que um jovem italiano, em qualquer escola italiana onde entre, encontra irmãos. (DE AMICIS, 2011, p.20)

A vivência no Ateneu para Sérgio é melancólica: o mundo da infância no seio familiar era doce, a dura passagem pelo internato, entretanto, lhe mostrou a outra face das relações sociais, permeadas por interesses e hipocrisia. A angústia e a tristeza advindas da disciplina rígida, da severidade do diretor atrelada à violência psicológica, das alianças de poder e proteção, só são quebradas pela presença de Ema, a esposa do diretor, o idílio ligado à infância que paulatinamente adquire feição de idolatria com suaves traços de erotização. Há que se lembrar de que a narração é feita por Sérgio já adulto, o que certamente modifica o seu olhar em relação ao feminino.

Bela mulher em plena prosperidade dos trinta anos de Balzac, formas alongadas por graciosa magreza, erigindo, porém, o tronco sobre quadris amplos, fortes como a maternidade; olhos negros, pupilas retintas, de uma cor só, que pareciam encher o talho folgado das pálpebras; de um moreno rosa que algumas formosuras possuem, e que seria também a cor do jambo, se o jambo fosse rigorosamente o fruto proibido. Adiantava-se por movimentos oscilados, cadência de minueto harmonioso e mole que o corpo alternava. Vestia cetim preto justo sobre as formas, reluzente como pano molhado; e o cetim vivia com ousada transparência a vida oculta da carne. Esta aparição maravilhou-me. (...)Olhei furtivamente para a senhora. Ela conservava sobre mim as grandes pupilas negras, lúcidas, numa expressão de infinita bondade! Que boa mãe para os meninos, pensava eu. (POMPEIA, 1997, p. 20-21)

Uma das figuras femininas relevantes na obra italiana é a da primeira professora de Enrico, uma doce mestra que é retratada como protetora, conselheira, verdadeira mãe

dos pequenos alunos. Ela costuma visitar sua casa, o que demonstra a valorização por parte do autor da relação família-escola. Sua presença no enredo adquire a feição de nobre exemplo: ela é extremamente dedicada à sua tarefa de professora, sacrificando sua vida em nome da vocação.

Ontem de manhã, o diretor veio anunciar na escola. E disse: “Os que foram seus alunos sabem como ela era boa, como gostava dos meninos, era mãe para eles. Não está mais conosco. Há tempos uma doença terrível a consumia: se não precisasse trabalhar para ganhar o pão, poderia ter se tratado e, quem sabe, se curado. Pelo menos, teria prolongado a vida por alguns meses, se tivesse tirado férias. Porém, preferiu ficar com os estudantes até o último dia. Na tarde de sábado, dia 17, despediu-se deles, com a certeza de não voltar a vê-los: deu bons conselhos, beijou todos e foi embora, soluçando. (DE AMICIS, 2011, p. 309)

A função de professor em *Cuore* é exaltada constantemente e a ligação escola-família é colocada como essencial para o funcionamento da sociedade idealizada por De Amicis. Além disso, no caso da professora morta, o trabalho – mesmo que neste episódio tenha sido responsável pelo apressamento do óbito – é tomado como meio de sublimação.

A esposa de Aristarco, Ema, entre a ternura materna e a condição feminina, ocupa uma posição intermediária em relação aos meninos dentro da estrutura do Ateneu, ao passo que a clara distância estabelecida entre a direção e os alunos é prerrogativa do bom funcionamento da instituição. No microcosmo representado pelo colégio existem duas forças: a oficial, representada por Aristarco, o diretor, que é quem se situa no alto da hierarquia escolar e mantém a ordem através da disciplina rigorosa e da sujeição dos comandados, e a representada pelos alunos, que compondo outra hierarquia, em versão paralela à oficial mas também mediada pela força, reagem à imposição do comando e organizam as relações. Os pais - e isso fica bem claro no que diz respeito a Sérgio - creem na hierarquia oficial e na sua eficiência moldadora de caráter.

No conjunto hierárquico diretivo, no entanto, há um professor que transita bem entre as duas forças. É Cláudio, que vê a estrutura paralela como verdadeira e o internato como “a escola da sociedade”.⁵⁹ Para ele o microcosmo representado pelo Ateneu reproduz a sociedade na qual está inserido em seus aspectos diversos: “não é o

⁵⁹POMPEIA, 1997, p.130

internato que faz a sociedade; o internato a reflete⁶⁰, afirma o professor em uma de suas preleções. A visão do professor se aproxima à do narrador; Sérgio, ao longo da narrativa, perde a ingenuidade e seu entendimento do mundo passa a ser similar ao de seu mestre, aos poucos o jovem aprende a se movimentar de acordo com as circunstâncias.

Na escola italiana não é possível reconhecer choque entre forças: uma hierarquia única compreende todo o mundo escolar e é compartilhada naturalmente e de maneira respeitosa por todos seus integrantes. O professor de Enrico estabelece a mediação entre alunos e direção, o que de certa forma o aproxima da figura do professor Cláudio, de *O Ateneu*. A ótica de Enrico não difere da ótica oficial, seus juízos de valor estão de acordo com o pensamento geral, o jovem toma para si os ideais de seu pai, de seus professores, de sua mãe, sem questioná-los, ele conforma-se com as regras que lhe são impostas e age como um bom menino.

A noção de união e de força que perpassa a obra de De Amicis está de acordo com o momento italiano, o da criação da nação. Neste sentido, é compreensível o esforço do escritor em tentar forjar a sociedade ideal a partir da escola, inserindo indivíduos de classes diferentes, de regiões distintas da Itália, todos movidos por um ideal fraterno numa sublimação de bons sentimentos. O escritor, de acordo com sua vocação socialista, projeta um modelo de sociedade exemplar, e em função deste propósito insere problemas sociais como alcoolismo, violência contra a criança, delinquência infantil, vinculando-os à adaptação ou não ao molde idealizado. O indivíduo que infringe as regras desta sociedade modelar tem duas saídas: o reconhecimento do erro acompanhado da regeneração ou a exclusão. Assim, vemos o pai violento que larga a bebida no momento em que o filho recebe uma medalha de honra ao mérito e nos deparamos com o afastamento da escola, e da trama, do menino Franti, que não se enquadra nos padrões sociais estabelecidos. O garoto não se adapta por ter má índole, por sua perversidade, por seu riso de escárnio. Franti não se submete nem mesmo frente aos apelos do generoso professor, único que inicialmente lhe dirige o olhar com benevolência.

Apenas uma pessoa poderia rir enquanto Derossi falava dos funerais do rei, e Franti riu. Eu o detesto. É mau. Quando um pai vem à escola dar alguma bronca no filho, ele debocha; quando alguém chora, ele ri. (...)Não tem medo

⁶⁰Ibidem, p.131

de nada, ri na cara do professor, rouba quando pode, mente com a maior desfaçatez, está sempre brigando com alguém, leva alfinetes para a escola a fim de espetar os colegas, arranca os botões da própria jaqueta e também os dos outros e joga tudo longe. E anda com pasta, cadernos, livros, tudo bagunçado, sujo, rasgado, a régua faltando pedaço, a pena mordida, as unhas sujas, as roupas cheias de comida e rasgões das brigas que se mete. Dizem que a mãe anda doente por causa dos problemas que ele cria, e que o pai o expulsou de casa três vezes. E, de vez em quando, a mãe vem pedir informações e sempre vai embora chorando. Ele odeia a escola, odeia os colegas, odeia o professor. O professor finge não ver suas trapalhadas e ele faz ainda pior. Tentou trata-lo bem e ele debochou. Disse-lhe palavras duríssimas e ele cobriu o rosto como se chorasse e ria. Foi suspenso da escola por três dias e voltou mais perverso e insolente que antes. (DE AMICIS, 2011, p.104)

Entretanto, mesmo o tolerante mestre o abandona à própria sorte, pois a escola-sociedade ideal expurga suas fileiras dos indivíduos que questionam seu funcionamento. Suas atitudes e seus sentimentos dúbios e questionáveis não tem lugar naquele espaço. Ele é expulso da escola e seu destino só é ligeiramente mencionado: “Franti não volta mais porque vai para o reformatório Ergastolo”.⁶¹ Daquele momento em diante nada mais é dito. A dimensão humana não é tratada com maior rigor ou profundidade, as perturbações da alma não contribuem com a formação do novo homem italiano; dentro de seu projeto de criação de uma consciência nacional, o autor preconizou valores e comportamentos positivos encaixando-os no tripé família-escola-trabalho, a base da sociedade por ele idealizada. Neste sentido, como Franti não se encaixa em nenhum dos três componentes é arbitrariamente eliminado, ao contrário de outros infratores que confrontaram somente um destes componentes, como, por exemplo, o pai alcóolatra que batia no filho. O homem pecou “apenas” contra a família, além do que, as faltas cometidas por jovens parecem ser mais graves, já que o futuro da recém-constituída nação depende desta geração vindoura.

Em *O Ateneu* não há o apagamento da perversidade dos instintos. A violência, a manipulação, a luta pela sobrevivência naquele meio hostil no qual o homossexualismo figura como expressão de domínio, além do constrangimento e dos castigos impostos por quem detém o poder, são práticas que permeiam e compõem a história. A maior vítima da subjugação imputada aos alunos é Franco (uma possível alusão à Franti, já que há a proximidade entre os dois nomes?) o menino que desafia os preceitos da hierarquia oficial e as regras de funcionamento da hierarquia paralela. Ele é o bode-

⁶¹DE AMICIS, 2011, p.171

expiatório, é quem carrega as culpas do mundo-escola, mas o menino não resiste aos castigos que o sistema lhe impõe, ele adoece e morre.

A essência humana em *O Ateneu* é exposta sem maiores reservas; sobre Franco, o garoto que atravessa o ano “de joelhos como um penitente expiando a culpa de uma raça”⁶², incidem visadas diversas: a de Aristarco e do corpo de professores é condenatória, a de Sérgio flutua entre a complacência e a recriminação.

O diretor chama-lhe cão, diz que tem calos na cara. Se não tivesse calos no joelho, não haveria canto do Ateneu que ele não marcasse com o sangue de uma penitência. (...)Perto de mim vi o Franco. Sempre de penitência; em pé, cara contra a parede. Como Silvino dava-lhe as costas, divertia-se a pegar moscas para arrancar a cabeça e ver morrer o bichinho na palma da mão. Perguntei-lhe por que estava de castigo. Sem olhar, de mau modo: “Lá sei! Disse ele. Porque me mandaram”. E continuou a pegar moscas. Franco era um rapazola de quatorze anos, raquítico, de olhos pasmados, face lívida, pálpebras pisadas. À frente, com a expressão vaga dos olhos e a obliquidade dolorida dos supercílios, pousava-lhe uma névoa de aflição e paciência, como se vê no *Flos Sanctorum*. A parte inferior do semblante rebelava-se; um canto dos lábios franzia-se em contração constante de odiento desprezo. Franco não ria nunca. Sorria apenas, assistindo a uma briga séria, interessando-se pelo desenlace como um apostador de rinha, enfurecendo-se quando apartavam. Uma queda alegrava-o, principalmente perigosa. Vivia isolado no círculo da excomunhão com que o diretor, invariavelmente, o fulminava todas as manhãs, lendo no refeitório perante o colégio as notas da véspera. Os professores já sabiam. À nota de Franco, sempre má, devia seguir-se especial comentário deprimente, que a opinião esperava e ouvia com delícia fartando-se de desprezar. Nenhum de nós como ele! E o zelo do mestre cada dia retemperava o velho anátema. Não convinha expulsar. Uma coisa desta aproveita-se como bibelot de ensino intuitivo, explora-se como a miséria do hilota, para a lição fecunda do asco. A própria indiferença repugnante da vítima é útil. Três anos havia que o infeliz, num suplício de pequeninas humilhações cruéis, agachado, abatido, esmagado sob o peso das virtudes alheias mais que das próprias culpas, ali estava - cariátide forçada no edifício da moralização do Ateneu, exemplar perfeito de depravação oferecido ao horror santo dos puros. (POMPEIA, 1997, p.29-0)

Ao contrário de Franti, que é eliminado da trama por não servir aos propósitos formativos da Escola Baretti (reforçando, o jovem desrespeita os três pilares da sociedade proposta em *Cuore*: ele não estuda nem respeita seu professor, ele rouba e não trabalha, ele faz sofrer a mãe), Franco é manipulado à feição de exemplaridade, tal qual um escravo no tronco: “de joelhos neste ponto, Franco, ao pelourinho: diante das chufas dos maus e da alegria livre de todos.”⁶³ Para Aristarco ele é uma peça fundamental de seu engenho: se limitado ou preguiçoso intelectualmente, se largado ao sabor do destino pelo pai, ele é o inocente útil que serve aos desígnios do ambicioso

⁶²POMPEIA, 1997, p.28

⁶³Ibidem, p.51

diretor para manter a grande estrutura do Ateneu sob seu jugo e a serviço de sua vaidade.

Quando Franco (nome ligado também ao país modelar para o imperador brasileiro e os seus familiares) não resiste mais à exploração de sua triste existência e morre, toda a estrutura acaba por ruir. A cariátide-menino não sustenta mais o edifício do Ateneu, assim como as cariátides-escravos não vão mais sustentar a estrutura econômica do Império, que está em vias de desmoronar – há que se lembrar do ano em que foi escrito *O Ateneu*, 1888, ano da Abolição da escravatura. Américo, o jovem recém-chegado ao colégio que não se submete aos desígnios da hierarquia oficial, provoca um incêndio de grandes proporções que põe abaixo a maior parte do grande Ateneu.

Vincular a imagem do Ateneu à do Império corrobora a ideia de que o universo criado por Raul Pompeia repete em sua engrenagem o funcionamento da sociedade imperial. Os mesmos vícios e conchavos, os mesmos favorecimentos, a mesma distribuição dentro da hierarquia e, pensando na figura de Franco, a mesma organização econômica baseada na exploração de outrem. Os alunos oriundos de famílias de menor prestígio são preteridos em relação aos da elite agrária e política, e os mais fracos, como foi o caso de Franco, são abandonados à própria sorte, repetindo assim a prática amplamente adotada naquele momento em relação aos ex-escravos. Foi preciso que o novato Américo, de “robustez não comum”, rompesse a ordem provocando o destronamento do imperador Aristarco.

Deixando um pouco de lado os pontos específicos e afastando mais o foco, é possível vislumbrar dois importantes movimentos diversos no âmbito das obras. Em *Cuore* existe a preocupação em projetar uma sociedade ideal a partir da escola, na qual os meninos serão os condutores da nova ordem e esta será norteada por preceitos de igualdade, bem de acordo com a vontade do autor socialista, num movimento que poderia ser denominado “da escola para o mundo”. Assim, a valorização dos bons sentimentos e de uma conduta exemplar, preconizada durante todo o desenrolar da história, justifica-se no sentido de que a obra tem por objetivo a formação do novo cidadão italiano a partir das fileiras da escola, o meio adequado para a difusão dos ideais patrióticos. Edmondo De Amicis estava ciente disso quando escreveu *Cuore* destinando-o aos leitores em idade escolar.

Já em *O Ateneu* identificamos o movimento inverso: o colégio é o microcosmo que reproduz a estrutura social e econômica e também as práticas de todo tipo adotadas pela sociedade de modelo imperial. Assim sendo, pode-se reconhecer uma ação contrária: “do mundo para a escola”. *O Ateneu*, retratando o internato-rito de passagem que de maneira sensível representa o amadurecimento de Sérgio, reproduz também em suas linhas a força que exerciam as instituições ligadas ao Império e as transformações que vinham ocorrendo no país que culminariam com a Abolição da escravatura e a Proclamação da República; transformações que deveriam desembocar no amadurecimento do país.

4 O FINAL DO SÉCULO

O quarto capítulo inicia com um breve panorama sobre o processo de abolição da escravatura no Brasil, para em seguida retomar as *Balas de Estalo*, de Simões Lopes Neto, agora em sua segunda fase. O exame das colunas reafirma a afinidade do escritor com os periódicos do centro do país. Se na primeira fase apareceram José do Patrocínio e Silva Jardim, na segunda, a personagem Zé Povinho passa a figurar e ser voz dos pelotenses. O terceiro subcapítulo volta a abordar o contexto histórico, trazendo notícias sobre o processo de transição do regime monárquico para republicano e sobre os primeiros anos da nova ordem política brasileira, dando ênfase ao Rio Grande do Sul. O quarto mostra o lado empreendedor de Simões aliado ao seu gênio criativo. Foram iniciativas em prol de melhorias de sua cidade, em favor de sociedades e associações onde demonstrava sua preocupação com o bem-estar social, refletindo sua posição de empreendedor moderno e sintonizado com as novas regras econômicas propostas pelo novo regime. Embora tenham sido anos agitados, sua intensa atividade de fins comerciais e industriais não impediu a permanente contribuição com jornais pelotenses. No quinto subcapítulo é apresentado um resumo sobre a Revolução Federalista, embate que dividiu os gaúchos entre duas facções e que durou de 1893 a 1895. Na sexta e última parte voltam as *Balas de Estalo*, agora em terceira fase. Neste período desponta o dramaturgo, que diverte seus concidadãos com comédias leves e satíricas.

4.1 A Abolição

D. Pedro II sentia prazer em viajar, e o fazia frequentemente, no afã de conhecer novos lugares e pessoas. As viagens pelo Brasil atendiam às necessidades políticas: a vinda ao Rio Grande do Sul após a Revolução Farroupilha, em 1846, por exemplo, teve a nítida intenção de apaziguar os ânimos e estreitar os laços entre a província e o Império⁶⁴. O monarca esteve nos Estados Unidos, em 1876, e viajou à Europa em outras três oportunidades. Em suas ausências deixava a regência nas mãos de sua filha,

⁶⁴Em 1865, ano de nascimento de Simões Lopes Neto, D. Pedro II esteve pela segunda vez no RS. A vinda se deu em decorrência da invasão de Uruguaiana por forças paraguaias, durante a Guerra do Paraguai.

Isabel⁶⁵. Foi assim em 1871, no auge da movimentação em favor da libertação do ventre escravo, que culminou com a aprovação da nova lei que passou a reger os nascimentos. A medida tomada pela regente fez com que Joaquim Nabuco levantasse a hipótese de que D. Pedro II “queria ceder a Isabel os louros da aprovação da Lei do Ventre Livre.”⁶⁶ Segundo Carvalho, “é pouco provável que àquela altura se preocupasse com a sucessão do trono, se nem mais tarde o fez.”⁶⁷ De qualquer maneira, Isabel adquiria experiência frente ao governo a cada ausência do pai.

Em junho de 1887, D. Pedro II viajou à Europa mais uma vez – acometido pela diabetes, procurava a cura da doença em seus balneários e apelava para as novidades da medicina europeia. Nesta oportunidade, Isabel assumiu uma postura ainda mais clara em relação à abolição da escravatura. Tinha duas razões para fazê-lo: uma de ordem política – a abolição redundaria em apoio ao pretendido terceiro reinado –, e outra religiosa – católica extremada, Isabel acreditava na imposição da caridade cristã. Ela assinou a lei aprovada pelo parlamento, atitude que sabia ser endossada pelo pai, que “nunca deixou de abominar e escravidão, como seria de se esperar de um típico ilustrado.”⁶⁸ A abolição, ainda que esperada, foi uma medida impactante, tomada, em parte, com propósito de angariar apoio da população em geral. Com o avanço do republicanismo e a abolição se confirmando, as elites agrárias pouco a pouco se desligavam da monarquia: seu apoio ao regime estava, preponderantemente, condicionado à garantia do sistema escravocrata ou, ao menos, da indenização para os senhores de escravos. Os militares, da mesma forma, retiraram seu apoio e se tornaram críticos do regime. Restava à regente, portanto, apelar para a mobilização popular, na tentativa de alcançar o almejado reinado.

A abolição no Brasil, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, onde uma luta sangrenta pôs fim à prática da escravidão, se deu através de mudanças graduais e acertos políticos. A sucessão de leis que legitimaram o processo evitando maiores conflitos sociais, a consciência por parte da oligarquia de que a abolição não ameaçaria sua hegemonia e nem a estrutura da posse da terra, enfim, as mudanças de cunho

⁶⁵Tal qual o pai, Isabel viajou à Europa e percorreu o Brasil em diversas oportunidades. Em 1885, a princesa esteve no RS, ocasião em que visitou a cidade de Pelotas. As memórias manuscritas de João Simões Lopes, filho do segundo casamento do Visconde da Graça e nascido nove anos após seu neto, dão detalhes sobre “a recepção que o avô do escritor, já agraciado com o título de Visconde, ofereceu em sua residência à filha do Imperador.” Cf. SICA DINIZ, 2003, p.63

⁶⁶CARVALHO, 2007, p.145

⁶⁷Idem, p.145

⁶⁸Ibidem, p.189

conciliatório que D. Pedro II operara nas últimas décadas encontraram eco em extensa parte da elite brasileira, garantindo uma transição relativamente tranquila de escravidão para trabalho livre. No que concerne à classe escravocrata, obviamente. Na realidade, o paternalismo existente nas relações pessoais fez com que o advento da abolição não alterasse de forma radical a estrutura social já que ao negro anteriormente subjugado não restavam muitas alternativas e muitos permaneceram nesta condição. Cabe aqui uma alusão à fala de Tancredi, personagem da obra *O leopardo* (1958), de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957), dirigida ao tio, o Conde de Salinas, quando da chegada de Garibaldi à Sicília, durante o processo de unificação italiana: “se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude.”⁶⁹

Pouco anos antes da abolição, em 1884, o movimento pela libertação dos escravos tinha tomado força e adquirido caráter de enfrentamento em diversas províncias. No Rio Grande do Sul, especialmente na cidade de Pelotas, onde havia a maior concentração de escravos do estado, a imprensa apelava pela proclamação imediata da abolição, medida declarada oficialmente cumprida por este município em sessão solene, convocada pelos abolicionistas locais e realizada no Passo Municipal, em outubro daquele ano. O movimento no Rio Grande do Sul era, no entanto, de natureza menos liberal que os que ocorreram paralelamente em outras províncias. O liberto permanecia, comumente, atrelado ao antigo senhor por meio de cartas de alforria que previam prestação de serviço por períodos, por vezes, muito longos. Sobre a pretensa libertação dos escravos ocorrida no estado, diz Robert Conrad:

O movimento libertador que alcançou um auge de intensidade no Rio Grande do Sul em agosto e setembro de 1884, não foi, portanto, tão claramente idealista ou até tão completo quanto os do Ceará e do Amazonas. Numa questão de meses, dois terços dos sessenta mil escravos desta província do sul receberam a condição de livres, mas a verdade é que a maioria foi obrigada a continuar dando o seu trabalho, sem pagamento a seus antigos senhores durante de um a sete anos. (CONRAD *apud* ASSUMPÇÃO, 2013, p.245)

Em 1887, ou seja, três anos após a celebrada abolição no estado, o avô de Simões Lopes Neto, o Visconde da Graça, dono de vasto plantel e um dos maiores compradores de escravos da região⁷⁰, foi escolhido pela comissão do manifesto abolicionista, nomeada pela Assembleia Geral, em Porto Alegre, para coordenar a

⁶⁹LAMPEDUSA, 1983, p.35 (sobre o original: “Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi” **Il Gattopardo**, Giuseppe Tomasi di Lampedusa, 1957)

⁷⁰Cf VARGAS, 2010, p.11

libertação dos últimos escravos existentes no município de Pelotas. Isso quer dizer, portanto, que a libertação de escravos antecipada não havia se efetivado completamente. Segundo Assumpção, mesmo com o ato de 1884: “75,7% dos alforriados continuavam a prestar serviços e obediência servil aos seus senhores, caracterizando-se assim a continuidade de seu cativeiro.”⁷¹ De toda forma, o papel do avô de Simões Lopes Neto dentro do processo abolicionista do estado foi marcante.

No Brasil, de modo geral, o interesse pelo bem-estar social se restringia à questão legal: estava acabada a escravidão. A integração dos ex-libertos e uma nova configuração da posse das terras que viesse a beneficiá-los não foi sequer cogitada, nem mesmo era assunto em voga entre os abolicionistas, à exceção, talvez, de André Rebouças (1838-1898), engenheiro negro e pioneiro no uso de tecnologias na construção de ferrovias, um dos poucos que postulava uma reforma de cunho agrário e por quem Isabel tinha apreço. Conforme relata Carvalho, a princesa “para escândalo de muitos, e com a ajuda de Rebouças, acoitava escravos fugidos dentro do próprio palácio. O republicano Silva Jardim acusou-a de transformar o palácio em quilombo.”⁷²

Isabel, embora gozasse de popularidade em vista das medidas para abolir a escravidão, não obtinha unanimidade como regente, nem mesmo entre a já exígua elite monarquista. A tentativa da herdeira do trono de angariar a simpatia do povo pelo terceiro reinado resultou em fracasso. Dizendo de forma irônica, a monarquia caiu quando se afastou das elites e se aproximou do povo. Segundo Joaquim Nabuco “a princesa tornou-se muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana.”⁷³ José do Patrocínio, ferrenho abolicionista e declarado republicano, ao vislumbrar a solução para a questão servil, não hesitou em dar apoio à princesa Isabel. Em decorrência deste fato sofreu severas críticas por parte dos adeptos do republicanismo. O apoio, entretanto, não foi duradouro.

A única tentativa nessa direção foi feita por José do Patrocínio, que, logo após a abolição, criou a Guarda Negra, formada por libertos, para combater os republicanos e defender a princesa Isabel. A Guarda, porém, era mal organizada, e seus métodos violentos de ação despertavam repulsa. Proclamada a República, Patrocínio voltou a ser republicano e se desinteressou pelo movimento. (CARVALHO, 2007, 179)

⁷¹ASSUMPÇÃO, 2013, p.245

⁷²CARVALHO, p.188

⁷³Apud CARVALHO, p.190

Feita a Abolição, a movimentação se dá a partir de então, objetivamente, a favor da República. De norte a sul do Brasil a pressão por mudança de regime adquire peso e a monarquia vai aos poucos se desmantelando. Além da falta de unidade que atravessava as elites e da pouca aceitação do nome de Isabel no meio político, a figura do imperador também estava desgastada. Segundo Thomas Skidmore:

D. Pedro II já havia sido um símbolo de unidade nacional, presidindo com destreza o sistema político mais estável da América Latina. Mas isso nada significava para a nova geração de brasileiros da elite. Eles agora tinham dúvidas sobre a monarquia como instituição – dúvidas que estavam longe de ser abrandadas por um imperador envelhecido e uma mulher como primeira pretendente ao trono. Os críticos mais radicais da monarquia, os republicanos, diziam abertamente que a instituição não era só um anacronismo, mas um autêntico obstáculo ao progresso nacional. (SKIDMORE, 2003, p.107)

No Rio Grande do Sul o movimento republicano toma impulso através do jornal *A Federação*, no qual os partidários do desejado regime atacam com veemência as instituições monárquicas, tendo em Júlio de Castilhos (1860-1903) o principal articulador do periódico. Contudo, mesmo prestigiado por diversos setores da sociedade, o movimento republicano ainda não constituía maioria no estado quando da Proclamação da República. A mudança de regime não trouxe tranquilidade aos gaúchos. Quatro anos após a instauração da República, o Rio Grande do Sul mergulhou num sangrento embate: a Revolução Federalista, assunto retomado adiante, ainda neste capítulo.

4.2 A volta das *Balas de Estalo*

A segunda fase das *Balas de Estalo* veio à luz pouco antes da queda do Império. Publicada também no jornal *A Pátria*, a série de Simões Lopes Neto circulou entre 25 de abril de 1889 e 20 de agosto de 1890 e todas as colunas, ainda em triolés, levavam a assinatura de Serafim Bemol. Foram 13 ao todo e traziam, agora sim bem identificado, a personagem Zé Povinho e suas reivindicações por conta dos impostos pagos sem retorno de serviços públicos adequados. Cabe aqui mencionar que além da personagem homônima criada por Raphael Bordallo Pinheiro e difundida por José do Patrocínio, durante o ano de 1883, ou seja, quando Simões Lopes Neto ainda estava no Rio de Janeiro, circulou em Pelotas um periódico também denominado Zé Povinho. Tratava-se

de uma publicação de cunho satírico, cujo autor era Francisco Rodrigues Noronha, e abordava questões ligadas ao desenvolvimento urbano, tais como: abastecimento de água, sistema de esgotos, iluminação, limpeza das ruas.

Segundo Carlos Reverbel, o novo pseudônimo adotado por Simões Lopes, Serafim Bemol, era “reservado para suas produções de feição literária e de acento humorístico, assumindo, de quando em quando, características panfletárias.” (apud MOREIRA, p.39) Uma das bandeiras de interesse comunitário levantada à época pelo autor em suas publicações em jornal era justamente a da implantação de um sistema de esgotos na cidade de Pelotas, o que de fato ocorreu somente em 1913. A primeira série abre exatamente com este tema e o personagem Zé Povinho encarna seu papel de homem de baixo e explorado. É uma boa demonstração do engajamento social de nosso autor.

Esgotos que não se esgotam, \ Esgotando a paciência, \ Ó! goteiras de ciência, \ Esgotos que não se esgotam! \ Ó! Follets – da consciência, \ Ó! botas que não s’embotam, \ Esgotos que não se esgotam, \ Esgotando a paciência.

Se o Zé Povinho é quem paga \ (E s’engambela o Povinho): \ Sou por vós! e a caminho! \ Se é o Zé Povinho é quem paga \ Mas se a nobreza d’arminho, \ Já treme da questão maga, \ Se o Zé Povinho é quem paga \ (E s’engambela o Povinho)

Então, srs. cuidado, \ Qu’a questão é toda espinhos: \ Tratemo-la com carinhos, \ Então srs. cuidado!... \ Que são terrenos maninhos \ Onde é preciso o arado... \ Então srs. cuidado. \ Qu’a questão é toda espinhos.

Uma a Deus – outra ao Diabo. \ É quase a estopa no prego... \ Famosa regra, não nego: \ Uma a Deus – outra ao Diabo, \ E depois... o futuro é cego... \ Nem sempre se chega ao cabo. \ Uma a Deus – outra ao Diabo, \ É quase a estopa no prego.⁷⁴

Foram tempos agitados os da época da segunda fase das *Balas de Estalo*, monarquistas e republicanos protagonizavam embates na cidade sulina, como de sorte em toda parte, não poupando nem mesmo agressões físicas. A temática das publicações muitas das vezes referia-se a fatos relacionados a rugas pessoais entre integrantes das facções, o que faz com que se perca um pouco do entendimento e dificulte a interpretação. Um dos triolés desta fase, no entanto, foge um pouco da discussão política que estava em voga e traz D. Nava Coll, um dentista *saca dentes*, que pode ser facilmente identificado pela condição de charlatão. Simões Lopes Neto sofreu quando

⁷⁴ LOPES NETO apud MOREIRA, 1983, p.40

criança nas mãos de um médico oftalmologista incompetente; estrábico desde o nascimento teve a situação agravada após a desastrada intervenção de tal médico. Aqui identificamos o tom irônico que nosso escritor imprime ao tratar deste estigma pessoal, assunto para ele tão delicado. A nacionalidade do dentista não é evidenciada, mas é possível deduzir que seja uruguaio ou argentino, o que atesta o que já foi dito em relação à proximidade e ao trânsito entre os países limítrofes.

Saca dientes, saca muelas \ El Señor D. Nava Coll \ Este comis nuevo sol \
 Saca dientes, saca muelas \ Y cura por um caracal \ Hijos, madres y abuelas \
 Saca dientes, saca muelas \ El Señor D. Nava Coll

É um gênio, é um talento, \ Este dentista ambulante, \ Não tem nada de pedante \
 \ Este dentista ambulante \ Possui da glória o fermento \ Este dentista gigante \
 É um gênio, é um talento, \ Este dentista ambulante.

Enquanto o diabo esfrega o olho, \ Arranca nove cataratas \ E ri-se das pataratas, \
 Enquanto o diabo esfrega o olho \ Trinta dentes e um caolho. \ Viva as curas! São baratas! \
 Enquanto o diabo esfrega o olho, \ Arranca nove cataratas.⁷⁵

4.3 Enfim a República

Como ocorrera com a Abolição da Escravatura, a transição de monarquia para república se deu mais por desacertos e conchavos entre as camadas de cima do que por meio de transformação social. A já mencionada insatisfação militar e a crescente onda a favor do republicanismo ganharam corpo a partir da nomeação do Visconde de Ouro Preto⁷⁶ para o Conselho de Ministros do Império. A indicação por parte de Ouro Preto para que Silveira Martins⁷⁷ (1835-1901) ocupasse a presidência do Rio Grande do Sul acirrou mais os ânimos. O Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), nome de peso dentro de exército e amigo pessoal do imperador, mas mais que isso, inimigo de Silveira Martins, cedeu à pressão da burguesia cafeeira de São Paulo organizada dentro do PRP e aos apelos de republicanos como Rui Barbosa (1849-1923), Benjamin Constant (1833-1891) e Quintino Bocaiúva (1836-1912) e se dirigiu para o Ministério da Guerra – onde se encontravam os líderes monarquistas – a fim de derrubá-lo. As tropas

⁷⁵ LOPES NETO apud MOREIRA, 1983, p.43

⁷⁶ Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), político brasileiro, monarquista e abolicionista.

⁷⁷ Líder do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, adversário ferrenho de Júlio de Castilhos, adepto do parlamentarismo. Contrário à abolição, “dizia amar mais a pátria que o negro.” (CARVALHO, 2007, p.189)

legalistas, chefiadas pelo general Floriano Peixoto, não esboçaram reação. Caiu a Monarquia e a família real partiu para Lisboa na madrugada subsequente.

Três vertentes republicanas ocupavam naquele momento o cenário nacional: o projeto republicano liberal, defendido pelos cafeicultores paulistas e de ideal federalista, o republicano jacobino, defendido por setores da população urbana com pendores libertários e o projeto republicano positivista, baseado nas ideias de Augusto Comte, de ampla aceitação no exército. Grande parte da discussão se dava de forma pública, através dos jornais, sendo que estes se dividiam entre favoráveis à volta da Monarquia e apoiadores do regime instaurado, com suas nuances diversas. Zé Povinho aparece em frequentes publicações jornalísticas, mas agora já como personagem de domínio público. Quatro dias após a Proclamação sua figura aparece ainda refletindo a incredulidade do povo diante da mudança de regime e do que o próprio regime significa, visto que julga ter sido sempre ludibriado.

Zé Povinho ainda está de boca aberta. Andaram a dizer-lhes há umas dúzias de anos que a república era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio. Um belo dia – zaz! A república põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo. (...)É por isso que tu andas por essas ruas, há três dias com ares de céptico, fazendo considerações mentalmente sobre essa calma absoluta que não traduz absolutamente a transformação radical porque passou a pátria. (...)É por isso que ainda duvidas talvez da realidade das coisas(...)ouvistes dar vivas à república e tocar a Marselhesa, e vistes desfraldar umas bandeiras que não conhecias e arrancar da exposição pública os símbolos monárquicos, e soubestes que se retirou a família imperial e que foram apeados do poder ministros e chefes... e tudo isso te faz crer num sonho, porque não se parece em nada com o que te contavam. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 19/11/1889 p.1 *apud* SILVA, 2011, p.189)

O governo republicano foi instaurado de forma provisória em novembro de 1889, sob a liderança de Deodoro. O governo vinha amparado por figuras de peso: o militar de formação científica Constant, o republicano histórico Bocaiúva e o intelectual reformista Barbosa, acima citados, e além destes, o positivista Demétrio Ribeiro (1853-1933) e o membro do PRP, Campos Sales (1841-1913). A fase inicial da República foi marcada pela incerteza política e por disputas que iam além das oposições entre monarquistas e republicanos: existiam também disputas internas entre os próprios

republicanos que discordavam sobre a organização do novo regime e sobre seu funcionamento. A tentativa de instauração de uma ditadura militar positivista foi vencida pela república constitucional: eleições foram marcadas para novembro de 1890 e uma comissão foi nomeada para redigir o anteprojeto da Constituição. Antes mesmo da Constituinte, Campos Sales, à frente do Ministério da Justiça e inspirado por projeto idealizado pelo liberal Ruy Barbosa e pelo positivista Demétrio Ribeiro, implementou a separação entre Estado e Igreja.

Em 1891 foi promulgada uma nova Constituição confirmando o Brasil como uma federação (o primeiro decreto do novo regime já instituíra o federalismo, contemplando a demanda paulista). Os estados passaram a ter constituição própria, forças armadas, autoridade para arrecadar impostos, para contrair empréstimos estrangeiros, para eleger seus representantes, ainda que o voto fosse ainda exclusividade masculina. O poder agora estava nas mãos da oligarquia republicana e as tentativas de apagar qualquer traço referente ao período monárquico viraram regra. Rui Barbosa, novo ministro das Finanças, em 14 de dezembro de 1890 mandou que se queimassem todos os registros do comércio de escravos: apagava-se a vergonha da comercialização de vidas humanas e eliminava-se a possibilidade de reivindicação de indenização por parte dos antigos proprietários.

Afastadas as marcas da monarquia, surge um novo sistema calcado no sufrágio universal. No novo contexto político, os militares passaram a atuar de maneira direta, sinalizando continuamente para a instauração de uma ditadura, no mais das vezes endossada pela intelectualidade política, sujeita à influência de dogmas positivistas que reforçavam a ideia de centralização. Nas grandes cidades, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, surge uma nova cultura política: as manifestações em praças públicas que dão ao povo urbano um relativo caráter de protagonismo, até então inédito. A personagem Zé Povinho, desde sua criação, era a representação fiel do indolente e desinteressado povo brasileiro, suscetível à condição de presa dos interesses das elites. Neste novo momento, Zé Povinho é chamado a participar do novo contexto político e social.

Era uma vez uma bandeira muito conhecida, laureada em muitos feitos. Um belo dia, mudada a forma de governo, na terra simbolizada por essa bandeira, o poder de então desmanchou-lhe todos os atributos e criou uma bandeira nova, que apenas conservava da primitiva a disposição das cores. O povo olhou, mirou, torceu o nariz, e começou a dizer que não gostava daquela ideia. Pois sabe o que aconteceu? Pela primeira vez, nesse país, foi ouvida pelo poder a

palavra popular. Parece mentira, mas não é. O povo falou e foi atendido. Coisa estupenda! Zé Povinho, que não estava habituado a receber essa importância, ficou admirado de si mesmo, perplexo, incrédulo. (...)Então que é isso? O Sol quando nasce é para todos; e, se até ontem andaram tapando-te o sol com uma peneira, foi justamente por tua culpa. Tu fostes sempre um sujeito tão bonachão... (...)Ficastes habituado a crença de que não vale coisa alguma. (...)Pois não fiques tão admirado assim. *Tempora mutantur*. (O Paiz, Rio de Janeiro, 27/11/1889 p.1 *apud* SILVA, 2011, p.189-190)

No período inicial da República o Positivismo adquiriu mais prestígio – o lema “Ordem e Progresso” da nova bandeira é de clara feição positivista – a Igreja Católica deixou de ser a religião oficial. Nada mais de títulos aristocráticos. A pauta passou a ser a inserção do Brasil no mundo moderno em pé de igualdade com os países de economia estruturada. A imagem do Brasil precisava ser melhorada no exterior e não faltaram esforços neste sentido: a participação em eventos internacionais como a Exposição de Paris em 1889 e a Exposição Colombiana de Chicago em 1893 tinha por objetivo mostrar, mesmo que exageradamente, o quanto o Brasil se modernizava. Além disso, as cidades brasileiras se empenhavam na tarefa de europeização do espaço público. As transformações ocorridas no Rio de Janeiro e a conseqüente campanha de saúde pública suscitaram esforços similares em todo o Brasil. Pelotas, cidade que sempre esteve voltada para o centro do país e para a Europa – principalmente Paris – não estava fora deste contexto. E Simões Lopes Neto, sempre conectado com o que de mais moderno ocorria, esteve à frente de muitas iniciativas em favor de sua comunidade, despontando como um intelectual engajado e preocupado com o futuro do seu chão.

4.4 Jornalista ativo e empreendedor desastrado

Com o passar dos anos, o futuro escritor se converteu em paradigma de cultura entre seus concidadãos, um sujeito preparado para tratar de questões de toda ordem, a quem muitos recorriam e com quem outros tantos desejavam desenvolver projetos e trabalhos. Simões Lopes utilizou, com acertos e erros, toda a sua capacidade produtiva e criativa, pondo em prática – ou ao menos tentando fazê-lo – os valores e ideais modernos, característicos dos intelectuais de sua lavra. Ao longo da vida encabeçou os mais variados movimentos em prol de melhorias em sua cidade e de seus patrícios, não se furtando a redigir apelos ao governo do Estado e até à presidência da República,

quando julgava necessário. Foi assim no caso do sistema ferroviário de transporte de gado em que, na condição de presidente da Associação Comercial de Pelotas (um dos tantos cargos ligados à administração, economia e cultura de Pelotas que cumpriu), escreveu em 1902 um memorial sobre o assunto – sobre a necessidade de instituição do ‘transporte do gado em pé’ – e remeteu ao presidente Campos Sales. Ou, antes disso, quando se dirigiu a Porto Alegre em 1894 e entrevistou-se com o presidente do Estado, Júlio de Castilhos, por conta de diversos problemas de interesse do município, sendo a principal demanda, naquele momento, o deslocamento de uma draga para operar no canal do São Gonçalo. Outras iniciativas do gênero, direcionadas a autoridades federais e ao Congresso Nacional também foram lideradas por nosso autor, como a reivindicação pela suspensão do imposto do sal em 1903 e pela mudança nas regras do imposto sobre bebidas alcoólicas, já em 1909, duas atitudes que condiziam com os cargos que ocupava ligados ao comércio. Naqueles primeiros anos da República, entretanto, repetindo de certa maneira os esforços realizados pelo avô, esteve empenhado verdadeiramente com a infraestrutura da sua cidade. Assim, desenvolveu em 1892 um extenso projeto que visava à canalização do arroio Santa Bárbara, acompanhada de saneamento e urbanização local, assunto sobre o qual escreveu seis artigos publicados no *Diário Popular*, no ano seguinte. Este foi, no entanto, um dos muitos fracassos que recolheria ao longo da vida: conseguiu a aprovação da Intendência Municipal, mas não encontrou forma de obter os recursos necessários para efetivar a obra de grande interesse comunitário. Diferentemente do avô, o Visconde da Graça, não possuía capital próprio para dispor.

Ainda que tenha empreendido também negócios comerciais visando ganhos pessoais – afinal de alguma parte precisa retirar seu sustento (apesar de sua origem oligárquica, enquanto seu avô e seu pai eram vivos nada tinha de seu) –, Lopes Neto não conseguiu estabelecer nada com maior sucesso. O cargo de despachante, iniciado em 1890 e mantido por quase toda a idade adulta, foi uma de suas atividades relativamente rentáveis, juntando-se a esta as atividades de jornalista – realizada de forma praticamente ininterrupta – e a de professor – nos últimos anos de vida.

Em alguns dos empreendimentos Simões Lopes Neto aparecia somente como idealizador – um visionário, muitas vezes – captando recursos por meio de acionistas em regime de sociedades anônimas ou de cooperativas. Foi assim com a Sociedade Anônima Vidraria Pelotense em 1891 e com a Companhia Destilação Pelotense em

1893. Ainda que não se aliasse às ideias autoritárias que norteavam o governo do Rio Grande do Sul no início da República, o projeto econômico de modernização empreendido pelo governo federal⁷⁸ e abraçado pelo do estado, de certo modo parece ter contagiado Simões Lopes Neto, visto que nos primeiros anos do novo regime o pelotense se lançou em diversas empresas, no mais das vezes inovadoras, tanto no setor industrial quanto comercial. É importante ressaltar que ele respondia às demandas da sociedade e não atuava a partir do Estado, ainda que em alguns episódios tenha se reportado a ele. O mais elogiável é a preocupação social do futuro escritor, demonstrada através de iniciativas ou planos de inclusão de setores da sociedade normalmente à margem da engrenagem econômica. Um exemplo disso era a contratação de mulheres para que trabalhassem lado a lado com os operários ou funcionários homens em seus empreendimentos industriais e comerciais, fato que demonstra claramente seu caráter progressista.

Em 1892, aos 27 anos, Simões Lopes Neto contrai casamento com D. Velha ou, melhor, Francisca Meirelles Leite, jovem de família mediana pelotense. Pouco depois, em 1893, por ocasião da morte do avô, seguida pela do pai, em 1895, recebeu o que lhe cabia em herança e iniciou a série de empreendimentos nos quais viu dissolver-se a herança recebida. Não se tratava de nenhuma fortuna: o Visconde teve muitos filhos de seus dois casamentos, mas um sujeito regrado poderia viver de maneira bastante razoável. Em decorrência do processo de dilapidação do patrimônio que logo tem início, candidata-se a notário e assume o 2º Cartório de Pelotas, em 1904. No entanto, nem mesmo a este cargo que poderia lhe dar tranquilidade e estabilidade financeira se prendeu. O irrequieto Simões Lopes parecia necessitar de maior espaço para dar vazão a sua mente fervilhante de ideias e inspiração, e as procurações e certidões não ofereciam a liberdade das colunas de jornal ou dos diálogos de suas peças de teatro recheadas de humor e elementos satíricos, atividades que desenvolveu com êxito.

Em dois empreendimentos Simões Lopes atingiu relativo sucesso e, até onde se sabe, não perdeu seus investimentos. A fábrica de cigarros, de Marca Diabo (nome

⁷⁸Ruy Barbosa assumiu o Ministério da Fazenda (1889-1891) com o firme propósito de promover a industrialização brasileira. Suas ações visavam o progresso da nascente burguesia urbana, da classe média em ascensão, retirando do centro das medidas econômicas a antiga estrutura agrária baseada na exportação de café. Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br> acesso em : 7 fev 2015 – página da Fundação Banco do Brasil, mantenedora do Projeto Memória “uma tecnologia social de educação que pretende difundir a obra de personalidades que contribuíram significativamente para a transformação social, a formação da identidade cultural brasileira e o desenvolvimento do Brasil.”

mercado de anticlericalismo e ironia), foi estabelecida por nosso autor em 1901, sendo que os fumos e cigarros produzidos pela empresa chegaram a receber medalha de prata na Exposição de São Luís, nos Estados Unidos, em 1904. A fábrica, no entanto, não sobreviveu muito ao evento. Outra iniciativa que foi mantida por bom tempo e sem causar maiores estragos financeiros para seu criador foi a pomada para bovinos a partir do fumo, a Tabacina, um remédio antiparasitário apresentado na III Exposição Rural de Pelotas, em 1902. Em outras situações, entretanto, Simões Lopes Neto se envolveu em negócios atabalhoados: um depósito de café, uma fábrica de extração de mel, um estabelecimento para a comercialização de peixe salgado, uma mensageria junto com o cunhado e, talvez o mais inusitado, o investimento em minas de prata, em Santa Catarina, empresa malograda em que perdeu dinheiro por conta da credulidade em um indivíduo malandro.

O autor, no entanto, não esteve somente dedicado às questões comerciais e administrativas durante os primeiros anos da República. Ao contrário, as contribuições para o jornal também estiveram em alta: de janeiro a junho de 1891, nos últimos meses de vida do jornal *A Pátria*, Simões Lopes iniciou nova seção, a *Tesoura Hilariante*, escrita por vezes em prosa e em outras ocasiões em versos que se aproximam do cancionero popular. A coluna de aspecto jornalístico recortava episódios do dia-a-dia e os tratava de forma humorística e não raro seguidos de crítica aguda. O autor assinava a coluna com pseudônimos diversos, os Joões ligados ao riso, repetindo o procedimento da primeira fase das *Balas de Estalo*. Não existem ainda dados concretos sobre a publicação, cabendo aqui uma pesquisa mais aprofundada. Fora o já citado jornal, colaborou também com o *Correio Mercantil*, com o *Opinião Pública* e com o *Diário Popular*, ambos da mesma cidade, sendo que neste último veio publicada a última série das *Balas de Estalo*, no ano de 1895. Além das duas fases das *Balas de Estalo* e das séries *O Rio Grande à vol d'oiseau* e *Tesoura Hilariante*, o jovem Simões Lopes publicou mais outros três trabalhos no período que trabalhou no jornal *A Pátria*, que são: *Álvaro Chaves* (necrológio, 25 de fevereiro de 1890), *Carta* (resposta ao jornal *Diário Popular*) e *A Barra do Rio Grande* (tradução do francês em 10 de outubro de 1889). O jornal no qual nosso autor ingressou na atividade jornalística teve seu acervo e parque gráfico incorporado pelo *Diário Popular* em junho de 1891.

Criado para ser independente, logo após sua fundação o *Diário Popular* acabou sendo adquirido pelo Partido Republicano. Simões Lopes Neto contribuiu com alguns

artigos. O primeiro discorreu sobre as indústrias pelotenses, num texto “onde desenvolve pormenorizada resenha sobre a industrialização do município em seu estágio de desenvolvimento, naquele fim de século, escrevendo sobre as características sócio-econômicas e geográficas da região”⁷⁹, o que vem a confirmar o quanto Simões esteve envolvido com possibilidades de modernização de sua cidade. Em seguida o autor escreveu a série já citada de seis outros, durante janeiro de 1893, que traziam o título geral *Canalização do Santa Bárbara e melhoramentos anexos*. Os artigos, parte do extenso projeto ao qual se dedicou com empenho, foram assinados por J. Simões Lopes Neto – o pelotense neste caso deixou de lado o pseudônimo Serafim Bemol, que aparecia em suas publicações de caráter literário e humorístico.

Também em 1893, mas no *Correio Mercantil*, Serafim Bemol assina ao lado de Don Salústio e Sátiro Clemente (pseudônimos dos quais não se sabe ao certo os donos) a novela folhetim *A Mandinga*. Escrita a seis mãos, com cada autor dando prosseguimento à história contada por seu antecessor, a narrativa traz paixões não correspondidas que por fim desembocam no terreiro de um preto velho, onde ocorrem diversas confusões, em um enredo movimentado bem próximo ao teatro – é justamente nesta época, aliás, que nosso autor começa a se dedicar ao gênero, compondo peças satíricas, leves comédias de costumes que fizeram sucesso no círculo pelotense. A novela foi dividida em 15 capítulos, publicados entre outubro e dezembro de 1893, e trata-se da primeira experiência de Simões no campo da prosa de ficção. O *Correio Mercantil* assim apresenta a novela *A Mandinga*:

Serafim Bemol, Sátiro Clemente e D. Salústio, em comandita literária, que pretendem celebrar, nos anais da pilhéria pelotense, escrevem uma novela, romance, narrativa ou coisa que melhor nome tenha, observando o seguinte programa: A obra não tem fio nem pavio. Os autores são obrigados a a continua-la. Como entenderem, no ponto em que o associado anterior a tiver deixado. Quando estiverem aborrecidos ou o público começar a bocejar, matam-se os personagens todos e... assunto concluído. (REVERBEL, 2066, p.116)

A solução encontrada pelo periódico para um possível encerramento da publicação – a morte generalizada ironicamente posta como fim – remete de alguma maneira àquele período. No mesmo ano de 1893 teve início um dos embates mais violentos da história do Rio Grande do Sul: a Revolução Federalista, frequentemente chamada de “Revolução da Degola”, devido ao grande número de pessoas degoladas por ambas as facções.

⁷⁹DINIZ, 2003, p. 81

4.5 O Rio Grande do Sul dividido ao meio

A renúncia de Deodoro em 1891, fato ocorrido em meio às divergências republicanas após o primeiro presidente brasileiro ter dissolvido o Congresso, colocou Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro, à frente do governo até 1894. Foi um período tenso e de governo severo, em que a astúcia política de Floriano Peixoto se sobressaiu, articulando a seu favor os ideais de jacobinos e positivistas. O Rio Grande do Sul foi palco da Revolução Federalista, entre 1893 e 1895. O Rio de Janeiro também enfrentou rebeliões militares, em 1891 e em 1893. Em 1892 o país atravessou uma grave crise econômica provocada pela queda da bolsa de valores. Após comandar o país por três anos, retirando do caminho quem julgava inimigo da República, Floriano Peixoto foi substituído por um civil, Prudente de Moraes. As eleições no país, entretanto, não passavam de disputas eleitorais que se davam dentro das congregações republicanas de cada estado, sendo que os estados mais poderosos davam as cartas em termos nacionais. Neste período surge a prática do coronelismo, ou seja, a manipulação de votos que alavancava candidatos via fraude eleitoral. E o uso da violência era, muitas vezes, o argumento utilizado como forma de convencimento.

O movimento republicano tomou vulto no Rio Grande do Sul a partir da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense, ocorrido uma década antes, em 1882. O grupo formador do PRR era composto por jovens filhos de grandes estancieiros da região da campanha, que tendo estudado no centro do país retornaram ao sul carregados de ideais de modernidade e ansiando por mudanças políticas. Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1861) e José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) foram alguns dos jovens fundadores do partido, os três oriundos da classe latifundiária. Júlio de Castilhos, já citado, que posteriormente tornou-se o maior nome do republicanismo gaúcho, não vinha da mesma posição social que seus companheiros, mas destacou-se por sua inteligência, por seu doutrinário positivista e por sua postura combativa como redator do jornal *A Federação*, fundado em 1883.

O vaivém da política fez com que em apenas dois anos de novo regime nada menos que dez presidentes estivessem à frente do governo do estado. Nomeações, destituições e transferências de poder instabilizavam a estrutura governamental, além do

que, os resultados dos processos eleitorais nem sempre eram confiáveis, o que acarretava a tensão política. A nova Constituição, aprovada em 14 de julho de 1891, coincidiu com a eleição, de forma indireta, de Júlio de Castilhos, que já vinha ocupando postos de mando. O sectarismo praticado pelo Partido Republicano Rio-Grandense e a ânsia em ocupar todos os cargos políticos de forma estratégica provocou dissidências dentro do próprio partido, o que acarretou alianças entre os quadros dissidentes e outros políticos descontentes, sendo estes remanescentes tanto de liberais quanto de conservadores. As manobras políticas que tinham por escopo evitar eleições inicialmente programadas aumentavam o estado de tensão no estado.

Com o retorno ao Brasil do líder liberal, o ex-senador do Império Gaspar Silveira Martins (1835-1901), a oposição se aglutinou, a despeito de suas várias tendências, o que promoveu a fundação do Partido Federalista. O próprio Silveira Martins se reconciliou com seu grande adversário, o conservador Joca Tavares (1818-1906), e, mesmo que o primeiro tentasse evitar o confronto armado, a guerra civil já era coisa certa. Em fevereiro de 1893, após mais uma eleição manipulada, Júlio de Castilhos é novamente empossado – o apoio dado ao golpe desfechado por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891, quando o marechal suspendeu as atividades do Congresso Nacional, ocasionou a destituição do cargo –, e a insurreição se declarava em Bagé, com a invasão daquela região a partir do Uruguai pelo caudilho Gumercindo Saraiva (1852-1894).

Na acirrada disputa – em que atrocidades foram cometidas por ambas as facções – os federalistas tinham o apoio dos *blancos* uruguaios, na oposição, naquele ponto, aos *colorados* que governavam o país. O hábil Júlio de Castilhos fez uso de tal situação para pressionar o governo encabeçado por Floriano Peixoto no sentido de receber maior apoio no enfrentamento, alegando, para isso, que tal união estava vinculada aos ideais separatistas herdados dos farroupilhas. A bem da verdade, o que estava em jogo não era uma possível separação; e tampouco havia qualquer identificação dos revoltosos com alguma reivindicação social. A luta tinha por meta assumir a direção da estrutura governamental do estado e se dava entre duas frentes diversas que germinaram dentro da mesma esfera: a elite rio-grandense. Por um lado os federalistas de Silveira Martins tentavam através da luta armada derrubar a ditadura de Júlio de Castilhos, em favor de um governo mais liberal, em parte, e contra certas novidades implantadas pela República, como a cobrança de impostos sobre a propriedade rural. Do outro lado os

castilhistas retratavam seus adversários, que na realidade eram tributários do parlamentarismo, como inimigos da República que ansiavam pela restauração da Monarquia.

Ainda que a luta dos federalistas tenha tomado corpo e se estendido a outros estados, integrando-se a outros movimentos – como a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, na qual oficiais da Marinha, repetindo revolta anterior, de 1891, apontaram os canhões para a cidade exigindo a renúncia de Floriano Peixoto – e que ao se alinhar aos *blancos* uruguaios tenha originado uma autonomia diplomática paralela, os castilhistas derrotaram os federalistas, mantendo-se à frente do governo do Rio Grande por longos anos, seguindo à risca os preceitos positivistas firmados por Júlio de Castilhos e mantidos por Borges de Medeiros.

João Simões Lopes Neto não tomou parte efetiva no embate federalista, apesar de ter sido destacado para servir no 3º Batalhão de Infantaria, sediado em Pelotas, ocupando o posto de tenente da Guarda Nacional. Cumpriu a função de secretário da unidade até decidir-se por pedir licença, em outubro de 1894, tendo em função disso que dirigir-se pessoalmente ao Ministro da Guerra, no Rio de Janeiro. Foi seu primeiro retorno à cidade após a estada para estudos e, segundo o biógrafo Sica Diniz “no Rio de Janeiro, visita parentes, revê amigos e certamente vai ao teatro, mantém-se atento aos negócios, lê os jornais e as revistas da metrópole e retorna ao sul reciclado, com novos sonhos na cabeça.”⁸⁰ Com o fim da revolução, Simões ainda obteria uma promoção, tornando-se, então, capitão da Guarda Nacional.

4.6 A terceira fase das *Balas de Estalo* e a produção para teatro

Das publicações jornalísticas apenas de feição teatral, Simões Lopes Neto passou a se dedicar objetivamente à produção de peças de teatro. O pelotense teve como parceiro em diversas empreitadas seu futuro cunhado, José Gomes Mendes, que respondia pelo pseudônimo Mouta Rara e era hábil na atividade de carpintaria cenográfica. As criações teatrais de viés humorístico de Lopes Neto fizeram sucesso em Pelotas ao longo da década de 1890, apresentando temas variados que tratavam desde o

⁸⁰DINIZ, 2003, p.93

jogo do bicho até a educação rígida imposta a uma filha pelo pai, ou mesmo a aplicação de sanguessugas para tratamento de saúde. As cenas compostas pelo autor usavam e abusavam de comicidade, não se furtando de tratar de questões às vezes incômodas para a aristocrática Pelotas, como a vida de aparências e os casamentos por conveniência.

A estreia nos teatros pelotenses se deu em 1893 com a revista teatral *O Boato*. Seguiu-se a ela *Os Bacharéis*, já no ano seguinte, a peça mais vezes representada entre todas as escritas por Simões. A comédia musical de costumes gira em torno do interesse de um bacharel na noiva de outro homem. O ano de 1896 foi profícuo, três peças foram produzidas pelo autor: *Coió Júnior, Mixórdia!... e Viúva Pitorra*. Da primeira não se tem maiores informações, a segunda vinha encenada em três atos e oito quadros relacionados à Revolução Federalista, recentemente encerrada. Não há referências pontuais à sangrenta disputa na obra posterior de Simões Lopes Neto, fato, aliás, que se estende à maioria dos escritores gaúchos que viveram o episódio. Isso se dá certamente pela dificuldade em retratar a brutalidade do embate que dividiu o Rio Grande e esfacelou famílias justamente num momento de valorização de ideais modernizantes. Dramaturgo perspicaz, Simões encontrou a fórmula para exercer seu veio crítico: a comicidade entra como forma de extrair do brutal uma reflexão sobre a linha tênue que então dividia a civilização da barbárie. No cartaz de divulgação lá estava: “Representação da revista cômico-mágico-burlesca-retrospectiva de 1893-94 em 3 atos e 8 quadros intitulada *Mixórdia!...*”, o que quer dizer que ao menos parte da grave disputa pelo poder no Rio Grande do Sul esteve representada no teatro simoniano. Já a terceira peça trazia as peripécias vividas por uma suposta viúva e fez enorme sucesso na cidade.

As produções teatrais sempre estiveram presentes na vida de Simões Lopes Neto, mesmo no período em que se dedicou aos contos e às lendas de feição popular. Em 1898 vem a público a peça *O Bicho*, provavelmente o primeiro texto a tratar do jogo que movimenta até hoje boa parcela da população brasileira. Peças de único ato também foram por ele idealizadas, como *O Palhaço* e *Fifina*, ambas encenadas no teatro 7 de abril, em 1900. Em 1901 viriam duas novas peças: *Jojo e Jaja e não Ioiô e Iaiá e Amores e facadas ou Querubim Trovão*. A primeira, de teor metafórico e para Cláudio Heemann (1990, apud DINIZ, 2003) uma “peça curta e simbólica à maneira do que hoje se convencionou classificar, segundo rótulo criado por Martin Esslin, de teatro do absurdo”, foi escrita para ser encenada num dos saraus do Clube Caixeiral. *O maior*

credor (ou *Por causa das bichas*) veio à luz em 1903. O conjunto de peças ainda viria a ser acrescido nos seus últimos anos de vida com outras produções: *Valsa branca* e *Grande efeito de uma causa mínima*, que trazia o subtítulo *Pelotas forneceu pretexto da Guerra do Paraguai*, ambas de 1914. A peça *Sapatos de bebê*, uma adaptação de um conto de François Coppée, foi encenada em um ato, em 1915. O drama intitulado *Nossos Filhos* circula incompleto, sem o primeiro ato e sem maiores detalhes sobre data ou apresentação. A peça é, ao que tudo indica, uma adaptação da uruguaia *Nuestros hijos*, de Florencio Sanchez, que teve estreia em 2 de maio de 1907⁸¹.

Em princípios de 1895 o autor retoma efetivamente as atividades jornalísticas, interrompidas com o final de *A Mandinga*. É a volta da coluna *Balas de Estalo*, agora no *Diário Popular*. As duas primeiras séries da terceira fase ainda vieram publicadas em triolés, mas a partir da terceira quase todas as edições da coluna passam a ser em prosa. Vez por outra um triolé, como quando da morte de Floriano Peixoto.

Sempre grande o Marechal \ até nos braços da morte, \ que o conduz a outro norte: \ sempre grande o Marechal! \ Como quando o peito forte \ opôs às vagas do mal, q sempre grande o Marechal: \ até nos braços da morte! (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.180)

De um modo geral a seção mudara bastante em seu estilo, mas seguia preservando e enfatizando os fatos locais e episódios do momento. Uma das bandeiras levantadas com frequência pelo autor era a da crítica anticlerical. Durante sua vida jornalística foram vários momentos de embate através dos variados meios com os quais contribuiu ou foi funcionário contratado. Em tom panfletário, uma das publicações da terceira fase traz a crítica à campanha da Igreja contra a união unicamente civil de casais.

Constou-me que, há dias, um bravo javardo, de Jesus, em tanto se transformaram os cordeiros, um reverendo, pelo jeito da pá virada, descascara, do alto de seu púlpito, um metro e pouco, se tanto, umas tantas coisas da Santa Madre República, e entre elas, com pua, serrote, lima e os mais troços adequados, o moral e proveitoso casamento civil. Cada um come o que gosta, não sendo isto, porém, uma razão para cuspir no prato em que outrem saboreia, seja embora caramujos, angu de negra-mina, ou acepipes atrozes, de algum hotel com cortinas bonitas nas janelas. Oh! Zé-povinho: já reparaste que a implicância toda é só para o casamento civil? Já notaste que o registro civil, a

⁸¹Cláudio Heemann (*O teatro de Simões Lopes Neto*, POA: IEL, 1990, vol.1) e Paulo Betancur (*Obras completas, Simões Lopes Neto*, POA: Ed. Sulina, 2003) atribuíram inicialmente a Simões Lopes Neto a autoria da peça teatral *Nossos Filhos*. Em matéria que circulou na edição de 29-05-1991 do jornal Zero Hora, de Porto Alegre-RS, Heemann afirma ser a peça uma tradução do drama de Sanchez.

doação, o reconhecimento, o óbito, etc. não arrepiam lá essas coisas à evangélica pachorra dos padres colados, descolados e por colar? Já reparaste, Zé-povo? Então, por que será que a embirração é só para o casório? Procura, procura o gato, que ele deve estar com a cauda exposta... (LOPES NETO apud REVERBEL, 2006, p.111)

O terceiro conjunto das *Balas* foi o mais profícuo em termos numéricos, com 43 publicações ao longo de oito meses, de janeiro a setembro de 1895, sendo que em uma destas Serafim Bemol assinou a coluna toda em branco, fato que desperta dúvidas até hoje, pois não existem quaisquer informações a respeito das razões e circunstâncias de tal procedimento. O jornal *Diário Popular* era porta-voz do Partido Republicano e, assim sendo, uma hipótese que talvez possa ser considerada, é que esta tenha sido a forma encontrada pelo jornalista para demonstrar seu desacordo em relação a alguma posição adotada pelo próprio jornal ou pelo governo castilhistas. Simões era republicano convicto, filiado ao PRR e serviu nas forças armadas oficiais no início do confronto federalista. Sua conduta era, no entanto, reservada. Ao final do confronto, quando da chegada dos chefes maragatos à cidade de Pelotas, o editorial do *Diário Popular* não economizou insultos contra os adversários e mesmo contra quem os acolheu. Simões se absteve: “com postura contrária aos revoltosos, de sua pena não saíram, contudo, ofensas como aquelas”⁸². Outro instante surpreendente na trajetória das *Balas de Estalo* é a coluna de 8 de fevereiro: Simões escreveu em italiano. Trata-se da apresentação de uma “ópera” de sua autoria, em tom evidente de paródia. O uso da língua italiana comprova que nosso escritor dominava não só a língua francesa – como no artigo por ele publicado na revista *L’Amérique*, de Paris, em 1889⁸³ –, mas também a língua falada no *bel paese*.

A criação seguinte para o *Diário Popular* foi das mais originais: *A Semana Passada (Revistinha)* seguiu a veia teatral. Entre 18 de setembro e 18 de outubro, ainda do ano de 1895, foram veiculados quatro textos que à maneira teatral traziam personagens em evidência naquele momento, descrevendo situações em que estiveram envolvidos, tudo tratado de forma bem-humorada e com pitadas da ironia simoniana. Seguiu-se a esta publicação outra batizada *Semaninha*, mais duradoura, nos moldes anteriores, ou seja, sem características que lembrassem peças teatrais. A ideia era a de passar a limpo fatos ocorridos, mas sempre sob a luz local. Simões Lopes escreveu para

⁸²DINIZ, 2003, p.96

⁸³Ibidem, p.71

esta coluna de 18 de abril a 2 de agosto de 1896. A seção seguiu sendo publicada até o final daquele ano, entretanto a tarefa de produzi-la foi assumida por alguns de seus companheiros de jornal.

No mesmo ano de 1896, outro jornal foi inaugurado em Pelotas. *A Opinião Pública* aportou trazendo em seus quadros companheiros do jovem Simões de outras empreitadas jornalísticas. Em 5 de maio o jornal circula com longo artigo do então empenhado jornalista, Simões Lopes Neto, agora portando um novo pseudônimo: João do Sul. O artigo trazia uma reflexão sobre o próprio jornalismo, que para ele, dizia “é, sem dúvida, a expansão mais atraente para o homem essencialmente humano.”⁸⁴

Além de criar seus saborosos esquetes teatrais, o então profícuo dramaturgo participava à época de diversos cargos em instituições ligadas à vida da cidade. O surpreendente Simões Lopes Neto dirigiu associações dos mais variados tipos: participou da direção da Biblioteca Pública Pelotense, da fundação da União Gaúcha – criada para “relembrar, honrar e conservar as tradições rio-grandenses”⁸⁵ – e trabalhou na constituição da Sociedade Protetora dos Animais, entidade que pretendia tratar, principalmente, do péssimo hábito de ordenha de vacas leiteiras em via pública, o que depauperava os animais devido aos longos trajetos a eles impostos e expunha a população ao consumo de leite produzido em condições inadequadas. Participou da criação do Clube de Ciclismo e do Clube Caixeiral. Idealizou a “Festa das Árvores”, exerceu cargos na Maçonaria, no Conselho Municipal e na Academia de Letras do Rio Grande do Sul, ocupando nesta entidade a cadeira de número 20. Foi grande incentivador das comemorações do Centenário de Pelotas, ocorrido em 1912, tendo editado uma revista na ocasião.⁸⁶

Simões Lopes era, entretanto, indivíduo de visão aguçada e ideias ventiladas, e embora estivesse plenamente ligado à cidade de Pelotas, produzindo a série de comédias de costumes locais e se envolvesse em questões de interesse público de sua cidade, mantinha-se permanentemente atualizado em relação a tudo que acontecia no resto do Brasil, nos países vizinhos, nos Estados Unidos e na Europa. No período da virada do

⁸⁴LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.98

⁸⁵REVERBEL, 1981, p.192

⁸⁶NOTA: A *Revista do 1º Centenário de Pelotas* ganhou edição luxuosa, em 2012, a partir do esforço de vários pesquisadores da obra do escritor capitaneados por Luis Rubira, da Universidade Federal de Pelotas. Em 2014 o trabalho foi acrescido de dois outros volumes compostos de textos variados sobre Pelotas. A publicação recebeu o nome **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**.

século XIX para XX, contando com certa estabilidade do novo regime, teve início no país uma mobilização engendrada por intelectuais preocupados com o destino da educação e com a formação do futuro cidadão brasileiro. A afirmação da República não passava somente pela reorganização política e social, havia a necessidade de criação de um novo ideário nacional em que novos símbolos legitimassem o novo regime. A ideia de nação e cidadão brasileiros vinha conjugada à necessidade de uma escola voltada para uma formação cívica e laica, onde os símbolos republicanos fossem realmente constitutivos na formação do novo homem. Inspirado por tudo que estava acontecendo no resto do país – a intensa valorização da educação, a criação de valores patrióticos, a movimentação de renomados escritores e pensadores brasileiros pela qualidade dos livros didáticos – Simões Lopes dá início, então, a seu próprio projeto de produção de livros e cartilhas escolares.

5 O MOVIMENTO CÍVICO

Neste capítulo o foco recai sobre a educação escolar e a produção de livros didáticos na virada do século XIX para o XX. O primeiro subcapítulo retoma as condições da educação no tempo do Império. No segundo são apontadas as mudanças ocorridas nesta área com o advento da República. O terceiro traz mais uma vez a figura de Sílvio Romero, mas agora ao lado de José Veríssimo; este último um dos baluartes do pensamento cívico no que tange à educação. Seu livro, *A Educação Nacional*, publicado logo após a Proclamação da República, foi referência para Simões Lopes Neto, norteador de suas conferências sobre educação cívica. O quarto subcapítulo apresenta São Paulo e a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, local de intensa vibração abolicionista e onde despontaram diversos nomes da intelectualidade brasileira. A ênfase é dada aos bacharéis Coelho Neto e Olavo Bilac. Os dois escritores, depois de terem alcançado reconhecimento do público, se envolveram na tarefa de produzir livros para a escola. Por diferentes motivos, ambos estão envolvidos na trajetória de Simões Lopes Neto. A quinta parte trata exclusivamente de Manuel Bonfim. O médico sergipano escreveu *América Latina – Males de origem*, uma obra marcante que apresenta uma visão inovadora sobre os problemas sociais brasileiros, no início do século XX. A questão da mestiçagem é abordada na obra de Simões através da lente igualitária de Bonfim. A seguir, a atenção se volta aos 400 anos do Descobrimento do Brasil, com as intensas comemorações e os reflexos daquela movimentação patriótica. O livro *Porque me ufano de meu país*, publicado em 1900 de maneira a saudar a passagem, também é objeto de análise. Por fim, depois da longa preparação do contexto brasileiro, em especial no que diz respeito ao caráter cívico impresso nas questões vinculadas à educação, a trajetória de Simões Lopes Neto retorna ao centro do estudo e o plano pedagógico do autor é o tema do final deste capítulo.

5.1 A educação no Império

A imagem da instrução pública praticada no período do Império era fundamentalmente associada pelos republicanos à precariedade, à falta de condições materiais e de higiene das escolas, ou seja, era uma expressão total de atraso. Tal pecha

negativa, bastante verdadeira, vinha relacionada à ideia de mudança, de vislumbre de novos tempos, de reinvenção da nação, transformações divisadas a partir da nova ordem política nacional recém-implantada. O fato é que nem a educação no período do Império havia sido tão débil, embora de fato houvesse muita carência, e nem as mudanças viriam a ser tão contundentes, malgrado alguns bons esforços, aos menos em termos práticos. A discussão sobre questões educacionais era constante e ocorria desde o final do Império. Ainda que o processo educacional tenha adquirido maior relevância com o advento da República, com a conseqüente necessidade de valorização do cidadão como participante efetivo do novo regime – e neste caso o analfabetismo era um entrave –, não há como ignorar os significados sociais e políticos de medidas bastante empenhadas com a educação no período imperial. Desde o Primeiro Reinado vinha sendo sinalizada a necessidade de legislação para a Instrução Pública, e temos como exemplos disso a instituição da gratuidade da instrução primária desde a Constituição de 1824 e a promulgação do Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que a oficializa. Já no Segundo Reinado é possível constatar a difusão de bibliotecas escolares, a realização de conferências com participação de educadores nacionais e estrangeiros e o relativo impulso do mercado editorial de livros didáticos, entre as diversas medidas adotadas pelo governo.

Por outro lado, é preciso levar em consideração que muitas destas medidas voltadas para o desenvolvimento educacional durante o Império atingiam de maneira mais direta o universo escolar do Rio de Janeiro, não atingindo efetivamente a rede escolar em sua totalidade. Além disso, a descentralização da gestão da instrução pública ocorrida após a promulgação do Ato Adicional de 1834 – ato que atribuiu às Províncias o dever de legislar, organizar e fiscalizar o ensino primário principalmente, mas também o secundário, restando ao governo central, através da pasta do Ministério do Império, a gestão destes na Corte, e do ensino superior em todo o país – criou de certa forma um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil imperial de maneira uniforme. Isso ocorreu principalmente devido às diversidades regionais e à quase ausência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais. Soma-se a isso o desinteresse de parte das oligarquias políticas locais pela implantação de um sistema de instrução realmente efetivo.

5.2 A educação na República

Com o advento da República a escola passou a ser vista como um meio estratégico para a real formação do cidadão, no sentido de integrá-lo à nova ordem vigente. Embora a movimentação em prol de melhorias no setor educacional estivesse na tônica dos discursos republicanos mais inflamados, o que de fato ocorreu é que a Constituição de 1891 não trouxe alterações significativas de cunho institucional. No que diz respeito à estrutura, o regime federativo implantado pela República concedia plena liberdade aos estados para gerir as questões relacionadas à instrução pública primária. Por consequência, os estados com melhores condições econômicas conseguiram, com efeito, realizar melhorias importantes na educação, ao passo que os de menor desenvolvimento econômico andaram em marcha lenta neste quesito. O ensino secundário foi alvo de algumas reformas durante o período da Primeira República: entre 1890 e 1925 foram cinco modificações na estrutura do ensino de caráter médio, algumas atingindo também o ensino superior.⁸⁷ Era a instrução primária, entretanto, que preenchia a prerrogativa de dispositivo estratégico de promoção da ordem e do progresso da jovem república, o que fez com que ocupasse posição central nos debates em torno da modernização da educação.

Uma das discussões públicas mais candentes à época era a natureza do livro didático voltado à instrução primária, resultado do envolvimento de intelectuais e escritores diversos em torno da causa pedagógica de cunho cívico que atingiu grande parte do país. Ainda que o Império tivesse incentivado o mercado de livros didáticos, estes estavam atrelados à ordem monárquica e subjugados aos preceitos da Igreja católica, motivo mais que plausível para que se tornasse alvo das alterações dos republicanos, que postulavam por uma escola universalizante e sobretudo laica. Mesmo que os republicanos não fossem unívocos em suas acepções – como já mencionado, diferentes projetos de República se enfrentavam nos momentos subsecutivos à Proclamação –, o ideal da educação parece ter sido compartilhado por intelectuais de diferentes vertentes. Uma parte da chamada Geração de 1870 não aceitava bem a

⁸⁷Foram realizadas as seguintes reformas, todas levando o nome de seus idealizadores: Reforma Benjamim Constant, Reforma Epiácio Pessoa, Reforma Rivadávia, Reforma Carlos Maximiliano e Reforma João Luiz Alvez. Todas em âmbito nacional e voltadas, prioritariamente, para o ensino secundário. A meta era implantar um currículo unificado para todo o país.

ausência de um projeto de inclusão social pós-abolição e, constituída a República, não viam seus anseios atendidos; já os monarquistas juntavam-se aos republicanos nas fileiras do movimento de ufania cívica que tomava conta do país, sem evitar, porém, alusões à ditadura republicana chamando a atenção para as aventadas práticas liberais do extinto Império. Não obstante o permanente quadro contraditório e considerando todas essas diferenças, a educação era, com efeito, cerne dos debates da Primeira República.

A escola se tornou o canal aberto para a promoção de noções de progresso e civilidade. À escola cabia a divulgação da ciência – sua missão redentora seria capaz de reabilitar o país – a formação do sentimento nacional e a regeneração da sociedade. Desta forma, o papel a ser cumprido pela instituição era de cunho ético e moral, eis que a escola deveria ser a condutora e a moldadora do futuro indivíduo republicano. Expressões como “mundo civilizado”, “nações civilizadas” e “luzes” eram tidas como justificativa para apregoar projetos de modernização da educação e do país. A discussão em torno do atraso brasileiro, entretanto, raramente vinha atrelada à questão da problemática e conflitiva estrutura social, e ao contrário, detinha-se principalmente nas origens do Brasil: nação, raça e povo formavam um emaranhado atravessado pelo olhar cientificista que via como signos de atraso a formação étnica e a falta de patriotismo. Desta forma, a maioria dos escritores que se dedicaram a essa categoria que pode ser identificada como literatura cívico-pedagógica, ou ainda, compêndios cívico-pedagógicos, além de tentar criar símbolos patrióticos, se dividia entre louvar o branqueamento – e a imigração, pelo mesmo motivo – ou, em menor escala, exaltar a miscigenação.

Figuras de proa participavam ativamente do processo de formação do brasileiro publicando livros para a escola. Além das cartilhas de alfabetização, foram produzidos compêndios de História e Geografia, antologias e seletas de poesia, de contos e de cantos, muitas vezes de origem popular, todos cumprindo na escola o papel de livro de leitura. Alguns tinham por característica o fato de serem narrativas de ficção – frequentemente envolvendo personagens crianças – que no decorrer do enredo cumpriam o papel de ensinamento cívico e pedagógico. Os estrangeiros *Cuore* e *Le tour de la France par deux enfants*, como já falado anteriormente, serviram de modelo para muitos autores que, repetindo as estruturas e características dispostas por De Amicis e

G. Bruno, escreveram histórias para a infância imprimindo traços genuinamente brasileiros. Com intuito formativo as duas obras se constituem em

verdadeiras cartilhas de suas respectivas nacionalidades. Tanto a história francesa quanto a italiana têm crianças como personagens centrais, as quais, através de variadas situações e aventuras, vão desenvolvendo amor à pátria, sentimento de família, noções de obediência, prática das virtudes civis. São crianças modelares, cuja presença nos livros parece cumprir a função de contagiar de iguais virtudes e sentimentos seus jovens leitores. (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007, p.32)

Os livros de leitura eram, portanto, considerados o ponto de partida da educação escolar. A leitura deveria ser uma das primeiras e principais atividades escolares, de modo a permitir ao estudante o contato com todas as demais áreas de conhecimento, cumprindo a tarefa de formação integral do jovem estudante.

5.3 José Veríssimo e Silvio Romero

O crítico José Veríssimo desempenhou papel fundamental nas discussões acerca das condições da educação brasileira. Em seus pronunciamentos e artigos, Veríssimo sempre chamou a atenção para a noção de uma educação nacional, e a concepção de patriotismo ou civismo servia de alicerce para suas ideias. As diversas manifestações culturais, costumes e tradições, as questões políticas, os fatos históricos e seus respectivos personagens, os aspectos geográficos, tudo entrava na conta do literato como valores nacionais capazes de despertar o sentimento patriótico.

Veríssimo não escreveu um livro didático: a tarefa à qual se dedicou foi reflexiva. Sua obra *A educação nacional*, de 1890, aborda com detalhe a situação educacional no início da República e nela o autor afirma ser imperativa a mudança do estado moral e material do Brasil. O crítico entendia que a nova condição política não realizara modificações efetivas em relação à instrução pública e dentre os diversos pontos identificados como problemáticos o literato apontava firmemente para a natureza do livro didático. Sua posição era favorável a um livro escolar que fosse legitimamente brasileiro, escrito por brasileiros, já que as escolas até então vinham adotando livros de autores estrangeiros traduzidos para o português.

Neste levantamento geral que é preciso promover a favor da educação nacional, uma das mais necessárias reformas é a do livro de leitura. Cumpra que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime. (VERÍSSIMO, 1985, p.55)

O crítico apresenta uma análise geral da instrução pública brasileira de fins do século XIX, trazendo reflexões e alternativas de desenvolvimento do ensino no país e reforçando seu objetivo de valorização do espírito cívico “Uma educação para ser nacional precisa que a inspire o sentimento da Pátria e que a dirija um fim patriótico.”⁸⁸(VERÍSSIMO, 1985, p. 57) O autor também discorre sobre a diferença entre instrução e educação no que diz respeito ao processo formativo do cidadão e o português Ramalho Ortigão é citado como referência.

Uma casa desprovida de bons livros, de bons laboratórios, com bons programas de ensino, bons mestres, bom ar, boa mobília e boa luz é, quando muito, uma fábrica de ciência. Para que se transforme num instituto de educação é preciso que nele se imponha à mocidade, por meio de mais rigorosa disciplina, o sentimento de solidariedade social, o espírito de reforço e de sacrifício na subordinação ao dever, a regularidade, a exatidão, a firmeza do porte, de acordo com a firmeza do caráter, em todos os atos da vida. Só assim se formam cidadãos, o que é uma coisa diferente de formar bacharéis. (ORTIGÃO *apud* VERÍSSIMO, 1985, p.54)

De acordo com José Veríssimo, para que fossem realmente forjados os futuros cidadãos a partir de valores nacionais seria necessário que o livro de leitura tratasse da realidade brasileira. O autor usa sua própria experiência escolar como exemplo e cita compêndios portugueses que não dizem respeito ao universo da criança nascida no Brasil. Veríssimo condena as “lições de coisas” da forma como são apresentadas pelos livros estrangeiros, já que falam às crianças que vivem em países com clima, natureza e cultura tão diversos. O autor sugere que caso os livros adotassem o ensino intuitivo a partir da observação, trouxessem para isso elementos, atividades e situações comuns aos brasileiros. A literatura numa visada mais ampla também não escapa do olhar crítico do autor, para ele a servil imitação de portugueses e, principalmente, franceses sempre impediu que esta fosse um agente de educação nacional. As artes plásticas – o autor cita aqui museus, coleções, monumentos – e a ausência de festas nacionais também são tidas

⁸⁸VERÍSSIMO, 1985, p.57

como motivos de impedimento para a criação de um sentimento verdadeiramente brasileiro.

Ainda que se possam entrever alguns traços conservadores em sua análise, o esforço realizado pelo autor no sentido de contribuir com a melhoria da educação no Brasil e com a criação de um espírito comum inserido na modernidade não deixa de ser louvável. Na tentativa de sintetizar a índole brasileira Veríssimo expõe, por exemplo, que o desprezo pelo trabalho é um dos defeitos do caráter brasileiro e que este comportamento é resultado da escravidão. O autor celebra o trabalho como o “mais belo título de nobreza do homem moderno” e afirma que a educação pode apagar os “funestíssimos efeitos da execranda instituição”⁸⁹. Postular uma educação ampla e abrangente em termos nacionais e, na mesma análise, fazer uma reflexão sobre a discrepante relação elite branca proprietária x trabalho, é sem dúvida uma posição que demonstra equidade.

O livro é composto por uma série de textos escritos em diferentes momentos, sendo que alguns destes foram escritos após a primeira publicação e foram sendo incorporados à obra a cada nova edição. Um destes casos é o capítulo sobre os problemas enfrentados em relação à educação das mulheres: até aquele momento o ensino para meninas e moças não evoluía em termos de conteúdos para além do nível primário, mesmo se estivessem cursando o secundário. O autor também trata das vantagens advindas da prática de educação física, da importância da História e da Geografia como disciplinas formadoras – para meninos e meninas, o que era inovador – e finaliza insistindo sobre a necessidade de uma educação verdadeiramente nacional e não uma cópia das práticas exercidas em outros países. Veríssimo, de maneira aguda, enfatiza que, embora “tendo muito a aprender dos Estados Unidos, não devemos pô-los simplesmente a macaqueá-los irrefletidamente”⁹⁰.

Veríssimo sugere a presença de alguns temas imprescindíveis para um livro didático genuinamente brasileiro que seja ao mesmo tempo instrutivo e capaz de formar um verdadeiro cidadão. Entre estes: contos e cantos populares, cenas da história da pátria (mesmo que apresentada de forma legendária e, para ilustrar, cita Caramuru), a narração de Caminha a D. Manuel, episódios ligados aos bandeirantes, detalhes da vida

⁸⁹Ibidem, p.79

⁹⁰Ibidem, p.131

dos primitivos colonos, o papel das Missões Jesuíticas e as biografias de homens notáveis.

Mesmo que tenha criticado veementemente em seu trabalho de 1890 a adoção de livros estrangeiros pela escola brasileira, José Veríssimo publicou na edição de fevereiro de 1892 da *Revista Pedagógica* – primeiro periódico especializado em questões educacionais, financiado pelo poder público republicano, e que circulou entre 1890 e 1896 – um artigo sobre a obra *Cuore*, ou *Coração*, de Edmondo De Amicis, denominado *Educação Nacional (a propósito de um livro italiano)*, no qual defendeu a qualidade e a função educadora da obra. O texto foi posteriormente incluído como prefácio da quarta edição (1894) do livro traduzido por João Ribeiro em 1891, levando o título *Um estudo sobre De Amicis*.

O livro é eminentemente italiano, na sua inspiração e na sua concepção, no seu objeto e no seu fim, no seu espírito e na sua ideia dominante e exclusiva. Eu não sei de nenhuma escola que possua hoje um tão acabado manual de educação moral e cívica. Ao escolar brasileiro, ele ensinará a moral mais elevada e simpática; mas não lhes falará senão de uma pátria que eles não conhecem nem podem amar e cuja vida e cujas glórias, cujas lutas e triunfos, lhe são indiferentes. Para a nossa escola fica, portanto, perdido o máximo valor desse livro. O que lhe convinha não era uma tradução, mas uma adaptação ou imitação. Mas toda imitação de um livro tal não será um pastiche? (VERÍSSIMO *apud* BASTOS, 1998)

O influente José Veríssimo fez discípulos entre os intelectuais voltados à questão educacional, assim como seu livro *A educação nacional* acabou se tornando uma espécie de guia para autores dedicados à produção de compêndios para escola. Sua análise posterior sobre *Coração* e a conseqüente sugestão de que pudesse ser tomado por modelo de livro de leitura difundiu ainda mais a obra italiana entre os leitores brasileiros e entre os autores de livros de leitura engajados na campanha de cunho cívico. Por largo período foram produzidas histórias de meninos falando sobre o mundo escolástico, sobre suas regiões, sobre hábitos e culturas diversos, tendo por escopo a leitura escolar e a formação dos futuros cidadãos brasileiros. Veríssimo não estabeleceu as diferenças entre literatura cívico-pedagógica de ficção e livros de leitura na forma de compêndios, tratando por livro didático ou livro de leitura qualquer material possível de ser utilizado na rede escolar.

O polivalente Silvio Romero foi outro entusiasta da educação. O crítico exerceu a atividade de professor de Filosofia no Colégio Pedro II por largo período, de 1881 a

1910. Em 1890, Romero publicou o livro *História do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, destinado às classes primárias e ao qual deu a alcunha de “livro de ensino cívico”. O prefácio do livro de Romero foi escrito por João Ribeiro, o literato tradutor de *Cuore* para o português. Ribeiro salienta que não havia unanimidade em torno do que fosse “instrução cívica”, mas louva a iniciativa de Romero em escolher o gênero narrativo-biográfico para promover o civismo. João Ribeiro discorre sobre a falta de consenso sobre o tema em seu prefácio.

(...)A instrução cívica constitui um saber inclassificável: nem possui os caracteres de uma ciência, nem de uma arte.(...) Uma das coisas mais curiosas e dignas de nota é justamente o fato de nenhuma legislação determinar a qualidade nem a quantidade do assunto: uma fala apenas de ações sobre as leis orgânicas, outra requer a história unida às noções da constituição, ainda outra intromete uns rudimentos de economia política e não falta quem peça um pouquinho de heráldica. Como se vê, ninguém sabe definir a matéria, e a instrução cívica fica reduzida a uma espécie de receituário doméstico onde se acotovelam mesinhas caseiras e doces em calda. (RIBEIRO *apud* HANSEN, 2009, p.507)

Os primórdios da construção do nacionalismo brasileiro se deram como manifestação contra o colonialismo e a favor da luta pela independência, tornando-se a partir de 1822 uma ferramenta em prol da unidade da nação e da legitimação do Estado. O nacionalismo brasileiro nunca se tratou de movimento espontâneo oriundo do povo, como ocorreu, por exemplo, na França; no caso brasileiro foi sempre um movimento que partiu das elites letradas. Conforme o que já foi exposto até aqui, os primeiros momentos pós-proclamação da República foram de transição e reflexão sobre a realidade brasileira; e foram de relativa descrença em relação à formação da nação sob o novo regime. O Brasil era visto pela camada intelectual como um país sem povo – a sintomática personagem Zé Povinho aparecia muitas vezes como alienado e descrente – e o analfabetismo era considerado o maior entrave ao desenvolvimento. A ideia de que era preciso estender a educação a todos os cantos do país e de através dela criar verdadeiramente o brasileiro estimulou um razoável contingente de letrados ao labor cívico, mesmo que não houvesse consenso sobre o que o termo “instrução cívica” significasse essencialmente naquele momento, como denota a exposição acima de João Ribeiro.

5.4 A Faculdade de Direito de São Paulo

A ênfase dada ao Rio de Janeiro neste trabalho ocorre em função da estada de Simões Lopes Neto na então Corte do Brasil – cidade dos passeios públicos, dos estudantes de Medicina, dos jornais dados às polêmicas entre representantes do pensamento da época – e das marcas deixadas por essa experiência. Contudo, é importante lembrar que as cidades de Recife e de São Paulo, com suas Faculdades de Direito, foram celeiros de ideias e movimentações importantes. Os dois cursos de Ciências jurídicas e sociais foram criados por Carta de Lei do Imperador Pedro I em 11 de agosto de 1827. Diversos nomes oriundos dos bancos pernambucanos que despontaram nacionalmente já foram citados até aqui. Com São Paulo não foi diferente, mesmo porque o movimento de jovens de várias províncias em direção à faculdade paulista sempre foi muito significativo. Também jovens estudantes do Rio de Janeiro escolhiam a Faculdade de Direito de São Paulo para sua formação como bacharéis, o que configura um trânsito cultural intenso entre as duas cidades, embora São Paulo ainda fosse uma capital de província pacata e de pequena dimensão se confrontada com a Corte. Mesmo que não atingisse a mesma proporção das manifestações do Rio de Janeiro, a efervescência abolicionista e republicana tomava conta dos corredores da instituição superior e se estendia aos bares como lastro de discussões que inspiravam a boemia estudantil na década de 1880. A opção pela faculdade paulista foi o caso, por exemplo, dos já citados Raul Pompeia, Joaquim Nabuco, Valentim Magalhães e Rui Barbosa; e dos escritores Coelho Neto (1864-1934) e Olavo Bilac (1865-1918), entre tantos outros nomes mais que alcançaram projeção nacional participando de forma ativa da vida cultural e política brasileira.

Valentim Magalhães e Raul Pompeia foram defensores ferrenhos da causa abolicionista e trabalharam ativamente em jornais estudantis em favor do movimento. Com a morte, em 1882, de Luiz Gama – rábula negro, filho de africana livre e fidalgo baiano branco, que foi vendido ilegalmente como escravo pelo pai na infância e ao conseguir a liberdade se transformou na principal liderança paulista do movimento pelo fim da escravidão – os dois jovens assumem naquele cenário o papel de protagonistas na luta pela abolição. Coelho Neto, contemporâneo de Raul Pompeia no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e recém-chegado em São Paulo após breve passagem pelo curso de Medicina na Corte, se junta à causa de maneira empenhada. Empenho, aliás,

realmente não faltava ao grupo: os integrantes realizaram diversas ações para libertação de escravos, conduzindo-os a quilombos no interior paulista.

Luiz Gama era afinado com o jacobinismo, e seus seguidores mantiveram-se fieis à linha mais radical de combate à escravidão. O engajamento custou caro em vários momentos, com reprovações repetidas e desavenças com professores, que ocasionaram até mesmo temporada de estudos dos jovens na Faculdade de Recife. Dono de um estilo rebuscado, Coelho Neto atingiu a condição de profícuo escritor se dedicando a versos ou conferências com igual fervor e conferindo-lhes o papel de reflexão social. Desta forma, sua experiência na luta abolicionista e republicana foi substrato para seu engajamento na cruzada cívica que se formou a partir do estabelecimento da República. O escritor cumpriu um itinerário patriótico, visitando diferentes cantos do Brasil, nos quais proferia conferências a favor de melhorias na educação. Sua produção didática também foi bastante importante, tendo principalmente em Olavo Bilac um parceiro de sucesso.

Bilac esteve por um ano em São Paulo, cursando Direito e, tal qual Coelho Neto, tinha antes cumprido um breve período do curso de Medicina no Rio de Janeiro. Atuou como jornalista por toda a vida escrevendo em diversos jornais e revistas. Entre os periódicos com os quais contribuiu estava a influente e consagrada *Gazeta de notícias*, onde substituiu Machado de Assis na sessão *Semana* por ocasião de afastamento do titular, em 1897, em decorrência de uma enfermidade. Como poeta, Bilac atingiu grande reconhecimento popular, seus poemas eram frequentemente repetidos em saraus e reuniões literárias típicas da época. Seu veio artístico serviu para que escrevesse o Hino da Bandeira, em 1889. Participou ativamente da vida política e em sua militância conclamou seus conterrâneos para que o apoiassem na luta pela instituição do serviço militar obrigatório, o qual julgava um meio para a extinção do analfabetismo.

Como participante diligente da campanha cívica em prol da educação escreveu uma série de livros para a escola; e o fez sozinho e em união com outros literatos seus contemporâneos. Além da já citada parceria com Coelho Neto, Bilac escreveu com Manuel Bonfim (1868-1932) o livro *Através do Brasil* que narra as peripécias de dois irmãos Brasil a fora em busca do pai, numa adaptação bem realizada de *Le tour de la France par deux enfants* para o contexto brasileiro. Para Lajolo e Zilberman

O livro francês de G. Bruno foi objeto de uma adaptação mais requintada: inspirou, em 1910, o famosíssimo *Através do Brasil* que, escrito por Olavo Bilac e Manuel Bonfim, constituiu-se na leitura apaixonada e obrigatória de muitas gerações de brasileiros. (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007, p. 32)

O livro de Bilac e Bonfim conta a história de dois meninos que partem de Pernambuco em busca do pai engenheiro de quem não têm notícias. A busca se dá através do sertão até Salvador. De lá os meninos seguem para o Rio de Janeiro, depois São Paulo e rumam finalmente ao sul, até o Rio Grande do Sul. Neste estado estão parentes que os receberiam em função da suposta morte do pai, aventada durante a viagem. Ao mesmo tempo, um rapazote oriundo do meio rural nordestino que dividiu com os meninos as primeiras aventuras segue para o Amazonas, onde arranjava trabalho.

Durante o percurso os meninos vão cruzando com indivíduos diversos e destes vão ouvindo muitas histórias. No capítulo “A vida selvagem”, por exemplo, os três viajantes ouvem de Bemvindo, um sertanejo que os guiava àquela altura, detalhes sobre os costumes indígenas. Mais adiante o sertão é descrito com minúcias; as curas com plantas, a lavadeira neta de tapuias, a alimentação típica, o universo interiorano faz parte da narrativa. Do norte, Juvêncio, o antigo companheiro, conta sobre o seringueiro, o caboclo do sertão do norte que vai para a Amazônia ganhar a vida. No sul, os dois irmãos são recebidos na estância da avó e conhecem a bravo gaúcho. Ao final a boa notícia: o pai estava vivo e vindo ao seu encontro. Bilac e Bonfim traçaram um percurso geográfico através da narrativa de *Através do Brasil* com o nítido intuito de valorizar o interior do país e o homem deste meio – o mestiço, ou seja, o sertanejo, o caipira, o gaúcho – colocando as situações vividas pelos meninos no sertão e no campo em geral como aprendizado para a vida.

Bem antes de *Através do Brasil*, porém, em 1897, veio a público *América*, de Coelho Neto. O livro é narrado em primeira pessoa e traz a história do menino Renato durante sua estada em um colégio interno, ao mesmo tempo em que traz entremeados alguns contos de feição moral. É interessante pensar que além da obra seguir de perto a estrutura de *Cuore* – já amplamente difundida e adotada em escolas por todo o país àquela altura – *América* repete o ambiente de *O Ateneu*. A historiadora Patrícia

Hansen⁹¹ é uma das poucas pesquisadoras que se debruçou sobre a obra de Coelho Neto, da qual, aliás, pouco se tem notícias em virtude, provavelmente, de sua pouca circulação e única edição.

Dedicado por Coelho Neto aos seus “jovens patrícios”, América narra as lembranças do primeiro ano escolar do menino Renato, constituídas por descrições de colegas, professores e funcionários, situações vividas ou testemunhadas pelo narrador, e “lições”, aprendidas dentro e fora da sala de aula, reproduzidas didaticamente como redações lidas em voz alta ou anotações compartilhadas por algum aluno, em geral a pretexto dos feriados e festas da república. A narrativa tem início com o menino, órfão de pai, despedindo-se das pessoas da casa e viajando com sua mãe para o internato América. (HANSEN, 2009,p.509)

Para Hansen, a adoção de *América* para título do livro e para o nome da escola reporta a uma das proposições do Manifesto Republicano de 1870: “Somos da América e queremos ser americanos”. Para a historiadora, através deste viés é possível reconhecer em *América* uma representação de “utopia cívica e republicana”.

O título do livro e nome da escola, que mais do que mero cenário é representação de um (não)lugar regido por uma ordem social idealizada e perfeita, acrescenta significados para além daqueles que se encontram explícitos no texto. América remete às ideias de “mundo novo”, “liberdade”, “democracia”, “progresso” e “república”, e se constitui em uma chave de leitura que confere sentido às experiências narradas pelo menino Renato. (HANSEN, 2009, p.516)

Várias publicações atingiram a rede escolar e alcançaram o objetivo de difusão de civismo e patriotismo na virada dos séculos XIX para XX, até porque, era também uma atividade de bom retorno financeiro, principalmente se o autor tivesse relações no meio editorial e educacional que possibilitassem a inserção de seu livro na rede escolar. Como exemplos de compêndios didáticos do período podem ser apontados os livros *Contos infantis*, de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira, publicado em 1886, *Pátria*, de João Vieira de Almeida, de 1889, *A Terra Fluminense*, de Coelho Neto, de 1898, *Contos pátrios*, de Olavo Bilac, escrito em 1904, em parceria com Coelho Neto, e ainda, *Histórias da nossa terra*, de 1907, também de Júlia Lopes de Almeida. Todos são compostos de pequenos textos, ao contrário de *América e Através do Brasil*.

⁹¹Patrícia Santos Hansen é autora da tese “Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República”, defendida em 2007, com a orientação de Nicolau Sevcenko. Sobre o livro citado, de Coelho Neto, escreveu o artigo “América. Uma utopia republicana para crianças brasileiras”.

5.5 Manuel Bonfim

Manuel Bonfim, um dos autores de *Através do Brasil*, foi mais um sergipano dentre os pensadores do final do século XIX e início do XX. Bonfim formou-se médico no Rio de Janeiro, mas desencantou-se com a profissão após perder uma filha. Foi um estudioso dos problemas sociais brasileiros tendo formulado interessante tese sobre o propalado atraso brasileiro atribuído comumente à ideia de inferioridade racial. Em sua obra *América Latina – Males de origem*, de 1905, Bonfim retira do âmbito biológico a responsabilidade pela condição díspar do Brasil em relação ao mundo modernizado. Para o autor, a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo aliada à dominação interna impingida pelas elites que sempre detiveram o poder era a causa dos profundos males do Brasil – Bonfim estende seu raciocínio aos países latino-americanos em geral. É o que denominou “parasitismo”, termo apreendido da biologia, o que pode soar meio estranho, já que sua obra faz um contraponto ao discurso comum vigente sobre o não desenvolvimento brasileiro – e também latino-americano – atrelado justamente a uma questão de cunho científico. É que o passo adiante de Manuel Bonfim em relação aos seus pares se dá na forma como ele se apodera dos preceitos darwinistas. Para o crítico, a lei da seleção natural jamais foi pensada tendo em vista sua aplicação à espécie humana, pois “ao contrário do que afirmam os evolucionistas, a luta entre espécies seria substituída, na sociedade, pelo *concurso* e *solidariedade* entre os homens(...)”⁹². Manuel Bonfim baseava suas conclusões em declarações do próprio Darwin sobre o sentido metafórico de sua ideia de sobrevivência das espécies: “emprego o termo *luta pela sobrevivência* em sentido lato e metafórico, o que implica relações mútuas de dependência dos seres organizados”⁹³.

O livro *América latina – Males de origem* faz a defesa do homem do povo, do negro e do índio, do mestiço em geral, atribuindo a todo e qualquer indivíduo a mesma capacidade, independente de sua cor ou de sua posição geográfica. Para Bonfim, o sintoma de atraso era decorrente de alimentação e educação deficitárias e era determinante da condição de exploração a que foram submetidos os povos latino-americanos pelos europeus. E prefigurando o que ocorreria no correr do século XX, estende a classificação “parasita” para os novos dominadores: os Estados Unidos. A

⁹²VENTURA, 1981, p.158

⁹³DARWIN apud VENTURA, p. 158

evocação à educação das massas e à preparação para o trabalho perpassa o livro de Bonfim, o que demonstra seu comprometimento com a demanda educacional brasileira.

O autor também teve relevante atuação na imprensa brasileira: foi redator e secretário de *A República* e da *Revista Pedagogium*, diretor da *Revista Pedagógica Educação e Ensino* e um dos fundadores da revista quinzenal *Universal*. Redigiu a revista *Leitura para Todos* e escreveu artigos para inúmeros jornais. Sua vasta experiência pedagógica resultou em diversos livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio. Como exemplos, temos: *Compêndio de Zoologia geral*, de 1902, e *Lições e leituras para o primeiro ano*, *Lições e leituras: livro do mestre e Crianças e homens*, todos estes de 1922. Com Olavo Bilac escreveu três obras didáticas que atingiram várias gerações de brasileiros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias*, de 1899, *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias*, publicado em 1901 e o já citado *Através do Brasil*.

5.6 Os 400 anos do Descobrimento do Brasil

As comemorações de datas nacionais são normalmente compostas por diferentes procedimentos: organização de eventos cívicos, campanhas de valorização patriótica, desfiles de toda ordem, lançamento de moedas ou selos comemorativos, inauguração de monumentos, montagem de exposições, lançamentos de livros e álbuns. Em 1900, por ocasião dos 400 anos da chegada dos portugueses, diversas iniciativas foram tomadas no sentido de resgatar a História, fortalecer o regime republicano ainda titubeante e afirmar a condição do país como nação soberana. A imagem do português colonizador – agora o estrangeiro explorador, proprietário de imóveis e de presença dominante no comércio – gerava um forte sentimento antilusitano, o que impedia, de certa forma, a valorização da herança portuguesa e fortalecia a condição brasileira. Entretanto, nos festejos dos 400 anos foi a herança lusa que prevaleceu, na tentativa de ligar o passado histórico brasileiro à tradição ocidental eurocêntrica. A figura dos bandeirantes passou a receber maior reconhecimento, sendo tomada por fator fundamental na conjugação entre branco e índio e na constituição da figura do mameluco. Se por um lado existia um movimento favorável à mestiçagem neste processo de valorização da figura do

mameluco, por outro parece ser evidente a tentativa de tornar preponderante a presença europeia na constituição do mestiço.

Como parte do movimento de reconstituição da historiografia nacional, Capistrano de Abreu recebeu do Liceu Literário Português a incumbência de publicar os manuscritos da *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, relatos de Simão Pereira de Sá sobre sua viagem ao sul do Brasil, em 1737. Pereira de Sá nasceu no Rio de Janeiro, em 1701, formou-se em Coimbra e ocupou vários cargos junto à Coroa. Seus escritos são tidos como os primeiros a descrever a região mais ao sul dos domínios portugueses, estendendo-se até o Rio da Prata. A publicação se deu a partir de manuscritos existentes na Biblioteca Nacional. Entretanto, tais manuscritos não estavam completos, tendo sido publicada somente a primeira parte naquela ocasião. Quase um século depois, em 1993, finalmente foram editados na íntegra.⁹⁴

Uma comissão de ilustres foi constituída com o intuito de viabilizar as comemorações do quarto centenário, composta, entre outros nomes, pelo então diretor do Liceu Literário Português, o gaúcho Benjamin Franklin Ramiz Galvão, responsável e pelo escritor Coelho Neto. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomou parte na organização das comemorações e embora fossem idealizadas exposições e mostras ligadas à História nacional, a crise em que se encontrava o país constrangeu em parte tais iniciativas. As dimensões reduzidas das comemorações foram imediatamente atribuídas à indolência do brasileiro – fazendo jus ao pensamento dominante racista – e à inaptidão governamental. De qualquer forma, algumas iniciativas tiveram êxito, como o *Livro do Centenário*, uma importante fonte documental composta por 4 volumes, lançados pela Imprensa Nacional entre 1900 e 1910. A obra reúne, além da memória das comemorações, uma série de textos de figuras ilustres e especialistas, entre eles Capistrano de Abreu, Silvio Romero e Coelho Neto.

⁹⁴No início da década de 1990, Ricardo Franco da Fonseca e José Antônio Sousa Pinto Netto encontraram o manuscrito completo da obra de Simão Pereira de Sá. O material repousava esquecido na Biblioteca Municipal de São Paulo. Em 1993 os relatos receberam bela edição, contando inclusive com reprodução fac-similar, organizada pela Arcano 17, de Porto Alegre, em parceria estabelecida com o Banco Real e a RBS.

Também por ocasião da passagem dos 400 anos da chegada dos portugueses, Afonso Celso Júnior⁹⁵ (1860-1938) escreveu *Porque me ufano de meu país*, cujo texto exalta a beleza da exuberante natureza brasileira, motivo pelo qual, afirma o autor, o país pode ser considerado superior a tantos outros. Afonso Celso se desdobra em elogios amplificados acerca de nossa superioridade e grandeza, como neste trecho que discorre sobre o norte do país: “Fértil em incalculáveis riquezas, oferece o Amazonas indizível variedade de aspectos, revelando constantemente amplitude, força e majestade infinitas.”⁹⁶ O autor apresenta onze motivos que podem comprovar tal superioridade, e mescla entre os capítulos nos quais justifica esta perspectiva de análise outros que trazem cenas e descrições referentes à História do Brasil.

O que parece ser mais surpreendente na obra de Afonso Celso é a forma de abordagem do tema racial. O pensamento determinista em voga no Brasil transpassa de alguma forma seu trabalho, mas de modo geral sua visão é bastante progressista. Ao listar as nuances do mestiço brasileiro e suas respectivas qualidades, Celso cita o gaúcho, o caipira e o sertanejo, vinculando-os às regiões em que vivem e às tarefas que desenvolvem. As atividades ligadas ao campo são exaltadas já que o autor enaltece a condição pastoril do país. E obviamente ao enaltecer o meio, Afonso Celso tende a tomar seu habitante por resistente e determinado.

A comemoração dos 400 anos da chegada dos portugueses ao Brasil envolveu o universo de letrados do país e teve repercussão nacional. Os textos produzidos naquele período procuravam desafiar a descrença que povoava o pensamento brasileiro e, para tal, primavam pela associação dos benefícios naturais e do convívio pacífico das raças como alavanca para o progresso. A questão racial, aliás, era o ponto nevrálgico das discussões à época, pois o embate atraso *versus* modernidade estava, em regra, diretamente ligado à questão da mestiçagem e do branqueamento. A representação do brasileiro como afetuoso, ordeiro, cordial que tomava conta dos discursos durante os festejos ia de encontro às explicações raciais em voga, as quais tomavam a sociedade brasileira por um caldeirão de sub-raças, ou seja, um empecilho real ao

⁹⁵Filho do Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros do Império e já citado em capítulo anterior, Afonso Celso acompanhou a família no exílio junto à família real por ocasião da Proclamação da República. De volta ao Brasil, dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Celso era formado em Direito, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Seu livro transformou-se em uma verdadeira cartilha da nacionalidade que, adotada amplamente nas escolas, integrou o repertório de obras de cunho patriótico que almejavam o fortalecimento da identidade brasileira.

⁹⁶CELSONO, 2002

desenvolvimento. A contradição parece ter sido elemento chave na constituição do caráter da sociedade brasileira, frequentemente dividida entre polos excludentes. Alguns letrados, contudo, tiveram a capacidade de, recuando um passo, enxergar o andamento do período como um todo, identificando na mentalidade dúbia do brasileiro um reflexo do próprio processo histórico.

5.7 Os dois *Terra gaúcha*

Embora não existam informações documentais sobre obras e autores com os quais o escritor pelotense possa ter tido contato, já que sua biblioteca e boa parte de seus escritos não foram preservados, Simões em mais de uma oportunidade se referiu diretamente às obras de José Veríssimo, de Afonso Celso e De Amicis e aos nomes de alguns “escritores pátrios” que lhe serviram de inspiração, como os sergipanos Manuel Bonfim e Silvio Romero.

No ano de 1904 o autor pelotense ingressou como notário no 2º Tabelionato de sua cidade, trabalho que não sustentou por muito tempo. Neste mesmo ano, em 17 de julho, João Simões Lopes Neto proferiu na Biblioteca Pública de Pelotas a conferência denominada *Educação cívica – Terra Gaúcha (Apresentação de um livro)*, na qual expôs seu plano editorial e literário que visava o leitor escolar. A qualidade de seu texto fez com que fosse publicado no ano seguinte nos anais da referida biblioteca.⁹⁷ Como explicita bem desde o título, a palestra aponta inicialmente para a questão relativa ao civismo, para em seguida fazer uma referência à matéria local e à edição de um livro. Nesta palestra são citadas as obras de cunho patriótico *Educação Nacional*, de José Veríssimo e *Porque me ufano de meu país*, de Afonso Celso, que serviriam de influxo para o autor. Além destas, como inspiração maior, aparece *Cuore* (ou *Coração*), de Edmondo De Amicis, obra caracterizada pelo desejo de seu autor de prestar um serviço ao seu país incutindo nos jovens leitores valores morais e sociais, sobre os quais deviam ser construídos os pilares da Itália moderna.

A conferência teve como roteiro o livro *Educação Nacional* e pode ser considerada como o ponto de partida do plano editorial de fundo pedagógico de Lopes

⁹⁷Volume I, Livraria Continental, de Pelotas.

Neto. Sobre o seu livro de leitura, afirmou, tinha intenção de escrevê-lo aos moldes da obra italiana *Cuore*, revestindo-o, no entanto, de cenas nacionais:

Um livro em que eu pudesse lançar golpes de luz, de gratidão e amor sobre a imensa tela do Brasil, mas, entoando a glória excelsa pátria...como um passarinho que voeja por todo o jardim, e que tem o seu galho predileto na roseira mais amiga e aí desfere o canto, repousado, assim eu me prendesse mais detidamente ao meu Estado natal. Era um livro assim, em que se concretizasse a tradição, a história, o ensinamento cívico e as aspirações pátrias, que eu dedicaria, mais vibrante hausto da minha pobre vida, a terra riograndense, mãe de raça forte, tumulto de ossadas venerandas, berço de incomedido patriotismo. Um livro que vivesse no rancho das margens do Uruguay e no palácio das plagas do Oceano; e que das suas paginas simples e sinceras, fulgisse nítida e vivaz, amorosa, exemplificadora e saudosa, a plaga dos pampas, o berço dos Farrapos, a "Terra Gaúcha!!!" (LOPES NETO *apud* TAMBARA, ARRIADA, 2009, p.325)

O até então colaborador de jornais e dramaturgo começa, portanto, a despontar como um homem preocupado com questões relativas à educação, ambicionando atingir o universo escolar através de uma obra que contribuísse com a formação de jovens à medida que apresentasse ideais de valorização da pátria aliados à preservação de suas origens. Seu projeto literário, ou seja, a concepção de um livro voltado ao leitor escolar ou que de alguma maneira cumprisse o propósito de educar, e no qual noções de unidade nacional estivessem interligadas às peculiaridades regionais, não chegou a ser de fato totalmente efetivado. Em torno desta produção, que em parte foi realmente concebida, sempre pairaram dúvidas que obstruíram o entendimento e impediram que fosse reconhecida a dimensão do que chegou a ser produzido. O fato é que o autor foi um sujeito aparentemente dispersivo, a despeito da grande capacidade intelectual. Seu histórico de vida demonstra o quão criativo foi, mas também nos diz que possivelmente não foi um homem persistente, deixando tarefas e atividades inacabadas ao longo dos anos. É provável que tais atitudes estejam ligadas à enorme capacidade imaginativa e à ânsia de realizações modernizantes e de impacto social.

Um dos sintomas deste traço de Simões Lopes é a desordem que cerca o título *Terra gaúcha*. Em 1955 veio à luz um livro assim chamado, acompanhado do subtítulo *História elementar do Rio Grande do Sul*, provavelmente escrito nos últimos anos de vida do autor, trazendo notícias desde a pré-história até a fundação do forte Jesus-Maria-José, em 1737, hoje cidade de Rio Grande. Em seu *Crítério*, texto que introduz seus escritos, o autor mais uma vez declara sua intenção de contribuir com a memória rio-grandense: "Folhas humildes, livro desprezioso: Quando nada valhas, vales ao

menos como um tributo de amor cívico."⁹⁸ O texto teve organização de Walter Spalding (1901-1976) e prefácio de Manoelito de Ornellas (1903-1969), tendo sido este último um trabalhador incansável na tarefa de valorização do escritor. Segundo Carlos Reverbel, o segundo volume que daria conta do período posterior à fundação do forte de Rio Grande foi extraviado, por “um grande escritor já falecido, que durante muito tempo reteve os originais de *Terra gaúcha*, para apor-lhes um prefácio que nunca escreveu”⁹⁹. Entretanto, notícias veiculadas pelo próprio autor em meios diversos sempre indicaram a existência de outros manuscritos sob o mesmo título, além dos de teor histórico que originaram a edição de 1955. Ou seja, tudo apontava para a existência de um livro escolar, ou projeto de um, ao menos, de mesmo nome, mas de conteúdo diverso e à feição do *Cuore* italiano, fato corroborado pelo desejo expresso no corpo da conferência de 1904.

Dona Francisca, a viúva de Simões Lopes Neto, ressentia-se pela situação financeira a que fora submetida em decorrência das atividades do marido, chegando mesmo, em consequência disso, a colocar à venda sua biblioteca logo após sua morte. Os jornais de Pelotas estamparam o seguinte anúncio em 19 de março de 1918, dois anos após o falecimento do escritor:

Está à venda o archivo que pertenceu ao finado literato e colecionador João Simões Lopes Netto, contando de coleção de livros sobre variados assumptos; Estudos sobre várias industrias e peças theatraes inéditas e outras já representadas. Romances e conferencias, grande coleção de apontamentos com figuras e clichês sobre a historia do Rio Grande do Sul, da qual tem o primeiro volume, tendo-se extraviado o 2º, poucos dias antes de seu falecimento. O referido arquivo será vendido em um só lote. Os srs. Interessados poderão vel-o no escriptorio de J. G. Mendes, Rua 15 de Novembro n. 551. Para sua aquisição os pretendentes devem fazer ofertas em cartas fechadas, que serão abertas na presença dos interessados no dia 25 de abril, às 2 da tarde. Pela viúva de João Simões Lopes Netto. (DOMINGUES in LOPES NETO, 2013, p.205-206)

Não surgiram candidatos; notícias dão conta que sua biblioteca foi oferecida em lotes, para facilitar a aquisição por parte dos interessados. O destino do arquivo anunciado foi um quase esquecimento, interrompido por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha quando Silvia Lopes Mendes, irmã do escritor e viúva de José Gomes Mendes, o Mouta Rara, ofereceu à mostra comemorativa do feito histórico

⁹⁸LOPES NETO, 2003, p.564

⁹⁹REVERBEL, 2006, p.46 – A viúva de SLN, d. Velha, afirmava que o escritor Alcides Maya era o responsável pela perda dos manuscritos, Cf. REVERBEL, 1981, p. 269-271

alguns pertences do escritor. O lote era formado por alguns jornais, por exemplares da *Revista do Centenário de Pelotas* e pela *Coleção Brasileira* (adiante apresentada). O material impresso vinha ainda acompanhado por fotografias da Revolução de 93, por uma espada atribuída a Bento Gonçalves e por uma bandeira farroupilha, além de outros objetos menores referentes ao embate ocorrido na primeira metade do século XIX.

O arquivo, ao que tudo indica, esteve por largos anos nas mãos da irmã do escritor – muito provavelmente desde que esteve sob a guarda de seu marido – e retornou à viúva, já reduzido em seu conteúdo, para que esta queimasse ou desse o fim que julgasse apropriado. A presença amiga de Manoelito de Ornellas lhe rendeu a posse dos originais de *Terra gaúcha*, o acima citado livro de história do Rio Grande do Sul, além de cartões da *Coleção Brasileira* e outros do próprio escritor endereçados à esposa. Num gesto de afeto, D. Francisca presenteou-lhe também com a caneta usada por Simões. Ao jornalista Carlos Reverbel, o primeiro biógrafo de Simões Lopes Neto e divulgador laborioso da obra simoniana, tocou uma carteira de uso pessoal do pelotense e os originais do texto “Recordações de Infância”¹⁰⁰ O magistrado Mozart Victor Russomano – que, conhecendo as dificuldades enfrentadas por Dona Francisca, ao lado de Firmina, a filha adotiva do casal, movimentou a cidade de Pelotas em campanha pública, em 1948, visando à obtenção de apoio municipal por meio de pensão vitalícia para a desamparada viúva – recebeu como agradecimento o que restava do arquivo. O jurista pelotense ainda tentou efetuar a venda do material, com a ideia de favorecer D. Francisca, mas não obteve sucesso.

Com a morte de Mozart Russomano, em 2010, o arquivo do velho Simões chegou às mãos do bibliófilo Fausto José Leitão Domingues, que o adquiriu diretamente de uma descendente do magistrado. Entre os pertences dispostos numa velha mala estava um exemplar da já citada edição comemorativa preparada por Capistrano de Abreu da *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*, de Simão Pereira de Sá. A partir de um exame atento é possível reconhecer no livro de História de Simões Lopes Neto traços do relato Pereira de Sá. Não é de se espantar que assim seja: são as primeiras notícias do Rio Grande do Sul. Assim como os autores de projeção nacional dedicados à confecção de livros didáticos recorriam aos

¹⁰⁰DINIZ, 2003, p.128 – O texto intitulado “Recordações de Infância”, que esteve em poder de Carlos Reverbel, que por sua vez o recebeu da viúva de SLN, hoje está depositado na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Trata-se de excerto da obra **Terra gaúcha – Histórias de infância**.

relatos de viajantes franceses – como André Thevet e Jean de Léry – a fim de contar sobre a chegada dos europeus à baía da Guanabara, o pelotense reportou-se ao português Sá, que aqui viveu por alguns anos recolhendo todo tipo de informação sobre a então Colônia de Sacramento do Rio da Prata. Simões Lopes Neto, sempre integrado com as novidades nacionais, certamente acompanhou de perto as festividades do IV Centenário do Descobrimento e, conseqüentemente, o lançamento do livro organizado por Capistrano de Abreu.

Ainda relativos à História, em especial à do Rio Grande do Sul, o arquivo traz fotografias e a cópia de um arquivo documental, ambos sobre a Revolução de 93, e documentos manuscritos da Revolução Farroupilha. O material é muito variado. Livros técnicos sobre piscicultura e sobre tabaco estão ao lado de um projeto de pesca em Rio Grande do Norte e de um manuscrito sobre a fabricação da Tabacina, o que dá a ideia do quão diversificados foram os interesses do inventivo Simões. Um trabalho sobre carrapatos e sanguessugas – que possivelmente alicerçou sua produção teatral o *Maior credor ou Por causa das bichas* – divide espaço com atas de reuniões, discursos, artigos de jornais e exemplares da *Revista do Centenário de Pelotas* e da série *Coleção Brasileira*. E entre a série de outros documentos avulsos e de pequenas anotações, repousavam dois cadernos manuscritos. O título geral dado aos dois tomos: *Terra gaúcha*. Dois pequenos volumes, “As férias, na estância” e “O estudo, no colégio”, histórias contadas por um menino, Maio, vivenciadas durante um ano de sua infância. Parte do primeiro tomo corresponde a “Recordações de infância”, os manuscritos ofertados à Reverbel por Dona Velha. Estava desatado um dos maiores nós da obra simoniana, como será visto logo adiante.

5.8 O projeto pedagógico: *Terra gaúcha* e *Artinha de leitura*

Conforme anuncia na conferência proferida em julho de 1904, João Simões pretendia escrever um livro, ao qual daria o nome de *Terra gaúcha*, uma obra para uso escolar similar ao *Cuore*, mas colorida com tintas nacionais. Seu intuito era recheá-la com imagens brasileiras, a despeito do título aparentemente reducionista. A alusão ao local não era novidade nos livros de leitura para escola: Coelho Neto e Olavo Bilac haviam publicado alguns anos antes, em 1898, o livro *Terra Fluminense*, este sim,

dedicado à formação do estado do Rio de Janeiro. O livro teve circulação nacional, pois, ainda que tratasse da história daquela região específica, o que vinha representado na obra era a história da capital do país, um dos berços da colonização portuguesa e da formação dos brasileiros. Além disso, as publicações cariocas atingiam mais facilmente o público brasileiro, por razões óbvias ligadas à condição de centralidade.

A situação periférica em relação aos centros culturalmente mais desenvolvidos, no entanto, não diminuía em nada a disposição do pelotense. Em outubro de 1904, Simões dirigiu carta aberta aos leitores de vários jornais em todo o Brasil, na qual pedia por gravuras, fotografias ou reproduções ligadas a fatos históricos nacionais. Tal material era requisitado para que servisse de ilustração ao seu “livro escolar *Terra gaúcha*, em preparo final, sendo esse livro feito com o intuito fundamentalmente brasileiro” não se tratando de “um trabalho com mira única sobre o Rio Grande do Sul, mas, sim, sobre todos os Estados brasileiros.”¹⁰¹ Trata-se de uma informação esclarecedora: da condição de integração nacional que permeia seu projeto e da efetiva escritura do livro naquele período. É possível afirmar com relativa segurança que Simões Lopes Neto iniciou a compor seu livro *Terra gaúcha* ainda em 1904.

Juntando as principais características dos três livros postulados por Simões como guias do seu próprio livro é possível compreender o propósito do autor. Em *A educação nacional* temos o leme, a reflexão norteadora do plano pedagógico como um todo; já *Porque me ufano de meu país* traz a representação idealizada do Brasil, um bálsamo restaurador da condição inferiorizada de homem e meio (nitidamente fantasioso, mas positivo em seu alcance) que servia aos desígnios de valorização da pátria; e por fim *Cuore*, que além dos aspectos formais similares (assunto do próximo capítulo) traz um enredo voltado para a unificação do país, a Itália, buscando o fortalecimento das peculiaridades regionais e a subtração das diferenças excludentes. A mescla das características das três obras é o fermento de *Terra gaúcha*. É importante frisar que Simões Lopes Neto estava imbuído de um profundo espírito cívico, bem de acordo com sua época, mas sem se ater ao fanatismo oco, seus projetos eram, sobretudo, voltados à integração nacional e propalavam ideais humanitários e preceitos de igualdade.

Sem sossegar em seu gênio inventivo, no meio tempo em que escrevia a obra *Terra gaúcha*, Simões encontrou tempo para outras iniciativas relacionadas ao plano

¹⁰¹LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 124

maior de fim didático. À conferência de 1904 seguiram-se outras de mesmo caráter durante o ano de 1906; além de Pelotas, as cidades de Bagé, Rio Grande, São Gabriel e Santa Maria assistiram à segunda versão da palestra, a partir dali intitulada apenas *Educação cívica*. O desejo de compor um livro aos moldes de *Cuore* permanecia na segunda versão, embora não explicitado em seu título. A conferência de 1906 apresentou modificações importantes. No corpo do texto, agora mais extenso em relação à primeira versão, aparecem os cinco parágrafos que futuramente seriam aproveitados como introdução dos *Contos gauchescos*. Os letrados Silvio Romero e Manuel Bonfim são citados diretamente na nova versão da conferência. Da obra de Bonfim, inclusive, Simões absorveu trechos que lhe propiciaram criar um final para sua conferência bastante próximo ao de *América Latina – Males de origem*.

Em meio à esfuziante empreitada cívica – que, é importante salientar, antecipou em parte a movimentação nacional de igual teor capitaneada por Olavo Bilac e Coelho Neto – João Simões Lopes Neto organizou um conjunto de cartões postais utilizando material iconográfico de primeira ordem. A série denominada *Brasiliana* era de alta qualidade, ao menos em sua primeira tiragem. Os 25 primeiros cartões, de cunho didático e que traziam episódios da história nacional, não receberam a acolhida esperada. O plano de atingir não só estudantes, mas a população de modo geral, difundindo fatos da história do Brasil com o propósito de despertar o sentimento cívico, numa medida que proporcionaria ao público o reconhecimento do passado e dos valores patrióticos, não teve êxito comercial. A segunda tiragem já não apresentava o mesmo nível gráfico e também fracassou em termos de vendas.

Um paralelo interessante neste caso dos cartões ilustrados, e que vem atestar a atenção que Simões Lopes Neto dispndia ao que acontecia em âmbito nacional, pode ser feito em relação ao trabalho desenvolvido por Joaquim José Menezes Vieira, já citado em capítulo anterior. O renomado educador, fundador do primeiro *Kindergarten*, (ou Jardim de infância) brasileiro, desenvolveu diversificada coleção de livros e materiais didáticos inovadores, entre estes estão os *Prêmios instrutivos*, que embora tivessem propósito um pouco diverso, que não o cívico, são de mesma natureza.

São cartões ilustrados e destinados ao estudo da geografia geral e do Brasil, das artes industriais, dos homens célebres. Constam de pequenos mapas de países da Europa, tendo no verso dados estatísticos e as principais cidades. São prêmios aos alunos que mais se distinguirem nas escolas públicas e particulares. (BASTOS, 2002, p. 237)

Dando sequência aos ideais voltados à educação, o incansável Simões Lopes Neto, em um momento inspirado, compôs um livrinho intitulado *Artinha de leitura – dedicada às escolas urbanas e rurais*, título inspirado, é muito provável, na *Cartilha maternal* ou *Arte da leitura*, do português João de Deus (1830-1896), que circulava maciçamente desde 1876 entre os estudantes brasileiros. Simões tentou publicar sua cartilha, mas não obteve sucesso em seu intento. Seu livro, crivado de ideias então modernas sobre o ato de ensinar – e aqui mais uma vez pode ser inferida a ligação com o pensamento do educador Joaquim Menezes Vieira – não foi aprovado pelo Conselho de Instrução Pública do Estado para uso nas escolas primárias. A alegação para a negativa foi o uso inadequado de uma ortografia simplificada, fato que lhe trouxe muita tristeza. É importante salientar: a ortografia inovadora vinha sendo sugerida pela Academia Brasileira de Letras, o que comprova o quanto o escritor sempre esteve identificado com o que havia de mais atual.

Sua cartilha não apresentava a intenção apenas com ensinar a ler e escrever, Simões Lopes Neto estava preocupado com a formação de leitores. Segundo Pedro Garcez, a *Artinha de leitura* foi idealizada como um livro de leitura para iniciantes.

Uma das principais qualidades da *Artinha* foi articular em um volume, conveniente e sucinto, o emprego das palavras, frases, textos completos e ilustrações, ao invés de apenas letras e sílabas, para ensinar a ler. Preconizava o ensino focado na aprendizagem, sem autoritarismo nem condescendência. Além disso, a *Artinha* já era um livro didático, ao contrário de outros materiais adotados à época, que se ocupavam mais em explicar um método didático de alfabetização. (GARCEZ in LOPES NETO, 2013, p. 159, 160)

A cartilha tem passagens arrojadas para a época, acompanhadas de reflexões sobre aprendizagem que ainda hoje são pertinentes. O espírito humanista do escritor transparece em meio às ponderações sobre a forma como o professor deve proceder em sala de aula, respeitando diferenças pessoais e de proveniência:

Vá exercitando o aprendiz a ler com independência, estimule-o com brandura. Atente na capacidade de cada um; este é experto, aquele bisonho, outro de entendimento tardio, tal provem de um meio culto, tal outro de um atrasado. É útil pezar estes elementos. (LOPES NETO, 2013, p. 41)

Tratando da ortográfica fonética, a mesma que obstruiu o caminho certamente exitoso da *Artinha*, Simões argumenta em favor do poder emancipador concedido ao futuro leitor oriundo de segmentos historicamente excluídos do processo educacional, ao mesmo tempo em que critica o abismo resultante do rebuscamento da linguagem tão em voga.

Não é lugar aqui para discutir doutrinas, mas que fique consignada a seguinte proposição de um elevado espírito – “E de fato uma das vantagens da ortografia fonética é emancipar o público, sobretudo a parte infantil, proletária e feminina, dos obstáculos tradicionais que o pedantismo gramatical ergue continuamente à sua instrução das massas populares” (LOPES NETO, 2013, p. 136)

Tecendo considerações sobre o trabalho apresentado e prospectando seu conjunto pedagógico, Simões demonstra o quanto vinha se apropriando de conhecimentos já produzidos sobre o assunto e, com simplicidade, sintetizava as novas informações de maneira coerente e, sobretudo, procurava através delas o meio correto de atingir o público escolar sem distinção.

Não abrigo a presunção de haver feito – em essência – um trabalho original; em vários autores didáticos pátrios e estrangeiros procurei orientação, conselhos, ensinamentos; e de como traduzi no plano do meu livrinho di-lo-ão, na prática, os mestres e aprendizes. É claro que numerosas e variadas lições de outra ordem e alcance não podem nem devem ser aqui expostas; outros livros as minuciarão oportunamente; neste trata-se simplesmente de rudimentos de leitura – e mesmo assim condensa muita matéria que anda dispersa e que copiei, traduzi, adaptei. São regras humanas, de uso comum, de ninguém é exclusivo criador. Na lealdade de minha declaração, vai minha defesa. (LOPES NETO, 2013, p. 143-144)

É plenamente viável considerar que um dos autores a quem Simões se refere é o educador Joaquim Menezes de Vieira, cuja escola, como este trabalho vem sugerindo, possivelmente o pelotense frequentou. Aliás, o carioca foi lembrado na segunda parte da obra *Terra gaúcha* ao ter seu nome encabeçando a principal sala de aula da escola. No criterioso trabalho *Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*, a autora, Maria Helena Câmara Bastos, reconstrói minuciosamente a trajetória educacional do educador. No levantamento que realizou sobre a produção didática de Menezes Vieira, Bastos cita passagens de alguns de seus livros e compêndios que possibilitam estabelecer a ligação entre suas ideias e as defendidas por Simões Lopes Neto.

Em trecho de sua cartilha direcionado ao professor, o pelotense salienta que “o aprendiz lerá para si cada período, e depois em voz alta, com toda a correção, explicará em seguida o que leu. Exercite-o a escrever sob ditado; a leitura muito aproveita com o auxílio da escrita”¹⁰². Já Vieira aponta em *Noções de gramática. Primeira Parte*. (1877) que “o educador verificará previamente por meio de perguntas se o educando compreendeu a leitura; o educando lerá atentamente a segunda história que procurará reproduzir de viva voz ou por escrito(...)”¹⁰³. Os dois autores, como se vê, preocupavam-se com a compreensão por parte do aluno do texto lido em voz alta, sugerindo a escrita posterior como auxiliar da atividade.

Postulando por uma escola em que o aluno tenha espaço para se expressar, Lopes Neto aconselha ao professor que manuseará sua cartilha “Vá insistindo para que o aprendiz se habitue a ler com a maior independência; que explique o que leu, deixando-lhe toda a liberdade para expressar seus pensamentos; ajude-o(...)”¹⁰⁴. Neste mesmo sentido, afirma Menezes Vieira que “o educador deverá ser um guia solícito, entretanto, bem entendida a liberdade do aluno(...)”¹⁰⁵. Um e outro veem o livro didático como instrumento primordial no processo de aprendizagem, um guia tanto para o aluno quanto para o professor. Assim como Simões Lopes Neto, que endereça a cada pé de página um aconselhamento ao professor, Menezes Vieira explica sobre a finalidade de seu *Noções de Gramática*: “Esse livro destina-se para uso mais do professor do que do aluno”¹⁰⁶. Menezes Vieira foi reconhecido professor na Corte e Simões Lopes Neto exerceu a mesma carreira por vários anos, ministrando as disciplinas de francês e geografia. Suas experiências em salas de aula evidentemente deram subsídios para suas argumentações, mesmo que estejam separadas por mais de vinte anos e que neste período mudanças institucionais significativas tenham se verificado.

A cartilha *Artinha de leitura* foi apresentada ao Conselho de Instrução Pública do Estado como parte de um projeto maior intitulado Série Brasileira. À *Artinha* cabia o número I, seguida dos volumes II *Eu, na escola*, III *Terra gaúcha* e IV *Hinos e Glórias do Brasil*. Naquele ano de 1907, portanto, estava concluída a cartilha *Artinha de leitura*. O volume chamado *Eu, na escola* – provavelmente o que seguiria os moldes do *Cuore*,

¹⁰²Op cit, p.108

¹⁰³VIEIRA apud Bastos, p.222

¹⁰⁴LOPES NETO, 2013, p.98

¹⁰⁵VIEIRA, op cit, p.222

¹⁰⁶Idem, p.222

a parte que hoje sabemos levou o título *O estudo, no colégio* – provavelmente já vinha com a escrita adiantada. O terceiro volume possivelmente estivesse também com porção já escrita e tudo leva a crer que se trata do tomo *As férias, na estância*. Talvez fosse sua ideia aproveitar outros textos de igual teor a que certamente vinha se dedicando, como os cinco parágrafos que apareciam na conferência de 1906 e serviram posteriormente de introdução aos *Contos gauchescos*. Do quarto e último tomo não existe qualquer notícia.

O fato é que a recusa de sua cartilha pelo órgão público foi responsável pela aparente desistência em dar sequência ao projeto de cunho pedagógico que vinha acalentando e, certamente, dedicando muito de sua energia e tempo. Notícias em jornais da época e depoimentos diversos confirmam o empenho dispendido à questão educacional e à confecção do material didático. Sua sobrinha, Ivete Massot, deixou em livro um testemunho sobre a recusa que, mesmo um pouco confuso por não deixar muito claro à qual livro se refere, não deixa de ser uma evocação singela.

João Simões parecia advogar, vibrante de entusiasmo, a propaganda do nosso folclore e dos costumes do Rio Grande. Era tão grande o seu amor pelo chão, que fundou em Pelotas o primeiro Centro de Tradições Gaúchas e esse livrinho gauchesco teria o poder de prender a atenção da garotada, como o teve de fascinar as suas sobrinhas, que brigavam pelo único exemplar. E eram dois, aliás, mas o outro havia tomado o rumo do Ministério da Educação, onde teria o destino do primeiro: "Rejeitado". Um dia meu dindo entregou-me uma tesoura, dizendo: -Minha filha, faze destas figurinhas, o que quiseres... Recortei as belíssimas, "prendas" e gauchinhos feitos por ele, feliz da vida, porque nos meus primeiros anos sentia um prazer imenso em picar papel. Quando ele viu bem mutilada a sua obra, disse à esposa: - Graças a Deus, Velha, este livro teve o poder de dar alegria a uma criança... (MASSOT, 1974, p. 133)

Aparentemente a *Artinha* fora destruída, as notícias sobre ela se resumiam aos escassos depoimentos, às notícias de jornal e a uma contradita, interposta pelo autor infelizmente sem sucesso. Entretanto, por algumas reviravoltas do destino, em 2008 surgiram notícias da cartilha de Simões Lopes Neto. A professora e historiadora Helga Piccolo folheava um velho livro comprado em um sebo na cidade de Porto Alegre quando uma pequena caderneta escrita à mão em forma de cartilha caiu a seus pés. Era a *Artinha* que fora rejeitada pelo Conselho de Instrução e que repousara por anos no meio das páginas de tal volume. A cartilha voltou para casa: a professora resolveu doá-la à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), cidade em que Simões nasceu e viveu, e agora está cedida em comodato ao Instituto Simões Lopes Neto, naquela cidade.

A já comentada desorganização de João Simões Lopes Neto aliada ao seu desânimo frente às vicissitudes impostas pela burocracia estatal criaram uma série de impossibilidades em relação ao plano editorial pedagógico. Esquecidos por quase um século dentro da pequena mala que tanto mudou de mãos, os dois cadernos de capa preta, “As férias, na estância” e “O estudo, no colégio”, receberam edição primorosa em 2013. Com organização de Luís Augusto Fischer, o livro *Terra gaúcha* foi enfim publicado, tendo ao seu lado a *Artinha de leitura*, fazendo finalmente jus ao trabalho visionário do autor pelotense.¹⁰⁷

¹⁰⁷ **Artinha de leitura e Terra gaúcha – Histórias de infância.** Organização de Luís Augusto Fischer. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

6 TERRA GAÚCHA – HISTÓRIAS DE INFÂNCIA

Neste sexto capítulo a análise é direcionada para o livro *Terra gaúcha*. São dois subcapítulos: no primeiro é feita sua descrição através de passagens e reprodução de temas e argumentos; no segundo a obra é cotejada com a italiana *Cuore*, buscando apontar semelhanças estruturais e entre assuntos e personagens. A aproximação entre os dois livros é cabível, inicialmente, em virtude da afirmação do próprio Simões Lopes Neto acerca de seu desejo de escrever uma história comparável à italiana. Guiando-se por um sentido nacionalista, o pelotense esboça na Conferência de 1904 uma síntese dos assuntos a serem dispostos em seu livro: “bandeirantes lendários”, “negros altivos de Palmares” e “tamoios, potiguares e guaranis adustos” ao lado de índias análogas à “Francesca da Rimini, dos cabelos de ouro”, numa surpreendente menção à personagem da *Divina Comédia*. Adotando uma posição ousada, enfatiza a herança africana e indígena na formação do brasileiro. Segundo Fischer, Simões também nada fala “sobre o mundo da exploração da economia açucareira ou da economia cafeeira, das velhas elites do mundo da *plantation* litorânea”¹⁰⁸, isto quer dizer: ele inverte o ângulo de visão e analisa a formação do Brasil a partir do homem do povo, do mestiço, e tendo por chão a província. Embora o gentílico “gaúcha” entre em aparente contradição com o propósito de integração nacional, é importante ressaltar que, além das menções pretendidas aos índios de regiões diversas, ao Quilombo de Palmares, a obra apresenta em seu segundo tomo uma sala de aula em que há alunos de todos os estados brasileiros. Simões parece ter em vista o entrelaçamento possível entre as diversidades regionais, em oposição, por exemplo, ao livro *Terra Fluminense*, de intenção preponderantemente local. A dificuldade para efetivar seu plano pedagógico, e em especial a obra em questão, se apresentou em razão do fato de que *Terra gaúcha*, por mais que pretendesse ser uma obra de alcance nacional por seu conteúdo abrangente, foi idealizada em uma cidade de pouca relevância para o panorama cultural brasileiro. Pelotas, embora privasse de bons recursos, estava numa posição periférica em relação aos maiores centros de produção intelectual. O horizonte cultural do escritor era o mesmo compartilhado pelos intelectuais que viviam na metrópole, mas seus meios de realização de projetos eram escassos. As dificuldades enfrentadas, tais como a distância e a derrocada financeira, foram responsáveis pelo malogro de seu projeto.

¹⁰⁸FISCHER in LOPES NETO, 2013, p.227

6.1 Uma descrição geral

Terra Gaúcha é composta por duas partes, “As férias, na estância” e “O estudo, no colégio”. A obra foi escrita na forma de um diário e inicia com o relato feito pelo menino Maio sobre a inauguração do Colégio Municipal, na cidade; em seguida ele e sua família dirigem-se para a estância da família, onde se desenvolve toda a primeira parte. A escola será retomada no segundo tomo, “O estudo, no colégio”, passando a ser a partir daí o cenário da narrativa. Na primeira parte, a da temporada de férias no campo, o menino descreve o espaço da campanha, fala dos costumes e hábitos da vida rural, e mais, dá detalhes sobre medidas agrárias, esclarece significados de termos como gaúcho e monarca, expõe as atribuições de um capataz, aponta características dos membros de sua família e dos que os cercam, valorizando os laços não só familiares, mas também de amizade. Um destes laços é conferido através da presença da personagem siá Mariana, uma antiga agregada da estância, contadora de histórias, personagem que torna possível a inserção de algumas lendas e relatos da tradição oral, mescladas à ficção. Todo este universo vem entremeado de reflexões sobre como proceder diante das mais variadas situações, tudo através do olhar do menino, o que torna a narrativa suave e singela.

Os primeiros momentos do tomo inicial trazem as reuniões que precederam a festa de inauguração da escola. Os festejos se desenvolveram na casa de Maio – seu pai era um dos fundadores do novo colégio – e contavam com a presença de pessoas importantes da sociedade local que estavam envolvidas no projeto. Tanto as reuniões quanto a festa foram descritas em minúcias pelo juvenzinho, que, formulando impressões e juízos próprios da idade, deixa entrever a visão de mundo a partir da ótica infantil. Foi um expediente adotado com acerto pelo autor, atendendo ao propósito de alcançar o público infantil. É importante lembrar que *Terra gaúcha* foi escrita vários anos antes de *Contos gauchescos*, a grande obra Simões Lopes Neto, na qual ele dá voz ao guasca Blau Nunes, para que ele próprio conte os episódios, imprimindo sua linguagem e seu caráter à narrativa. Maio inaugura a fórmula simoniana: aqui a criança é protagonista e ela narra suas experiências através de sua visão de mundo.

Em seguida, após a festejada inauguração e a transferência da família para a temporada de férias na estância, o leitor se depara com um panorama do mundo campeiro, rico em imagens e pormenores da vida rural, evidenciando a ideia de preservação das tradições intentadas pelo autor. A diferença entre a vida da cidade e a do campo, a sensação de liberdade e imensidão de espaço confronta-se com a vida infausta da cidade, onde pessoas são constrangidas a pedir esmolas para comida ou para a botica. Na campanha, ao contrário, a fartura e a troca de obséquios entre vizinhos e compadres reinam absolutas.

A mãe de Maio, ele conta, é simpática, modesta e firme, quando alguém adoecer “é uma enfermeira que não dorme”¹⁰⁹, cuida dos três filhos com devoção, cuida da casa e passeia com seu pai de braços dados todas as tardes. O pai é campeiro e valente “um guasca: forte com os atrevidos, compassivo com os fracos.”¹¹⁰ Contudo, a admiração do menino não se resume ao perfil de gaúcho vigoroso que ostenta o pai, mas também à sua aptidão social, pois ele “quando vem para cidade, veste a sobrecasaca, sabe dançar fazendo medidas às senhoras, canta trechos de óperas, sabe versos, lê jornais e é bem recebido em todas as rodas.”¹¹¹

Em seguida a narrativa passa a apontar para o espaço geográfico e para a formação do Continente, a primeira estância da família, construída por seu avô, era da época do forte de São Pedro do Rio Grande (1736) e dos tempos do heroico Raphael Pinto Bandeira. O estabelecimento agora não passa de uma tapera, repleta de ninhos de aves e com madressilvas que sobem pelos restos de suas paredes. Estância, explica Maio descrevendo o ambiente de maneira graciosa, é o “quartel-general da propriedade”, e fazenda é o que compreende tudo, casas, galpões, gado, mas hoje em dia “é comum e admitido dizer estância ou fazenda no mesmo sentido”¹¹².

Personagem de relevância deste primeiro tomo é o capataz Juca Polvadeira, que em certos momentos cumpre o papel de conselheiro de Maio e dentro de seu raciocínio simples e prático transmite valores não só da tradição campeira, mas de vida reta e honesta. Não fica explicitado no texto, mas Juca Polvadeira é certamente um mestiço, meio índio, como em geral são os homens a cavalo que prestam serviço por temporada,

¹⁰⁹LOPES NETO, 2013, p.18

¹¹⁰Ibidem, p.22

¹¹¹Idem, p.22

¹¹²Ibidem, p.27

ou mesmo os que estão ali desde pequenos, os que são crias das estâncias, caso provavelmente do capataz. É junto com ele que Maio vai tomar contato direto com os serviços de campo, com o cuidado dos animais, enfim, vai vivenciar o dia a dia do homem do pampa gaúcho. O capítulo intitulado "Na campanha" celebra a vida naquele meio: "por que é que todos os homens não hão de viver assim, neste sossego, na fartura, e teimam em viver nas cidades, onde todos se queixam sempre?"¹¹³. Já em "O monarca", as transformações que sofre o gaúcho em razão do avanço do progresso são trazidas numa singela análise que busca estabelecer o equilíbrio entre tradição e modernidade, numa fiel representação do ponto de vista do próprio autor.

Hoje é outro, o gaúcho. Ele, que era dos poucos homens independentes sobre a terra, foi enleado e absorvido pela civilização moderna, com todos os seus egoísmos e hipocrisias e todas as suas vantagens e progressos; o modo de viver entrou a modificar-se, e o estancieiro antigo, o "monarca das coxilhas", o gaúcho franco, rude, leal e desprendido, foi-se transformando num outro tipo de homem, herdeiro das antigas virtudes, que adornou e melhorou com os primores do estudo, os fulgores da ciência. (LOPES NETO, 2013, p.31)

O debate sobre os caminhos da educação no Brasil está presente em toda a obra. Enquanto toma o apoio (primeiro leite extraído da vaca cedo da manhã) Maio pensa com aflição "Ai! Ai! Meu Deus! Como estas férias vão indo à disparada!..."¹¹⁴ É que o menino ama e vive intensamente aquele mundo, onde respira a liberdade e, apesar de entender a importância dos estudos, não gostaria de abandonar a vida na campanha. Quando ele diz ao amigo Juca que seria bom se "fosse peão da estância, porque, então, não iria mais para o colégio"¹¹⁵ o capataz imediatamente pondera sobre a importância da educação, o que demonstra a preocupação do autor pelotense em imprimir na sua obra questões referentes à instrução no Brasil e sua inserção no debate nacional:

— Não diga barbaridades! Pois então você não quer ir aprender, não quer saber muito, todas as cousas, falar a língua dos estrangeiros que vivem nos embuçalando, saber como eles fazem as mecânicas que nos impingem, nos rasqueteando os patacões; então não quer conhecer as manhas e cavorteiradas deles e as outras novidades do mundo; então não quer saber como é que se faz estradas de ferro, e as máquinas, o fio elétrico, os navios a vapor, o pano que a gente veste e a louça e os remédios, o papel das cartas e as armas de fogo e as enxadas e os arados, e quantas outras endrominas que há por esse mundo de Cristo? Com que então... não quer? Não quer estudar e quer ficar aqui, como peão da estância!... Ora, doutorzito, tire o cavalo da chuva! Se todos pensarem

¹¹³Ibidem, p.17

¹¹⁴Ibidem, p.36

¹¹⁵Idem, p.36

assim, vai ser bonito: vamos andar como o caranguejo, que caminha para trás... Você nem pode ainda fazer uma ideia do que é o homem que não sabe nada de nada; é uma tristeza, uma vergonha, é até uma desmoralização. Um gaúcho ignorante como eu, que mal sei ler e fazer as quatro contas e mal firmo o meu nome, é uma [...] ; agora imagine um pobre peão, coitado, que nasce, vive e morre numa vida de bicho bruto! Amigo: quem dera que houvesse uma escola na porteira de cada estância! Até eu, de barbas brancas e já duro dos miolos, até eu, voltava lá, para aprender de novo e mais. (LOPES NETO, 2003, p.37)

Durante um rodeio, em que figuram vizinhos e amigos, negócios com animais são feitos e hóspedes são recebidos em casa, como o senhor Marcos que chega acompanhado de seu filho Roberto, rapazinho que rapidamente se torna amigo de Maio. Os dois garotos vão partilhar animados momentos da grande atividade que envolve os animais da propriedade, farão parte da roda dos homens no galpão onde a acordeona e a viola embalam cantorias e desafios, mas também vão discutir sobre a importância dos estudos na formação do cidadão comparando as coisas da terra com as de fora. Roberto diz ao amigo:

(...) eu quero estudar: é para saber bem o que é que nos outros povos há realmente de útil para nós; sim, o que for bom, eu hei de fazer e usar, como eles; mas as pinóias é que não, e não, que é com certeza como eles fazem conosco. E o Roberto falava sério, sério, que eu fiquei respeitando as palavras dele... E me lembrei do amigo Juca, naquele tal dia em que eu disse que preferia ser peão da estância. (LOPES NETO, 2013, p.88)

A personagem siá Mariana, a velha agregada da estância, é peça importante da narrativa: é através dela que Simões Lopes Neto insere no enredo as lendas “O negrinho do pastoreio” e “O boi-tatá”, que posteriormente fariam parte da obra *Lendas do Sul*, publicada em 1913, e que aparecem neste primeiro tomo introduzidas pela antiga contadora de histórias. A agregada costura e faz rendas de bilro e também "(...)faz nhanduti, que é uma rendinha em pedaços redondos e tão fina, tão fina! Basta dizer que em guarani nhanduti quer dizer teia de aranha."¹¹⁶; ela bate manteiga e adota práticas da crendice popular para cuidar das ninhadas de pintos. Embora a ausência de descrição física, siá Mariana concentra características indígenas (a confecção de renda nhanduti), portuguesas (a renda de bilro) e africanas (a 'simpatia' com os pintos), o que também sugere sua condição mestiça.

¹¹⁶Ibidem, p.41

A exaltação da mestiçagem e a consequente percepção da miscigenação como caminho venturoso para o Brasil, aliás, permeia toda a obra, o que não deixa de ser inovador. Enquanto outros autores, embora tomando a mestiçagem como caminho inevitável, ainda se prendiam a questões relativas à aventada superioridade branca, Simões Lopes Neto avançava na direção da visão integradora postulada por Manuel Bonfim. Rechaçadas as ventiladas diferenças inatas entre as raças, a ideia apresentada por Bonfim de que as condições de vida desiguais é que acarretam em diferenças na capacidade e aptidão de modo geral, é responsável direta pelo esforço de Simões em alavancar a educação brasileira.¹¹⁷

Na segunda parte a narrativa torna ao Colégio Municipal, acabam as férias e, não sem certa contrariedade, Maio inicia o ano escolar. O diário de férias que iniciara na estância é agora organizado e dá lugar também às anotações de sua vida na escola:

Eu hoje tive bastante o que fazer. É o caso: meu pai quer — diz ele que para eu desembaraçar a letra — quer que eu passe a limpo — e muito limpas — as notas que lá na estância eu tomei num caderno — e mais, também quer que vá tomando notas de tudo o que se passa no Colégio, durante as aulas, para eu ir fazendo um diário da minha, ou antes, da nossa vida escolar. Diz ele que mais tarde, quando eu for já moço e tiver bigodes — Viva! Quando eu tiver bigodinho! — hei de rir-me de umas coisas, por fúteis, singelas ou tolas, darei valor a outras por serem sérias e proveitosas e terei saudades tanto de umas como de outras. Assim é que já tenho rabiscado uma boa porção de folhas de almaço. Vou escrevendo como Deus é servido e a cachola me ajuda; naturalmente a redação com erros e a caligrafia com garranchos... Quando me vejo muito atrapalhado, querendo dizer o que penso, mas não sabendo bem como fazê-lo, é então que papai me acode, explica o meu próprio pensamento e depois, manda sem mais conversa: — Anda, já entendeste: agora escreve. Dará o que sair. E eu que me arranje. Ora já se viu! Mas não faz mal. Agora já sei bem o que é que ele quer. Em vez de contar, falando, o que se passou comigo durante o dia, tinha de o contar escrevendo. Pois que assim seja. Há de ser tudo tim-tim por tim-tim! Por isso é que já relatei mais ou menos o que se passou nos meus três primeiros dias de Colégio Municipal. (LOPES NETO, 2013, p.111-112)

O segundo tomo de *Terra Gaúcha* se assemelha muito ao livro *Cuore*; nos dois textos temos o mundo da escola visto através dos olhos de um menino que aprende através de vivências, de alegrias e de sofrimentos, os valores de vida que correspondem à representação de mundo dada pelos autores. Nos capítulos iniciais de “O estudo, no colégio” o menino Maio descreve seus primeiros dias na nova escola e faz comentários sobre seu professor, o Mestrinho, que já havia aparecido na inauguração do Colégio

¹¹⁷Cf. FISCHER in LOPES NETO, p.213-255

Municipal, presente no primeiro tomo. O garoto demonstra respeito e admiração pelo novo mestre, pela forma como ele ensina e se reporta aos alunos. Ele também dá exemplos de conduta fora da escola; explica aos meninos, por exemplo, como devem se comportar frente a um enterro ou que não devem rir de desgraças alheias. Ele está sempre pronto para interceder e resolver as pequenas rusgas de seus alunos, o que faz com que os garotos o estimem. A escola retratada em *Terra Gaúcha*, como já comentado anteriormente, não está vinculada apenas ao que é local: os alunos são de diversos estados do Brasil.

— Esperem lá, esperem lá, rapazes! — disse o Mestrinho. — Vamos num movimento formar os Estados, por grupos dos respectivos filhos. Passem para este lado os filhos de cada Estado, conforme eu os for chamando. Amazonas! Pará! Maranhão! Ceará! Rio Grande do Norte! Paraíba! Pernambuco! Alagoas! Sergipe! Bahia! Piauí! Espírito Santo! Rio de Janeiro! Minas Gerais! Goiás! Mato Grosso! S. Paulo! Paraná! Santa Catarina! Rio Grande do Sul! Do Acre ainda não temos ninguém. Em idade, é a mais nova das divisões do Brasil, pois foi criado em 1904. Aos pares, um a um, aos três tínhamos sido chamados todos. Apenas restava um, o Lacerda, o Lacerdinha, como era conhecido, e que estava um tanto espantado de ter ficado só. — Então, Lacerdinha, não és de nenhum dos vinte Estados? É boa! Caíste da lua, talvez? — Eu não sei a quem pertença, não. Que eu sou carioca! — Tens razão, rapaz! Não pertences a nenhum: és de todos. Tu és o Distrito Federal. Agora, ouçam. Por uma feliz coincidência, tenho nesta aula meninos de todos os Estados do país, portanto, com vocês e entre vocês mesmos tenho aqui representado todo o Brasil. Eu quero que todos se conheçam muito bem, amem-se com sinceridade e saibam se desculpar uns aos outros pequenas desinteligências. (LOPES NETO, 2013, p.119-120)

O professor diz aos alunos que façam pequenos relatos em aula a fim de passar aos colegas informações sobre seus estados de origem, o que denota a intenção do autor de fortalecer a unidade nacional, fazendo de seu livro escolar um veículo de integração das diversas regiões do país.

Daqui em diante, nas suas datas memoráveis, cada Estado terá que contar aos outros alguma coisa da sua vida, dos seus costumes, fatos da sua história, das suas tristezas ou das suas glórias. Portanto, cada um de vocês que representa aqui o seu Estado, por direito de nascimento, trate de pensar no que acabo de dizer e prepare-se para dar conta do recado. E aquele que não souber ao menos um sucesso da sua história, perde a minha estima — o que é pouco mas dará uma triste nota de ingratidão, de egoísmo e até de covardia para com o pedaço da terra abençoada, que viu nascer tão mau filho. Valeu? Cada um se obriga? (LOPES NETO, 2013, p.120)

Mais adiante o autor vai retomar o assunto dando o mesmo enfoque. Em “Aviso”, capítulo no qual as datas festivas nacionais e estaduais são apontadas, o

professor vai novamente sugerir que cada aluno fale sobre seu local de nascimento e enalteça as festas específicas de seu local de nascimento.

Quero dizer-lhes mais o seguinte: além dos dias nacionais, os Estados têm os seus dias peculiares, assinalados, as suas datas estimadas. Como está determinado, os filhos dos Estados respectivos farão para seus condiscípulos e para mim um estudo, uma pequena conferência, uma apreciação sobre um tema qualquer, sobre um fato notável, sobre uma cidade, uma anedota histórica, enfim, sobre um qualquer assunto, contanto que ele seja brasileiro. (LOPES NETO, 2013, p.150)

A noção de ordem aparece na obra através do professor de educação física. Embora a obra não cite sua nacionalidade, é possível inferir sua origem germânica. O professor Schultz ministra suas aulas com rigor e passa o tempo todo repetindo que em sua terra há disciplina e organização. O próprio Maio reconhece que ele está certo:

Na minha terra, disciplina! Entendeu, senhor?... Ficamos vexados; o mestre Schultz não gastava palavrinhas açucaradas para dizer as coisas: era pão, pão, queijo, queijo! E, aqui para nós — muito em particular —, tudo o que ele disse que lá na terra dele não se fazia era justamente o que nós estávamos fazendo. É duro de confessar, mas é verdade. (LOPES NETO, 2013, p.123)

Ainda que na *Artinha de leitura* Simões Lopes Neto tenha dedicado maior espaço para a reflexão sobre o processo de aprendizagem, principalmente por ter em vista com aquela obra alcançar sobremaneira o professor, em *Terra gaúcha* o tema é tratado de forma a ressaltar o caráter formativo do ensino escolar e não o meramente enciclopédico. Maio conta que mantém seu material ordenado, anota tudo em seus cadernos e fica muito feliz porque na nova escola se aprende e não se decora a lição.

Por enquanto tenho tomado algumas notas somente de assuntos que não são dos nossos estudos, porque destes temos as lições marcadas nos livros, os cadernos de ditado, de desenho, de música, de cálculos. E tudo isto temos feito com regularidade, e vagarosamente, porque aqui, não se decora; faz-se cinco, dez vezes a mesma coisa, e quando o sujeito declara que entendeu, que sabe, é porque sabe mesmo — praticamente, isto é: sabe fazer, de verdade, e não decorado, na ponta da língua, como se diz. (LOPES NETO, 2013, p.129)

Na hora da sabatina os alunos são examinados por uma banca de três professores, a preocupação maior é que os alunos saibam a lição, ou seja, mais uma vez é dada ênfase à aprendizagem e não a somente decorar o conteúdo “— Basta, isto me chega. Prefiro que o senhor saiba pouco com toda a segurança, do que muito, vacilando.

Quem sabe, sabe.”¹¹⁸ Na escola de *Terra Gaúcha* os alunos são levados a pensar por si próprios, o maior exemplo disto é a atitude do Mestrinho, ele “ensina coisas que não estão nos livros”¹¹⁹. O professor insiste com os alunos para que sejam responsáveis em relação a seus compromissos, diz que devem entender que juntos são mais fortes e que eles, os jovens, são o futuro do país. Ele é um homem de mente aberta, que sabe ser tolerante e ao mesmo tempo exigente.

Ele anima os meninos; ensina brinquedos de pular, de correr, de fazer força; conta-nos fatos da história do Brasil e da vida de muitos brasileiros; recita versos, canta e ensina manobras tão bem que parece que ele já foi militar. Ao mesmo tempo ele não parece criança: porque tudo quanto ele faz e ensina e manda é com tão bom modo, tão sério, tão convencido, tão claro e explicado, que todos nós também ficamos muito sérios, atentos, executando muito bem as ordens, e ninguém tem a petulância de faltar com o respeito ao Mestrinho. (LOPES NETO, 2013, p.152-153)

A importância da pátria e de seus símbolos aparece de diversas formas neste segundo tomo; os Hinos da Independência e Nacional são tema de três capítulos. (É oportuno lembrar que o IV volume da *Coleção Brasileira*, infelizmente não levado a cabo, apresentaria como conteúdo justamente os hinos nacionais.) Os meninos não sabem cantá-los, o que os deixa envergonhados. Ao retornar a casa após a escola, Maio conta a situação embaraçosa vivida em sala de aula. Desculpando-se por não ter ensinado ao filho os hinos do país, o pai lhe faz conhecer o Hino da Independência e garante ao menino que ele vai aprender também o Hino Nacional e o da República.

— Mayo, eu to ensinarei, meu filho, o primeiro hino brasilês, o Hino da Independência, depois o grande Hino Nacional, o mais sonoro, o mais entusiástico, o mais vibrante dentre todos os hinos do mundo; depois o Hino da República, o mais moderno. (...)Não, meu filho: nem tu nem os teus colegas têm motivo de se envergonharem; é lastimável o fato, é, porém vocês não tem culpa nele. A culpa, a falta, o descuido é meu, é de teus tios, dos amigos de teu pai, é de todos os pais que não o ensinaram aos seus filhos e não os obrigam a saber e a cantar, a conhecê-lo e amá-lo e respeitá-lo. E o melhor é que, sem nos dizer uma palavra, o Mestrinho, por intermédio de vocês, filhos, mandou a todos nós, pais, as suas justas censuras; é bem feito, sim: ele tem razão. Maio, havemos de saber isso, muito bem: tu, aprendendo, eu, recordando! (LOPES NETO, 2013, p.141)

Três capítulos da segunda parte de *Terra Gaúcha* levam o mesmo título: “Historinha de Portugal (Ditado de hoje, na lição de escrita)”. O primeiro discorre sobre

¹¹⁸Ibidem, p.129

¹¹⁹Ibidem, p.134

o surgimento da monarquia portuguesa, fazendo um recuo à época da fundação de Roma e da posterior conquista da península ibérica por parte dos soldados romanos. O segundo fala das grandes navegações portuguesas e cita, ao final, o poeta Luís de Camões: “E para coroar tanto poder e para que se não perdesse no mundo o esplendor dessa grande época portuguesa, um poeta escreveu um dos mais monumentais poemas que se conhece. O poeta é Camões. O poema, Os Lusíadas.”¹²⁰ O terceiro capítulo conta a travessia de Pedro Álvares Cabral até o Brasil: “Aproaram, chegaram, lançaram âncoras, e a frota balançou-se nas águas sossegadas. Ao monte que primeiro foi avistado o almirante pôs o nome de Monte Pascoal, e ao ponto em que fundeou a frota, o nome de Porto Seguro.”¹²¹

Outros capítulos igualmente portam referências históricas; em “As moedas”, capítulo que gira em torno da coleção de um dos meninos, é ele quem passa algumas informações sobre as primeiras moedas brasileiras: “— As primeiras moedas cunhadas no Brasil o foram ainda no tempo dos holandeses que ocuparam Pernambuco; eram de ouro e de prata e de um feitio estranho.”¹²² Também nas conferências estabelecidas pelo Mestrinho, anteriormente referidas, os alunos vão apresentar aos colegas alguns episódios históricos de seus estados. O carioca, por exemplo, diz que após a chegada dos primeiros portugueses à baía do Rio de Janeiro, esta esteve por muitos anos abandonada “até que em 1555 um francês, o almirante Villegaignon, com uma numerosa esquadra apossou-se dela(...)”¹²³ As apresentações dos meninos, contudo, não se atém somente à fatos históricos de suas cidades ou estados, aspectos da geografia das regiões também são compartilhadas em sala de aula. O carioca descreve a baía da Guanabara:

Logo à entrada, à esquerda uma imensa pedra, lisa, que os indígenas chamavam de pedra cupim e que os portugueses batizaram de Pão de Açúcar; à direita a Fortaleza de Santa Cruz, que é a sentinela da barra. Em frente, ao fundo da baía, alta sobre as águas, a serra dos Órgãos, que mostra uma porção de grandes pontas de pedra como se fossem desalinhados dentes de uma serra, postos para cima. (LOPES NETO, 2013, p.187)

A presença desta tarefa de aula referente ao local de origem dos alunos parece indicar que a intenção de Simões Lopes Neto fosse a de incluir todos os estados na

¹²⁰Ibidem, p.171

¹²¹Ibidem, p.176

¹²²Ibidem, p.165

¹²³Ibidem, p.189

narrativa. Contudo, somente dois deles fazem parte do manuscrito original: Rio de Janeiro e Mato Grosso. Este último, ainda que incompleto, encerra os escritos.

Ao longo do segundo tomo diversos acontecimentos propiciam reflexões do menino Maio e dos que o cercam. Situações de sala de aula são levadas para casa e o menino encontra em seus pais o apoio necessário para enfrentá-las ou entendê-las. É o caso de “Um tabefe”, capítulo que conta a desavença entre dois colegas por causa de ofensa a uma das mães. O episódio vai propiciar que o autor traga para dentro da narrativa uma lenda medieval de origem francesa que aportou ao Brasil e aqui recebeu adaptações. No capítulo seguinte ao supracitado, denominado “Coração de mãe”, Maio relata a sua mãe a briga ocorrida entre os companheiros de escola; ela lhe conta, então, a pequena história que versa sobre o alcance do amor materno e as consequências advindas das más companhias.¹²⁴

O propósito de Simões Lopes Neto era escrever um livro que fosse portador de valores cívicos, que valorizasse as coisas da terra não deixando de inseri-las em um contexto mais amplo, o nacional. Mesmo que *Terra Gaúcha* não tenha sido finalizada, fica a impressão de que Simões Lopes Neto estava no caminho certo para atingir seu intento. Examinando o corpo da obra é possível verificar que os pontos citados como primordiais para que um livro escolar realmente contribuísse para a formação dos jovens brasileiros estão presentes; tradição, história, ensinamento cívico e aspirações pátrias são os aspectos citados nas conferências proferidas em 1904 e 1906, e estes permeiam a obra do pelotense. Uma questão adquire grande relevância em toda a segunda parte de *Terra Gaúcha*: a reflexão sobre o ato de ensinar. O foco desta recai sobre uma educação menos rígida, que ressalte a participação dos alunos e valorize suas diferenças; o que vem a fortalecer a ideia de que Simões Lopes Neto era realmente um sujeito de ideias avançadas.

¹²⁴Trata-se de uma lenda bretã que encerra a obra **La Glu**, do francês Jean Richepin, publicada em 1883. A mulher amada, manipuladora, pede ao apaixonado que lhe traga o coração de sua mãe como prova de seu amor. Ele a atende em seu pedido. Correndo ao seu encontro, tropeça, deixando cair de suas mãos o coração. Este lhe pergunta, então: “-Magoaste-te, meu filho?” Em **Terra Gaúcha**, são as más companhias que levam o rapaz a arrancar o coração de sua mãe. O filho, bêbado e jogador, acredita em uma crença popular que diz que aquele que beber sangue de mulher velha não mais se embebedará e ainda poderá enriquecer. Em 1951, o cantor brasileiro Vicente Celestino lançou “Coração materno”, canção que reproduz a lenda francesa tal qual esta se apresenta na obra **La Glu**.

6.2 *Cuore e Terra gaúcha: uma aproximação*

As duas obras apresentam o mesmo tipo de estrutura, ambas compreendem capítulos dispostos como um diário escolar e nele são anotados acontecimentos de dentro e de fora da escola sob a forma de episódios e encontros. São episódios que, todavia, não se atêm ao ordinário, eles possibilitam em ambas as obras, reflexões diversas sobre a realidade das sociedades em que se inserem. Mesmo que na obra italiana as questões sociais adquiram maior relevância que na brasileira, a valorização da educação na obra de Simões Lopes, atribuindo-lhe papel decisivo na formação de cidadãos e nação, também traz a tona temas desta ordem. Há que se pensar que Edmondo De Amicis é autor de uma obra acabada, que foi publicada e obteve sucesso e reconhecimento, ao passo que a obra do autor pelotense só foi publicada postumamente, não tendo de fato sido totalmente concebida, são muitas lacunas e interrupções, o que faz com que o leitor se compadeça frente ao pouco aproveitamento do grande potencial do material que o autor tinha em mãos.

Nas duas obras os capítulos levam títulos próprios e obedecem a uma ordem cronológica. A escola é o pano de fundo e por meio dos acontecimentos que giram em torno dela desenvolvem-se as narrativas. As duas histórias transcorrem durante um ano escolástico e referem-se ao período real em que foram escritas. Os narradores são meninos por volta dos dez anos, mas no interior dos dois tecidos narrativos estão inseridos outros enredos, de cunho histórico, que não são narrados pelos garotos.

Retomando em parte o que foi tratado no segundo capítulo, *Cuore* é dividido em dez partes, cada uma correspondendo a um mês escolar entre outubro e julho e cada uma contendo um “conto mensal” (os enredos de cunho histórico) de feição moralizante ou exemplar. Além dos contos, em cada conjunto de capítulos está presente uma carta direcionada ao menino Enrico pelos pais, também de caráter moral. Na introdução de *Cuore* está dito que o livro é dedicado a meninos entre nove e treze anos e que se trata de um diário de um ano escolar que posteriormente será revisado pelo pai do garoto.

Nas duas obras é possível identificar a orientação paterna no sentido de realização do diário por parte dos dois meninos. Em todas as edições brasileiras de *Cuore* da Francisco Alves Livraria e Editora, à exceção da primeira, foi suprimida a introdução na qual o pai de Enrico explicava como deviam ser realizadas tais anotações.

Logo, Simões Lopes Neto deve ter tido contato com um exemplar da primeira edição ou, quem sabe, com um exemplar de uma edição espanhola ou portenha, visto que na Argentina a obra também obteve estrondoso sucesso.

Em *Terra Gaúcha*, Maio, ao ser orientado pelo pai a escrever suas experiências, recebeu a incumbência de fazê-lo também durante as suas férias. A narrativa “As férias, na estância” é composta por cinquenta e oito capítulos. No segundo tomo, tal qual *Cuore*, os capítulos correspondem a episódios ou dias vividos na escola ou mesmo fora dela, mas sempre durante o período escolástico. Quarenta e sete capítulos fazem parte de “O estudo, no colégio”, entre estes encontramos os três anteriormente citados cujo título se repete: ‘Historinha de Portugal’. Os referidos capítulos levam consigo o complemento, entre parênteses, “Ditado de hoje, na lição de escrita” e são narrados em terceira pessoa. Além destes três também há outros de feição histórica, em “Lembranças, saudades...” e “Fundação da cidade do Rio de Janeiro” aspectos da história da então capital federal são relatados por um colega que é oriundo daquela cidade. Outro capítulo, denominado “Mato Grosso”, leva a mesma indicação de ditado na lição de escrita, e, por sua vez, conta com a participação do menino nascido no referido estado. São ‘conferências cívicas’, como se refere a elas o professor, e consistem em apresentação dos alunos de características e fatos históricos dos estados, cidades em questão, enquanto o resto da turma anota o que vai sendo exposto. “O estudo, no colégio” inicia com uma graciosa reflexão do menino Maio acerca do dia de amanhã:

Ninguém adivinha o que será o dia seguinte. Nas coisas mais simples ninguém sabe, quanto mais em outras! Quantas vezes ouço meu pai dizer com um ar muito seguro: — Amanhã, com certeza, choverá. E amanhece um dia de rosas! — Amanhã vamos ter um belo dia. E amanhece chovendo a potes. Não sei: mas parece que é mesmo melhor a gente ignorar o que será o dia seguinte; porque, por exemplo, sabendo que irá sofrer uma desgraça, como é que o homem passará as horas até ela realizar-se? Desgraçado, desde logo, porque ele não poderia deixar de entristecer-se e sofrer, esperando a hora terrível. E se fossem alegrias? Então sim, ah! Seria bom! Pois, não: não seria bom. Seria uma alegria preparada, requentada; eu acho que a alegria é boa quando é repentina, imprevista, quando ninguém a espera e ela apresenta-se, fazendo-nos rir, cantar, pular. (LOPES NETO, 2013, p.105)

Em seguida o foco da narrativa passa a ser o primeiro dia na nova escola, o Colégio Municipal, que havia aparecido no primeiro capítulo de “As férias, na estância” quando de sua inauguração, ao final do ano anterior. Tanto a obra *Terra Gaúcha*, no

segundo tomo “O estudo, no colégio”, quanto *Cuore* iniciam seus relatos com uma descrição do ambiente festivo do princípio do ano escolar. Maio, o pequeno narrador de Simões Lopes Neto discorre sobre a algazarra no começo daquela manhã de janeiro:

Naturalmente hoje houve confusão, porque os meninos não sabiam a que seção pertenciam e conforme iam entrando, impacientes no grande vestibulo da portaria, iam se metendo na primeira sala onde achavam um lugarzinho. Havia um sussurro alegre por toda a parte. E em meio daquela grazinada é que os mestres das diversas divisões, pelas listas de inscrição, iam fazendo a chamada das suas respectivas classes. Dava-se uma troca constante de lugares; só se via meninos juntando livros, apanhando as bolsas; outros, atrapalhados, apanhando do chão os cadernos e lápis e canetas, que escapando da correria haviam se espalhado. (LOPES NETO, 2013, p.107)

Enrico conta sobre o grande movimento em torno da escola em decorrência da volta às aulas “Todas as ruas formigavam de garotos e garotas; as duas livrarias estavam cheias de pais e mães que compravam mochilas, pastas e cadernos e, diante da escola, tinha tanta gente amontoada que o bedel e a guarda municipal se esforçavam para manter a porta livre.”¹²⁵ E continua “Foi difícil entrar. Senhoras, senhores, mulheres do povo, operários, oficiais, avós, empregadas, todos segurando garotos numa das mãos (...)atravancaram o salão de entrada e as escadarias, fazendo um barulho parecido com o do saguão de um teatro.”¹²⁶ A escola como espaço físico aparece em ambos os relatos, são grandes, iluminadas e com várias salas:

O Colégio Municipal é enorme; há muitas salas espaçosas, outras menores, todas muito caiadas e lustrosas com uma leve cor verde, que é suave para os olhos, tendo também todas umas janelas altas e largas, por onde entra ar e luz a valer. A gente respira bem à vontade e não precisa estar apertando os olhos para enxergar. (LOPES NETO, 2013, p.106)

Já Enrico, ao mesmo tempo em que descreve com prazer a escola com seu “grande vestibulo no térreo, com as portas das sete salas”, traça um paralelo entre o espaço aberto e o fechado recordando a liberdade das férias “Me pareceu tão pequena e triste a escola, ao pensar nos bosques e nas montanhas onde passei o verão”¹²⁷. Maio, aparentando maturidade ou ao menos resignação afirma que “As férias estão passadas;

¹²⁵DE AMICIS, 2011, p.15

¹²⁶Idem, p.15

¹²⁷Op cit, p.16

não arranjo nada ficando a suspirar por elas. Primeiro a obrigação; depois a devoção. Toca a estudar.”¹²⁸

No terceiro capítulo de “O estudo, no colégio” os meninos discutem sobre a educação de um modo geral, descrevem outras escolas em que foram alunos e o método de ensino nelas utilizado, diferente do praticado na escola atual:

Sobre o estudo, o principal era decorar. A gente entrava na aula, sentava-se, abria o livro e começava a ler, soletrando, mascando as palavras, numa cantarola, e bem alto, que era para o professor ver que se estudava. E quando o barulho era bem grande, então caíamos na conversa que era um regalo; até jogávamos a pena e o botão . E o mestre não admitia que se aliviasse a tarefa; freguês pilhado na conversa ia logo de pé em cima do banco e virado para a parede, como castigo e para exemplo. Aqui, é diferente: este Mestrinho, ele é que puxa conversa com os meninos. (LOPES NETO, 2013, p.109-110)

Não é este o único momento em que Maio se refere ao Mestrinho como um professor diferenciado, como um educador que acredita que a aprendizagem não se dá somente a partir de conteúdos dispostos nas páginas dos livros didáticos, mas também a partir das trocas de experiências e da visão de mundo de cada um dos envolvidos – vide relatos sobre os locais de origem de cada aluno. Mestrinho enverga uma posição muito avançada para a realidade escolar da época, ainda presa ao enciclopedismo e às punições até mesmo físicas. Sua postura reflete a imagem de professor defendida por Simões Lopes Neto, tanto no âmbito da ficção, em *Terra gaúcha*, quanto no terreno prático, na *Artinha de leitura*. Maio estranha um pouco: “este Colégio Municipal nem parece um Colégio de rigor. Ainda ontem não abrimos livro, não estudamos nada. O Mestrinho passou a hora da aula conversando conosco”¹²⁹

No *Cuore* a figura do professor também adquire destaque, a sua exaltação parte do reconhecimento de seu papel social.¹³⁰ Além daquele de Enrico fazem parte da narrativa a sua primeira professora, a de seu irmão, o velho professor de seu pai, e a todos eles é impressa uma aura fraterna, até de certa benevolência, porém sem abrir mão de atitudes enérgicas e justas quando necessárias. O professor Perboni, o de Enrico, de comportamento amistoso e paternal na maior parte do tempo, toma uma atitude extrema ao se defrontar com o aluno ‘problema’ da turma:

¹²⁸LOPES NETO, 2013, 106

¹²⁹Ibidem, p.109

¹³⁰Cf FAETI in DE AMICIS, 2011, p.335

Enquanto o professor entregava a Garrone o rascunho de “O tocador de tambor sardo”, o conto mensal de janeiro, para ser copiado, ele jogou no chão um petardo que explodiu ecoando na escola como um tiroteio. A turma inteira tomou um susto. O professor deu um pulo e gritou: “Franti! Pra fora da escola!”. E ele respondeu “Não fui eu!”. E ria. O professor repetiu: “Fora!”. “Não saio daqui!”, respondeu. Aí, o professor perdeu as estribeiras, partiu para cima dele, agarrou-o pelo braço e o retirou da carteira. Ele se debatia, mostrava os dentes. Foi arrastado à força. O professor quase o carregou até o diretor, voltou para a sala, sentou-se à mesa, segurando a cabeça entre as mãos, com uma expressão tão cansada e aflita, que dava pena. “Depois de trinta anos na escola!”, exclamou tristemente, deixando cair a cabeça. (DE AMICIS, 2011, p.105)

Mesmo que o professor Perboni preconize princípios igualitários, sua postura não interfere ou modifica a latente diferença social da sociedade italiana, diferença que, aliás, não será, na maior parte dos casos, minimizada pelos estudos. *Cuore* ressalta o valor da educação e seu caráter transformador, mas a mobilidade entre as classes é reduzida. Enrico ao concluir a quarta série vai depois para o ginásio, alguns colegas provavelmente farão o mesmo, no entanto, mais tarde quando ele estiver no Liceu ou Universidade, a maioria deles estará em lojas e oficinas. Ao mesmo tempo em que *Cuore* salienta a possibilidade de acesso aos estudos por parte da camada empobrecida e confere à educação o caráter de condição necessária para atingir um patamar econômico superior, admite ser difícil galgar degraus na esfera social. Os professores também não adquirem com seu trabalho um status social privilegiado, tanto o professor de Enrico quanto o de seu pai levam a vida de maneira frugal. Isso fica claro na visita que fazem pai e filho ao velho mestre do senhor Bottini:

Entretanto, meu pai olhava para aquelas paredes nuas, aquela cama pobre, um pedaço de pão e uma garrafinha de azeite que estavam na janela e parecia querer dizer: “Coitado do professor, após sessenta anos de trabalho, isso é toda a sua recompensa.” (DE AMICIS, 2011, p.221)

Na volta às aulas após as férias, no princípio do ano escolar, Enrico demonstrava desânimo em relação aos estudos, seu pai, então, lhe escreve uma carta intitulada “A escola”, tecendo comparações entre a confortável situação do filho – a família pertence à burguesia alta – e de outros estudantes que só através de muito esforço conseguem estudar:

Pense nos operários que vão à escola de noite, depois de ter trabalhado o dia inteiro; pense nas mulheres, nas garotas do povo que vão à escola domingo, após trabalhar uma semana inteira; nos soldados que pegam nos livros e

cadernos quando voltam exaustos dos treinamentos. Pense nos meninos mudos e cegos, que estudam mesmo assim; e até nos prisioneiros, pois também eles aprendem a ler e escrever.” (DE AMICIS, 2011, p.30)

A valorização do estudo se faz presente nas duas narrativas, assim como Maio ouviu de seu amigo Juca Polvadeira que não estar ciente das coisas “(...)é uma tristeza, uma vergonha, até uma desmoralização”¹³¹, o menino Enrico ouve de seu pai “(...)que coisa miserável, desprezível seria o seu dia se você não fosse para a escola.”¹³² O pai ainda lhe diz que se não houvesse educação, se não houvessem escolas “(...)a humanidade recairia na barbárie.”¹³³

Os operários que estudam à noite são tema do capítulo de abertura do mês de março, em “As escolas noturnas” aparecem não só pais de família como personagens do capítulo, mas também jovens que por força das circunstâncias tem que frequentar a escola depois da jornada de trabalho:

Havia garotos de mais de doze anos e homens com barba, que voltavam do trabalho, carregando livros e cadernos. Havia marceneiros, foguistas com a cara preta, pedreiros com as mãos brancas de cal, jovens padeiros com cabelos cheios de farinha, e sentia-se o cheiro de verniz, de couro, de piche, de óleo, odores de todas as profissões. (DE AMICIS, 2011, p.167)

O sentido de trabalho como propulsor da sociedade é um dos temas mais significativos da obra *Cuore*, evidenciando a acepção socialista que De Amicis pretendia imprimir em seu texto, a valorização da mais simples tarefa ou ocupação antagoniza com o desemprego e a consequente humilhação. A exaltação do trabalho é recorrente, o pai de Enrico ao presenciar o filho querendo limpar a cadeira suja de cal após nela ter se sentado o colega, filho de um pedreiro, lhe diz: “O trabalho não suja. Nunca diga de um operário que volta do trabalho: “Está sujo.” Você deve dizer: “Traz nas roupas os sinais, as marcas do trabalho.””¹³⁴

Na obra de Simões Lopes Neto as diferenças sociais não adquirem o mesmo peso, uma ou outra passagem demonstra aspectos mais contundentes em relação às diferentes classes levando em consideração suas condições de vida. No primeiro tomo,

¹³¹LOPES NETO, 2013, p.37

¹³²DE AMICIS, 2011, p.29

¹³³Ibidem, p.30

¹³⁴Ibidem, p.76

quando Maio discorre sobre a estância, como vimos anteriormente, ele cita os pedintes de esmolas da cidade. Afora isso não há sinais de sofrimento em decorrência da pobreza, como há na obra italiana. Quando são referidos os colegas mais pobres, junto a sua descrição aparecem adjetivos como limpo e asseado. Nas duas obras encontramos alunos que pertencem à classe alta, abastada e são empertigados e arrogantes:

Aquele tal senhor, não; calças compridas, chapéu duro, relógio e corrente no colete e a cabeça embutida num colarinho alto, dando assim ares de uma rolha de garrafa de champagne. Ele passa mais tempo batendo nos punhos e a assoprar o pó da roupa, do que a preparar as lições. Pois este menino-homem nos olha por cima do ombro. E por muito favor, para alguns que andam mais bem arranjados, ainda ele olha por cima do ombro, porque para alguns companheiros menos favorecidos de recursos, para esses, nem ele olha. O seu maior pesar é ser vizinho de carteira do Zacharias Silva, que vem com a sua roupinha muito velha mas muito limpa e remendada, com todos os botões. Por certo que a mãe dele, apesar de pobre, há de ser muito trabalhadora; boa, amorosa, se sente que ela o é. (LOPES NETO, 2013, p.130-131)

O capítulo do *Cuore* denominado “Soberba”, que pertence ao mês de fevereiro, descreve Carlo Nobis, personagem já tratado em trecho anterior.

Ele é a soberba encarnada só porque o pai é um ricaço. (...)Ele gostaria de ter uma carteira só para si, tem medo de que todos o sujem, olha todo mundo de cima para baixo, sempre com um sorriso de desprezo nos lábios: azar de quem pisar no seu pé, quando saímos em duplas, em fila! Por nada, joga na cara de qualquer um injúria ou ameaça, obrigando o pai a ir à escola. E o pai não deixou de lhe dar uma bela bronca quando chamou de mendigo o filho do carvoeiro. (DE AMICIS, 2011, p.129)

Seu pai, entretanto, não admite o comportamento discriminatório do filho, o que o leva a pressioná-lo para que se desculpe com o carvoeiro e seu filho, incitando-o a apertar a mão do colega. Ao professor pede que os coloque lado a lado, na mesma carteira. Passagens do *Cuore* como esta tem sido alvo de críticas, por vezes soa falso ou forçado o empenho em favor da solidariedade social e a intenção de enaltecer a convivência pacífica entre as classes mascarando a tensão que há entre elas. Em contrapartida, ao escolher o caminho da emoção e do sentimento o autor da obra atinge uma gama extensa da população e a transforma num sucesso editorial.

Em *Terra Gaúcha* existe diferença entre as posições sociais, mas a convivência é fraterna entre patrões e empregados no universo da campanha, numa clara acepção da democracia rural atribuída à sociedade gaúcha. Aos cidadãos, em sua maioria, é

permitido estudar, mas o peão nasce e morre bruto, como afirma o capataz Juca Polvadeira, que vislumbra uma unidade escolar junto a cada porteira de estância. Dentro da escola todos tem as mesmas chances, no entanto fica subentendido que a alguns o caminho será facilitado, ao passo que a outros restarão atividades que não requeiram formação superior. No capítulo “O que nós queremos ser” o professor pergunta aos alunos sobre o que gostariam de ser quando adultos, eles se interessam por diversas atividades e profissões, alguns querem ser fazendeiros: “Quero ser estancieiro, como meu pai e meu avô”, outros querem ser militares ou advogados “Coronel, sim, senhor! E doutor, advogado. E deputado”. Um deles conta com a influência paterna: “Ah! Quero ser doutor. E depois vou ser tenente do batalhão do papai. Ele é tenente-coronel e pode me arranjar isso”. Alguns dizem que se não conseguirem se formar, serão comerciantes: “Quero ser doutor, sim, senhor. E se não puder me formar boto uma casa de frutas, sim, senhor!” Outro gostaria de ser jornalista “O papai quer que eu seja doutor; a minha avó quer que eu seja padre; e a mamãe quer que eu seja militar; porém eu gostaria mais de ter um jornal”. O que quer a maioria mesmo é ser doutor: “Eu... Eu vou ser doutor, para andar de cartola e bem vestido!”¹³⁵ O professor, contudo, pacientemente lhes explica sobre a necessidade de se dedicarem também a outras profissões importantes para o crescimento do país:

Queiram, rapazes, queiram ser determinadamente alguma coisa, queiram ser alguém na vida; mas tudo doutor, tudo fazendeiro, tudo coronel?! ... Hum! Não! Tomem cuidado: o Brasil vai precisar de todos, todos vocês, que são seus filhos, e o dever de todos e de cada um é ser lhe útil. Precisamos de maquinistas, de pintores, de arquitetos, de farmacêuticos, de oleiros, de fundidores, de mestres de estaleiro, de industriais, comerciantes. (LOPES NETO, 2013, p.169)

Como já mencionado em capítulo anterior, quando da comparação com *O Ateneu*, *Cuore* traz à tona alguns problemas sociais graves, a violência contra a criança, o alcoolismo, a difícil reintegração de um ex-detento, a delinquência infantil, entre outros, são tratados de forma direta. A última é demonstrada no texto através do já mencionado Franti:

Provoca todos os mais fracos do que ele e, quando briga, se enfurece e faz maldades. Naquela testa estreita, existe algo que provoca arrepios: aqueles olhos turvos, quase escondidos debaixo da viseira do bonezinho de lona. Não tem medo de nada, ri na cara do professor, rouba quando pode, mente com a maior desfaçatez, está sempre brigando com alguém. (...) Dizem que a mãe

¹³⁵LOPES NETO, 2013, p.167-168

anda doente por causa dos problemas que ele cria, e que o pai já o expulsou de casa três vezes. (DE AMICIS, 2011, p.104)

O colega de Enrico não se enquadra de maneira alguma nos padrões da escola, não respeita companheiros nem professores, seu riso irônico afronta os que convivem com ele no ambiente escolar; Franti é a negação do mundo dominado pelo coração, seu comportamento entra em conflito com a representação de sociedade idealizada criada por De Amicis em *Cuore*. Por isso ele é expulso da escola e, conseqüentemente, da narrativa, ele não é capaz de aprender a lição, ou seja, os princípios de ordem, respeito e civismo. O crítico italiano Umberto Eco, em seu ensaio *Elogio di Franti*¹³⁶, diz que o garoto é o único exemplo negativo dentro do perfeito universo criado por De Amicis, é o espelho da falsa sociologia de *Cuore*. Para o semiólogo italiano, Franti é um personagem positivo porque representa os inconformados que não se adaptam à cultura dominante. Seu comportamento demonstra capacidade revolucionária, capacidade de crítica e de autonomia em relação à rigidez e ao moralismo da sociedade.

O alcoolismo aparece nas duas obras aqui examinadas, na italiana o caso gira em torno do pai de um dos alunos, fato rapidamente mencionado no capítulo 2. Trata-se de um ferreiro que bebe e bate no menino diariamente, a criança desmente sobre a autoria das agressões para não desonrar o pai:

O pai volta para casa bêbado de aguardente e bate nele sem razão alguma, joga seus livros e cadernos para o alto num supetão. E ele vem para a escola com vermelhões no rosto, às vezes, com a cara inchada e olhos irritados de tanto chorar. Porém, que ninguém se atreva a dizer que apanhou do pai. “Seu pai bateu em você”, dizem os colegas. E ele grita logo: “Não é verdade! Não é verdade!”, para não desonrar o pai. “Esta folha não foi você quem queimou”, lhe diz o professor, mostrando a lição meio queimada. “Sim”, responde ele, com a voz trêmula, “deixei cair no fogo”. Todavia, bem sabemos que foi o pai bebem quem derrubou mesa e fogo com um pontapé, enquanto ele fazia a lição. (DE AMICIS, 2011, p.98)

Em *Terra Gaúcha* a abordagem do problema não vem acompanhada do drama da violência domiciliar. O pai de um aluno invade o colégio e ao não se deixar capturar provoca um tumulto:

O bêbado, em um arranco de zanga, empurrou fortemente o servente e, sem dar-lhe tempo para nada, desembainhou da cava do colete uma enorme faca,

¹³⁶O ensaio de Umberto Eco não recebeu tradução para o português.

larga, reluzente e pontuda. Soltamos um grito de medo, de horror: — Chi! Vai matar! Vai matar! Cem anos que eu viva e não esquecerei a cena que então passou-se! Quando o homem, de faca em punho, deixando cair os fósforos e o pedaço de charuto, avançou cego de raiva para o servente atordoado, saiu dentre nós o , pálido, branco como a cal da parede, e correu para o ébrio, segurou-lhe o pulso e disse: — Papai! Não, papai!...O homem ficou imóvel; olhou para o rapaz e, deixando cair a faca, sorriu-se para ele, e abraçando-o tomou-lhe a cabeça entre as mãos sem força, e quando ia a beijá-lo, de boca incerta, o corpo desequilibrado e de pernas bambas, fez uma guinada e caiu redondamente contra a parede, resmungando apenas: — Meu filho... Filho... Quero cachaça! O ficou de pé, junto dele, e chorava — sem soluços, sem suspiros; silenciosamente; só lágrimas, só lágrimas rolavam pelas faces pálidas. (LOPES NETO, 2013, p.173)¹³⁷

Nas duas histórias os filhos são as maiores vítimas e de maneira abnegada tentam ajudar seus pais. Precossi, o menino do *Cuore*, ao receber uma medalha por honra ao mérito comove o pai de tal maneira que este larga a bebida e volta com entusiasmo ao trabalho de ferreiro. Simões Lopes não soluciona o problema desta maneira simplista, ou melhor, nem sugere uma solução, o menino é considerado estudioso e bom a despeito do vício do pai, mas o que se intui é que o homem não vai abandonar a bebida.

A família cumpre papel fundamental na obra de De Amicis, o respeito aos pais é tônica em muitas passagens. Nas cartas dirigidas ao menino Enrico tanto o pai quanto a mãe chamam sua atenção ao se depararem com situações nas quais julgam ter havido desrespeito. Seu pai, numa das passagens epistolares, em tom melodramático afirma que prefere vê-lo morto, mas não ingrato com sua mãe:

Diante da professora de seu irmão, você faltou ao respeito com sua mãe! Que isso não volte a acontecer, nunca mais! Sua palavra irreverente me entrou no coração como um agulhão de aço. Lembrei de sua mãe, quando, anos atrás, ficou uma noite inteira ao pé de sua cama, controlando sua respiração, chorando sangue de tanta angústia e batendo os dentes de terror, pois pensava que ia perder você, e eu temia que ela perdesse a razão e, com esse pensamento, senti nojo de você. Você, ofender a própria mãe! Sua mãe, que daria um ano de felicidade para lhe evitar uma hora de dor, que mendigaria por você, que mataria para salvar sua vida! Ouça, Enrico. Grave bem esta ideia na cabeça. Imagine que muitos dias terríveis lhe sejam destinados na vida: o mais terrível será aquele em que você perderá sua mãe. (DE AMICIS, 2011, p.45)

Em outro episódio um dos colegas de Enrico, Crossi, perde a cabeça quando zombam de sua mãe, uma pobre verdureira que muito se esforça para que o filho,

¹³⁷Os pontilhados mostram que o autor não terminou a redação deste ponto, mas tomou a providência de marcar a falta.

portador de deficiência física, frequente a escola. Ele lança e atinge o professor que entrava com um tinteiro que era endereçado à Franti, o representante da desordem:

De repente, Franti, aquele bruto, subiu numa carteira e, fingindo carregar dois cestos nos braços, macaqueou a mãe de Crossi, quando vinha buscar o filho na porta(...) Aí, Crossi perdeu a cabeça, pegou um tinteiro e jogou-o na cabeça dele, mas Franti desviou-se e o tinteiro foi bater no peito do professor que entrava. (DE AMICIS, 2011, p.24)

Em *Terra Gaúcha* sucede algo parecido, uma discussão que termina em agressão também foi gerada por ofensa a uma das mães dos envolvidos. Um dos meninos, de nome João, é caracterizado como um “estudantinho muito qualquer coisa e até pouco asseado, pois anda sempre com as unhas de luto e com os dedos borrados de tinta” o outro, chamado Pedro, é “uma figurinha que não se dá nada por ela, porém que estuda como gente. É filho de um mestre carpinteiro.”¹³⁸ Indagados pelo professor sobre o motivo do desentendimento, o segundo lhe explica que sua mãe foi insultada e por isso ele bateu no colega “— E eu dei-lhe um tabefe, sim, senhor; foi por causa de minha mãe; ele disse que ela... era... E desatou a chorar, o pobre Pedro.”¹³⁹ O professor, apesar de condenar a agressão por parte do ofendido, considera o provocador culpado e procura fazer com que se arrependa de sua má conduta:

— João, fizeste mal, muito mal em discutir com o teu colega(...) Se tinhas dele algum agravo, devias ter dado a tua queixa. E se ainda só tivesses ruscado com o teu colega, ainda passe; mas envolveste na tua questiúncula a mãe dele, ausente. Isso é indesculpável. A mãe dele tem cabelos brancos, como a tua; é uma mulher honesta, valente, que ajuda a seu marido, cuida da sua casinha e dos seus filhos. E basta olhar para o teu colega para ver que a mãe dele é uma pessoa zelosa, econômica, asseada. Repara: remendadozinho, é verdade, mas limpinho, repara! Para que foste mau assim, até injuriar uma mãe de família? Vamos: pede perdão ao teu companheiro de que tão levemente disseste sobre a mãe dele, sobre a tua própria mãe, sobre as mães de todos os teus colegas, porque a maternidade iguala todas as mulheres na mesma luz do amor filial. Pede desculpas! (LOPES NETO, 2013, p.146)

A lição foi aprendida, a desavença enfim termina com o pedido de perdão do agressor:

Deu-se então uma coisa inesperada; num arranco de franqueza e de arrependimento, contra o que nós esperávamos, João dirigiu-se ao Pedro: — Eu disse aquilo sem maldade: foi só para te zangar. A tua mãe é até muito boa; eu bem me lembro daquele dia em que caí na sarjeta em frente a tua casa, e foi a

¹³⁸LOPES NETO, p.144

¹³⁹Ibidem, p.146

tua mãe que me limpou a roupa e as botinas e me lavou o rosto e as mãos, quando eu fiquei todo enlameado e sujo...(LOPES NETO, 2013, p.147)

As semelhanças entre *Cuore* e *Terra Gaúcha* são muitas: pequenos detalhes da obra italiana se repetem na brasileira, adaptados de alguma forma. Até aqui foi visto como aparecem nas duas obras: a escola, a figura do professor, o estudo, o trabalho, as diferenças entre as classes sociais, a família, sendo que todos estes assuntos são tratados com escopo de exemplaridade. A finalidade é a formação dos jovens leitores, futuros cidadãos das duas nações. Desta maneira, inculcar ideias de unidade nacional aliadas as de reconhecimento da diversidade regional e das diferentes origens é fundamental no processo de constituição das suas identidades. Simões Lopes Neto adota algumas estratégias criativas em seu texto: os colegas de Maio, por exemplo, tem nomes de origem indígena, mas tem também apelidos conforme seu local de nascimento – são os “senhores estados” – e provavelmente teríamos a participação de todos os alunos em capítulos específicos falando sobre seu estado de origem, caso a obra tivesse sido levada a cabo. Em “O estudo, no colégio”, como já foi visto, estão presentes narrações sobre o Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Na Itália, a aproximação entre as províncias é fator importante no período pós-unificação: numa nação ainda fragmentada culturalmente em que nem o idioma falado era o mesmo, a escola assume o papel de integração e afirmação de unidade nacional, desta maneira, a difusão de *Cuore* como livro de leitura foi fundamental neste processo. De Amicis cria situações dentro da narrativa que proporcionam a articulação e o entendimento entre as diversas regiões italianas. A presença de um colega vindo do sul, da Calábria, a inserção nos contos mensais de personagens de vários pontos do país, valorizando coragem, bravura e luta, transforma *Cuore* em manual exemplar de conduta patriótica. O primeiro conto, “O patriota de Pádua”, traz a história de um garoto que depois de ter sido vendido pelos pais muito pobres, de ter sido escravizado pelo dono de um circo, está retornando a sua cidade em situação deplorável. No vapor em que o menino se encontra alguns homens lhe dão dinheiro, por compaixão, depois de alguns goles de vinho, e ele passa a imaginar que assim será bem recebido de volta pelos pais. Mas ao ouvi-los criticar seu país ele devolve-lhes toda a quantia recebida:

Bebiam e falavam de suas viagens e dos países que tinham visto e, de conversa em conversa, acabaram falando da Itália. O primeiro começou a queixar-se dos hotéis, outro das ferrovias e, enfim, todos juntos, animando-se, puseram-se a

criticar tudo. Um teria preferido viajar para a Lapônia; outro dizia só ter encontrado ladrões e bandidos na Itália e o terceiro, que os empregados italianos não sabem ler. “Um povo ignorante”, repetiu o primeiro, “Sujo”, acrescentou o segundo (...)uma chuva de notas e de moedas de meia lira caiu sobre suas cabeças e nas costas(...)”Tomem seu dinheiro de volta”, disse com desprezo o garoto, “não aceito esmolas de quem fala mal do meu país.” (DE AMICIS, 2011, p. 13)

O autor não se exime de expor os dramas humanos, em especial os infantis, de maneira crua, atestando o quanto algumas mazelas sociais estavam já naturalizadas na sociedade italiana, mas apela para isso ao sentimentalismo excessivo como meio de abordagem dessas questões evidentemente sérias. Já em *Terra Gaúcha* encontramos apenas uma passagem de grande sofrimento vivido por uma criança: é na lenda “O negrinho do pastoreio”, história que envolve a abominável questão da escravidão.

Levando em consideração o esforço de consolidação de valores patrióticos através dos dois textos, cabe ressaltar a presença de vários símbolos como hinos, bandeiras, comemorações cívicas, referências a heróis nacionais em ambas. Além disto, a ideia de união alicerçada em ideais de igualdade está presente tanto em uma quanto em outra obra. Em *Terra Gaúcha*, o professor utiliza-se de palhas de arroz, material genuíno do meio em que se encontram, a fim de instruir os alunos:

— É isso mesmo, rapazes, é isso mesmo que eu quero que vocês compreendam bem. Cada palhinha, sozinha, é frágil, nada custa a parti-la em muitos pedaços, mas todas elas juntas, ligadas, nem o Brasiliense, nem eu que tenho mais força que ele, nem outro homem que tenha mais força que eu, todas elas juntas, ninguém é capaz de quebrar. Cada fêvera isolada nada vale; mas todas juntas, desafiam. Sabem por quê? Porque estão unidas, e da união delas é que nasce a força de todas. Rapazes! Cada palhinha de arroz, de per si, nada vale. Para serem fortes, é preciso que vocês sejam unidos, bem unidos, bem unidos! Cada um de vocês, de nós todos, cidadãos, separadamente é zero, mas todos juntos, ligados pelo mesmo pensamento, na mesma ação, na mesma resolução, então sim, ninguém no mundo quebrará: a união faz a força! Todos vocês são brasileiros: quando só um sofrer, todos o acudam; quando todos sofrerem, o que estiver mais aliviado acuda aos seus irmãos; todos por um, um por todos. A união faz a força! (LOPES NETO, 2013, p. 136)

O tema das raças, como já referido, está presente em diversos momentos de *Terra gaúcha*. Uma das mais bonitas passagens do texto de Simões Lopes Neto traz a questão da miscigenação racial tratada com delicadeza e numa abordagem preñe de preceitos de igualdade e otimismo. Maio e alguns colegas estão em sua casa e ao se

colocarem em frente a um espelho, as quatro cabeças unidas, ouvem de seu pai que se aproximava uma verdadeira apologia ao futuro étnico nacional:

— Ora, aí estão vocês quatro, cada um diferente do outro pelo aspecto e no entanto iguais como brasileiros, pelo coração e pelo sentimento. Ainda um dia o brasilês há de ser um tipo completo, como se fosse composto de cada um de vocês... — Como? Eu não entendo, papai. — Já me explico e vocês hão de entender-me. Suponhamos que tu, Maio, és uma barra de ferro, o Tarumã uma barra de cobre; o uma de prata; o uma de ouro. Bem; junte-se estas quatro barras de metal e faça-se fundir todas a um tempo, de forma que elas se misturem, se caldeiem, formando pela fusão um produto novo, composto dos quatro; este produto novo será uma barra de metal que tem a um tempo a rijeza do ferro, a resistência do cobre, o brilho da prata, o valor do ouro. Cada metal separadamente tem o seu mérito próprio; a nossa barra tem um mérito quádruplo porque ela tem juntas em sua constituição as qualidades especiais de cada um. Entenderam? Quando no Brasil as gentes se ligarem internamente pelo sangue, como já está acontecendo, quando os descendentes de diversas raças formarem uma nova raça uniforme, o brasilês há de ser o primeiro povo da terra porque terá no seu corpo, na inteligência e no sangue as melhores qualidades de cada um dos outros povos; terá a resistência do português, o apuro do espanhol, a vivacidade do francês, o pendor artístico do italiano, a calma do inglês e a tenacidade do alemão, e a vitalidade do africano, e a valentia e o amor à liberdade dos índios. “O brasilês, meus rapazes, será a barra nova, o novo fruto, há de ser o maior povo do mundo. O seu dia há de chegar. “Tudo depende de vocês e de todos os outros meninos que se estão criando. Estudem, estudem; amem o seu país.” (LOPES NETO, 2013, p.182)

A religião não está em primeiro plano nas duas obras, entrando de forma bem lateral em seus enredos, o que denota a posição dos autores favorável a uma escola universal e laica. Antonio Faeti¹⁴⁰ afirma que no livro *Cuore* “(...) não há nenhuma alusão a Deus, nada de catecismo, nem de calendário religioso”, o que em parte é verdadeiro; a obra, aliás, foi classificada como inimiga tanto pela Igreja Católica quanto pelo Fascismo¹⁴¹. O catolicismo pregado pelas instituições pedagógicas inspiradas pelo Vaticano não está presente no *Cuore*, mas a essência teórica da religião que predomina até hoje na Itália está cristalizada nas páginas do livro. E a despeito de todas as ponderações feitas em relação à laicidade da obra italiana, cabe ressaltar que uma das

¹⁴⁰FAETI in DE AMICIS, 2011, p.355

¹⁴¹A relação entre fascismo e Igreja foi estreita na Itália: o acordo que criou o estado do Vaticano foi determinado por Mussolini. O Tratado de Latrão deu completa autonomia ao Vaticano e poder de Chefe de Estado ao papa. O Vaticano recebeu significativa indenização por territórios perdidos, o catolicismo passou a ser reconhecido como religião oficial da Itália, o que resultou na instituição do ensino confessional obrigatório, na validade civil dos casamentos religiosos, na proibição do divórcio e outras vantagens dadas ao clero. Essa relação foi abalada em 1978 quando a Itália se tornou um Estado laico, o que derrubou várias normas de cunho religioso. O Tratado de Latrão foi revisto em 1984. O Vaticano manteve sua soberania, mas o ensino religioso obrigatório, por exemplo, foi definitivamente abolido.

cartas escritas ao filho pela mãe, com o título de “Esperança”, se refere diretamente a uma aula de religião:

Lindo, Enrico, o entusiasmo com que você se atirou sobre o peito de sua mãe, ao voltar da aula de religião. Sim, o professor disse coisas grandiosas e emocionantes. Deus, que nos colocou nos braços um do outro, não vai nos separar para sempre(...) Ó Deus, grande e bondoso! (...)Ó, reze, rezemos, vamos nos amar, sejamos bons, vamos carregar aquela esperança celeste no coração, meu filho adorado. (DE AMICIS, 2011, p.120)

A menção a uma aula de religião é um dado significativo, principalmente se levarmos em consideração que não são citadas aulas de outras disciplinas. Já na obra do autor pelotense, são feitas referências a várias atividades que envolvem aprendizagem de conteúdo: aulas de história, de geografia, ditados, cálculos, e ainda música e desenho, sem que sejam feitas quaisquer referências a aulas de religião. Registros de ordem religiosa são quase inexistentes em *Terra Gaúcha*; no primeiro tomo, entretanto, Maio conta que antes de dormir ele e as irmãs menores são orientados pela mãe a rezar:

Todas as noites quando nós vamos deitar, ela nos acompanha ao quarto, todos nós com ela temos aprendido a rezar: não são orações para chover nem para fazer sol, que isso o papai diz que é tolice; mas sabemos o Padre Nosso e sabemos nos persignar, fazendo o “pelo sinal da Santa Cruz” com muita segurança. (LOPES NETO, 2013, p.19)

No quinto capítulo da segunda parte, intitulado “Domingo”, é feita uma rápida referência às missas dominicais:

Domingo! Domingo! É o primeiro dia da semana, o “Dia do Senhor”. A história sagrada diz que Deus fez o mundo em seis dias – e ao sétimo descansou. Ora o dia de Deus deve ser o primeiro e assim foi consagrado, apesar de ser o sétimo na ordem da criação. Domingo! Não se ouvem os imperiosos apitos das fábricas; no ar repiques de sinos; o movimento do povo nas ruas não é o movimento apressado de quem tem obrigação; dia das missas festivas(...) (LOPES NETO, 2013, p.111)

São referências, no entanto, muito mais de um hábito familiar e social da época do que propriamente a inserção da religião como valor a ser incutido nos possíveis leitores da obra: os jovens em idade escolar. Até porque, era conhecida a posição crítica de Simões Lopes em relação ao catolicismo. Um de seus tantos empreendimentos comerciais, é relevante recordar, foi uma fábrica de cigarros batizada com o nome

Marca Diabo, em discordância com as três outras fábricas de cigarro da sua cidade que levavam nomes de santos: Santa Bárbara, Santa Cruz e São Rafael.

No livro *Cuore*, no mês de julho, são feitas as provas finais, mas os dois capítulos que correspondem ao fato funcionam mais como fechamento da história contada por Enrico, do que exatamente uma descrição de como ocorre o processo de avaliação. Outra disciplina, contudo, é enfatizada e faz parte dos dois enredos, a aula de educação física. Na obra italiana o objetivo de sua inserção no relato é ressaltar virtudes como a determinação, a força de vontade, a superação. Nelli, um menino descrito como fraco, de saúde debilitada, consegue realizar uma difícil atividade física proposta pelo professor:

Nelli começou a se pendurar; era difícil para ele, coitado, ficou com a cara roxa, o suor escorria pela testa. O professor disse: “Pode descer”. Mas ele, não, se esforçava, se obstinava; eu esperava vê-lo estrebuchar no chão de um momento para outro, meio morto.(...)”Vamos, vamos, força, Nelli, mais um pouco, coragem!” E Nelli fez ainda um esforço violento, soltando um gemido(...) E eis que Nelli se agarrou à barra. Todos bateram palmas. “Parabéns”, disse o professor, “mas já chega, desce”. Só que Nelli quis subir até o alto como os demais e, forçando um pouco mais, conseguiu pôr os cotovelos na barra, depois os joelhos e os pés: enfim, ergueu-se reto e, resfolegando e sorrindo, olhou para nós. (DE AMICIS, 2011, p. 214)

Na obra de Simões Lopes Neto são três os capítulos que tratam das aulas de educação física; o primeiro, “Corda, trapézio, barra, etc.”, é breve e conta sobre os reparos feitos nos aparelhos próprios para os alunos exercitarem-se; no segundo, “Na minha terra, senhor”, os meninos aprendem a marchar e recebem noções de disciplina; no terceiro, “Bracinhos e perninhas”, finalmente os alunos usam os aparelhos de ginástica. As aulas são ministradas pelo já citado professor Schultz, um mestre que prima pela disciplina, fala carregando nos erros e sente muito orgulho de seu país de origem, que tudo indica, seja a Alemanha, país em que “se forjaram os conceitos e o prestígio do amor à terra natal”.¹⁴²

Mas de ginástica nos famosos aparelhos, pelos quais passamos sempre nas nossas evoluções, até ontem, nada; hoje, sim, fizemos a estreia. Estava o nosso pelotão formado. O professor Schultz colocou-se à frente; examinou o alinhamento e as nossas posições; pareceu satisfeito. — Marche! Seguimos para o pátio; fizemos alto junto ao aparelhamento de ginástica. E enquanto nós marcávamos passo, cadenciado, o professor Schultz pulou ao trapézio e fez umas flexões rápidas, tomou as argolas e fez uma prancha, de costas, deslizou de corpo alto nas paralelas e fez um giro-gigante na barra fixa. (...)O professor

¹⁴²FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.123

ficou entre nós, conversando; por sinal que ele é bem amável. Elogiou as vantagens dos exercícios físicos, moderados, como remar, correr a pé e saltar, o jogo da bola, da peteca, subir e descer por uma corda e outra. E também de uns jogos ou brinquedos estrangeiros cujos nomes ele disse e ensinou a escrever, e são “foot-ball”, “cricket”, “lawn-tennis”(…) (LOPES NETO, 2013, p.137)

Cuore é um livro que, ao mesmo tempo em que cria um mosaico de peças variadas, não consegue encaixá-las totalmente. Não sabemos nada do irmão menor de Enrico, por exemplo, o menino aparece somente no início da história e depois nada mais é dito sobre ele. Não fica claro o porquê de tanta disparidade em relação à idade dos meninos da classe – alguns são muito pequenos para a terceira série – o que se pode deduzir é que não existia nivelamento escolar. Sobre as aulas propriamente ditas não são feitas referências importantes de nenhum tipo. Contudo, nada disso compromete a narrativa e em relação à ausência de dados sobre o funcionamento escolar fica claro que o foco narrativo não é a educação em si, ou pelo menos não o é para além de seu valor como fundamento. A preocupação do autor recai sobre os pilares da sociedade, a escola – junto com família e trabalho – forma a engrenagem social e a ela compete a difusão dos valores indispensáveis para a formação do povo italiano.

Já em *Terra Gaúcha* a reflexão sobre o processo educacional se faz presente em passagens que discutem, entre outros fatores, a forma como o professor ensina, a prática de decorar o conteúdo, a atenção em sala de aula, até mesmo a postura ao sentar. Vale lembrar que toda e qualquer análise em *Terra gaúcha* é atravessada pela ótica infantil, Maio é o narrador e autor do diário. Mesmo as falas atribuídas aos adultos – pai, mãe, professor, Juca Polvadeira – são mediadas pelo menino, que se utiliza de expressões como “é o que sei” para justificar sua posição. Ao dar a palavra ao menino para que ele através de suas impressões trate, inclusive, de assuntos de maior relevância, Simões Lopes Neto imprime outra relação entre protagonista e leitor e a identificação entre os dois tende a ser imediata. Isso quer dizer que os possíveis leitores de *Terra gaúcha*, caso a obra tivesse sido publicada à época, teriam uma experiência de leitura bastante diversa – e certamente mais positiva – da que normalmente se dava nas escolas brasileiras.

Outro capítulo que chama a atenção é “Linguagem de capadócius”. Nele a discussão gira em torno do vocabulário adotado pelos meninos, gírias usadas entre eles, frases sem pé nem cabeça que os divertia. O professor, então, lhes faz uma preleção sobre o bom uso da língua:

— Estão vocês, inconscientes, como papagaios, dizendo muito senhores de si umas quantas parvalheiras muito chulas, sem graça, nada corretas. Onde aprendem vocês tais lindezas de linguagem, onde? Os seus pais falam assim? Não! É em suas casas, no seio da família, entre os amigos, os velhos, os tios ou com os padrinhos que vocês ouvem tais ? Não, com certeza. Olhem: eu não quero aqui e aconselho a todos que não se dêem ao ridículo de andar a compor frases campanudas, catando palavras obsoletas e termos empolados e pretensiosos para exprimirem os seus pensamentos. Usemos sempre da linguagem corrente, simples e limpa, procurando explicar claramente as nossas idéias e desejos e ordens, perguntas e respostas; usemos a forma comum de falar, que todos nos entendam, caprichando na ordem gramatical, o verbo concordando com o sujeito, o adjetivo com o substantivo, os plurais muito certos; vamos falando a nossa linguagem familiar tão singela e tão clara; depois, como seguimento da leitura dos bons livros e bons jornais, no trato das pessoas bem educadas, vocês também melhorando, encontrando e apreciando os encantos da nossa língua; depois os estudos clássicos dos nossos escritores brasileiros limarão e aperfeiçoarão as nossas Tudo isso a seu tempo virá; por agora, quero a nossa linguagem de todos os dias, mas muito limpinha, correta, decente, como se deve falar em família, com os pais, as irmãs, os parentes. Isso que vocês estão para aí a moer e que já de alguns dias venho observando, isso é linguagem de calão, de moleques, é o que se chama — linguagem de capadócios! A gente ouve-os, mas não os imita. Estamos entendidos, não é verdade?... Vá! Vão se divertir! (LOPES NETO, 2013, p.192-193)

Cuore, como já mencionado, é reconhecido por ter sido veículo de integração linguística de uma Itália recém-unificada politicamente, mas ainda fragmentada culturalmente. Os dialetos ficaram de fora da narrativa, o que é absolutamente compreensível, já que a necessidade de uniformização linguística era premente e o intento de De Amicis de prestar um serviço ao país também em relação à língua falada, buscando fazê-lo através de um manual de leitura escolar, precisava, obrigatoriamente, privilegiar a língua de maior prestígio, neste caso, o italiano praticado na Toscana.

Talvez De Amicis tenha pecado ao atribuir ao menino Enrico uma fala demasiadamente presa à versão culta e privada de expressões coloquiais, o que deixa a impressão de distância da linguagem própria da infância. Entretanto, o artifício da revisão do diário pelo pai, como já foi dito, soluciona este impasse de maneira inteligente. Em *Terra Gaúcha*, ao contrário, traços de oralidade são trazidos para o texto, deixando-o leve e agradável. Além disso, na obra do pelotense o uso de expressões típicas regionais é abundante. Tais procedimentos concedem ao enredo simoniano maior identificação com o universo narrado.

De Amicis conduz um movimento de uniformização linguístico, enquanto Simões Lopes Neto busca o fortalecimento nacional sem o apagamento das

peculiaridades do linguajar típico regional. É preciso salientar, entretanto, o fato de que no Brasil o português era, mesmo que com variações, falado em todas as regiões e a comunicabilidade entre a maioria dos brasileiros era efetiva. Na Itália a situação era bem diversa: não existia uma língua nacional comum de uso cotidiano até aquele momento. Somente 2,5% da população falava o italiano, de origem toscana, à época da unificação¹⁴³. O empenho pelo estabelecimento de uma língua única na península iniciou com Dante Alighieri (1265-1321), passando por Alessandro Manzoni (1785-1873) e alcançando De Amicis. O último, embora sem o mesmo *status* como escritor dos anteriores, parece ter tido mais sucesso em seu intento pelo fato de seu trabalho ter sido disseminado na rede escolar em um momento de expansão da educação. É que com a Unificação italiana a questão linguística adquiriu mais importância em decorrência do interesse do governo em erradicar o analfabetismo. É importante frisar, no entanto, que a consolidação da língua italiana se deu de fato somente com o advento da televisão, a partir da década de 50.

Apesar de todo o sucesso editorial, a obra *Cuore* tem sido criticada desde sua publicação,¹⁴⁴ e talvez criticá-la seja mesmo uma tarefa lícita, afinal, as histórias dos pequenos heróis, presentes principalmente nos “contos mensais”, são carregadas de sentimentalismo e pequenos melodramas. Por outro lado, falar de literatura para a infância na Itália deixando de lado aquela que, pelo menos até a metade do século XX, foi obra fundamental no processo formativo de gerações inteiras de italianos parece ser tarefa inglória. A realidade dos fatos diz que, tal como representou De Amicis, as crianças italianas, participavam ativamente de combates nas guerras, imigravam desacompanhadas e muitas viviam submetidas a situações de extrema pobreza. É sobre a superação desta condição de pauperizada da criança que De Amicis se dispõe a falar, tendo por objetivo a transformação da sociedade italiana sob os auspícios do socialismo.

De Amicis era um perspicaz jornalista que entendia os mecanismos que constituíam a realidade social italiana de seu tempo. Além disso, o autor experimentou em sua vida militar ou de jornalista muito do que está representado nas páginas de seu livro. O italiano sabia da responsabilidade de escrever um livro como *Cuore* e foi capaz

¹⁴³ Cf HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. SP: Paz e Terra, 2008.

¹⁴⁴ Além das posições dissonantes de Igreja e Fascismo, Benedetto Croce e Umberto Eco teceram críticas negativas sobre a obra de De Amicis. Croce dedicou um ensaio ao autor De Amicis, no qual o rotula de “escritor moralista”. Eco critica o mundo idealizado pelo autor de **Cuore**, sem considerar justamente o fato de De Amicis ter em mente a criação de uma sociedade modelar, que servisse aos propósitos daquele período de construção da identidade italiana.

de admitir sem hipocrisia seus limites literários. Algum tempo após a publicação do diário de Enrico, ele realizou uma severa autocrítica, analisando de maneira lúcida muitos dos defeitos que vinham sendo atribuídos a sua obra mais famosa, principalmente em relação ao fato de privilegiar sempre o sentimentalismo exacerbado, forma mais fácil e rápida de angariar afeto e admiração. Talvez, por isso, seja inútil apontar os limites que marcam essa obra, o próprio *De Amicis* reconhece sua fragilidade em alguns sentidos, mas o seu registro nasceu da vontade de agir sobre a realidade mudando-a para melhor, mesmo que para isto tenha usado de excessivo sentimentalismo em algumas passagens.

Simões Lopes Neto dedicou diversos anos ao seu projeto pedagógico que ficou incompleto; contudo, a fase mais profícua de sua produção literária estava ainda por vir e, sem dúvida, vinha no rastro do que foi pesquisado e trabalhado no período em que se dedicou ao material para uso escolar. Das lendas “O negrinho do pastoreio” e “O boi-tatá” o autor seguiu em frente e prestou reverência aos abençoados guascas, cruzou o estado com Blau, trilhou as sendas do Jarau, na ânsia de compor um painel do mundo do gaúcho e do mundo campeiro. Entretanto, o horizonte de Simões Lopes Neto era largo o bastante para lhe propiciar entender que o sentimento de unidade nacional passa necessariamente pelo que é regional e que pertencer ao seu quinhão e cultivar a tradição não pressupunha inferioridade.

É da literatura regional, típica e conagraçada, que se há de formar a literatura nacional, intensa e imensa. E a literatura regional, espontânea, curiosa, entusiasta, ingênua, pundorosa e ativa, que formará a estrutura da página peculiar, que será, ao depois, do patrimônio comum. Em geral, pois, o comum, postos no céu estranho os olhos ansiosos, despreocupa-se e desaprecia a capacidade doméstica; que esta capacidade não produza amiúde obras-primas, de acordo, é até lógica a morosidade: mas tudo quanto se produz lá fora o é? (LOPES NETO apud REVERBEL, 1981, p.218-219)

Terra gaúcha pode ser tomada como a “certidão de nascimento da obra literária de Simões Lopes Neto”¹⁴⁵. Lá está o embrião das lendas, e lá desponta o universo campeiro como cenário das ações. As pequenas inconsistências e as lacunas¹⁴⁶ não apagam o valor da obra, que mesmo inacabada, consegue dar a dimensão do projeto

¹⁴⁵DINIZ, 2003, p.137

¹⁴⁶Roberto, que aparece na primeira parte, na estância, e se torna amigo de Maio, por exemplo, é anunciado como seu colega de escola sem que isso se confirme na segunda parte do texto. Diversos nomes e algumas palavras foram provisoriamente deixados em branco pelo autor, provavelmente por indecisão na hora da escrita. Os espaços permaneceram assim em circunstância do abandono do trabalho.

almejado. Certamente o Brasil inteiro estaria representado, e, conseqüentemente, a história e as curiosidades de cada estado. Um plano ambicioso, por certo, mas que demonstra a ideia de totalidade e unidade nacional pretendida pelo escritor.

7 RUMO ÀS GRANDES OBRAS

O último capítulo deste trabalho vem dividido em nove partes, que cobrem o período entre 1906 e 1916, ou seja, os dez últimos anos de vida de Simões Lopes Neto. O primeiro subcapítulo mostra o envolvimento do pelotense com as coisas da terra: a tradição gaúcha e a recolha de material popular, responsáveis diretas pelo conteúdo de suas obras maiores que ainda estavam por vir. A visita de Coelho Neto à Pelotas e a ligação deste com o escritor gaúcho, mais o empenho cívico que desembocou na criação da primeira Linha de Tiro da cidade, são eventos significativos da vida do autor, que vêm tratados de maneira breve também neste início de capítulo. Na segunda parte temos a modernização do Brasil tomando por modelo o projeto de Pereira Passos, posto em prática no Rio de Janeiro. Também são dadas notícias sobre algumas manifestações sociais e movimentos populares, tanto urbanos quanto rurais, que ocorreram no período, em diferentes estados do Brasil.

O panorama da capital federal é aqui inserido, devido à participação de Simões Lopes na Exposição Nacional de 1908 e serve como preâmbulo de um tema tratado adiante: as crônicas de João do Rio. Em seguida é apresentada a obra *Cancioneiro Guasca*. Os dois subcapítulos seguintes trazem as obras consideradas de maior importância: *Contos gauchescos* e *Lendas do Sul*, que são vistos em duas ligeiras explanações. O próximo momento é dedicado aos Casos do Romualdo. O subcapítulo subsequentemente mostra o trabalho jornalístico de Simões, a esta altura, bastante empenhado em relação à camada pobre da população e de muita firmeza no que diz respeito à liberdade individual. O de número oito traz, finalmente, João do Rio. As crônicas do carioca são cotejadas com as colunas da série *Inquéritos em contraste*, do pelotense, a fim de evidenciar a similaridade entre o trabalho de ambos. Buscando o encerramento do trabalho, o nono subcapítulo traz um resumo dos últimos momentos de vida de Simões Lopes Neto.

7.1 Gauchismo e literatura

Nos anos seguintes à recusa da *Artinha de leitura* pelo Conselho de Instrução Pública, ocorrido em 1907, Simões Lopes Neto voltou-se de maneira importante para a

pesquisa sobre matéria popular. Na mesma época o autor ocupou por mais de um mandato a presidência da União Gaúcha, sociedade fundada em 1899. Antecipando em muitos anos os futuros Centros de Tradição Gaúcha, a União preconizava em seu estatuto que seu fim principal era:

(...)relembrar, honrar e conservar as tradições rio-grandenses; promover e adotar tudo quanto possa concorrer para o engrandecimento pátrio; avivar a poesia, as músicas e as danças crioulas; cultivar os deveres tradicionais da hospitalidade, da lealdade, do cavalheirismo e do patriotismo rio-grandenses; usar em todas as práticas e diversões campestres os trajes gaúchos e, sempre que possível, manter a forma da equitação rio-grandense, em relação à posição do cavaleiro e ao arreamento, governo e andadura do cavalo. (REVERBEL, 1981, p. 192)

A agremiação pelotense não era a única no estado com este perfil. A conferência *Educação cívica*, de 1906, proferida por Simões em diversas localidades do Rio Grande do Sul, foi publicada neste mesmo ano sob o patrocínio da própria União Gaúcha e mais do Centro Gaúcho, de Bagé, e do Grêmio Gaúcho, de Porto Alegre, entidades similares à dirigida pelo autor. Ainda no ano de 1906, enquanto ocupava o cargo de presidente da associação cultural, Simões Lopes Neto propôs aos associados que fosse criada uma “Linha de Tiro”, isto é, uma “espécie de serviço militar para jovens, sem quartelamento mas já com doutrinação e adestramento militar”¹⁴⁷, o que denota seu constante empenho cívico e nacionalista.

A primeira Linha de Tiro brasileira surgiu no Rio de Janeiro, na última década do século XIX, com a finalidade de treinar as tropas da capital federal, principalmente em função da campanha de Canudos. A denominada Linha de Tiro Nacional passou a receber civis interessados na prática de tiro ao alvo a partir de 1899, sendo sempre associada à elite. A atividade se alastrou pelo país e teve rápida aceitação no Rio Grande do Sul. A primeira Linha de Tiro gaúcha foi fundada pelo farmacêutico Antônio Carlos Lopes, em 1902, na cidade de Rio Grande. A proximidade entre Pelotas e Rio Grande leva a crer que Simões Lopes Neto manteve ligação com a associação, talvez não como adepto da prática, mas como interessado pelo caráter cívico da atividade. Segundo informações obtidas da 10ª Região Militar, Antônio Lopes

(...)seguindo o exemplo da Suíça, onde o civil recebe instrução de tiro e guarda em casa uma arma, visando atender uma possível convocação militar, funda na cidade do Rio Grande-RS, uma SOCIEDADE DE PROPAGANDA DO TIRO

¹⁴⁷FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.35

BRASILEIRO, voltada para a prática de tiro ao alvo por civis, se colocando como uma alternativa para a defesa do País.¹⁴⁸

Para efeito de exemplo do espírito patriótico, e de certa forma visionário, do pelotense vale avançar ao ano de 1913, aos meses que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Neste período um pequeno contingente de jovens oficiais do exército brasileiro seguiu para a Alemanha para curso de aprimoramento. Em seu retorno o grupo fundou a revista *A defesa nacional*, que circulou entre aquele ano e 1918. Os artigos da revista versavam sobre três pontos principais: a modernização do exército, a necessidade da instituição do serviço militar obrigatório e o papel da educação na formação da identidade nacional. É neste contexto que o reconhecido poeta Olavo Bilac, grande devoto de ações educacionais e fecundo autor de livros de leitura, iniciou sua campanha nacionalista em prol do serviço militar obrigatório e de uma educação baseada em preceitos cívico-patrióticos. Sua cruzada se desenvolveu durante os anos de 1915 e 1916. Isto quer dizer que dez anos antes da campanha encetada pelo grande poeta nacional, eleito em 1907 o “príncipe dos poetas brasileiros” pela revista *Fon fon*¹⁴⁹, Simões Lopes Neto tomou a iniciativa junto à União Gaúcha de criação da “Linha de Tiro” que visava uma espécie de treinamento militar de características mais flexíveis, o que atesta seu caráter progressista e sua perfeita integração com o pensamento e os acontecimentos do resto do país.

No período em que se dedicou à campanha o poeta parnasiano proferiu uma série de palestras por todo o Brasil, sendo que no Rio Grande do Sul foi recebido com entusiasmo, permanecendo quatorze dias em Porto Alegre. Alcides Maya, companheiro de Bilac na Academia Brasileira de Letras, acompanhou o amigo em peregrinação pelo interior do estado. Entre as várias cidades visitadas estava Pelotas. O poeta esteve na cidade sulina no mesmo ano em que faleceu Simões Lopes Neto, mas em novembro de 1916, alguns meses após o óbito. Olavo Bilac visitou o túmulo do escritor pelotense, reverenciando-o ao pé de seu sepulcro.

Para o poeta o Exército era o caminho para estimular o patriotismo do brasileiro e incutir a ideia do serviço obrigatório, a alternativa eficaz para a afirmação da instrução

¹⁴⁸Disponível em: <http://www.10rm.eb.mil.br/>, acesso em: 25 jan 2015.

¹⁴⁹Reconhecida revista brasileira que tratava dos costumes e assuntos cotidianos, surgida em 1907, cujo nome era uma onomatopeia da buzina dos veículos da época. A revista *Fon fon* deixou de circular em 1958.

pública. “Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das pátrias depende da inteligência e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo”.¹⁵⁰ Apesar da declaração contundente Bilac não se dizia militarista.

Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia: o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. (BILAC, 1917, p.7)

Já o horizonte cívico de Simões Lopes Neto não previa a rigidez preconizada por Bilac, o atrelamento a qualquer dogma mais restritivo ou impositivo parece ter estado distante do pelotense, sempre voltado aos ideais liberais.

Também em 1906 a União Gaúcha recepcionou o escritor Coelho Neto, em passagem pelo estado, com típica festa campestre. Logo em sua chegada o escritor maranhense foi homenageado por Simões publicamente: no *Correio Mercantil* de 27 de dezembro saiu publicada a lenda *O Negrinho do Pastoreio*, com dedicatória endereçada ao escritor visitante. A lenda ganhara bela forma escrita pela pena do talentoso pelotense.¹⁵¹ Coelho Neto, sensibilizado, agradeceu ao escritor local salientando a qualidade de seu texto que tão bem representa a, por vezes esquecida, matéria popular: “Lendo-a tive a impressão de a estar ouvindo contada, em tom lento, por uma dessas velhinhas que são as conservadoras de muito primor da Poesia popular, tão rica em nossa pátria e tão desestimada”¹⁵². Coelho Neto não sabia, mas a voz por trás da lenda era a da velha conhecida do autor pelotense, siá Mariana, a agregada contadora de histórias de *Terra gaúcha*, com quem tudo teve início.

A atividade de dramaturgo vinha arrefecendo e surgia a feição do “contista e cronista gauchesco, artista que atingiu formulação verdadeiramente sublime para lendas

¹⁵⁰BILAC, 1917, p.100

¹⁵¹Cf. Sica Diniz (2003, p.154): no Brasil o mais antigo registro dessa lenda foi em 1875 sob a inspiração do romancista Apolinário Porto Alegre que a batizou como “O Crioulo do Pastoreio”. Notícias dão conta que a lenda foi escrita três anos antes da publicação de Porto Alegre pelo pelotense Alberto Coelho da Cunha, de codinome Vítor Valpério, conforme referência que constava na introdução de seus **Contos Rio-grandenses**, de 1872.

¹⁵²NETO apud DINIZ, 2003, 159

e histórias de matriz singela.”¹⁵³ Esta transição sugere que a vida adulta do pelotense pode ser dividida em duas partes:

(...)na primeira, mais ou menos entre 1884 e 1904 (entre os vinte e os quarenta anos de idade), temos um empresário ativo e um dramaturgo com notável vocação para a comédia ligeira; depois disso até sua morte, em 1916, temos um derrotado econômico e um devoto da cultura popular, particularmente aquela de origem rural. De modo envenenado e imperfeito, mas eloquente, poderíamos dizer: enquanto teve dinheiro e posição social confortável, não foi gaúcho, mas sim um escritor urbano; depois da decadência, só foi gaúcho, encontrando na matéria local o alimento adequado para seu talento. (FISCHER in LOPES NETO, 2012, p. 24)

Ainda que Simões tenha praticamente abandonado a produção para teatro – após 1903 só escreveu mais duas peças –, a mudança de foco foi gradual e não significou ruptura com a temática até então dominante, o mundo urbano. Sua produção para jornal muitas vezes adquiriu feição literária e nas colunas dos periódicos pelotenses o autor tratou tanto de questões locais quanto de temas de interesse científico ou histórico, onde imprimia olhar cosmopolita.

Além da temporada de estudos, entre 1877 e 1884, Simões Lopes Neto voltou ao Rio de Janeiro outras três vezes, sendo as duas últimas em 1906 e 1908, no auge da *belle époque*. Antes disso, estivera na capital em 1894 em decorrência do pedido de licença da Guarda Nacional, mas as duas vindas já no novo século devem ter lhe causado profunda impressão: o Rio de Janeiro modificava-se a olhos vistos e a modernização da cidade era a tônica do dia.

7.2 Modernização à brasileira

As mudanças ocorridas na estrutura da sociedade brasileira no final do século XIX em decorrência da abolição da escravatura e da imigração acarretaram em sensível desorganização social, tanto no que diz respeito ao lugar dos libertos nas novas relações de trabalho, quanto no que tange à situação do imigrante que chegou maciçamente ao país. A vinda de estrangeiros atendeu num primeiro momento a demanda do setor agrícola, mas grande parte deste contingente foi absorvida paulatinamente pela

¹⁵³FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.24

dinâmica dos centros urbanos. No entanto, a República não cumpria os sonhos de igualdade, liberdade e cidadania e mantinha-se fiel às oligarquias em detrimento de largas faixas da população que viviam à margem do processo social. A sensação de insegurança das elites aumentava à medida que as cidades cresciam e com elas o número de desocupados ou subempregados, majoritariamente mestiços e imigrantes. A mistura cultural era normalmente tomada por fator desencadeante da tensão e do descontrole urbano e as teorias raciais que permeavam parte do pensamento reinante abarcavam a ideia de que a miscigenação era nociva. Esta visão pessimista do Brasil, entretanto, convivia com outras bastante otimistas, entusiasmadas e voltadas efetivamente para o futuro e progresso do país. Parte considerável deste segmento via na presença do imigrante o caminho de melhoramento do país, tanto no que se refere ao seu exemplar ímpeto pelo trabalho, quanto ao processo de branqueamento da população.

A ordem política mudara, mas o Brasil seguia sendo um país essencialmente agrícola. A industrialização ainda andava a passos lentos, devido, em grande parte, à baixa qualificação da mão de obra. Um dos graves problemas entre os trabalhadores brasileiros natos era o analfabetismo. Já os trabalhadores estrangeiros, mesmo pouco alfabetizados, tinham meios para seguir instruções escritas, o que lhes dava vantagem na ocupação dos postos de trabalhos. As mulheres eram preferência nas vagas para a indústria têxtil, mas as condições eram precárias. No início do século XX a indústria não dominava o mercado de trabalho das cidades, nem mesmo em São Paulo, onde a industrialização era mais acelerada. Os prestadores de serviços, os balconistas do comércio em geral e os serviços domésticos eram mais numerosos, mas igualmente lhes era exigida sobrecarga de trabalho.

O trabalhador rural ainda vivia preso às oligarquias agrárias e submetido aos vínculos do coronelismo, mantendo a forte tradição de respeito às elites. Isso não quer dizer que não tenham surgido alguns movimentos reivindicatórios no campo, sendo estes de modo geral combinados com conteúdo religioso. O mais conhecido foi a Guerra de Canudos (1896-97), registrada por Euclides da Cunha (1866-1909) em *Os sertões* (1903) e tendo em Antônio Conselheiro (1830-1897) o líder espiritual. A movimentação liderada pelo Padre Cícero (1844-1934) entre 1872 e 1924, em Juazeiro, também foi expressiva, principalmente a partir do momento em que o religioso foi tomado por milagreiro. O padre tornou-se um misto de chefe religioso e chefe político, um padre-coronel, passando assim a se envolver nas disputas políticas da região. Outro

conflito importante no período inicial da República foi a Guerra do Contestado, ocorrido em 1911, entre o Paraná e Santa Catarina. O movimento reunia trabalhadores rurais expulsos de suas terras em torno de um místico benfeitor, José Maria (1889-1912). Assim como no caso de Canudos, os rebeldes do Contestado foram massacrados pelas tropas do governo. As greves nas fazendas de café no interior de São Paulo eram relativamente comuns, sendo que a mais importante delas paralisou milhares de colonos na região de Ribeirão Preto, em 1913. Estes foram, no entanto, movimentos sem caráter religioso.

Os trabalhadores da cidade esboçavam tentativas de organização sindical, mas viviam sob severa vigilância policial e sujeitos a perda de emprego sumária. A rápida substituição dos quadros era possível devido ao excedente de mão-de-obra, o que levava os salários a nível baixíssimo. A modernização mantinha-se em parte atrelada aos velhos dogmas: os empregadores conservavam a mesma postura repressiva dos antigos donos de engenho e os trabalhadores eram vistos como ineptos e sem condições de progresso. A estagnação em alguns segmentos era realmente preocupante: em 10 anos – entre 1900 e 1910 – o índice de analfabetismo quase não se alterou. Faltava à maioria dos empregadores a noção de que os trabalhadores poderiam ser também potenciais consumidores, e não só do mínimo para subsistência como sempre quis a elite.

Excepcionalmente o movimento da classe trabalhadora urbana alcançava algum êxito, em especial quando atingiam setores ligados à agroexportação, o motor condutor da economia. No Rio de Janeiro a pressão se dava principalmente em função de reivindicações mais imediatas: aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho etc. Em São Paulo o andamento geralmente era diverso: a meta eram as transformações sociais e a implantação do socialismo, ideias difundidas através do anarcossindicalismo, movimento de difícil coadunação com a realidade brasileira. Na capital paulista a estrutura social era menos diversificada: trabalhadores de um lado e classe agrária ligada ao café de outro, carregando com ela a classe média. No Rio de Janeiro, ao contrário de São Paulo, a classe média circulava com maior independência. Os setores intermediários – funcionários do governo, militares de carreira, alunos das escolas superiores e da Escola Militar – partilhavam muitas vezes dos mesmos anseios da classe operária. A chamada “Revolta da Vacina”, contra a adoção da vacina contra febre amarela articulada pelo sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), em 1904, é um exemplo

de mobilização popular ocorrida no Rio de Janeiro que envolveu a classe média e a classe operária.

A campanha capitaneada por Oswaldo Cruz fazia parte de um movimento maior de modernização do Rio de Janeiro conduzido pelo prefeito Pereira Passos (1836-1913) e idealizado pelo então presidente da República, Rodrigues Alves (1848-1919). As reformas urbanas não se resumiam ao Rio de Janeiro, São Paulo, que já vinha operando transformações desde 1870, ganhou novo impulso com o novo governo. A intitulada “regeneração” teve por inspiração a remodelação parisiense de George-Eugène Haussmann (1809-1891)¹⁵⁴, ocorrida entre os anos 50 e 70 do século XIX. O projeto de Pereira Passos visava à transformação da zona central da cidade através de intervenções de ordem sanitária, viária e estética. Durante seu governo, entre 1902 e 1906, foram efetuadas remoções de cortiços e casas de cômodos e a abertura de grandes eixos de circulação – avenidas largas e arborizadas substituindo as antigas vielas – que modificaram o centro da cidade e empurraram a maior parte da população de baixa renda que ali vivia para locais distantes ou desvalorizados.

Além da reforma urbana conduzida pelo engenheiro Pereira Passos e da campanha voltada ao saneamento comandada por Oswaldo Cruz, o porto da cidade foi totalmente remodelado sob o comando do engenheiro Lauro Muller. As alterações na zona central não se restringiram ao governo de Passos. Durante as primeiras décadas do século XX morros foram destruídos, bairros inteiros deslocados, tornando a questão habitacional ao longo dos anos bastante grave, já que pouco se fazia no sentido de proporcionar novas moradias a quem era desalojado. Os que possuíam emprego, e conseqüentemente condições financeiras para o uso de transporte público, retiraram-se para os subúrbios mais afastados, os demais, trataram de se pendurar pelos morros do entorno do centro da cidade.

Com o intuito de captar interesses estrangeiros o governo brasileiro organizou em 1908, no Rio de Janeiro, a Exposição Nacional, uma grande feira inspirada em similares europeias. A maior parte da elite europeizada da metrópole achava elegante parecer pouco brasileiro e vislumbrava nas movimentações patriotas ares de radicalismo

¹⁵⁴O projeto de Haussmann consistia em redesenhar o traçado urbano compondo uma cidade nova, mais racional e mais organizada. Para realizar esta tarefa foram necessárias várias demolições na zona central de Paris. Isso fez com que muitos estudiosos criticassem tais mudanças. As críticas não eram contrárias à reforma em si, mas sim à maneira como ela foi realizada.

jacobino. A Exposição não resolveu a alienação cultural da elite, que desfilou pelas instalações do evento julgando caminhar por alamedas parisienses, mas, por outro lado, atraiu gente de visão progressista e preocupada com a inserção do Brasil num patamar mais elevado em termos de desenvolvimento. O moderno Simões Lopes Neto se alinhava ao segundo grupo e viajou para a Capital Federal um mês antes da abertura do evento, lá permanecendo por dois meses. A Exposição Nacional de 1908 tinha por objetivo a construção de uma imagem positiva do país no exterior calcada na modernidade, sobretudo da imposta ao Rio de Janeiro, e no desenvolvimento econômico do país em geral. Buscando impressionar positivamente os visitantes, foram construídas instalações exclusivas na Praia Vermelha. Produtos agrícolas e industriais de todo o Brasil foram expostos em estandes espalhados pelos seis pavilhões da feira. O gaúcho Simões Lopes Neto esteve presente apresentando a Tabacina, o fungicida para uso especialmente bovino por ele desenvolvido.

A estada na capital do país deu ânimo ao inventivo pelotense: no mesmo ano, em outubro, envolveu-se arduamente na organização do Primeiro Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul. Além de apresentar o trabalho “Proteccionismo, problema dos transportes e a questão das tarifas”, Simões desempenhou importante papel nas discussões acerca de princípios ecológicos, o que para a época era raro, apresentando proposições relativas à proteção de espécies da fauna gaúcha e à regulamentação do uso de produtos veterinários. Também por uma sugestão sua durante o Congresso foi realizada, no ano seguinte, a Festa das Árvores, movimentação que visava difundir a ideia de arborização da cidade.

Em sua viagem ao Rio de Janeiro, Simões deve ter circulado pelos melhores recintos da cidade, experimentando e absorvendo suas novidades. A temporada para a Exposição Nacional foi sua derradeira visita à Capital Federal, a espiral descendente iniciara sua rotação. Ao mesmo tempo em que sua produção adquiria mais envergadura, sua posição social decaía. O neto do Visconde da Graça recusou um cartório, perdeu dinheiro em negócios desastrosos, mas parecia, entretanto, estar cada vez mais à vontade no terreno ficcional.

7.3 Abrindo o caminho

Em 1910 Simões Lopes Neto escreveu *Cancioneiro Guasca*, obra que consiste em compilação de produção de cunho popular do Rio Grande do Sul. Segundo Augusto Meyer (2003), o *Cancioneiro*:

é mais que uma obra útil e só poderia ter sido elaborado com grande esforço; o admirável regionalista, colecionando e transcrevendo, foi o primeiro a reunir com método material que andava esparso e salvou muita coisa, fixando em letra de forma boa parte da tradição oral ameaçada de esquecimento. Classificou a matéria colhida em dez capítulos, Antigas danças, Quadras (descantes e desafios), Poemetos, Poesias, Trovas cantadas ao som do Hino Farrapo, Poesias históricas, Desafios, Dizeres, Diversas, Modernas. (MEYER apud DINIZ, 2003, p. 178)

No seu prefácio, nomeado “Pró-memória”, o autor pelotense demonstra seu apreço pelo valor documental do texto que é uma forma de reconhecimento da tradição.

Como uma velha jóia, pesada e tosca, que a moda repulsa e entende arcaica, assim a antiga estirpe camponesa que libertou o território e fundou o trabalho social no Rio Grande do Sul, assim, essa - velha jóia pesada e tosca - acadinhada pelo progresso transmutou-se. Usos e costumes, asperezas, impulsos, e, logo, aspirações, tão outras que as primevas e incompassíveis formam, agora, diferente maneira de ser dos descendentes dos continentistas. Nada impede, porém, que, carinhosa, a filial piedade procure construir um escrínio onde fulgir possa o metal - duro e puro - que é herança sua. Seja este livrinho o escrínio pobre: mas, que dentro dele resplandeça a ingênua alma forte dos guerrilheiros, campesinos, amantes, lavradores; dos mortos e, para sempre, abençoados Guascas! (LOPES NETO, 2003, p.17)

O *Cancioneiro Guasca* sofreu modificações; algumas lendas que faziam parte desta obra passaram a formar o conjunto de *Lendas do Sul*, publicada em 1913. Sua segunda edição, datada de 1917, portanto póstuma, apresenta uma nota, na qual a versão é considerada pelo autor como definitiva, justificando as escolhas de manter ou eliminar algumas produções. O pelotense se refere aos versos e cantos populares comuns a outras regiões do país e que incorporaram traços típicos regionais. A revisão da obra por parte do escritor, pouco antes de sua morte, vem comprovar a tentativa constante de aprimorar o trabalho realizado.

Tendo tido este *Cancioneiro* o melhor acolhimento por parte do público, apresentamos uma segunda edição definitiva, dando à publicidade grande número de produções de cunho rio-grandense, de origem popular, que não

conseguíramos incluir na primeira. É enorme - e por aí anda esparso- o curioso acervo poético ora ingênuo, ora engenhoso, ora altivo, ora planejante- mas sempre característico- que os avós nos legaram; fora pena que perdessem os elementos do, -talvez, mais rico contingente do cancionero popular do Brasil. (...)Ao capítulo III, dirão os competentes sobre as- quadras- que conviria eliminar, por serem alheias à nossa maneira; conservamo-las, por achá-las incorporadas nos descantes locais em geral (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.179)

Simões Lopes Neto também indica na nota as fontes de pesquisa que possibilitaram sua compilação. É muito interessante verificar o trabalho não só de pesquisa bibliográfica, mas também de campo que fez o autor.

De muitas fontes temo-nos socorrido para organizar este trabalho; como principais o '*Anuário do Rio Grande do Sul*' (Graciano A. Azambuja), '*Almanak Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*' (Alfredo Ferreira Rodrigues), '*Almanak Popular Brasileiro*' (editores Echenique Irmãos e Cia); e além de matéria colhida em vários escritores, tivemos o concurso espontâneo de numerosas pessoas respeitáveis que se prestaram gentilmente a rebuscar na memória adormecida o saudoso recordar que a muitas fez parar em meio à recitação... a muitas fez umedecer os olhos... ou já sorrir!... (DINIZ, 2003, p.180)

Nesta tentativa de registro de memória coletiva Simões Lopes Neto repetiu o trabalho já realizado por outros autores também voltados à tarefa de transcrição de matéria oral. Além dos autores citados acima temos ainda Sílvio Romero, que publicou dois livros tratando do assunto: *Cantos populares*, em 1883, e *Contos populares*, em 1885, e João Ribeiro, com *Frases feitas*, livro de 1908. Vale também citar mais um gaúcho que se dedicou a recolha de produção popular oral: Cezimbra Jacques, “espécie de Adão do tradicionalismo gaúcho”¹⁵⁵, como lembra Luís Augusto Fischer. Sua compilação *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul* foi publicada em 1883.

Além da vontade de registrar o que de mais genuíno identificava no universo popular, tais como as lendas e as quadras, nosso autor se dedicou também à preservação da memória e do passado do Rio Grande do Sul. Nem sempre seus projetos obtiveram sucesso, como é o caso dos dois a seguir apontados. Em 20 de setembro de 1909, no mesmo dia em que foi inaugurada na cidade de Rio Grande uma estátua em homenagem ao general farroupilha Bento Gonçalves (1788-1847), Simões idealiza um arquivo ou acervo que abrigasse documentação histórica sobre o período entre 1835 e 1845, ao qual

¹⁵⁵ FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.36

dá o nome de “Glória Farroupilha”. Alguns anos após, em 1913, acalenta outro projeto, ao qual dá o nome de “ARQUIVO Documental ilustrado da REVOLUÇÃO FEDERALISTA no Rio Grande do Sul / Contendo também algum repositório sobre a “Revolta da Armada” no Rio Grande do Sul e das “Operações Bélicas” nos Estados de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina”. Logo abaixo, especifica: “Sem ordem de datas nem comentários, porém baseado em originais autênticos, da época 1891 – 1895”. A ideia era a publicação deste material em fascículos, mas a empreitada não resultou em sucesso. De toda forma, há que se considerar que projetos como estes, mesmo que gorados, são referências importantes no conjunto de sua produção, pois traduzem o verdadeiro intelectual Simões Lopes Neto, dentro de sua rara qualidade como pesquisador e escritor.¹⁵⁶

7.4 O guasca Blau Nunes

Em 1912, vem a luz sua obra maior: *Contos gauchescos*. A maioria dos contos já havia sido publicada no jornal *Diário Popular*, durante o ano anterior. Segundo Fischer, no período final do século XIX e início do XX, “(...)no Brasil e em todo o Ocidente, o forte contraste entre cidade desenvolvida e interesse pela vida do povo simples foi a origem de muita literatura, muita arte, muita reflexão.”¹⁵⁷ O grande escritor Simões Lopes Neto, plenamente inserido neste contexto, se deslocava com propriedade e desenvoltura das publicações de temas sofisticados para as centradas em matéria popular, demonstrando sua versatilidade.

O autor em sua maturidade encontrou no que foi parte substancial de sua formação o material primordial de suas criações literárias. As pequenas histórias vividas por Maio, em *Terra gaúcha*, foram o substrato da realização literária superior de Simões. Ao dar a voz à Blau Nunes, o narrador de *Contos gauchescos*, para que este relate episódios de sua memória, possibilitando que o velho gaúcho use recursos linguísticos próprios de seu meio, o inventivo escritor inseriu o mundo campeiro, o mesmo mundo de Juca Polvadeira e siá Mariana, em um texto que encontra o ponto certo entre o culto e o popular.

¹⁵⁶Do artigo ainda inédito de Luís Augusto Fischer, provisoriamente intitulado “Sobre Glória Farroupilha e Arquivo de 93”

¹⁵⁷FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.38

A apresentação de Blau Nunes fica por conta de um interlocutor, o dito patrãozinho, "Patrício, apresento-te Blau, o vaqueano"¹⁵⁸, mas a palavra, a seguir, é dada a Blau para que este fale de si e de suas andanças:

Eu tenho cruzado o estado em caprichoso zigue-zague. Já senti a ardentia das areias desoladas do litoral; já me recreei nas encantadoras ilhas da Lagoa Mirim; fatiguei-me na extensão da coxilha de Santana; molhei as mãos no soberbo Uruguai, tive o estremecimento do medo nas ásperas penedias do Caverá; já recolhi malmequeres nas planícies do Saicã, oscilei sobre as águas grandes do Ibicuí; palmilhei os quatro ângulos da derrocada fortaleza de Santa Tecla, pousei em São Gabriel(...)Subi aos extremos do Passo Fundo, deambulei para os cumes de Lagoa Vermelha, retrovim para a merencória Soledade, flor do deserto(...)Vi a colmeia e o curral; vi o pomar e o rebanho, vi a seara e as manufaturas; vi a serra, os rios, a campina e as cidades(...) (LOPES NETO, 2012, p.81)

O expediente narrativo adotado por Simões Lopes Neto insere as histórias contadas por Blau, o vaqueano, dentro de um percurso geográfico ficcional legitimando sua condição de homem de larga experiência e conhecedor da história e costumes gaúchos. Blau enverga a função narrativa original, já que transmite oralmente as experiências por ele vividas ou testemunhadas. Para Walter Benjamin¹⁵⁹, a narrativa oral foi durante muito tempo uma forma artesanal de comunicação, no entanto ela "(...)revelará sempre a marca do narrador(...)Trata-se da inclinação dos narradores de iniciarem sua estória com uma apresentação das circunstâncias nas quais foram informados daquilo que em seguida passam a contar(...)". Nos *Contos Gauchescos* é visível o uso deste recurso, na maioria dos contos o narrador Blau situa o assunto a ser relatado em preâmbulos dos mais variados formatos.

Os contos se sucedem sem obedecer qualquer ordem cronológica, o que parece conduzir os acontecimentos narrados é o próprio percurso trilhado, enquanto Blau e seu interlocutor seguem caminho, o primeiro vai contando seus 'causos' e o segundo vai anotando o que do velho gaúcho vai escutando. Do interlocutor não se ouvirá mais a voz, o narrador vez ou outra no decorrer dos contos se dirige a ele dando a entender que este o acompanha: ao introduzir o conto "No manantial" ele pergunta a seu acompanhante " - Está vendo aquele umbu, lá embaixo, à direita do coxilhão?"¹⁶⁰, ou,

¹⁵⁸LOPES NETO, 2012, p.81

¹⁵⁹BENJAMIN, 1975, p.69

¹⁶⁰LOPES NETO, 2012, p.109

ainda, no conto "O mate do João Cardoso" em que Blau comenta "A la fresca!...que demorou a tal fritada! Vancê reparou?"¹⁶¹

A linguagem empregada na obra no sentido de integrar o mundo rural ao urbano, ou indo além, de incorporar o vocabulário local gaúcho à escrita culta, foi um ganho extraordinário. Segundo Luís Augusto Fischer, em ensaio introdutório da edição por ele anotada, "(...)foi Simões Lopes Neto, nos *Contos Gauchescos*, que desatou um dos nós mais apertados entre os vários que manietavam a experiência social como matéria para criação artística, na escassa tradição literária brasileira."¹⁶² No ensaio *Literatura e a formação do homem*, Antonio Candido afirma que Simões Lopes Neto desenvolveu toda sua ficção a partir do universo regional e ao comparar seu trabalho ao de seu contemporâneo Coelho Neto diz que o primeiro encontrou a forma de humanizar o homem rústico.

Simões Lopes Neto começa por assegurar uma identificação máxima com o universo da cultura rústica, adotando como enfoque narrativo a primeira pessoa de um narrador rústico, o velho cabo Blau Nunes, que se situa dentro da matéria narrada, e não raro do próprio enredo, como uma espécie de Marlow gaúcho. Esta mediação (nunca usada por Coelho Neto, encastelado numa terceira pessoa alheia ao mundo ficcional, que hipertrofia o ângulo do narrador culto) atenua ao máximo o hiato entre criador e criatura, dissolvendo de certo modo o homem culto no homem rústico. Este deixa de ser um ente separado e estranho, que o homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contato humaniza o leitor. (CANDIDO, 2002, p.88)

Outros escritores, como Waldomiro Silveira (1873-1941) e Cornélio Pires (1884-1958), também registraram a fala da gente do campo em diálogos que marcavam a diferença cultural rebaixando o linguajar interiorano. Anterior a eles, o renomado escritor José de Alencar (1829-1877) também não conseguiu dar conta do problema, ou seja, não logrou registrar a fala do mundo rural, que em muito diverge da fala das cidades, sem o artifício do pitoresco ou exótico. A inversão da posição do narrador efetuada por Simões Lopes, esse 'de lá', 'do campo' que toma a palavra, que interage com o sujeito de fora, com o que escreve para perpetuar, registrar o que é genuíno, é de matriz popular, sem se manifestar, deixando que a fala do narrador (o vocabulário, a oralidade presente) seja a linguagem eleita, diminui o abismo entre 'culto' e 'popular' e

¹⁶¹Ibidem, p.114

¹⁶²FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.52

evita o tom unicamente pitoresco. Segundo Fischer, o acerto na linguagem dos *Contos Gauchescos* foi uma grande conquista literária de Simões Lopes Neto:

Estruturalmente, podemos dizer que a linguagem que conseguiu organizar é, ao mesmo tempo, (1) suficientemente próxima da fala, no léxico e na pontuação expressiva usada com abundância, tanto quanto na arquitetura narrativa (o que dá ao conjunto narrado uma extraordinária semelhança com a fala popular do mundo focado), e (2) suficientemente próxima da escrita culta, na sintaxe e na ortografia (o que, de sua parte, confere ao texto uma especialíssima mas sólida filiação à literatura culta). Daí a fluência e a força do seu texto. (FISCHER in LOPES NETO, 2012, p. 53)

No conjunto de contos de Simões Lopes Neto o tom oral é decorrente da situação de 'conversa' entre narrador e interlocutor arranjada pelo autor. O fato do segundo não se pronunciar no correr dos contos não impede que o velho gaúcho se dirija a ele frequentemente, muitas vezes como se respondesse a alguma indagação, o que permite que sejam introduzidos na narrativa alguns artifícios alusivos a um diálogo. Um destes momentos pode ser identificado no conto "Duelo de Farrapos": "Se era linda a beldade!...Sim, senhor, dum gaúcho de gosto alçar na garupa e depois jurar que era Deus na terra!... E destorcida, e bem falante, e olhava pra gente, como sol olha pra água: atravessando!"¹⁶³ E abrindo o conto "Negro Bonifácio" uma pergunta, no sentido de intensificar a anterior indagação não presente no relato: "...Se o negro era maleva? Cruz! Era um condenado!... mas taura, isso era, também!"¹⁶⁴ Simões Lopes Neto utiliza-se de pontuação em abundância, como se pode notar nos trechos assinalados, denotando o movimento típico da fala. O autor também se utiliza de vocabulário local, no entanto a proximidade com a escrita culta, como bem frisa Fischer, suaviza consideravelmente a distância entre erudito e popular. No conto "Trezentas onças", Blau Nunes introduz espanholismos, termos coloquiais, em discurso de construção sintática culta.

Despertando, ouvindo o ruído manso da água tão limpa e tão fresca rolando sobre o pedregulho, tive ganas de me banhar; até para quebrar a lombeira... E fui-me à água que nem capincho! Debaixo da barranca havia um fundão onde mergulhei umas quantas vezes; e sempre puxei umas braçadas, poucas, porque não tinha cancha para um bom nado. E solito e no silêncio, tornei a vestir-me, encilhei o zaino e montei. (LOPES NETO, 2012, p.83)

¹⁶³Ibidem, p.192

¹⁶⁴Ibidem, 90

Ainda que vestígios de nostalgia pelos tempos idos estejam presentes nos relatos de Blau Nunes, que qualidades como bravura, amizade, hospitalidade, honradez, respeito permeiem as histórias contadas pelo velho gaúcho em sua trajetória autobiográfica, certas passagens evidenciam a ruptura com o passado idílico. Como exemplo disto pode-se tomar o caso de "O boi velho", conto que demonstra o rompimento com o passado puro e simples através da imposição da lógica mercantil. O velho boi que acompanhou o crescimento das crianças da estância é morto sem hesitação para que não se perca o valor correspondente ao seu couro.

De certa forma, a forma do conto traz para dentro de si a tensão social da comunidade (do conto popular, da integração com o grupo, da tradição, da oralidade) e da sociedade estamental (da prosa realista, da individualização urbana, da ruptura com passado e da escrita). (SANSEVERINO, 2012, p. 35)

Nos *Contos Gauchescos*, o conjunto de valores que expressam a imagem do homem local faz parte de uma memória coletiva, já que traduz o comportamento comum, mas é através da memória individual de Blau que tais valores tomam corpo e ganham vida no texto de Simões Lopes Neto.

Não há nada como tomar mate e correr eguada! Aí para os meios de Quaraim, nos campos do major Jordão, entrei uma vez numa correria macota.(...)Amigo! Quando foi aos três dias da lua nova, a estância estava apinhada de gauchada. Como uns oitenta e tantos torenas, campeiraços destorcidos, domadores e boleadores de fama.(...)Era assim, que, conforme ia correndo a eguada, cada gaúcho boleando o bagual que mais lhe agradava; às vezes saíam dois a um mesmo animal: aí, o que primeira lhe sentava as pedras, era o dono.(...)Hoje...onde é que se faz disso? É verdade que há muita cousa boa, isso é verdade...mas ainda não há nada, como antigamente, tomar mate e correr eguada...Xô, mico!...Vancê veja...eu até choro!...Ah! tempo!...(LOPES NETO, 2012, p.127-131)

Dos dezoito contos que compunham a primeira edição do livro, onze já haviam sido publicados no jornal *Diário Popular*, de Pelotas; fato ocorrido também com algumas de suas lendas – posteriormente reunidas em *Lendas do Sul* – assim como com "A recolhida", conto que faz parte da obra *Terra Gaúcha*. A terceira edição dos *Contos Gauchescos*¹⁶⁵ incluiu "O 'menininho' do presépio", publicado no jornal *A Opinião Pública*, em 25 de dezembro de 1913, e que, segundo consta, deveria tomar parte de uma segunda série de contos.

¹⁶⁵Editora Globo, 1949

O comportamento desassossegado, inconstante, mas também altamente produtivo de Simões Lopes, refletiu em sua obra e, de certa forma, criou alguns entraves que deixam dúvidas sobre a concepção de sua produção literária. Notícias dão conta que o escritor entregou seus contos à Editora Livraria Universal, de Echenique Irmãos & Cia, de Pelotas, sem nenhuma ordem estabelecida. Isso nos leva a crer que não necessariamente a ordem que conhecemos é a por ele idealizada; ou mesmo, deixa dúvidas se havia ou não uma ordem a ser seguida; ou se, ainda, a apresentação geral, que fizera parte da conferência *Educação cívica*, em 1906, fora escrita pensando numa obra deste feitio. O que realmente importa, no entanto, é a estratégia narrativa adotada pelo pelotense inserindo as histórias contadas por Blau Nunes, o vaqueano, dentro de um percurso geográfico ficcional, legitimando sua condição de homem de larga experiência e conhecedor da história e costumes gaúchos.

7.5 As lendas no papel

Em 1913 vem à luz *Lendas do Sul*, obra que contém três lendas escritas de maneira extensa e outras quinze apenas mencionadas ligeiramente. Parte do material já havia sido publicado em 1910, no volume *Cancioneiro guasca* ou, anteriormente ainda, em jornais de Pelotas de forma avulsa. Retomando o percurso nos periódicos: em dezembro de 1906 a lenda *O Negrinho do Pastoreio* foi publicada no *Correio Mercantil* com dedicatória à Coelho Neto, em visita à cidade de Pelotas, e em novembro de 1909 a *Mboitatá* foi motivo de outra manifestação do escritor maranhense, após sua veiculação no mesmo jornal. Em virtude da segunda publicação, Coelho Neto enviou as seguintes linhas ao escritor gaúcho:

Meu caro Simões L. Neto. Agradeço não me haveres esquecido com a tua amizade e com o teu talento. A lenda da "Boitatá", também conhecida dos nossos sertanejos, com variantes que muito a diferenciam da que escreveste, deve figurar no folclore gaúcho, onde já cintila, acesa por ti, a velinha do "Negrinho do pastoreio", a cuja claridade puseste meu nome. Prossegue, porque fazes trabalho de valor e muito me alegro por haver insistido com a tua modéstia para que continuasses a colher, aqui, ali, essas flores eternas da Poesia do povo, fazendo com elas o ramo que será um encanto para todas as almas e glória do teu nome. Abraço-te, teu Coelho Neto. (NETO apud LOPES NETO, 2012, p.243)

Luís Augusto Fischer¹⁶⁶ arrisca um comentário que diz respeito ao temperamento do autor: “a mistura do livro parece ser fruto de pressa com vontade de compartilhar, mais um relativo desleixo para com as formalidades.”. E acrescenta:

Com este livro e seu peculiar arranjo - que contém três lendas extensamente desenvolvidas literariamente e quinze outras lendas apenas anotadas (algumas com nada mais que poucas linhas, contendo o mínimo do mínimo do enredo), como que para posterior desenvolvimento-, se pode ver que para o escritor não havia trabalho pronto, ou, por outra, para ele a literatura era sempre, como diria muitos anos depois parte da vanguarda europeia e norte-americana, *work in progress*, trabalho em execução, nunca trabalho tido como pronto. (FISCHER in LOPES NETO, 2012, p. 41)

Simões Lopes Neto parecia querer abarcar um vasto universo cultural, mesclando tradição oral (o registro folclórico no sentido de preservar a memória popular e de traduzir o próprio sentimento de pertencimento ao seu lugar de origem) a ideais de formação do leitor (as lendas são acompanhadas de variadas notas de cunho didático). As três lendas desenvolvidas são “Mboitatá”, “A salamanca do Jarau” e “O Negrinho do Pastoreio”, sendo que na segunda Blau Nunes participa como personagem. O autor abre a obra com uma nota na qual esclarece sobre a formação do Rio Grande do Sul e a origem das três lendas citadas; para ao final refletir sobre seu trabalho.

A estrutura de tais lendas perdura: procurei delas dar aqui uma feição expositiva - literária e talvez menos feliz- como expressão da dispersa forma por que a ancianidade subsistente transmite a tradição oral, hoje quase perdida e mui confusa: ainda por aí se avaliará das modificações que o tempo exerce sobre a memória anônima do povo. (LOPES NETO, 2012, p.242)

Em junho de 1914, Lopes Neto declara em carta ao amigo e escritor gaúcho Alcides Maya que pesquisara com atenção sobre “A salamanca do Jarau” e as outras lendas de seu livro: “Sobre ela e as demais do volume, procurei fazer um trabalho consciencioso, coligindo, buscando, cotejando os escassos elementos que me foi possível angariar.”¹⁶⁷ A lenda da Salamanca, apresentada pela primeira vez no volume em questão, é elaborada à feição de seus contos, porém, traz inserções históricas e documentais de clara concepção didática. Simões Lopes Neto era multiforme e, como afirma Luís Augusto Fischer, transitava entre dois polos.

¹⁶⁶FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.41

¹⁶⁷LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.241

De um lado, sua biografia e parte da sua obra (excluindo justamente o melhor, que são os *Contos gauchescos*, as *Lendas do Sul* e secundariamente os *Casos do Romualdo*) demonstram cabalmente seu interesse por assim dizer patriótico gauchesco e brasileiro, já na militância em prol da formação de instituições culturais, já no caráter edificante de algumas iniciativas (incluindo a malograda obra *Terra gaúcha*), já mesmo em traços mais sutis, como as notas didáticas que apôs às *Lendas*. Do outro lado, porém, está precisamente o melhor de Simões Lopes, o escritor que superou o mero registro folclórico, em *Lendas do Sul*, e o mero decalque fotográfico ou histórico, em *Contos gauchescos*. Está aí mesmo o acerto do autor, que logrou ultrapassar as contingências tanto localistas quanto historicistas, na direção de uma literatura madura; nas palavras de Augusto Meyer, Simões Lopes Neto acertou foi com “o cuidado em reconstituir o timbre familiar das vozes.” (FISCHER in LOPES NETO, 2012, p.229)

A partir da segunda edição¹⁶⁸, *Lendas do Sul* vem sendo publicada, quase sempre, ao lado dos *Contos gauchescos*. O conjunto é considerado a obra máxima de João Simões Lopes Neto.

7.6 Um tal de Romualdo

A obra *Casos do Romualdo*, concebida quase em sua totalidade durante 1913, foi publicada como livro somente em 1952, com organização de Carlos Reverbel. Os 'causos' ganharam publicação esparsa nos jornais pelotenses em 1913, à exceção de “O Gringo das Linguíças”, que circulou antes disso, em 1911, na *Revista da Academia de Letras do Rio Grande do Sul*. No *A Opinião Pública*, jornal no qual o escritor ocupou o cargo de redator, foram publicados os textos “A Quinta de São Romualdo”, em 7 de julho de 1913, e “A Enfiada de Macacos”, em 9 de agosto do mesmo ano. A publicação completa se deu em folhetins do *Correio Mercantil*, entre 1º de junho e 21 de julho de 1914. Simões assumira a direção do jornal, incrementando suas publicações e modernizando sua estrutura. Foi o ponto alto da carreira jornalística do escritor, especialmente em relação ao cargo ocupado.

Não é uma novidade a aventada relação entre os livros *Casos do Romualdo* e *As aventuras do Barão de Munchausen*, de Rudolf Erich Raspe, publicadas em Londres, em 1785. As tiradas humorísticas, as peripécias e as invencionices descabidas, sugerem

¹⁶⁸Porto Alegre: Globo, 1926

a proximidade das obras e a possível leitura por Simões da obra europeia. Sobre esse fato diz seu biógrafo Diniz:

(...)Simões Lopes leu a tradução das *Aventuras Maravilhosas do Celeberrimo Barão de Munchausen*, traduzidas e adaptadas por Carlos Jansen, que já circulava desde 1891, publicada por Laemmert & C., contendo ilustrações a cores, com segunda edição de 1902. Esta última, a edição de 1902, é que Simões Lopes leu e possuía na sua biblioteca. Exemplar desta publicação, com a assinatura de João Simões Lopes Neto, circulou pelos sebos da cidade de Pelotas e foi vendido pelo livreiro Adão Fernando Monquelat a um colecionador particular nos anos oitenta(...) (DINIZ, 2003, p.238-239)

O Barão de Munchausen realmente existiu. Depois de servir no exército russo e lutar contra os turcos, Karl Friedrich Hieronymus afastou-se das batalhas e passou a viver na propriedade da família em Hanover. Costumava receber seus amigos e divertilos com suas aventuras recheadas de exagero narrativo. Rudolf Raspe, bibliotecário da cidade, transformou suas histórias em livro. Já no que concerne à obra de Simões Lopes, o engenheiro pelotense Romualdo de Abreu e Silva parece ter sido o modelo para sua personagem. Em 1909 foi veiculada uma charge em que Abreu e Silva, elegantemente trajado, postava-se ao lado de um exemplar da obra de Raspe. Segundo lembranças de um de seus sobrinhos, o desembargador Florêncio de Abreu, o tio era dono de veia inventiva fértil e adorava contar histórias pitorescas¹⁶⁹.

A proximidade se evidencia quando o próprio Simões se refere ao barão alemão. No conto “A Teteia”, Romualdo compara sua cadela, que dá nome ao conto, com o animal de Munchausen. Ao final conclui: “A cachorra do Munchausem será acaso superior a Teteia? Só se for porque ele era um barão, e eu sou apenas... o Romualdo”¹⁷⁰. As firulas e os títulos de nobreza são criticados novamente adiante: “pode lá ser também um luxo daqueles duques e barões e outros topetudos de dinheiro”¹⁷¹; e no correr dos contos, Romualdo vai comparando Brasil e Europa: “arrotam os europeus grandes fumaças de sabedores em coisas de caçadas; mas como de presunção e água benta... deixa-los lá”¹⁷². A condição brasileira, segundo ele, em nada é inferior.

Outro ponto interessante é o cenário dos contos: as histórias se passam em diferentes estados e regiões do Brasil e a diversidade da fauna brasileira é evidenciada,

¹⁶⁹ REVERBEL, 1981, p.240

¹⁷⁰ LOPES NETO, 2006, p.515

¹⁷¹ Ibidem, p.530

¹⁷² Idem, p.530

o que denota a preocupação latente do escritor em produzir uma literatura que, mesmo carregada de traços regionais, seja agente de integração nacional. O conjunto apresenta uma introdução interessante, nela Simões Lopes Neto explica ao leitor qual vem a ser o propósito de seus escritos.

Leitor! Entendamo-nos desde já: É possível (o autor ignora-o), que haja coletânea semelhante, anterior, nacional; se existe, para melhor bem, que supere a atual no conteúdo e na forma! Em assunto populário (folk-lore diz-se, elegantemente, nas altas letras...), o registro comporta o pueril conto, o esborcinado do dizer e a ingenuidade do ouvinte. O merecimento deste livro subsiste na paciência com que ele foi coligido; falta-lhe a relevância artística, é certo; fora porém crueza destroçá-lo por esse pecado. Destinado à leitura entre golpes de coisas sérias, aos homens graves entediara; pois -e lhes não advirá mal, por isso-, demo-lo então aos frívolos e, destes, aos mais elevados: às crianças. Patranhas por patranhas...que se não diga que até nisso falta-nos prata em casa!... Fica entendido, pois não? (LOPES NETO, 2003, p. 477)

Talvez por falta de fôlego, ou por excesso de criatividade e falta de tempo, o fato é que Simões publica como último capítulo “Algumas miudezas”, que traz a representativa introdução:

Por vezes, em tropel, acodem-se as recordações; como sejam porém coisas ligeiras, casos pequenos, sem maior importância, deslizo por eles. São fatos acontecidos de momento, num repente, e não como outros, em que houve circunstâncias especiais e mais longas. Por exemplo, dentre outros, recordo-me agora destes, que anoto apenas por descargo de consciência: aí vão eles! (LOPES NETO, 2006, p.550)

Os *Casos do Romualdo* se encerram como haviam começado: uma referência a um embrulho que continha os escritos, que agora, ao final, traziam os dizeres “o 2º volume será o dos “Sonhos do Romualdo”¹⁷³. Estes, entretanto, não chegaram a ser postos no papel.

7.7 O Jornalista afiado

Fazendo jus à figura de intelectual renomado junto aos conterrâneos, Simões Lopes Neto contribuía para além dos periódicos e jornais de sua cidade. Ele também escreveu textos de estilos variados: para os anais da Biblioteca Pública Pelotense, para o

¹⁷³Ibidem, p.556

pequeno folhetim *A Exposição* – vinculado à Academia do Comércio que ajudara a fundar em sua cidade –, para a *Revista da Academia de Letras do RS*, para a *Revista Centenária*, além de outras várias conferências registradas em anais de entidades diversas. O autor acalentou a ideia de publicação de um livro composto por algumas de suas conferências, ao qual pretendia dar o sugestivo nome *Palavras Viajantes*. Na relação das conferências que constituiriam o volume, ele cita três títulos: “O Menino Jesus”, “O homem e suas auras” e “A ilusão do medo”. Segundo Reverbel¹⁷⁴, somente da primeira são encontradas notícias, os dois outros títulos ainda constam como desconhecidos.

A *Revista Centenária* merece um comentário à parte. A publicação foi “o primeiro projeto de jornalismo profissional de Simões Lopes Neto”¹⁷⁵. Em razão da aproximação dos 100 anos da cidade de Pelotas, no dia 9 de abril de 1910, em sessão da Biblioteca Pública Pelotense, foi aprovada pela mesa diretora, que contava com a presença de nosso escritor, a deliberação para a comemoração do primeiro centenário da cidade, que se cumpriria dentro de dois anos. Em decorrência da movimentação em torno da data festiva – a programação previa uma série de eventos em julho de 1912 –, vem à luz em 1911 a *Revista Centenária*, coordenada exclusivamente por João Simões e sustentada pelos diversos anunciantes cooptados pelo escritor. Foi um esforço grandioso de sua parte o de colocar em circulação os oito números da revista. Em seu primeiro número, Simões define o perfil do periódico.

O nosso programa abrange o registro tão completo quanto possível da gênese da fundação da cidade, os fundadores, os beneméritos, filhos ilustres, comércio e indústria, jornalismo, colégios – professorado – repartições, os notáveis da cidade, sociedades locais, notas diversas, estatísticas, curiosidades, etc. (LOPES NETO apud LUIS RUBIRA)¹⁷⁶

Sobre o método adotado na abordagem dos temas, afirma que privilegiará o “fator pensante, responsável, da nossa vida urbana”¹⁷⁷. O surpreendente Simões diz que não seguirá uma ordem cronológica na apresentação das figuras destacadas e, seguindo o método reivindicado, inaugura sua publicação com perfis de pelotenses abolicionistas e republicanos, o que denota o seu interesse na recuperação da história recente de sua

¹⁷⁴REVERBEL, 1981, p.217

¹⁷⁵DINIZ, 2003, p.188

¹⁷⁶*Revista Centenária*, nº1, p.1

¹⁷⁷Idem, nº1, p.1

cidade. A *Centenária* também apresentava nova versão de textos sobre a fundação de Pelotas, já publicados nos “Anais da Biblioteca Pública Pelotense”, no ano de 1905, e aos quais o escritor atribuía caráter informativo. Na ocasião, o escritor afirmara que seu intuito era o de fornecer elementos para futuros estudos. Com a renovada publicação vem mais uma vez à tona sua vontade de explorar o ofício de pesquisador aliada a seu enorme interesse em contribuir com um trabalho histórico de fôlego. Em seus últimos números, entretanto, o escritor rende-se à condição de apenas um curioso pelo assunto e afirma que seu trabalho apresenta “notas dispersas” e que não se trata de “dissertação histórica”. Lamenta a dificuldade em acessar documentos valiosos, que poderiam ter contribuído de maneira importante “Parte valiosa de informações não nos foi respondida, apesar de reiterada solicitação, de forma que nosso inquérito sobre a vida local – antiga – ressentir-se-á de lacunas: para supri-las empregamos os nossos melhores esforços.”¹⁷⁸ A publicação derradeira se deu já em 1912, após um intervalo de alguns meses. Simões justificou o atraso por ter sido acometido por doença severa, de demorada convalescença.

Simões foi um dos fundadores da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, contribuindo de forma quase ininterrupta desde a segunda edição da revista organizada pela entidade. O texto que abre a série de contribuições trazia trechos da conferência *Pedras*, proferida a convite do Congresso Português, em Pelotas. Outros números da referida revista estamparam de forma inédita capítulos de futuras publicações suas. Além do já citado “O Gringo das Linguças”, circularam o capítulo “A Recolhida”, da obra *Terra gaúcha*, e o conto “O Negro Bonifácio”, da obra *Contos gauchescos*. Simões desempenhou o papel de orador oficial na comemoração do primeiro aniversário da Academia. Seu discurso foi também publicado na revista do centro literário. Infelizmente, o periódico não sobreviveu ao ano de 1913, deixando de circular naquele ano.

Por vezes suas publicações jornalísticas estavam inseridas em discussões públicas, nas quais defendia arduamente suas convicções políticas e suas ideias não só modernas como também libertas de muitas das convenções sociais firmemente enraizadas. A polêmica instituída com a Igreja é notória; o jornal católico *A Palavra*, editado semanalmente em Pelotas, reproduziu notícia publicada em uma revista também católica de São Paulo em que é utilizado o adjetivo garibaldino para referir-se a um

¹⁷⁸ *Ibidem*, nº 7 e 8, p.97

assassino, ligando à figura de Garibaldi o instinto sanguinário de tal sujeito. Bastou para que Simões respondesse numa longa coluna do *A Opinião Pública* ao jornal *A Palavra*, recriminando a atitude do clero brasileiro em relação ao italiano. O texto *Pro Garibaldi* é veiculado no dia 28 de dezembro de 1912 fazendo uma defesa ferrenha ao “herói de dois mundos” e atacando, inclusive, a Igreja em sua representação maior: o Vaticano.

Em termos de posicionamento ideológico, vale lembrar que não era comum nas primeiras décadas do século XX uma exposição deste feitio. E aliando esta posição às ideias sobre os benefícios da mestiçagem – questão defendida firmemente pelo autor – é possível reconhecer em Simões Lopes Neto a figura de um intelectual que estava preocupado com a forma como homens se mantinham atrelados a dogmas e preceitos conservadores. Isso vem reforçado através do artigo seguinte: apenas dois dias após o texto que versava sobre Garibaldi o pelotense escreve três colunas que saem na primeira página do *A Opinião Pública* que trazia o título *A lei da expulsão dos estrangeiros do Brasil*. O perspicaz Simões Lopes dissecou o processo que visava desarraigar as ideias progressistas e democráticas do ainda incipiente operariado esclarecido. Os imigrantes eram, naquele momento, reconhecidos por maior lucidez nas questões de ordem trabalhista e política, o que provocava apreensão por parte dos empregadores e gerava conflitos violentos entre ativistas e polícia. Pressionado pela classe dirigente, o governo aprovou a lei em 8 de janeiro de 1913, tornando os imigrantes sujeitos novamente à deportação por arbítrio da polícia e conveniência da ordem – prática amenizada desde 1907 em decorrência de legislação que ampliava os direitos de estrangeiros residentes no país.

Desejam eles, por esses meios, obstar a intervenção das correntes de ideias do operariado europeu na vida nacional. Como iremos ver neste artigo, a causa dessa atitude escravocrata do nosso parlamento está intimamente ligada ao movimento operário que se inicia em São Paulo e no Rio, principalmente naquela cidade. (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 216)

O ano de 1913 estreia com a série *Uma trindade científica*. João do Sul assina os cinco artigos que trazem Darwin, Lamarck e Haeckel em linguagem acessível e que comprovam a diversidade de interesses de nosso autor e sua cultura acima da média geral. No primeiro artigo Simões Lopes introduz o tema ocupando quase três colunas da primeira página do *A Opinião Pública* do dia 10 de janeiro. Nos dias 15, 18, 25 e 29 do mesmo mês, ocupando sempre duas colunas da página frontal, seguiram os artigos

específicos sobre os cientistas. No encerramento do último artigo, nosso escritor, de ideias ventiladas, postula por uma escola leiga, na qual o conhecimento seja disponibilizado aos alunos em seus vários níveis, independente de qualquer filiação ideológica ou linha de pensamento.

Eis o que se deseja; eis pelo que se luta, hoje, pela escola leiga, com professores leigos. Sem isso, os conhecimentos precisos desses três gloriosos sábios ficarão como um patrimônio dos “eleitos” e não é justo que a maior parte dos modestos cidadãos desconheçam estes três tesouros valiosos. (LOPES NETO apud MOREIRA, p. 98)

Naquela altura, Simões passara a viver com seus cunhados, repartindo as despesas em uma casa alugada, de proporções modestas. O sustento da família provinha da atividade de despachante, da atividade de professor e dos rendimentos que passou a receber pelo trabalho como redator do jornal *A Opinião Pública*. Mudanças operadas na estrutura do vespertino trouxeram à direção Antônio Gomes da Silva, português de ideias avançadas e anticlerical de primeira ordem. Através dele Simões vai se aproximar da Liga Operária, fundada ainda no século XIX, em 1880. Gomes da Silva transformou-se no grande incentivador do Centro de Estudos Sociais, criado dentro da entidade.

Naquela época, as conferências da Liga Operária, a par do conteúdo social, de caráter trabalhista, no sentido reivindicatório, eram utilizadas em campanhas anticlericais, influenciadas pela ideologia anarquista, de que era pelo mesmo simpatizante o próprio Antônio Gomes da Silva. Abriam-se, entretanto, algumas exceções, convidando-se, eventualmente, conferencistas não engajados politicamente nas lutas operárias, nem partidários das ideias anarquistas, como J. Simões Neto. (REVERBEL, 1981, p.220)

Simões não era partidário do Anarquismo, mas a preocupação e o interesse pelo indivíduo à margem da engrenagem social, sem trabalho ou em subempregos, sem moradia decente vinham tomando conta de seus discursos. Um dos reflexos do lado humanitário, sem deixar de ser crítico, de nosso autor, é a coluna *Inquéritos em contraste*. A vida comum e sofrida dos subúrbios pobres, a crueza das mazelas sociais, foi matéria de belos textos, nos quais Simões demonstra sua aptidão jornalística e literária, de forma engajada, em favor dos espoliados e esquecidos.

7.8 Cidade e subúrbios

Corria o ano de 1913 e em meio à organização e publicação da obra *Lendas do Sul* e o planejamento dos *Casos do Romualdo*, nosso inquieto escritor estava preocupado – para além da divulgação erudita acerca de questões ligadas às teorias em voga ou do belo trabalho a partir das lendas da terra –, em trazer à luz o mundo da gente simples da periferia pobre da cidade de Pelotas. A seção *Inquéritos em contraste*, coluna assinada também por João do Sul, apresenta quadros de certa forma críticos em relação à realidade social pelotense, aliados a traços de humor. A seção vinha publicada no jornal *Opinião Pública*, o vespertino audacioso que em muitas ocasiões esteve envolvido em questões polêmicas. Foram dezessete publicações que versavam sobre a vida periférica e subterrânea da aristocrática Pelotas dos primeiros anos do século XX. Em sua primeira seção, a 10 de junho, o escritor apresenta o perfil de sua coluna:

Nestes rápidos ‘*Inquéritos*’ vamos tão somente esmiuçar a nossa pequena vida social-provinciana, pacata, de dedo no nariz, dada a fazer nós no lenço, e do mesmo passo sustentando certas graças do espírito; certo saber ‘moer’ dinheiro, não espantadiça de uns tantos rasgos largos, provindos do além; e gestos e tons e proceder que se têm adaptado e proliferado a aí vão medrando, que é um gosto examiná-los... O contraste deles está em que as causas e os efeitos, que parecem repelirem-se, são eles lógicos que aparentando discordância reforçam-se em íntima concordância. Pelotas, a centenária, se nos recordarmos da comemoração de há um ano, Pelotas tem também as suas abóbodas iluminadas sobre subterrâneos escuros... (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 221)

Antes, porém, de explicitar sobre a abordagem local de seus *Inquéritos*, Simões Lopes Neto, ainda na apresentação da seção, insere Pelotas numa gama de cidades desenvolvidas, de grandes metrópoles do Brasil e do exterior, apontando as entranhas destas como comuns a sua cidade: “Rio de Janeiro, Lisboa, Buenos Aires, Roma, exibem e escondem brilhos e mazelas semelhantes, se não por intensa vibração, por certo com os mesmos aspectos curiosos.”¹⁷⁹

Alguns anos antes da publicação dos *Inquéritos em contraste* havia despontado no Rio de Janeiro o cronista Paulo Barreto – João Paulo Alberto Coelho Barreto –, que assinou grande parte de sua obra como João do Rio, embora também tenha utilizado diversos pseudônimos como Claude, João de Oliveira, José Antônio José, entre outros.

¹⁷⁹Cf *A Opinião Pública*, 1913 (reprodução fotográfica realizada em janeiro de 2014, em consulta ao acervo da Biblioteca Pública Pelotense).

Sua vida e sua obra se confundem com a sua cidade de origem, a qual soube retratar em seus múltiplos aspectos. Frequentando desde importantes recepções presidenciais a centros espíritas dos subúrbios e rodas de samba das favelas cariocas, o jornalista se misturava à multidão para descrever as transformações da cidade através de recortes, de instantâneos das ruas da então Capital Federal.

Entusiasta do processo de modernização engendrado no início do século passado por Pereira Passos, João do Rio percebia que em paralelo a nova cidade moderna que surgia, outra continuava a existir, ainda que distante da região central e luminosa. As mudanças operadas de maneira acelerada por conta da necessidade de instituição de uma nação republicana e moderna foram matéria primordial deste cronista que tanto se aproximou dos objetos aos quais se propunha a retratar.

João Simões Lopes Neto de alguma maneira dialoga em suas crônicas com João do Rio, em especial no que tange à abordagem do que está à margem da sociedade presumida como representativa do Brasil em rumos de desenvolvimento. Os dois cronistas dirigem seus olhares não somente à vida elegante dos saraus e passeios, falam também da gente miserável e invisível aos olhos da elite e da estrutura social e urbana periférica, compondo imagens ao mesmo tempo humanas e chocantes.

Sendo a cidade a matéria das crônicas de Paulo Barreto, o João do Rio, e aliando a isso o fato de ter sido o Rio de Janeiro citado na apresentação dos *Inquéritos*, pode ser considerada pertinente a aproximação entre os dois autores. Não é exagero inferir que o neto do Visconde da Graça, inspirado na obra de Paulo Barreto, com desenvoltura captava cenas da fina flor da sociedade pelotense e também das gentes das vielas escuras com paredes encardidas de sua cidade. Quanto a João do Rio, este flanava de um extremo a outro, ia da Rua do Ouvidor às ruelas do cais do Rio de Janeiro, e nada escapava ao olhar deste homem que farejava o contraste social e nele mergulhava para registrar em suas crônicas, com grande sensibilidade, as nuances da cidade em um momento de transformações profundas. Os dois Joões, o do Sul e o do Rio (lembrando aqui que Simões Lopes Neto adotou este pseudônimo em 1896, ano em que Paulo Barreto ingressava no ginásio e, portanto, não adotara o seu) tinham na cidade uma personagem de suas crônicas. Para João do Rio, ‘a rua’ é o espaço comum aos miseráveis, em qualquer parte que seja.

Em Benares ou em Amsterdão, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. (JOÃO DO RIO, 2009, p.2)

A obra *Cinematógrafo*, publicada por João do Rio em 1909, ou seja, cinco anos antes dos *Inquéritos em contraste*, traz, na sua introdução, uma imagem ligada ao cinema, ao instantâneo captado em um passar de olhos.

Uma fita, outra fita, mais outra... Não nos agrada a primeira? Passemos à segunda. Não nos serve a segunda? Para diante então! Há fitas cômicas, há fitas sérias, há melancólicas, picarescas, fúnebres, alegres – algumas preparadas por atores notáveis para dar a reprodução idealizada de qualquer fato, outras tomadas nervosamente pelo operador, à passagem do fato. Umas curtas, outras longas. (JOÃO DO RIO, 2009, p.3)

Ao final da obra, João do Rio compõe 'Ao leitor', retomando neste pequeno trecho a imagem anterior.

E tu leste, e tu viste tantas fitas... Se gostaste de alguma, fica sabendo que foram todas apanhadas ao natural e que mais não são senão os fatos de um ano, as ideias de um ano, os comentários de um ano – o de 1908, apanhados por um aparelho fantasista e que nem sempre apanhou o bom para poder sorrir à vontade e que nunca chegou ao muito mau para não fazer chorar. A sabedoria está no meio termo da emoção. Vale. (JOÃO DO RIO, 2009, p. 272)

O fechamento de *Cinematógrafo* apontado acima vem comprovar o quanto Simões Lopes Neto, mesmo distante do centro cultural do país, estava sintonizado com seus contemporâneos e era estimulado pelo que de mais moderno sucedia em termos intelectuais. O diálogo com João do Rio é visível; a passagem “E para falar bem à moderna, diremos que na ‘tela’ destes inquéritos só correrão ‘fitas’ apanhadas ao natural”, que está na apresentação dos *Inquéritos em contraste*, sugere o reconhecimento desta condição de modernidade posta na cidade do Rio de Janeiro, aqui representada por seu criativo cronista, por parte do escritor gaúcho.

As ‘fitas’ são de conteúdos diversos, como bem frisou João do Rio, são cômicas, sérias, melancólicas; e falam dos subterrâneos, como bem chamou a atenção João do Sul. Na seção de 21 de junho dos *Inquéritos*, intitulada “Um corte de criada”, “a

caminho dos subterrâneos” em busca de uma criada, surge a descrição de um pequeno quarto de cortiço.

As paredes encardidas recobertas de figuras de reclames, pintalgadas de moscas; chão de tijolo, esboroadado; uma cama de casal, pintada a roxo-terra; roupas em pregos; uma bacia rachada sobre uma cama de querosene; dentro desta chaleira. Um caco de espelho, um facão e um fogareiro de barro completam a mobília, à vista. (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.221)

Em “Visões d’Ópio”, crônica que faz parte de *Alma encantadora das ruas*, de João do Rio, encontramos o mesmo tipo de ambiente.

A custo, os nossos olhos acostumam-se à escuridão, acompanham a candelária de luzes até ao fim, até uma alta parede encardida.(...)O 72 é uma casa em ruína, estridentemente caiada, pendendo para o lado. Tem dois pavimentos. Subimos os degraus gastos do primeiro, uns degraus quase oblíquos, caminhamos por um corredor em que o soalho balança e range, vamos até uma espécie de caverna fedorenta, donde um italiano fazedor de botas mastiga explicações entre duas crianças que parecem fetos saídos de frascos de álcool. Voltamos à primeira porta, junto á escada, entramos num quarto forrado imoralmente com um esfarripado tapete de padrão rubro. (JOÃO DO RIO, p. 39)

E na crônica “Sono calmo”, da mesma obra supracitada, em um prédio de cômodos, inchado de homens-vermes que ali se instalam por absoluta falta de alternativa, o ambiente vem descrito de forma quase repulsiva.

E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus.(...)Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros “que haviam perdido o bote”, um mundo vário e sombrio, gargulejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo. Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho. Os fregueses dormiam todos — uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro, outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros. Erguendo a vela, o encarregado explicava que ali o pessoal estava muito bem, e no palor em halo da luz que ele erguia, eu via pés disformes, mãos de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças numa estranha lassidão — galeria trágica de cabeças embrutecidas, congestionadas, bufando de boca aberta... De vez em quando um braço erguia-se no espaço, tombava; faces, em que mais de perto o raio de luz batia, tinham tremores súbitos — e todos roncavam, afogados em sono. (JOÃO DO RIO, p.73)

João Simões Lopes Neto trata da miséria periférica e suburbana sem a crueza do carioca, a lente da ironia filtra parte do que é pungente e perverso nas relações humanas. A mulher sondada para ser criada, do inquérito acima citado, retruca “Alugar é que não me alugo”, mas ao final a conversa é esta:

- O senhor bem que me entende! O que custa muito é o carvão; estes vendeiros roubam a gente, que é um desaforo: um pinguinho assim de pó, duzentos réis!...Eles dizem que é por causa dos impostos... Se lá! – Mas, vamos lá: você não tem cara de necessitada!... – Quem, eu? – Ah!...é que tem um senhor que às vezes vem cá falar com meu rapaz, e quando ele não está, sempre me deixa algum presente... É um senhor muito sério. – Está se vendo!... Então de aluguel, nada?... – Quem, eu?!... (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 222)

As contendas por conta de jogos, bebida e mulheres estão presentes na série de crônicas de Simões Lopes.

Beco, aqui, vai como uma figura retórica, porque em Pelotas não há becos; é até uma anomalia...(...)Por vezes, marinheiros batidos de ‘temporal’ lançam ferro por aquelas paragens; e dá-se que coincida ser em dia e horas que certo pessoal de terra firme ande ‘empilchado’. As ‘divas’ rogadas a palmadas e beliscões, aceitaram o convite e estão tascando os salames oferecidos pelos marítimos, entram os outros e sem ao menos – boa noite! – mandam botar umas doses de ‘conguera’...(...)E entre ‘congueras’ e salames, entre cachimbos e quebra queixo, vai-se fechando o tempo; o raio que estala é geralmente um alisamento mais enérgico que qualquer dos presentes se permite fazer às formas buliçosas de algumas das convidadas... Rompe o rolo: trunfo é paus...e cinto com fivela, quando não corisca alguma lâmina ou não berra algum tiro!... (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p.222)

Em “Pequenas profissões”, que faz parte do conjunto “O que se vê nas ruas”, também de *Alma encantadora das ruas*, João do Rio desfia sobre uma série de ocupações, por vezes, subocupações.

Nos botequins, fonógrafos roufenhos esganiçavam canções picarescas; numa taberna escura com turcos e fuzileiros navais, dois violões e um cavaquinho repinicavam. Pelas calçadas, paradas às esquinas, à beira do quiosque, meretrizes de galho de arruda atrás da orelha e chinelinho na ponta do pé, carregadores espapaçados, rapazes de camisa de meia e calça branca bombacha com o corpo flexível dos birbantes, marinheiros, bombeiros, túnicas vermelhas e fuzileiros — uma confusão, uma mistura de cores, de tipos, de vozes, onde a luxúria crescia. (JOÃO DO RIO, p 16)

A produção para jornal de João Simões Lopes Neto é variada e perfaz um trajeto de amadurecimento ao longo das inúmeras colunas e seções veiculadas em jornais pelotenses. Das publicações leves e humorísticas dos triolés da coluna *Balas de Estalo* aos textos de nuance crítica, especialmente social, encontrada fundamentalmente nos *Inquéritos em contraste*, nos quais por vezes adotava um viés satírico que tinha por intenção o tom denunciatório, nosso escritor passa a imprimir aos traços cotidianos presentes nos escritos deste feitio, a vida periférica em tudo que há de seu, de mais característico. Para seu mais recente biógrafo os *Inquéritos* são registros literários.

Na verdade são textos literários. Esse húmus que inspirou o escritor, colhido no cotidiano periférico, nas tabernas, nos becos escuros, nos cortiços, onde vivem os pobres, os pretos, os mestiços, enfim, as personagens populares que são focadas, se para mais não servissem, pelo menos confirmariam, pelo pitoresco, que a Princesa do Sul, como alguns já disseram, seria a mais brasileira das cidades sulinas. (DINIZ. 2003, p.220)

O autor maduro que encontrou nos *Contos gauchescos* e nas *Lendas do Sul* o ponto certo na caracterização do homem sulino, do campo, e de sua expressão através de sua voz, consegue dar aos seus *Inquéritos* o caráter esmiuçador através de personagens urbanos aparentemente comuns e que até então não tinham representatividade alguma no circuito escrito-jornalístico da cidade de Pelotas. No entanto, ao mesmo tempo em que dirige seu olhar ao sujeito esbulhado pelos bem nascidos, volta-se com naturalidade aos jovens estudantes acadêmicos do jovem centro universitário exortando-os às comemorações do centenário da cidade em uma série de artigos veiculados no jornal *A Opinião Pública*, onde passara a ocupar o cargo remunerado de redator. Sem dúvida, ele era realmente plural.

O artigo *Mercenário-Heróis! Prostituta-Excelsa!* mostra mais uma vez a verve do autor pelotense. Retomando a polêmica iniciada com as acusações a Garibaldi, agora acirrada com a figura de Anita também atacada pelo semanário da diocese, Simões glorifica os ídolos da Revolução Farroupilha e elogia o caráter ilibado do herói italiano. O ano de 1913 chega ao fim e mais dois textos do escritor são publicados no jornal *A Opinião Pública*: *O menininho do Presépio* (que faria parte dos *Contos gauchescos*) e *Ano Novo*, uma crônica de passagem de ano de feição pessimista. Simões Lopes Neto não tinha ainda cinquenta anos, mas adoentado e em dificuldades financeiras, deixava-se contagiar pouco a pouco pelo desânimo frente aos percalços da vida.

7.9 O final

Embora o jornal consumisse boa parte de seu tempo e sua saúde não mais colaborasse, Simões Lopes Neto continuava empenhado em produzir literatura.

Apesar da doença que debilitava o escritor e que o privava, de tempo em tempo, do desempenho das tarefas cotidianas, tirando-o de circulação, eram tempos de tranquilidade e criação literária. "-Tenho a impressão de estar entrando num período de paz, para realizar o meu sonho". E conversando com a irmã, acrescentava: "-Escrevendo, escrevendo... Fiz como Blau Nunes: tracei sobre o peito uma cruz larga de defesa e fiquei com o coração aliviado, retinindo, como se dentro dele cantasse o passarinho verde..." Aqui, Simões Lopes referia-se àquele momento em que o tapejara, renunciando às onças de ouro que se multiplicavam pela magia da fumaça encantada, prefere, na pobreza, comer em paz o seu churrasco, e em paz a sua sesta, em paz o seu mate, em paz sua vida. (DINIZ, 2003, p. 219)

O espírito criativo se sobrepôs e Simões Lopes Neto ainda encontrou vontade de inovar. No *Correio Mercantil*, para onde se transferira ao receber proposta para ocupar o cargo de diretor, realizou trabalho de modernização estrutural criando novas colunas e seções. Lá publicou seus *Casos do Romualdo*, durante o mês julho de 1914, sob a forma de folhetins. Concomitantemente se dedicou ao livro de História do Rio Grande do Sul, o de publicação póstuma ao qual juntou o nome de *Terra gaúcha*, título não aproveitado na malograda empreitada dos livros didáticos. As novas colunas abarcavam diversos assuntos e o mais impactante de todos naquele ano não ficaria de fora: a Primeira Grande Guerra vinha diariamente noticiada em detalhes pela pena do escritor ocupando uma seção exclusiva intitulada *A Guerra Europeia*.

No ano seguinte Simões volta à carga com a campanha *Centenária* e, paralelamente à conclamação especialmente de jovens para as coisas da terra, da mesma forma dedica-se à campanha de Ramiro Barcellos para o senado. A cisão entre partidários do PRR se deu pelo apoio de Borges de Medeiros a Hermes do Fonseca, adversário de Barcellos, em detrimento da candidatura do correligionário. Deste desentendimento surgiu o poemeto campestre *Antônio Chimango*, escrito em linguagem campeira e dividido em cinco partes (ou rondas, numa alusão ao trabalho dos tropeiros, à noite nos acampamentos, conferindo as tropas). É uma obra de fundo político e à moda satírica, que dizem ter sido distribuída clandestinamente por baixo das portas, nas madrugadas, durante o ano de 1915. Ramiro Barcellos foi derrotado, o jornal *Correio*

Mercantil perdeu seu prestígio que já vinha abalado e Simões Lopes Neto retornou ao vespertino *A Opinião Pública* como simples redator.

A última série publicada por Simões Lopes Neto foi *Temas Gastos* e circulou entre 13 de janeiro e 5 de maio de 1916. Foram sete edições por ele apresentadas como uma espécie de ‘colcha de retalhos’ e demonstravam a capacidade do cronista de retirar do que há de mais trivial o assunto de suas colunas.

Figuras e coisas, gestos e brados, lances e quietudes, marchas e recuos, máximos e mínimos, águas, homens, plumas, ramos...tudo, oh! Variegada colcha de retalhos, tudo justificará o teu título, oh! Coluna que começa redizer aquilo que todos sabem e que a indolência de cada um goza em que lh’o recordem. Não há nada de novo?... Pois digamos do ‘velho’, vestindo-o à feição do dia. Para amanhã, sim? (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 256)

A última coluna, de 5 de maio, traduz a imagem de um homem desiludido, derrotado pela vida.

A ronda das horas gira, infinita, e na sua passagem vai semeando as marcas do seu pouso infinitamente breve; recolhem-se os vivos para espelharem aos olhos da memória o ato que ao giro fugidio da ronda célere praticaram e recolheram-nas ainda, em preito de amor; de justiça, de saudade, a iluminar o que iniciou o ‘homem bom’, que tombou à beira do caminho da vida... (LOPES NETO apud DINIZ, 2003, p. 260)

Estava em curso o ano de 1916, a Europa aflita assistia uma das mais prolongadas batalhas da Primeira Grande Guerra, a Batalha de Verdun, que durante dez meses arrastou para a morte mais de 700 mil homens, entre franceses e alemães. Em Pelotas, em 14 de junho do mesmo ano, João Simões Lopes Neto saiu de cena vítima de uma úlcera duodenal perfurada. Contava com apenas 51 anos. Faleceu distante da vida confortável da Estância da Graça, em uma pequena casa alugada, deixando esposa e filha adotiva em situação econômica precária. Pelotas, ainda que não reconhecesse as qualidades do escritor, cronista, dramaturgo que a posteridade lhe conferiu (de maneira muitas vezes enviesada e insuficiente, é verdade), demonstrou o grande apreço por aquele que é hoje seu maior vulto acompanhando em massa seu cortejo fúnebre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que aqui se encerra pretendeu realizar um levantamento geral sobre a trajetória de Simões Lopes Neto, com o intuito de estabelecer nexos entre fatos de sua vida e aspectos de sua obra e o contexto histórico, social e cultural brasileiro. A ideia foi a de montar um panorama histórico do período em que ele viveu e produziu, para tentar entender e dimensionar sua visão sobre cada situação ou acontecimento. Por certo, os eventos biográficos não obedecem necessariamente a uma linha progressiva, de causa e efeito, e nem se interligam de forma concatenada. A construção de um relato biográfico parte de escolhas do pesquisador, e a opção por articular a história de vida de Simões Lopes Neto e processo histórico, aqui, respondeu à necessidade de atribuir um sentido coerente à trajetória tortuosa do escritor. Fazer este trabalho foi um gosto. Difícil foi estabelecer os limites da pesquisa, fato que me levou a explorar sem a verticalidade ideal alguns aspectos de sua vida e de seu trabalho que são de grande riqueza. Dito isso, a pergunta a se fazer é: afinal, que papel social ocupou Simões Lopes Neto?

A exemplo de outros jovens intelectualizados e de ideais modernos, ele estava imbuído de espírito inovador e empreendedor, principalmente a partir da instalação da República e da adoção de medidas governamentais em favor do desenvolvimento industrial e comercial do país. Não hesitou em recorrer ao presidente do estado em virtude de empreendimentos voltados ao seu município. Ainda assim, é notável que ele, embora alinhado com o PRR, não tenha sido um sujeito autoritário, de vertente positivista, como foram muitos de sua geração e posição social. Pelo contrário, era voltado ao diálogo e, na medida do possível, tentou manter-se distante da polaridade política vigente no Rio Grande do Sul.

Em muitas de suas ações é possível vislumbrar o homem atento e preocupado com o desenvolvimento da sociedade, sem se descuidar dos princípios de integridade humana que sempre o nortearam. Desta maneira, se dedicou a projetos em benefício de sua cidade e integrou instituições comerciais e agrícolas com o mesmo empenho dispendido aos seus interesses comerciais pessoais, mantendo sempre no horizonte o propósito de alavancar seu desenvolvimento. Sua vocação comunitária se expressou também através da atividade jornalística: em meio às publicações de interesse cultural,

circulavam artigos ligados às questões de ordem pública, envolvendo saneamento, valor de impostos, iluminação etc.

Em se tratando de atividades ligadas à cultura, é um regozijo para qualquer pesquisador da obra simoniana constatar que o homem que falava da canalização do Arroio Santa Bárbara, da necessidade de uma rede de esgotos efetiva em sua cidade, era o mesmo que escrevia sobre Darwin, que traduzia do francês, que escrevia em italiano e que se correspondia com intelectuais de ponta da época. A atividade jornalística foi um canal através do qual expandiu sua criatividade, tendo neste meio dado os primeiros passos na direção de sua realização literária.

Acompanhando o movimento efetuado por muitos intelectuais seus contemporâneos, no Brasil e na Europa, Simões dedicou-se a recolha de matéria da tradição oral, com o sentido de salvar do esquecimento o patrimônio que considerava precioso. O valor atribuído à tradição por Simões não se reduzia somente à preservação em si desta memória, mas também ao seu próprio perfil de acolhimento em relação à produção artística de gente simples e iletrada. É deste extrato que Simões – o letrado sofisticado – forja seu excepcional narrador Blau Nunes, que na condição de interno ao universo da tradição, celebra com autoridade o mundo que está em vias de desaparecer¹⁸⁰.

O plano pedagógico mereceu atenção especial: nele o autor tentou conjugar memória e tradição com um projeto que visava à construção do futuro através da educação. Tradição e didática: não é pouca coisa, principalmente se levarmos em consideração o alcance pretendido – o nacional –, e de onde alavancaria tal empresa, ou seja, da longínqua Pelotas, tão afastada do centro do país. Talvez tenha sido este o projeto mais grandioso idealizado por Simões Lopes Neto, já que envolvia seu veio literário, preservação da tradição e preocupação social, tudo isso calcado em uma visão de mundo moderna. Visão, aliás, bem mais avançada que a da maioria de seus pares. Sua filiação ao pensamento de intelectuais que viam a miscigenação como fator positivo é um dado que enfatiza tal perspectiva. Em um período em que ideais de branqueamento e de inferioridade racial eram a base da mentalidade nacional, a aproximação com o pensamento de Manuel Bonfim confirma sua posição de intelectual avançado em

¹⁸⁰ Cf ARAÚJO, Homero, FISCHER, Luís A., *Raymundo Faoro, leitor de Simões Lopes Neto e de Ramiro Barcellos*, Revista Nonada, nº 19, 2012.

relação à maioria. Assim como o sergipano, Simões não concordava com a forma como as correntes de pensamento europeias eram adaptadas para a realidade brasileira, ou seja, com o intuito de referendar a ideia de que a propalada inferioridade racial, aliada ao clima desfavorável, eram responsáveis pelo atraso econômico e social. A postura do pelotense, tal qual a de Bonfim, foi sempre pautada por preceitos de igualdade entre os indivíduos, independente de sua origem étnica ou geográfica.

Segundo Edward Said “intelectual é um indivíduo com um papel público específico na sociedade que não pode limitar-se a ser um simples profissional sem rosto, um membro competente de uma classe que unicamente se preocupa com sua atividade” e é, além disso, “(...)dotado da faculdade de representar, encarnar e articular uma mensagem, uma visão, uma atitude, filosofia ou opinião em favor do coletivo.”¹⁸¹ Sendo assim, é possível reconhecer em Simões Lopes Neto um sujeito que cumpriu este papel. O sucesso comercial foi certamente sua meta, mas acima de tudo parece ter estado a vocação pelo compartilhamento do conhecimento e o esforço para contribuir com o desenvolvimento de sua cidade. Dono de horizontes largos e pensamento humanista, buscava com otimismo, em todas suas áreas de atuação, uma maior integração em âmbito nacional, valendo-se até mesmo do que de mais moderno alcançava em nível mundial.

Na provinciana Pelotas, de pendores aristocráticos e ideias afrancesadas, viveu João Simões Lopes Neto, um sujeito sonhador, um tanto dispersivo e por vezes desorganizado. Um homem que vislumbrava o progresso de sua gente, um jornalista atuante, um interessante dramaturgo e um grande escritor. O tempo vai paulatinamente fazendo jus ao intelectual que nos longos e úmidos invernos e nos abafados verões pelotenses pensou com entusiasmo sobre o mundo em que viveu.

¹⁸¹ SAID, Edward, **Representaciones del intelectual**, 1994, p.29-30 (tradução nossa)

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Homero Vizeu. **Machado de Assis e arredores**. POA: Movimento, 2011.

_____.FISCHER, Luís Augusto. *Raymundo Faoro, leitor de Simões Lopes Neto e de Ramiro Barcellos*, Revista Nonada, nº 19, 2012.

ASSIS, Machado de, 1839-1908. **Correspondência de Machado de Assis : tomo II, 1870-1889** /coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet ; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. – Rio de Janeiro : ABL, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto ; v. 92). Disponível em: www.academia.org.br acesso em: jan-fev 2015

_____. **Balas de Estalo, 26 jan 1885**. Disponível em: <http://www.cronicas.uerj.br/>

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780-1888)** Viamão: FCM Editora, 2013.

BANDEIRA, Manuel. **Itinerários de Pasárgada**. SP: Ed. Global, 2012.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Cuore, de Edmondo De Amicis. Um sucesso editorial*. disponível em: www.portcom.intercom.org.br Acesso de 20jan a 7fev 2014 (Artigo originalmente publicado com o título “Educação do caráter nacional: leituras de formação”, na Revista Educação &Filosofia. Uberlândia, volume 12, nº23. Jan./Jun. 1998. Versão revista e ampliada.)

_____. **Pro Pátria Laboremus**. Bragança Paulista: EDUSP, 2002.

BENJAMIN, Walter. **O narrador** In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1975. Tradução de Erwin Theodor Rosental.

BILAC, Olavo. BONFIM, Manuel. **Através do Brasil** RJ: Livraria Francisco Alves, 1923.

BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Ed. Méritos, 2007.

BONFIM, Manuel. **A América Latina: males de origem**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: www.centroedelstein.org.br

BOSI, A. *O Ateneu, opacidade e destruição*. In: **Céu, inferno: ensaios críticos literários e ideológicos**. RJ: Editora 34, 2003.

BRUNO, G. **Le tour de la France par deux enfants**. Paris: Librairie Classique Eugène Belin, 1977.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite**. RJ: Ouro sobre azul, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II. Coleção Perfis Brasileiros**. SP: Companhia das Letras, 2007.

CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país** Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908. (versão digital, 2002, ebooks Brasil)

CHIAPPINI, Lígia. **No entretanto dos tempos** SP: Ed Martins Fontes, 1988.

COLICCHIO, Therezinha A. Ferreira. *Dois eventos importantes para a História da educação brasileira: a Exposição Pedagógica de 1883 e as Conferências da Freguesia da Glória*. Revista da Faculdade de Educação de São Paulo, 13(2):5-14, jul-dez 1987. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/viewFile/33387/36125> Acesso de maio-2013 a jan-2015

DE AMICIS, Edmondo. **Coração** RJ: Typ. da Livraria Francisco Alves, 1906

_____. **Coração** SP: Ed Cosacnaify, 2011 Tradução de Nilson Moulin

_____. **Cuore** Trento - ITA:Ed Einaudi, 2004

DEL GAUDIO, Rogata, PEREIRA, Doralice. *O “nacionalismo patriótico” em Através do Brasil*. Disponível em: www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2743 Acesso de out de 2012 a set-2014.

DINIZ, Carlos Francisco Sica. **João Simões Lopes Neto – uma biografia**. POA: Ed AGE-UCPEL, 2003.

ECO, Umberto. *Elogio di Franti*. Disponível em: <https://keepcalmandlearnsocialstudies.files.wordpress.com/2013/10/umberto-eco-elogio-di-franti.pdf> Acesso de jan a fev de 2014.

FAETI, Antonio. *Um negócio obscuro – Escola e romance na Itália* In: MORETTI, Franco (org.) **A cultura do romance** SP: Ed Cosacnaify, 2009. Tradução de Denise Bottmann.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. SP: EDUSP, 2012.

FISCHER, Luís Augusto. *Vida e obra de Simões Lopes Neto*. In: LOPES NETO, Simões. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. POA: L&PM, 2012.

_____. *Contexto e natureza de Terra gaúcha*. In: LOPES NETO, Simões. **Terra gaúcha – Histórias de infância**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013.

_____. *Sobre Glória Farroupilha e Arquivo de 93*. No prelo.

GARCEZ, Pedro. *Da Artinha de Leitura de Simões Lopes Neto*. In: LOPES NETO, Simões. **Artinha de Leitura**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013.

GONDRA, J. G. ; SAMPAIO, Thiago . *Ciência pela força? DR. Abílio Cesar Borges e a propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1856-1876)*. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n.1, p. 75-82, 2010.

HANSEN, Patrícia. *Brasil um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/viewFile/33387/36125> Acesso de jul-2013 a jan-2015.

_____. *Os primeiros livros infantis brasileiros: análise da literatura cívico-pedagógica de ficção*. FBN, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009. Disponível em: www.bn.br Acesso de jul-2013 a jan-2015.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira. História e histórias**. Disponível em: <http://groups.google.com/group/digitalsource> Acesso de set-2014 a jan-2015.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *As imagens da cidade: caricatura e urbanização em Pelotas no século XIX*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0145.pdf> Acesso em: dez-2014.

LOPES NETO, João Simões. **Artinha de leitura**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013.

_____. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. POA: Ed Globo, 1957.

_____. **Obra completa. Simões Lopes Neto**. Org. Paulo Betancurt. POA: Sulina, 2003.

_____. **Contos gauchescos e Lendas do Sul**. POA: Ed L&PM, 2012.

_____. **Terra gaúcha – Histórias de infância**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. **Simões Lopes Neto na intimidade**. POA: BELS – SEC – IEL, 1974.

MEYER, Augusto. **Prosa dos Pagos** POA: Instituto Estadual do Livro, 2002.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. SP: Companhia das letras, 2001.

- MONARCA, Carlos. **Educação da infância brasileira – 1875-1983**. Campinas: Ed. Autores Associados, 2001.
- MOREIRA, Ângelo Pires. **A outra face de J. Simões Lopes Neto. 1º vol.** POA: Martins Livreiro, 1983.
- MORETTI, Franco (org). **A cultura do romance** SP: Ed Cosacnaify, 2009. Tradução de Denise Bottmann.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. *Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação*. Almanack braziliense n°04, nov 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11646> Acesso em: dez-2014.
- NETTO, Heloisa Sousa Pinto. *Terra gaúcha e Cuore, um caso de intertextualidade*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/70629>
- PIERANGELI, Fabio. **Il viaggio nei classici italiani** Roma-ITA: Ed Le Monnier, 2011.
- POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. POA: Klick Editora, 1997.
- REVERBEL, Carlos. **Textos escolhidos**. Org. Cláudia Laitano e Elmar Bones. POA: Já Editores, 2006.
- _____. **Um capitão da Guarda Nacional**. Caxias do Sul: EDUCS, 1981.
- RIO, João do. **Cinematógrafo**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/antigo/media/Cinematografo> acesso de nov a dez de 2013.
- _____. **Alma encantadora das ruas**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/alma_encantadora_das_ruas. Acesso de nov a dez de 2013.
- ROMERO, Sílvio. **Cantos populares** LISBOA: Livraria Internacional, 1883.
- RUBIRA, Luís. (Org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria-RS: PRÓ-CULTURA RS, Gráfica e Editora Pallotti, 2012-vol.1 e 2014-vol.2 e 3.
- SÁ, Simão Pereira de. **História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Rio da Prata**. POA: Arcano 17, 1993.
- SAID, Edward, **Representaciones del intelectual**. Barcelona: Ed. Paidós, 1994
- SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no RS – 1770-1889** POA: Ed. Da Universidade, UFRGS, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História do Brasil Nação. A Abertura para o mundo 1889-1930. vol. 3** RJ: Editora Objetiva, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. SP: Companhia das Letras, 1997.

_____. **A sereia e o desconfiado: ensaios críticos.** SP: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca.* Aedos - ISSN 1984- 5634 Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011 Disponível em: <http://www.seer.ufrgs/aedos> Acesso em fev 2014.

SILVA, Magali Lippert da. “*O Ateneu*” *sob a perspectiva de Bosi e Schwarz.* XII Congresso Internacional da ABRALIC - Centro, Centros – Ética, Estética, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930).** SP: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Uma História do Brasil.** SP: Paz e Terra, 2003.

TAMBARA, Elomar, ARRIADA, Eduardo. *Civismo e educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto* Disponível em: seer.ufrgs.br/asphe/article/download/29036/pdf Acesso de jun a nov de 2012 e de set-2014 a jan-2015.

VARGAS, Jonas. *Das charqueadas para os cafezais. O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas 1850 e 1880.* Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/> acesso em fev 2015.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical.** SP: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional** POA: Ed Mercado Aberto, 1985.

ZAN, João Carlos. *Ramalho Ortigão e o Brasil.* Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-04022010-100502/pt-br.php> Acesso em nov-2014.

Periódico consultado:

A Opinião Pública – 1913 – Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas – RS, reprodução fotográfica da coluna *Inquéritos em contraste*, em 26 de outubro de 2013